

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC n.º 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, n.º 9 1249-087 Lisboa

EDIÇÃO ESPECIAL COM AS MOÇÕES AO XXXIII CONGRESSO



EDITORIAL

O Congresso



Vem aí um novo Congresso. Infelizmente uma rotina demasiado frequente nos cerca de 36 anos de vida do nosso partido. Convenhamos, porém, que este não é um Congresso qualquer.

É o Congresso de eleição dos órgãos nacionais do partido, depois da retumbante vitória de Pedro Passos Coelho nas eleições directas para a Presidência do PSD.

Mas é sobretudo o Congresso da arrancada. Da arrancada para um novo ciclo de poder protagonizado pelo PSD.

Ontem como hoje, a história repetir-se-á.

O PSD vai ter, inexoravelmente e tudo o indica a breve trecho, de assumir responsabilidades governativas, pondo cobro ao descalabro da gestão da res publica pelos socialistas.

Não tenhamos, contudo, ilusões. Temos de fazer pela vida para sermos uma alternativa séria, credível e consistente aos olhos dos portugueses. Dando um sinal de unidade e coesão internas para o exterior.

Mobilizando a esperança e a confiança dos portugueses num futuro melhor, com propostas arrojadas e, inovadoras em todos os sectores da governação.

Mostrando a incontornável evidencia da qualidade superior dos protagonistas que ombrearão com tão nobre e patriótica tarefa.

Sem pressas. Sem tibiezas. Com determinação.

Pedro Passos Coelho é o homem do leme. - O Director, Jorge Neto



Portugal Primeiro

Moção Global de Estratégia

1.º Subcriitor, Pedro Passos Coelho

Índice:

O Partido

O País

Mudar, colocando Portugal Primeiro

A situação Política

Que caminho?

Uma visão para Portugal

Política Económica

Política Financeira do Estado

Mudar Portugal para o desenvolver

Dinamização da economia

Educação

Política de Saúde

Políticas Sociais

Política Cultural

Agricultura e Mundo Rural

Política para o Mar

Política das Cidades e Território

Portugal no Mundo

Sistema Político

Justiça

Segurança

O Partido.

O PSD cumpre em Maio próximo 36 anos de vida.

É uma história longa, feita de períodos bons e menos bons, como sempre acontece, na vida das pessoas e das instituições.

Sem embargo, não é orgulho imerecido afirmar que o contributo do PSD foi, no cômputo destes 36 anos, decisivo para a democracia. Quer a nível do poder central quer regional quer ao nível local, Portugal seria bem diferente para pior, sem o contributo do PSD.

O PSD tem sido um partido de pessoas livres que, no essencial, souberam sempre colocar em primeiro plano os interesses do nosso País.

Os anseios do PSD são hoje o que sempre foram: contribuir através da acção política para a construção de um Portugal mais próspero e mais justo. Maior desenvolvimento humano e económico de que todos os Portugueses possam aproveitar é, de facto, o permanente anseio do PSD.

A Política é a instância em que se colocam todos os problemas que não têm solução noutra instância. Ao longo da sua história o PSD lutou, e muitas vezes conseguiu, que no domínio da Política estivessem unicamente as questões de que a política deve cuidar e a elas procurou sempre dar melhor solução à luz dos interesses perenes do País.

O PSD somos nós, são também todos os que estiveram antes de nós e serão todos aqueles que no futuro encontrem razões para manter vivas as ideias do PSD.

Nos últimos anos, não fomos capazes de demonstrar aos portugueses que somos uma alternativa melhor para governar Portugal.

Neste contexto que é único, a margem de erro ao nível de decisões políticas é mínima. Os Portugueses começam a ter consciência que este momento é decisivo. Começam a estar criadas as condições para que a sociedade esteja sensível a participar num verdadeiro processo de reformas que voltem a colocar Portugal numa rota de crescimento, desenvolvimento e modernização. **Esta missão de acordar a sociedade**, reformar com competência, agir com um rumo bem preparado **encaixa no ADN**

do PSD. Com sentido de responsabilidade mas também comprometendo-nos com resultados sujeitos a critérios passíveis de serem medidos.

Em democracia não se criticam as escolhas dos eleitores. Sem embargo, todos reconhecem que o País não está bem e nós acreditamos que estaria muito melhor se as nossas políticas tivessem merecido a escolha dos eleitores. E esta é a tarefa que temos pela frente: convencer os Portugueses de que a nossa capacidade de compreensão dos problemas, a nossa tenacidade e a nossa tolerância são o melhor caminho para resolver os problemas nacionais e, mais do que isso, são o melhor caminho para o futuro de todos. Para isso, **o PSD tem de se saber reinventar para os novos tempos**, entrar num processo de mudança abrindo-se à sociedade, recuperando uma relação natural e fluida com a sua base de apoio. Tem de iniciar uma nova dinâmica de comunicação com os seus militantes, convidando-os a entrar na sua própria casa. Esta mudança de atitude deverá estender-se aos Portugueses voltando o Partido a ser uma plataforma de conhecimento e intervenção estimulante para a sociedade civil em geral, a juventude em particular.

O PSD tem de se actualizar a todos os níveis. O essencial da sua estrutura interna não é alterado há muitos anos e pertence a uma época em que o email não era sequer uma forma de comunicação vulgar.

Tem de ser iniciado um processo de partilha de informação de forma a aproximar as pessoas do partido e vice-versa. Podem-se, por exemplo, criar secções temáticas virtuais onde as pessoas poderão intercambiar conhecimentos para criar valor nos mais variados temas que influenciam o presente e o futuro do país. Desta forma sera possível participar activamente nos temas com que têm mais afinidade ou vocação. Ser parte mais activa do PSD. Tal pode **incluir simpatizantes ou eleitores do PSD**, pessoas sem filiação partidária com todos os direitos e obrigações daí advindos, mas disponíveis para colaborar na formatação das linhas políticas e propostas do partido a cada instante. Esta é uma proposta a que, desde já, nos comprometemos e que pressupõe a criação de do **Estatuto do simpatizante** Vai ser também necessário proceder à actualização do programa do PSD. A última actualização é de 1992, data em que o termo globalização não tinha ainda entrado no léxico político. Depois da tentativa falhada de 2006, levada a efeito por Marques Mendes, está pois na altura de empreender esta tarefa. À luz dos nossos valores tradicionais sempre presentes, torna-se indispensável encontrar uma tradução mais actual das novas linhas programáticas que suportem o futuro programa eleitoral. O PSD tem de voltar ser um íman de competência, vitalidade, criação de rede de pessoas activas que queiram também mudar o País.

Todo este processo de Mudança deve ser profundamente estudado e amplamente debatido com os militantes e os simpatizantes. Tem de ser iniciada a recuperação de uma cultura Social-democrata motivada para liderar causas mobilizadoras da sociedade civil. Baseadas em valores civilizacionais que tenham por base a visão de como queremos deixar o País para os nossos filhos e netos. Numa perspectiva baseada no conhecimento actual mas também antecipando tendências e deixando abertura para um destino colectivo de Portugal que represente uma sociedade avançada e que sirva de exemplo em qualquer lugar.

Comprometemo-nos, assim, a desencadear um processo o mais participado possível pelas bases do partido e seus simpatizantes que culmine na realização de um congresso do PSD visando aprovar os novos Estatutos e o novo Programa. Criarei, ainda, como fórum de participação e reflexão interna, um Conselho Consultivo, para o qual convidarei os militantes do PSD que ocuparam os cargos de Presidentes do PSD, 1º Ministro e Presidentes da Assembleia da República.



Moção Global de Estratégia

O País.

O PSD, com fortes raízes Sociais e Democratas, vai ter como missão iniciar um processo profundo de reforma do papel do Estado na nossa sociedade. Esta Mudança permitirá voltar a contar com os Portugueses para que deles dependa, cada vez mais, o seu próprio futuro. Hoje em dia o Estado intervém em quase todos os sectores de actividade económica e social. A rede criada à sua volta adultera as regras de concorrência saudável, restringe a capacidade de obtenção de sucesso baseada no mérito, e adormece a sociedade que, com a percepção de estar protegida pelo estado em qualquer circunstância, compete menos, esforça-se menos, acomodando-se e reduzindo de forma acentuada os seus índices de produtividade e, por consequência, de competitividade. Num mundo globalizado, uma sociedade capaz mas pouco produtiva, sem padrões elevados de exigência, é uma sociedade condenada ao insucesso.

Existem caminhos que apoiarão a inversão desta tendência recolocando o nosso País em rota de crescimento. Eis alguns exemplos, entre os vários que têm vindo a ser apresentados:

- Incentivar o desenvolvimento da nano tecnologia, das energias renováveis, dos clusters de tecnologia do conhecimento, farmacêutico, etc., sem esquecer os da economia tradicional;
- Diagnosticar as melhores práticas de investimentos nacionais em inovação, criar sistemas de medição dos diferentes níveis de sucesso, construindo uma economia real de ideias. Incentivar o relacionamento entre ciência, engenharia e tecnologia;
- Estimular as crescentes parcerias entre universidades e empresas acompanhadas de estruturas de capital semente para a rápida viabilização de projectos de investimento;
- Desenvolver a contribuição para o Produto Interno Bruto das Artes, Cultura e Ciências Sociais;
- Dotar de ambição a *smart economy* apoiando empresas nacionais a atingirem de forma mais rápida uma escala que lhes permita competir em mercados internacionais. Estimulo à criação de uma nova competência estratégica aproveitando as oportunidades criadas pela globalização e a capacidade histórica dos Portugueses a abrir mercados: o Comércio Internacional, através da criação de uma plataforma que combine formação superior em sistemas de informação, técnicas de negociação, línguas competitivas (Inglês, Espanhol e Mandarim), servindo depois de ponte entre os mercados Europeu para os Asiático, Africano e Brasil.

Ou alguns exemplos no universo da função social:

- Criação de um fundo de emergência às empresas viáveis mas em graves dificuldades devido à conjuntura de mercado, através da dotação de garantias do Estado às empresas tal como se fez para a Banca. Permite reduzir o impacto da crise no crescimento do desemprego, na redução da capacidade de produção das nossas empresas, no conseqüente sacrifício das famílias e malestar social;
- **Transferência para as empresas**, durante um período limitado de tempo, **de montantes que seriam destinados ao pagamento de Subsídios de desemprego**, de forma a evitar conjunturalmente despedimentos;
- Apoio às empresas, com **redução de contribuições para a Segurança Social** durante um período limitado no tempo, de forma a incentivar a manutenção conjuntural de emprego;
- Lançamento do **tributo solidário** que consiste na criação da cartilha de direitos e deveres de solidariedade onde os beneficiários dos apoios do estado têm de devolver o benefício em trabalho social ou outra forma de retribuição à sociedade pelo esforço efectuado;
- Criação de um sistema de gestão de **Voluntariado Sénior**, permitindo colocar no mercado de voluntariado todos os que, dos 65 em diante queiram apoiar IPSS, organismos públicos locais, hospitais, tendo como contrapartida créditos fiscais a serem aplicados em filhos, netos ou terceiros à sua escolha.

Para a adopção destas e de outras medidas que são defendidas, o **PSD terá de ser um partido que colocará a política num nível muito elevado**. A participação da Sociedade Civil será o maior factor de valorização e é decisiva para o sucesso de qualquer processo de reforma. Esta vai ser a chave do sucesso para o Partido e para o País. Com uma forma de fazer política exigente, ambiciosa, audaz e sem qualquer sacrifício. **Fazer Política voltará a ter sentido de Estado, espírito de Missão e poder de atracção para os nossos melhores profissionais**.

Finalmente, a elevação como forma de estar em política deve ser acompanhada de sinais fortes para a sociedade. É por esse motivo que **se apre-**

senta, neste documento estratégico, o **Professor Aníbal Cavaco Silva, como o candidato natural do PSD nas próximas eleições Presidenciais**. Aguardaremos pela decisão que o Professor Cavaco Silva vier a tomar sendo que, nessa data, perante a confirmação de candidatura, será apresentada ao Conselho Nacional a forma de participação e envolvimento na campanha eleitoral.

Mudar, colocando Portugal Primeiro.

A situação Política.

Existem quatro factores que tornam a situação Portuguesa complexa:

- a) A existência de um governo minoritário, liderado por um Primeiro-ministro com problemas de credibilidade;
- b) O maior partido da oposição – o PSD – estar sem liderança, sem projecto e sem ânimo;
- c) A esquerda/extrema-esquerda parlamentar não faz parte do consenso europeu, ser adversária dos ideais da cultura democrática e ter uma expressão, quer em votos, quer em mandatos, que não tem paralelo em nenhum outro país da UE. Pior, o agravamento ou mesmo a manutenção da actual conjuntura económica, pode dar-lhe acrescida influência – votos, media e mandatos.
- d) 2010 é ano de campanha presidencial. O actual PR estará condicionado constitucionalmente nos últimos 6 meses do mandato. A actual situação política tem-se sustentado com dificuldade.

Dos quatro aspectos enumerados, só um pode modificar-se a curto prazo:

o PSD terá um rumo e uma liderança.

Do ponto de vista político, o desafio do PSD é grande: tem de se tornar, a breve trecho, uma alternativa ao governo.

O PSD deve contribuir, pela sua acção, para a diminuição do peso político da esquerda / extrema-esquerda, oferecendo a quem procura novos rumos, soluções consentâneas com as suas aspirações.

Por fim, o PSD deve influenciar o resultado da próxima eleição presidencial.

É esta a tarefa que aguarda a liderança do PSD.

Que caminho?

Para conseguir levar à prática os nossos objectivos, contamos com todos: os jovens e a sua capacidade, os dirigentes regionais e locais, os militantes, cada um na sua profissão, todos dando mostras de que com trabalho e perseverança tudo se pode alcançar.

É por isso que o PSD pode ser a esperança que os Portugueses necessitam.

Somos por agora o maior partido da oposição. Seremos sempre uma oposição responsável, porque o que nos move é, exclusivamente, servir Portugal. Não temos qualquer pressa para assumir funções de Governo. Apoiaremos o que, a nosso ver, for bom para o País, rejeitaremos tenazmente o que for mau para Portugal. No contraponto que fizermos, nas diferenças que mostrarmos, os Portugueses irão descortinar o que nos separa do actual poder.

É nesta postura que queremos reforçar a credibilidade perante os Portugueses. **Seremos sérios na análise e convincentes nas propostas**. Com sentido ético, com sentido de Estado, com o sentido de responsabilidade que caracteriza as organizações maduras, com o exemplo do que fomos capazes de fazer bem no passado, com tolerância, com o contributo de toda a família social-democrata **queremos MERECEER ganhar a confiança dos Portugueses**.

Uma visão para Portugal.

Política económica.

Nos últimos quinze anos, a economia portuguesa percorreu uma rota absolutamente divergente face ao que deveria ter sido um processo de desenvolvimento sustentável.

Durante este período, cresceram dois desequilíbrios distintos, evidenciados pela sucessão de défices da Balança de Bens e Serviços, em resultado da fraca e decrescente competitividade externa, da dependência energética e pelo défice do sector público administrativo, reflectindo o desequilíbrio das contas públicas. A persistência destes défices resultou numa insustentável acumulação de dívidas: do país ao exterior e do estado aos seus financiadores.

A economia portuguesa necessita de uma verdadeira transformação qualitativa de modo a inverter o padrão de divergência com a Europa que marcou o nosso desempenho económico desde 2001. Na verdade,

Portugal tem sofrido uma evolução simultânea de várias condicionantes negativas e, em concreto, pela limitação ao crescimento imposta pela baixa produtividade e crescente desequilíbrio externo o qual se agravou em simultaneidade com a redução da taxa de poupança nacional. Ou seja, Portugal encontra-se na situação delicada de acomodar um elevado défice externo com uma baixa taxa de poupança. A singularidade da dimensão de ambas coloca o país numa situação única no contexto da OCDE, expondo eloquentemente a difícil situação da nossa economia. A eclosão da crise global agudizou a percepção desta realidade mas não acrescentou nada de novo neste desequilíbrio.

Entre 1995 e 2001 e na maioria dos anos que se lhe seguiram na década que agora termina, a evolução dos salários suplantou a da produtividade do trabalho, já de si baixa. Essa debilidade resultou num agravamento crescente do défice da balança de mercadorias, nunca compensado pelos demais componentes da balança de bens e serviços, com o consequente aumento galopante da Dívida Externa ao longo da última década. Aquela atingiu recentemente mais de 100% do Produto.

O endividamento progressivo do país coincidiu temporalmente com a quebra da taxa de poupança para níveis historicamente baixos. A conjugação do aumento da Dívida Externa com a baixa taxa de poupança agregada e os limites ao seu aumento em função das condições a que chegaram as fontes primárias de poupança, impõem claras restrições ao financiamento da actividade económica, sobretudo nesta fase em que o sistema financeiro internacional impõe limitações globais muito significativas.

Acresce que **a política económica seguida, seja a política de desenvolvimento encetada nos últimos anos** — muito assente na promoção de obra pública no sector das infra-estruturas de transportes, **seja a política de combate conjuntural à actual crise cíclica**, particularmente profunda e de contornos únicos a nível internacional — assente, em larguíssima medida, nos mesmos remédios, **tende a colocar, no contexto acima descrito, problemas ao sector de produção de bens transaccionáveis só superáveis com uma verdadeira alteração de políticas**. Na verdade, como tais investimentos em muitos casos são meramente redundantes não impactando de forma directa e positiva na competitividade do sector de bens transaccionáveis, ao serem desenvolvidos por agentes privados, com forte apoio da banca nacional e confortos de Estado e ao supletivamente implicarem forte despesa pública para viabilizar a sua exploração, acabam por ter um duplo efeito negativo sobre o sector dos bens transaccionáveis. Em primeiro lugar, porque geram um verdadeiro crowding out no financiamento ao sector produtivo não envolvido na construção e exploração destes projectos. Em segundo lugar, porque, função dos confortos públicos e da elevada Despesa futura, aumentam de forma significativa a dívida pública não escriturada e têm contribuído para a degradação do rating da República. Este tende a reflectir-se de imediato nos custos de financiamento de todas as empresas e dos passivos das famílias, agravando, no caso das empresas, o seu posicionamento competitivo nos sectores de bens e serviços transaccionáveis.

Neste contexto, de perda de competitividade externa e endividamento acelerado do país, **o peso crescente do Estado entrava ainda mais, hoje e no futuro antecipável, a sustentabilidade económica de Portugal**.

Acresce que **a pressão que a demografia vai colocar sobre as finanças públicas condicionará o desenvolvimento futuro da economia e a equidade intergeracional**.

A tecnologia e o envelhecimento pressionarão, caeteris paribus, a despesa pública em saúde e, inapelavelmente, o crescente desequilíbrio a que chegará o sistema de pensões. Se nada for feito nesta área, a dimensão do desequilíbrio demográfico, expresso num quase paralelismo entre activos e pensionistas e as baixas perspectivas evidenciadas pelos baixíssimos números da natalidade e do aumento da esperança de vida vêm reduzir drasticamente as expectativas dos actuais contribuintes activos e reduzirão as hipóteses de uma verdadeira e indispensável equidade intergeracional.

O desafio para a política económica — tanto para a política orçamental como para as políticas com impacto sobre o crescimento económico — é, assim, enorme. Terá de ser credível se pretende de facto pôr fim ao conjunto de desequilíbrios em que temos vindo a viver, condicionando o presente e destruindo as hipóteses de um futuro de prosperidade colectiva. De facto, **não só a absorção de metade do rendimento nacional anual pela Despesa Pública é factor de tributação adicional no presente e no futuro como o Estado tentacular que se tem vindo a desenvolver em Portugal cria permanentes entraves ao eficiente funcionamento dos**

agentes económicos, provê e oferece serviços públicos de fraca qualidade e nem sequer distribui adequadamente os rendimentos entre os portugueses, tendo mesmo vindo a promover uma desigualdade crescente. Por outro lado, **ao não qualificar adequadamente os portugueses hipoteca o futuro e, ao deixar chegar o sistema de justiça ao ponto de generalizado descrédito e ineficiência a que chegou, dificulta as decisões de investimento e, em geral, todo o processo de criação de riqueza**.

A Política Financeira do Estado.

Endividamento e sustentabilidade orçamental. O actual nível de endividamento do país, do sector público, mas também do sector privado, coloca-nos numa trajectória insustentável

Uma crise desta magnitude tem um custo muito pesado, mas pode ser a oportunidade de que o país precisa para deixar de fingir que os problemas se resolvem sozinhos ou que de facto alguma coisa de relevante se fez nos últimos anos nesse sentido.

A resolução das contas públicas só vai ser possível conjugando uma verdadeira determinação política com a implementação das medidas de correcção de trajectória.

Contas públicas

Pelo exemplo que dão ao conjunto da economia, pela concorrência, desleal, por recursos escassos com o sector privado, pelos compromissos internacionais que lhe estão associados, **há que começar por resolver o problema das contas públicas**. E, não menos importante, pelo impacto que têm na definição do custo do dinheiro.

A forma como o Orçamento do Estado é elaborado tem que mudar. Há que criar mais regras orçamentais quantificáveis, dando-lhes força de lei, que limitem a liberdade dos Governos de fazer crescer a despesa pública, criando compromissos difíceis de reverter no futuro. Portugal é dos países onde existem menos regras, havendo apenas três, Grécia, Chipre e Malta, com pior desempenho, e faltam mecanismos de monitorização e cumprimento das mesmas.

O processo orçamental tem que ser top/down, definindo o limite global da despesa e fazendo depois as escolhas necessárias na repartição dos recursos. Atendendo à gravidade da situação a que se chegou, justifica-se a elaboração de um orçamento de base zero, em lugar do habitual processo de fazer orçamentos assentes nos gastos do ano anterior.

O planeamento orçamental tem que ter uma perspectiva de médio prazo coerente com as condições económicas do país, para o que a elaboração do Programa de Estabilidade e Crescimento tem sido nitidamente um instrumento insuficiente, até por falta de precisão quanto às metas que em cada momento devem ser atingidas. Orçamentos plurianuais são assumidos como peças chave em todos os países com bom desempenho em matéria de contas públicas, na medida em que espelham o pleno impacto de todas as decisões tomadas, e devem ser elaborados por programas, em que se define o objectivo estratégico, que ilustra as opções políticas do governo, e um conjunto reduzido e muito focado de objectivos operacionais.

E há que **emagrecer o Sector Público Administrativo**, eliminando serviços redundantes, fundindo organismos e extinguindo outros, libertando recursos materiais e humanos para a realização de tarefas mais relevantes, também com uma aposta na formação para competências específicas, com potencial para substituir muita da consultoria e assessoria hoje utilizada e cujo custo é consideravelmente superior.

Sector Empresarial do Estado (SEE)

O conjunto de entidades que constituem o SEE é uma componente central da disciplina a impor às contas públicas. **O seu crescimento descontrolado há mais de uma década reflecte uma fortíssima desorçamentação da despesa pública**, e que alimentou, durante algum tempo, a ilusão contabilística de que se caminha no sentido de um maior equilíbrio. A lista de entidades do SEE passou de 64 empresas e instituições em 2001, para 113 em 2005 e 136 no final de 2009. **A sua dívida remunerada líquida acrescenta já mais de 10% à dívida pública directa**.

O primeiro passo é colocar em prática um programa de privatizações e reestruturações que mantenha na esfera pública apenas as participações estratégicas, isto é, aquelas entidades que prestem um serviço com relevância pública e que não possa ser prestado em condições adequadas por entidades do sector privado. Todas as restantes devem ser alienadas no mais curto espaço de tempo possível.

Há que **aumentar a transparência da gestão das entidades que compõem o SEE**, nomeadamente através da celebração de contratos-programa,

sucessivamente anunciados e nunca postos em prática para além de uns poucos casos que não constituem mais que a excepção à regra. Tal implica também que o Estado honre os seus compromissos em matéria de financiamento dos défices de exploração, sempre que os mesmos resultem da fixação administrativa de preços, e que os investimentos sejam verdadeiramente ponderados em função dos seus méritos e eficácia e não apenas porque não têm impacto imediato nas contas que prestamos a União Europeia.

O próprio recurso ao endividamento por parte destas entidades, que também concorrem com o sector privado junto da banca e dos mercados de capitais, carece de coordenação que evite que o acesso ao mercado seja feito de forma desordenada e reflectindo claramente nos custos as diferenças de capacidade negocial das várias entidades, uma vez que o risco é idêntico, e que cause prejuízos à própria dívida directa do Estado, tanto mais que esta é o referencial para toda a economia nacional.

As entidades de auditoria e de controlo financeiro do SEE têm-se revelado ineficazes, em particular a figura de controlador financeiro criado em cada ministério.

Importa reforçar os poderes e âmbito de actuação de entidades com credibilidade e provas dadas, como por exemplo o Tribunal de Contas ou a Inspecção-Geral de Finanças, mas sobretudo assegurar que há consequências da sua intervenção, das quais resulte uma melhoria efectiva. Um controlo eficaz e credível exige entidades fortes e independentes do poder político.

Uma área que tem passado completamente despercebida neste universo, e que importa relevar quanto antes, é ainda a das empresas que nascem a partir das entidades públicas, e nas quais o Estado apenas detém uma participação indirecta, mas que eleva o número de empresas do SEE. Hoje, o Ministério das Finanças não sabe sequer quantas são. São quase sempre áreas de negócio acessórias ao objecto social da empresa-mãe, que muitas vezes apresentam resultados positivos, mas em que estes são obtidos à custa de uma concorrência desleal ao sector privado. É um espaço natural de actuação de PME indevidamente usurpado.

O financiamento de médios e grandes projectos de investimento através de Parcerias Público-Privadas tem-se revelado no mínimo ruinoso para os cofres do Estado, com tendência a agudizar-se num cenário de subida de custos financeiros, deixando todos os riscos da actividade para o Estado, em vez da desejável partilha com o sector privado. Haveria vantagens importantes no **reforço de competências do Tribunal de Contas sobre estes processos**, onde actuaria como tem feito na análise das concessões rodoviárias, mas a priori, para que não se coloque depois a questão da necessidade de prosseguir com os projectos por ser demasiado grande o custo de anular compromissos assumidos.

Mudar Portugal para o desenvolver.

Como se viu, a economia portuguesa encontra-se numa encruzilhada. Sendo clara a dependência financeira face ao exterior, a **batalha pela competitividade, via aumento da produtividade, deverá ser eleita como absolutamente prioritária**. Mesmo que consigamos assegurar poupança pública e melhorarmos a capacidade de aforro das famílias, a poupança das empresas no sector transaccionável estará sempre dependente de ganhos de produtividade.

Acresce que a redução do défice externo implica que consigamos, já de imediato, com continuidade nos próximos anos, obter ganhos sem paralelo na nossa história económica recente, numa dimensão que implica uma actuação extremamente rigorosa e exigente, dada a situação de partida e o desempenho passado.

Em síntese, a mensagem é simples mas muito desafiante: como a estrutura da economia não muda de um momento para o outro e as reformas estruturais de que o país necessita para ser competitivo exigem uma inquebrantável vontade política e um apoio que permita confrontar os beneficiários do actual status quo, há que, no imediato, começar a trabalhar no sentido de inverter o enviesamento que a política pública dos últimos anos gerou a favor dos actores instalados nos sectores não transaccionáveis.

Assim, há que direccionar a política pública para resolver os estrangulamentos às boasempresas que actuem em sectores expostos à concorrência internacional. Para que estas possam exportar é condição sine qua non que o acesso aos bens e serviços dos sectores estruturantes onde há poder de monopólio relevante não seja factor dedesfavorecimento daquelas.

Mais e melhor regulação é urgente e essencial.

Paralela e concomitantemente com a ideia de concorrência, **a regulação surge com idêntica importância**. Seja porque são reconhecidas falhas de mercado que devem ser colmatadas pelo Estado através de uma função de regulamentação e de regulação, seja porque especificidades sectoriais afastam tais mercados do paradigma do funcionamento equilibrado, **a intervenção pública deve fazer-se através da regulação**, afastando-se definitivamente os métodos claramente ultrapassados e sem qualquer benefício para o bem-estar social – mas que inexplicavelmente continuam a vingar, não raras vezes, em Portugal – da intervenção directa do Estado através de participações empresariais ou de detenções de interesses em sectores económicos.

Mas o Estado não tem gerado eficientemente o bem público concorrência, sendo urgente inverter a situação actual.

Em primeiro lugar, a Autoridade da Concorrência, bem como as Entidades Reguladoras devem ver reforçadas a independência formal e material (ou real) que devem possuir e manter na sua actuação concreta.

Em segundo lugar, não existe um enquadramento, a nível nacional, dos auxílios de Estado. Pode e deve criar-se um enquadramento legal e institucional, de regulação independente, para o controlo dos auxílios de Estado, e que velaria, para além do que é da competência europeia, por um quadro nacional claro e definidor dos critérios – sempre que possível assentes na lógica racional da análise custo-benefício – a que deve obedecer a concessão às empresas de auxílios de Estado (e que devem também ter em consideração a necessidade de promover um desenvolvimento económico-social regional equitativo).

Em terceiro lugar, tem sido constantemente negligenciado o dever do Estado de analisar previamente do potencial impacto das suas acções na concorrência. Deve introduzir-se no Estado uma cultura de respeito pela concorrência, mediante um dever de análise prévia sobre a compatibilidade das suas acções com o respeito pela manutenção/promoção da concorrência.

À Entidade Independente para o Controlo dos Auxílios de Estado poderá igualmente ser atribuída a competência para análise do impacto sobre a concorrência das actuações dos entes públicos, sendo dotada de poderes efectivos para ordenar a alteração/substituição de medidas ou acções que produzam restrições desnecessárias à concorrência por outras que, possuindo os mesmos objectivos de política pública, sejam menos lesivas da concorrência.

Este reforço das entidades reguladoras implica, obrigatoriamente, o aperfeiçoamento do enquadramento regulatório actual. É essencial assegurar a independência, capacidade técnica e meios de actuação das agências de regulação, a par de um substancial aumento da sua accountability.

Um pressuposto de base é o de que a **actual forma de designação** dos membros dos conselhos de administração ou de direcção da Autoridade da Concorrência e das Entidades Reguladoras **deve ser alterada**, tal como o deve ser o modelo de escrutínio das suas actuações (ou, e por vezes com resultados ainda mais nefastos, das suas omissões). Deve alterar-se a actual regra de que os membros dos conselhos são propostos para designação pelo Ministro da área em que as Entidades possuem responsabilidades, tal como deve cessar a actual relação de tutela com o Ministério da área, devendo a totalidade de tais competências (de proposta de designação, e de tutela) caber exclusivamente à chefia do governo.

Por outro lado, os membros indigitados para os conselhos de administração ou de direcção da Autoridade da Concorrência e das Entidades Reguladoras **devem ser submetidos a audições individuais em sede parlamentar**.

A par da alteração vinda de referir, **deve atribuir-se às entidades independentes um mandato claro**, com duração não convergente com a da legislatura, com definição qualitativa e, quando possível, quantitativa dos objectivos que lhes são estabelecidos, de forma a poderem-se escrutinar parlamentarmente os resultados das suas actuações. A independência da Autoridade da Concorrência e das Entidades Reguladoras será, finalmente, assegurada pelo reforço da sua autonomia administrativa e financeira.

Dinamização da economia.

Princípios gerais

A existência de um futuro para a economia portuguesa, a renovação da esperança dos portugueses, implica uma alteração total do nosso modelo de desenvolvimento.



As reformas estruturais, há muito prometidas e nunca verdadeiramente realizadas, têm de ser encetadas e concretizadas com sucesso. O espírito reformador do PSD, o seu trajecto e a sua história conferem-lhe aqui um papel indeclinável e absolutamente essencial.

O nosso desempenho económico só melhorará com melhores instituições. Melhor e mais célere justiça, melhor Estado, melhor administração da sua relação com os cidadãos e as empresas.

Precisamos de portugueses mais dinâmicos, mas para tal temos que premiar a cultura de inovação e de assumpção de risco, penalizando e eliminando o compadrio e a promiscuidade entre as diferentes esferas da sociedade, entre o Estado e o sector privado, entre o Estado e os grandes prestadores de serviços inteligentes. Ou seja, precisamos de uma melhor sociedade civil e de um melhor Estado. Precisamos que a política e instituições públicas ajudem a este desiderato global de prémio da atitude competitiva por oposição à mera procura de rendas económicas por via da protecção do Estado e da indução dos agentes privados para estas actividades (por iniciativa pública ou, mais grave, por reacção pecaminosa a interesses particulares), e que lance as empresas nacionais no desafio da captura de oportunidades e no enfrentar dos desafios de um mundo global. E que **transforme Portugal numa plataforma suficientemente atractiva para o investimento dos portugueses e para a atracção do que há de melhor no investimento produtivo de terceiros.**

A inovação como vantagem competitiva: uma aposta permanente Portugal está colocado perante um novo paradigma de competitividade, que terá que assentar na capacidade de conceptualizar, analisar e perspectivar o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou negócios, em vez de um modelo baseado na competição pelo preço baixo ou pela encomenda de terceiros.

Esta alteração de paradigma obriga a uma maior capacitação académica, científica e tecnológica dos recursos humanos do país, das empresas e à necessidade de criar uma maior competitividade dos nossos sistemas de ensino, formação profissional e aprendizagem ao longo da vida. Implica também a capacidade de desenvolver uma nova cultura empresarial baseada na inovação, na competência e no empreendedorismo e uma administração pública magra, ágil e flexível onde o espírito de missão e de serviço sejam reencontrados. **Precisamos de uma administração pública desgovernamentalizada e despartidarizada, única maneira de assegurar a sua competência.**

Por outro lado, é absolutamente necessário **promover o aparecimento de uma nova classe empresarial. O desafio não é de agora. No entanto, o País necessita de um salto qualitativo nesta área.** O papel da inovação e do empreendedorismo na modernização da economia portuguesa e no rebalancear das suas relações com o exterior num contexto competitivo e global é um tema urgente.

O facto de Portugal não ter dimensão suficiente para gerar escala, reforça a necessidade de as empresas precisarem de se aventurar em novos mercados, por esse mundo fora, tirando partido da sua criatividade e capacidade empreendedora. Isto é, devem distinguir-se pela qualidade dos seus produtos e serviços, pela respectiva disponibilidade e pela forma como se apresentam ao mundo: têm de ser diferentes e melhores.

A política de inovação que tem vindo a ser definida de forma continuada ao longo dos últimos anos, tem sido consubstanciada num conjunto de programas de financiamento através de sistemas de incentivos baseados em fundos europeus. A falta de estabilidade e de objectivos claros, a constante mudança das regras que definem os sistemas de incentivos, a desorganização da administração pública e o excesso da burocracia defensiva, acaba por implicar lead times entre a entrega de uma candidatura e o seu financiamento, por períodos muito superiores aos que são razoáveis para projectos de inovação.

Uma política de inovação deve ser enquadrada por um conjunto de princípios que sirvam de base a uma política de inovação integral, coerente e sistémica para o país e ao consequente modelo organizativo e operativo:

- colocar a empresa no centro do sistema de inovação;
- estabilidade da política de inovação para estimular a inovação na realidade empresarial portuguesa. Definição clara da tutela para a Competitividade e Inovação;
- apoiar o desenvolvimento de redes de inovação;
- potenciar os sectores económicos com maior impacto inovador;
- aposta no empreendedorismo e na criação de empresas de base tecnológica;

Nesta enumeração de um conjunto de linhas de política de inovação, ter-se-á de **ressaltar a necessidade de estabilidade destas medidas de política, para que as empresas sintam um estímulo à inovação de uma forma permanente** e que se não verifiquem alterações nos sistemas de incentivos sempre que há alterações na governação do país. O impacto das políticas públicas de apoio à inovação na competitividade de um país está hoje cabalmente demonstrado. Por isso, há a necessidade de mudar.

As políticas de inovação têm de associar aos princípios enunciados um conjunto de medidas, que vão desde os sistemas de incentivos, a uma política rigorosa de financiamento das infra-estruturas do sistema científico e tecnológico, à inserção de pessoas capacitadas, a programas de financiamento de projectos nas diversas fases do ciclo de vida do produto, de financiamento desde o capital semente, de risco, garantia mútua, fiscalidade promotora do risco empresarial, mecenato científico e tecnológico e ainda financiamentos de apoio à internacionalização.

Em Portugal, o esforço tem de ser muito elevado e torna-se urgente mobilizar todos os agentes do sistema de ensino, ciência e tecnologia e do tecido produtivo para o cumprimento dos objectivos, de novo enunciados, nomeadamente empresas e universidades. Os últimos vinte anos proporcionaram um rápido crescimento do sistema nacional de ensino, ciência e tecnologia, tendo chegado o momento de proceder a importantes mudanças que o tornem mais competitivo, dinâmico e, em particular, que o articulem com as organizações e as empresas responsáveis pela criação de riqueza em Portugal. A universidade tem de ser capaz de abrir as suas portas às empresas e às organizações públicas e privadas com e sem fins lucrativas, para que o conhecimento possa ser a chave da mudança e da inovação, com o objectivo de criar novos produtos e serviços que lhes permitam aumentar a sua competitividade e de aumentar a sua criação de riqueza. A Universidade portuguesa tem em todos estes desafios um papel da máxima relevância, pois é nela que se encontra a maior reserva de conhecimento científico e que se torna fundamental, para que seja possível a sua articulação com as empresas e as entidades responsáveis pelas políticas públicas. **Este é também um excelente desafio que o país poderá e deverá vencer.**

Um Portugal empreendedor

Como referimos no ponto anterior, só o desenvolvimento de uma classe empreendedora, sólida e crescentemente alargada, que aceite com naturalidade e suficiente rasgo os desafios de uma economia competitiva, permite que Portugal estabeleça as bases da mudança do já crónico desequilíbrio estrutural da Balança de Bens e Serviços, com o consequente agravamento do endividamento externo.

O papel da inovação e do empreendedorismo na modernização da economia portuguesa, é um tema na ordem do dia e que tem sido alvo de vários programas de incentivo. Os objectivos são os de **reforçar as competências das empresas existentes, dinamizar áreas de actividade, mas também, ou principalmente, incentivar o aparecimento de novas iniciativas empresariais que tenham por base o conhecimento e a investigação e desenvolvimento (I&D) realizado no país.**

A acção da política pública deverá fomentar uma verdadeira mudança na atitude global das pessoas perante a assunção do risco. **Um problema essencial a resolver, e que constitui um enorme desafio, é a cultura antiempresarial e de desvalorização do empreendedorismo e do risco por parte da sociedade portuguesa**, nomeadamente por parte de muitos dos instalados, directamente dependentes do orçamento de Estado ou indirectamente por via do desenvolvimento de actividades privadas que têm o Estado como comprador cativo ou como propiciador de proveitos sem risco.

Este salto nas atitudes dominantes, que implicará a superação da actual quase ausência de estímulo à iniciativa, ao pensamento independente e original das pessoas, ao risco, e ao planeamento, organização e gestão de recursos, é condição necessária ao sucesso da economia portuguesa e dos portugueses. Acarretará a tão necessária substituição do compadrio e da conveniência pelo mérito e pela transparência. Não o fazer significa, por outro lado, caminhar no sentido da decadência de Portugal.

Um futuro governo do PSD deverá levar a cabo um conjunto de medidas que visem concretamente a prossecução desse objectivo explorando a capacidade empreendedora dos Portugueses. Incidirão:

- no Sistema de ensino, promovendo uma avaliação baseada em trabalho individual, que incentive e premeie a iniciativa, o método, a gestão de recursos e do esforço, sempre que possível. Incentivar a mobilidade de docentes entre a escola e as empresas;

- no tecido económico, **incentivar o aparecimento de novas empresas baseadas em conhecimento** (o que implica reforçar as valências de transferência de saber e tecnologia nas universidades e centros de I&D, apoiando incubadoras de ideias e empresas, aceleradores de empresas, parques de ciência e tecnologia), fomentar as sinergias e redes entre as várias instituições, procurando a cooperação estratégica e, finalmente proceder com exigência à avaliação de resultados tendo por base indicadores de performance: número de empresas criadas, taxa de sobrevivência, número de empregos qualificados criados, etc. Os apoios terão de ser sempre proporcionais aos resultados;
- motivar o sector financeiro a maior dinamismo e eficácia no financiamento de projectos de elevado valor e intensivos em conhecimento, nomeadamente por via de um maior dinamismo e dimensão de fundos de **capital semente** e de verdadeiro capital de risco;
- Fomentar a criação de valor em rede, por via da dinamização dos *clusters* que, sempre constituídos por empresas, centros de I&D e centros de saber, tenham objectivos estratégicos bem definidos, com financiamento dependente dos resultados práticos: produtos e actividade económica gerados pela criação do cluster;
- Incentivar a ligação de instituições portuguesas com instituições internacionais de reconhecido mérito na transferência de **tecnologia para as empresas**;
- **Criar um verdadeiro plano nacional de inovação e empreendedorismo.**

É uma realidade que o conhecimento, o espírito empresarial e empreendedor são valências essenciais ao nosso futuro colectivo.

Educação.

A Educação é uma política da maior relevância para o futuro de Portugal e o sistema de Educação em Portugal está longe de valer o que nele investimos. Mantemos taxas de conclusão do ensino secundário muito baixas e uma taxa de saída precoce do sistema que é praticamente o dobro da registada na União Europeia. O sistema de Educação em Portugal não prepara para o sucesso.

É necessário **mudar** para assegurar em permanência os recursos humanos e materiais, assim como os mecanismos de organização, indispensáveis a uma educação de qualidade ao longo da vida.

O sistema de Educação em Portugal mantém-se dissonante da necessidade potencial do mercado de emprego. Apenas dispomos de 50% dos nossos jovens até aos 24 anos com qualificações médias ou superiores, contra uma média de 77.5% nos restantes países da UE, quando o mercado de emprego já oferece postos de trabalho para os quais essas habilitações ou qualificações são necessárias, em 80% dos casos.

É necessário promover a liberdade de aprender e de ensinar, por intermédio da iniciativa pública, particular e cooperativa, que entre si devem colaborar na manutenção de uma rede equilibrada e actualizada de ofertas educativas ao longo da vida, cobrindo, com qualidade, as necessidades de toda a população.

A Escola para todos, que o PSD defende, é uma escola aberta, capaz de detectar as capacidades de cada um e de desenvolvê-las ao máximo.

O Futuro – Os Caminhos para a Mudança.

O exercício político em Educação tem que ser um exercício de responsabilidade. É necessário garantir o acesso dos alunos, atendendo a critérios de mérito ou de carência económica, a serviços e mecanismos, directos e indirectos, de acção social escolar, orientados por elevados padrões de qualidade.

A mudança passa por promover a plena participação das comunidades locais, na descentralização de competências e na autonomia das escolas de todos os níveis de ensino.

Portugal deverá recuperar o Sistema de Aprendizagem, vocacionando-o apenas para o nível secundário de estudos, e reforçando a componente de apoio financeiro aos formandos. Deve criar uma rede muito próxima e de co-gestão com as autarquias locais e associações empresariais de base também local, concelhia ou distrital. A estes parceiros deverá ser entregue a gestão do sistema, ficando o Estado como instância de regulação e de supervisão.

Melhor accountability/ Mais avaliação e informação

Urge **criar uma Agência de Avaliação Externa da Educação** não-superior e da **Formação**, que se ocupe da avaliação dos sistemas (aprendizagens, vulgo exames; ou competências, vulgo certificação; qualidade das

escolas e dos centros de formação; desempenho e satisfação dos professores e formadores; satisfação dos alunos, formandos e famílias). Ficará responsável pelos exames (avaliação externa das aprendizagens) e processos de certificação, apoiará a vertente externa atrás mencionada - da avaliação de desempenho de professores e eventualmente de formadores - e desenvolverá a avaliação de escolas e de centros de formação. Terá como obrigação a prestação de informação à sociedade, tornando-a acessível às famílias. Assumirá a avaliação externa e nacional das aprendizagens como responsabilidade.

E a nossa proposta será a de que se mantenham as provas de aferição no final do 1º Ciclo; **se introduzam exames nacionais no 6º ano a Língua Portuguesa e Matemática; se acrescente, no 9º ano, um exame nacional a Inglês; e que, no Secundário, se mantenham os exames nacionais nos moldes actuais.**

Mais que o incremento do número de exames, o que importará é que estes sejam fiáveis e comparáveis. E estas qualidades só podem ser garantidas se todo o processo for gerido por uma entidade independente. Necessitamos de uma avaliação que não gere suspeitas de facilitismo, como tem acontecido. Precisamos de exames que regulem e afirmem aprendizagens e que sejam concebidos e aplicados de forma que o país tenha garantias de que são instrumentos de fiabilidade e validade não questionáveis.

Melhor Educação de Adultos/Mais Emprego

O que actualmente se denomina de Novas Oportunidades leva as pessoas a verem reconhecido um estatuto que adquiriram nas empresas, mas não reúnem nova qualificação académica e muito menos ganham uma nova qualificação. Trata-se, portanto, de uma falsa oportunidade.

Há que redireccionar o Programa Novas Oportunidades para dimensões operacionais capazes de conjugar melhor a certificação escolar e a certificação profissional, tornando-o, assim, gerador de mais emprego.

Melhores Educadores e Professores

Depois de anos em que **o papel do professor tem sido desvalorizado**, é necessário mudar e alterar radicalmente este estado de coisas.

O professor deverá dispor de apoios à sua actividade, formação profissional, supervisão, por exemplo, que o tornem mais capacitado para lidar com novas exigências do processo de educação, nomeadamente a capacidade de garantir a disciplina na sala de aula e a actualização das aprendizagens dos alunos.

O ensino superior

A política para o ensino superior deve orientar-se para o incremento de forma constante e significativa da qualidade do ensino e da investigação científica. A autonomia das Instituições de Ensino Superior constitui o meio indicado para permitir alcançar este objectivo devendo ser reforçada de modo a que cada instituição e cada docente tenham as melhores condições para o cumprir da sua missão.

O Financiamento do ensino superior deve ser efectuado com base em regras claras numa **contratualização directa com as Instituições**. Deve ser efectuado em função de programas plurianuais com objectivos muito concretos e mensuráveis, envolvendo, nomeadamente, a existência de regras claras de financiamento baseadas no custo médio de aluno, o desenvolvimento de planos de crescimento de base científica e pedagógica a contratualizar com cada Instituição, a avaliação das instituições em função dos seus resultados científicos e pedagógicos e a construção de rankings para atribuição de prémios.

Mais Família

Alguns países da Europa têm vindo a desenvolver iniciativas de incremento do envolvimento parental na Escola. A implementação de Programas de Educação Parental em Portugal poderá passar pela criação de uma **rede universal para a capacitação parental e de mediação escola-família**. Essa deverá ser uma opção estratégica para o futuro. A investigação demonstra que este tipo de intervenções pode melhorar de forma significativa o sucesso escolar dos alunos e também o seu comportamento na escola, prevenindo situações de indisciplina.

Todo o quadro de gratuitidade tendencial do ensino obrigatório deverá ser mantido, bem como reforçado o apoio social às famílias e aos alunos de modo a que os 12 anos de escolaridade obrigatória sejam alcançados de forma bem sucedida. Contudo, defende-se que o apoio social e financeiro poderá ser majorado quando os resultados dos alunos são positivos.



Mais Comunidade Local/ Mais Autarquias

Dever-se-á consolidar a intervenção das autarquias no 1º Ciclo, estabelecer e redefinir o modo de intervenção nos 2º e 3º Ciclos, no âmbito quer da transferência de competências quer da gestão dos agrupamentos de escola.

As autarquias deverão ser parceiros ainda mais activos no ensino de cariz profissionalizante (são há já alguns anos promotores de várias escolas profissionais). A formação de técnicos de nível intermédio pode ser factor estruturante e apelativo do investimento económico num determinado território. Logo, o formato dos currículos do ensino profissional deve ser mais livre e capaz de suscitar contributos, mesmo no plano curricular, de autarquias, bem como de empresas.

Melhor gestão do investimento do Estado em Educação

O Estado tem vindo a desenvolver um plano nacional de requalificação de escolas secundárias e a valorizar, em conjunto com as autarquias, o parque escolar destinado ao 1º Ciclo. No plano tendencial, somos de opinião que a rede escolar nacional deverá ser considerada uma rede de serviço público de Educação, incluindo também as escolas que não são do Estado mas que são financiadas ao abrigo de contratos de associação. Numa segunda fase, devidamente ponderada e pensada a médio prazo, a **liberdade de escolha das famílias poderá ser alargada aos prestadores privados, em bases contratualizadas e de adesão voluntária.**

O Estado financiará a escolha das famílias, negociando com os prestadores privados não associados uma quota para esse efeito e tendo como base o valor/aluno do actual contrato de associação. Isto é, a liberdade de escolha da Escola será realidade se Estado e privados reunirem consenso no princípio, financiando o Estado a efectivação do mesmo, perante o compromisso dos privados em aceitarem um valor financeiramente razoável e que se tem vindo a comprovar como suficiente no âmbito da experiência de vários anos dos contratos de associação. **Se a liberdade de escolha das escolas é um princípio de cidadania, faz sentido que a sua concretização assente em moldes participados social e financeiramente sustentados.**

Melhor Educação

O Estado tem um papel fundamental, a par da família, na Educação. O que deverá competir ao Estado não é tanto a responsabilidade efectiva e operacional, isto é, não se pretende apenas um Estado prestador, mas um Estado criador de condições para a livre iniciativa da prestação do serviço de Educação e para a escolha informada por parte dos indivíduos, famílias e comunidades e que assume, com a outorga dessa liberdade, um papel de um Estado regulador, moderador e supervisor. Aspira-se a um Estado com uma política clara de valorização das pessoas, sem paternalismos, e de capacitação das famílias, apoiando-as no exercício das suas responsabilidades. Será um Estado que não concentra em si, de modo exclusivo, a prestação dos serviços de Educação e de formação, antes cria condições para que outros também o façam em liberdade e em parceria, contribuindo para um serviço público de Educação.

O Estado central deverá ter ainda um papel na definição dos princípios curriculares em matéria educacional e dos perfis e referenciais em matérias ou áreas formativas. O Estado local, as comunidades, as empresas, as famílias, os cidadãos serão parceiros fundamentais para a concretização da autonomia das escolas. A concretização da autonomia partirá sempre dum pressuposto de confiança nas instituições e nos cidadãos, que mais que um pressuposto é um valor das sociedades modernas, nas quais o Estado confia e delega, sem contudo se desligar, antes aprofundando a sua função de avaliação permanente, continuada, pública e independente dos sistemas de Educação.

Em síntese, **apontamos caminhos eficientes para que o futuro em Educação seja melhor. O PSD defende uma Escola para Todos, uma escola que a todos inclua numa vida activa com qualidade, capaz de não deixar ninguém para trás e de elevar os patamares de aprendizagem, conhecimento e competências de quem por lá passa.** Uma escola exigente, credível, escrutinável e que prepare o País para os enormes desafios do futuro.

Política de Saúde.

A política de Saúde, um dos pilares essenciais de uma política social coe-rente, expressará de forma inequívoca a visão do PSD sobre a necessidade imperiosa de colocar a Saúde ao serviço das pessoas e não das instituições, assegurando a liberdade de escolha dos cidadãos quanto aos

cuidados de saúde Entendemos que são três os princípios fundamentais que expressam a nossa visão sobre a política de Saúde, relevando do acervo doutrinário do Partido em sede desta área essencial de política social: o princípio da Igualdade, o princípio da Liberdade e o princípio da Excelência ou Competência. E, respeitando rigorosamente tais princípios, **coloca-se o desafio: como manter ou até aumentar o actual nível de acesso**

dos cidadãos aos cuidados de saúde reduzindo-se os gastos. Ou seja, como garantir o mesmo resultado com menos meios financeiros.

Do **princípio da Igualdade**, resultam os princípios: da universalidade de acesso; do seu carácter geral e solidário; da especial preocupação com os mais pobres e os mais idosos; e com ser tendencialmente gratuito.

Do **princípio da Liberdade** resulta que o Serviço Nacional de Saúde deverá: ser centrado no cidadão; permitir a liberdade de escolha; e ter absolutamente garantida a sua independência política.

Do **princípio da Excelência ou Competência** emergem, naturalmente, os princípios: da qualidade médica e tecnológica; da valorização da competência; da abrangência de actuação, desde a preventiva, à curativa e à pedagógica; e da eficiência na gestão dos recursos públicos.

A aplicação destes princípios implica uma **mudança fundamental face às opções políticas do actual governo** e do que o precedeu. Na verdade, em violação do princípio da Igualdade estes procederam à redução, em múltiplas situações, da oferta de serviços sem acautelar alternativas razoáveis. A ameaça latente da introdução de pagamentos diferenciados em função do nível de rendimentos dos cidadãos é por nós rejeitada, na medida em que - não compete à tarificação de acesso ao sistema de saúde qualquer papel na redistribuição de rendimentos - a sua concretização conduziria, inevitavelmente, a um tratamento diferenciado dos cidadãos no acesso ao Serviço Nacional de Saúde, correndo-se o risco de privilegiar o melhor pagador individual.

A garantia do princípio da Liberdade tem vindo a ser fortemente prejudicada desde há muito tendo-se registado mesmo um retrocesso nos últimos anos. O fornecimento dos cuidados de Saúde pode ser aberto à concorrência por via da efectiva implementação e reforço do princípio da liberdade de escolha, fomentando-se uma eficiência de funcionamento que auxiliará à redução de desperdícios que possuem um impacto não despidendo no Orçamento do Estado. A concorrência na oferta não prejudica o princípio da igualdade e a universalidade do sistema, pelo contrário - assegura o seu desenvolvimento com um custo global inferior.

No que respeita ao princípio da Excelência ou Competência, também os últimos governos pouco têm exibido uma acção claramente insuficiente. O esforço de racionalização, atentando à obtenção concomitante da máxima eficiência no prosseguimento permanente da excelência dos cuidados prestados ao cidadão, implica uma acção estruturante de estímulo da concorrência na oferta e de transparência nas regras de funcionamento dos vários agentes e a instauração de uma política firme e coerente que inviabilize os efeitos negativos que a alteração permanente das políticas, mesmo das estritamente operacionais, tem implicado.

E aplicação firme e consistente dos três princípios anunciados desagua na melhoria permanente do sistema e na sua acrescida eficiência. Em suma: Do princípio da Igualdade, decorre a uniformidade nos processos e nos serviços, permitindo uma racionalidade e uma escala máxima do serviço. Do princípio da Liberdade, resulta a liberdade de escolha de médico e de hospital pelo cidadão o que implica uma exigência directa sobre a qualidade e competência do serviço. Mais uma vez orientando o sistema para a excelência e permitindo a especialização e racionalização de recursos.

Do princípio da Excelência ou Competência, emerge o **reforço da actuação da Entidade Reguladora da Saúde** na definição e controlo dos níveis de qualidade mínimos necessários na prestação dos diversos serviços ou cuidados de saúde, tanto no sector público quanto privado. Decorre, ainda, a reintrodução do modelo de Parcerias Público-Privadas na componente médica e de out-sourcing de serviços.

Ora, a afirmação de tais princípios é essencial e representa aquilo que o Estado deve garantir aos seus cidadãos. A questão é a de como o deve fazer, a saber, enquanto financiador de cuidados de saúde e/ou enquanto prestador de cuidados de saúde.

Na verdade, deve recordar-se que **o SNS tem - e, nessa medida, devem ser exploradas todas as possibilidades de ganhos de eficiência que daí possam resultar - uma dupla vertente: de entidade financiadora de cuidados de saúde e de entidade prestadora de cuidados de saúde.**

O que é verdade é que **o actual modelo de financiamento dos cuidados de saúde assenta, essencialmente, na lógica do SNS enquanto prestador**



de cuidados de saúde. Ou seja, a vertente de financiamento do SNS encontra-se “capturada” pela sua vertente de prestação de cuidados de saúde. E, a uma tal situação poderá não ser estranha a situação actual de o Ministério da Saúde teimar em não se limitar a um papel de planificação da política de Saúde e de, assim, poder responsabilizar as Administrações Regionais de Saúde por uma gestão correcta e eficiente do financiamento atribuído.

E disto resulta que, actualmente, no financiamento dos estabelecimentos do SNS acaba por não distinguir o que são os seus custos de existência (manutenção das infraestruturas, investimentos a realizar, etc.) dos custos efectivamente correspondentes aos actos prestados aos utentes. Teimase em exercê-lo contrário, partindo-se de quanto se gasta para posteriormente se quantificar o número e tipo de actos que permite cobrir os gastos. O exemplo da confusão entre infra-estruturas e preço real dos actos é, aliás, assumido pelo próprio Estado quando contrata a realização de actos em estabelecimentos privados, sendo os preços pagos a esses prestadores privados substancialmente inferiores àqueles estabelecidos para os hospitais do SNS.

É, então, necessário distinguirem-se e quantificarem-se os diferentes tipos de custos.

Os custos relacionados com a infra-estrutura pública de saúde devem ser assumidos e ressarcidos enquanto indemnizações compensatórias como contrapartida da prestação de um serviço público, podendo assim calcular-se o verdadeiro custo correspondente a cada acto de saúde prestado a cada utente. A partir dessa separação e identificação, abre-se todo um novo horizonte para a análise da eficiência de funcionamento do SNS, desde logo passando-se a ter uma completa noção do custo de cada estabelecimento e sua comparação com os benefícios por si gerados.

Por outro lado, a função de financiamento do acto passará a ser, efectivamente, destacada permitindo-se outras opções, como sejam uma aplicação, segundo critérios a definir e a controlar estritamente, do modelo de reembolso. E esse modelo, conjugado com uma maior aplicação do princípio da liberdade de escolha – que apesar de proclamada para o SNS, remanesce ainda num estádio pouco mais do que formal – permitirá a que também no sector da saúde se promova uma concorrência saudável entre, por um lado, os próprios hospitais públicos e, por outro lado, entre cada um dos hospitais públicos e cada um dos hospitais privados.

A política do medicamento tem um papel central na verificação do princípio da Excelência. Em concreto, dada a justificada preocupação em controlar os gastos hospitalares com medicamentos e consumíveis médicos, resulta fundamental promover e controlar uma conjunção de acções e procedimentos relativas ao circuito do medicamento - prescrição, aquisição e distribuição.

A prescrição de medicamentos a nível hospitalar é obrigatoriamente efectuada pelo princípio activo dos medicamentos (DCI, ou denominação comum internacional). Contudo tal não acontece. É frequente a prescrição efectuada a nível da consulta externa ser por princípio activo mas é fundamental que se assegure que, internamente, nas unidades de saúde, se generalize a prescrição electrónica baseada na informação existente no Formulário Hospitalar Nacional de Medicamentos (FHNM) e Prontuário Terapêutico.

Por outro lado, é igualmente fundamental a criação de um Sistema Centralizado de Compras de medicamentos, dispositivos médicos e consumíveis hospitalares. O sistema de aquisição de medicamentos dos hospitais recorre a um catálogo único, mas decorre de negociações directas de cada hospital. Há toda a vantagem em manter um sistema de aquisições de medicamentos centralizado, passando o catálogo a fixar apenas o valor de referência para facturação hospitalar. Deverão ser privilegiados os genéricos de medicamentos sempre que existam, garantindo assim uma poupança na ordem dos 35, consequência directa da fixação do seu preço em relação ao medicamento de referência.

É ainda fundamental a generalização do princípio do prescriptor/pagador

estabelecendo-se que o encargo com os medicamentos dispensados exclusivamente ao nível do ambulatório hospitalar e os medicamentos prescritos pela consulta externa hospitalar dispensados em farmácias oficina constituam encargos do hospital emissor da prescrição. Para tal importa instituir a distribuição à cama hospitalar (que pode incluir lar do doente em casos de doenças crónicas) por entidade especializada. Por último,

refira-se que as melhorias nas metodologias de controlo, incluindo controlos de stocks e facturação, são essenciais à melhoria da eficiência.

Políticas Sociais.

A dinamização das políticas de acção social no nosso País carece, como em outras áreas, de uma revisão da atitude que o Estado tem revelado. Em concreto, quando já existam organizações de solidariedade social em campo, o Estado deve remeter-se às funções de regulamentação, financiamento, apoio técnico especializado e de fiscalização.

O reconhecimento do papel que as IPSS vêm assumindo no desenvolvimento sustentado do País e no reforço da coesão social traduz-se nas seguintes evidências, como sejam a cobertura integral de todo o território, dos aglomerados urbanos mais densos às comunidades do interior mais dispersas; e a manutenção dessa estrutura estável e micro – ramificada de respostas sociais corresponde à manutenção de cerca de 200 000 postos de trabalho distribuídos por todas as comunidades locais do País, sendo certo que as IPSS, cerca de 4 000 Instituições, movimentam 4.2% do PIB. Nos anos mais recentes, vem-se manifestando uma orientação legislativa que procura indiferenciar as IPSS, tratando as respostas sociais por elas levadas a cabo – que o Estado deve, nos termos de Constituição da República, apoiar e promover - de forma idêntica aos serviços prestados por empresas, sob forma comercial e com intuito lucrativo.

Defende-se a manutenção da orientação que tem vindo a ser prosseguida no sentido da **qualificação das respostas sociais**, devendo ser tomadas medidas de política que viabilizem:

- A qualificação dos recursos humanos ao serviço das instituições, sejam trabalhadores ou voluntários;
- A composição multilateral das instâncias de acompanhamento e avaliação da qualidade das respostas sociais e de promoção de boas práticas.

Desejamos ainda o reforço da participação das IPSS na formação profissional das pessoas em situação de desfavorecimento face ao Mercado de trabalho, na continuidade do papel que já desenvolvem nesse domínio, é uma possibilidade a promover. É possível diversificar as formas de empregabilidade e das modalidades empresariais no âmbito do Mercado Social de Emprego, centrando-as no desenvolvimento social, económico e ambiental, nomeadamente das zonas mais deprimidas do território, configurando as IPSS, quer em termos de emprego, quer de actividade económica, como verdadeiros promotores de desenvolvimento local.

O regime de segurança social é hoje e cada vez mais elemento essencial da solidariedade inter-geracional. A sua sustentabilidade é uma questão política da máxima relevância, sendo claro que a reforma levada a cabo pela governação socialista, ao alterar um regime assente na transferência dos actuais activos para os actuais reformados, prolongou a viabilidade do sistema, mas ignorou a questão de fundo: assegurar a manutenção a prazo de um sistema de segurança social justo e possível.

Assim há que avançar no **reforço de um sistema complementar de segurança social** através de uma componente individual baseada na capitalização, complementar ao sistema público de transferência. Defendemos, igualmente, a existência de tectos para as contribuições e para as pensões que, mais do que gerador de equilíbrios orçamentais de longo prazo, favoreçam a ideia de liberdade de escolha individual e diversificação de riscos, de garantia de equidade face às futuras gerações, libertando o Estado para apoiar as situações de maior dificuldade social.

Defendemos também o aprofundamento do papel do sector privado social e mutualista, através do reforço da contratualização e promoção do voluntariado.

Pretendemos ainda estudar a adopção de novas regras de base que definam os direitos à reforma. O cálculo das pensões deve ser feito tendo em conta o total das contribuições ao longo de toda a vida activa e a esperança de vida no momento da reforma.

Nesta medida inscreve-se a revisão das taxas de desconto, aplicáveis ao cálculo de reformas antecipadas por referência à idade legal, e ainda o estímulo ao prolongamento da vida activa pela adopção de mecanismos que permitam a reforma flexível ou faseada, em que os trabalhadores permanecem mais anos activos, mas com um ritmo mais reduzido e menos acentuado.

Política Cultural.

O objectivo fundamental da política cultural é o fomento de uma



sociedade desenvolvida, aumentando padrões de qualidade e onde os cidadãos sejam capazes de exercer a sua cidadania de forma exigente e responsável.

O contributo do sector cultural, em particular do designado sector das indústrias culturais e criativas é, cada vez mais, considerado como um contributo inquestionável na promoção da criatividade e inovação em contexto empresarial. Existe um crescente reconhecimento de que as indústrias culturais e criativas são cruciais porque:

- Contribuem para um maior desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação; são vitais para o surgimento de novas actividades económicas e para a criação de novas oportunidades de emprego sustentável;

- São indutoras de inovação e novas ideias para outras empresas; e, finalmente,

- Possuem significativos impactos sociais a nível local, nomeadamente, em termos de regeneração social ou de coesão social, revelando-se como impulsionadores de núcleos criativos nas regiões e cidades.

Do acima exposto se conclui que, nas sociedades modernas e em rápida evolução, as indústrias culturais e criativas são fundamentais para a construção de uma dinâmica inovadora, assente na economia do conhecimento. Neste contexto, a política cultural, devidamente enquadrada no âmbito mais vasto das acções promotoras do desenvolvimento, deverá:

- Promover a criatividade na educação, a aprendizagem ao longo da vida, e a educação artística na educação formal e informal;
- Facilitar o acesso ao investimento das pequenas e médias empresas destes sectores, atendendo às suas especificidades e as suas reais necessidades;
- Assumir a promoção da cultura como elemento vital nas relações internacionais e valorizar a língua portuguesa.

Esta aposta na língua portuguesa, passa também por uma política cultural forte assente num Instituto Camões mais dinâmico. Uma lusofonia mais forte pressupõe uma política cultural de primeira linha. O relançamento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa é uma tarefa fundamental que a CPLP e dos países membros devem reconhecer como vector de uma maior dinamização e projecção da cultura e língua portuguesa.

Agricultura e Mundo Rural.

O sector agro-florestal ainda tem decisiva importância económica e social em Portugal: representa 11,2% da economia, ocupa 73% do território; ocupa 17,4% do volume de trabalho total nacional e contribui com 13,8% das nossas exportações.

Não obstante a importância do sector, a Agricultura Portuguesa vive um dos momentos mais difíceis das últimas décadas. A falta de uma correcta estratégia nacional de desenvolvimento agrícola e rural, veio agravar o grau de incerteza e desânimo dos agricultores.

Neste quadro, Portugal sofre as consequências dificilmente suportáveis de um triplo recorde europeu:

- Maior quebra nos preços agrícolas e no rendimento dos agricultores;
- Maior afastamento da média europeia, relativamente ao poder de compra dos agricultores;
- Maior afastamento quanto à convergência real com a UE, tendo-se acentuado o saldo negativo.

Mais que nunca o sector agro-florestal precisa de verdade, de empenho político, de progresso técnico e de capacidade de negociação no âmbito da UE, mas também da mobilização, de rigor e sobretudo, de muito trabalho e de um esforço colectivo.

A concepção e execução de políticas que ajudem a credibilizar e dignificar as actividades agrícolas e florestal, enquanto actividades essenciais ao nosso País constitui imperativo inadiável.

Objectivos, Princípios e Desafios

A política agrícola nacional deve ser orientada de forma a utilizar com eficácia a margem de manobra que a Política Agrícola Comum (PAC) permite na defesa da nossa especificidade, tendo sempre presente a diversidade e pluralidade das agriculturas regionais e locais, ao mesmo tempo que promove a sua viabilidade e competitividade.

A Agricultura e Mundo Rural em Portugal passam pela formulação de três **objectivos**:

- Promoção de novos mecanismos de mercado na orientação da produção para satisfação da procura;

- Estabilização dos rendimentos dos agricultores;
- Readequação dos apoios para a promoção de uma agricultura de qualidade, respeitadora do ambiente, criadora da diversidade e geradora de oportunidades económicas nos diferentes espaços rurais.

Estes objectivos devem ser alcançados no respeito por **princípios** fundamentais que vão desde uma óptica territorial, ao carácter contratual da relação entre agricultores e sociedade em geral, à eficácia e eficiência dos fundos públicos, incluindo a transparência dos benefícios da política agrícola e rural em matéria de ambiente, emprego e qualidade.

Aos novos **desafios** como o da gestão do risco, o das alterações climáticas, o da bioenergia, o da gestão de recursos hídricos e o da preservação da biodiversidade e segurança alimentar, a Agricultura tem de responder com:

- Competitividade;
- Qualidade;
- Sustentabilidade.

Estas competências devem ser asseguradas por uma verdadeira política que concilie, por territórios, a agricultura competitiva de qualidade com o desenvolvimento sustentável dos diversos espaços rurais. Estes são os verdadeiros desafios que temos que vencer.

A orientação de sistemas de agricultura para a prática de culturas energéticas

Desenvolvimento Rural

Uma **estratégia nacional de desenvolvimento rural** deverá ter por como principal finalidade a promoção, de forma sustentada, da competitividade do sector agroflorestal e dos territórios ambientalmente equilibrados. Uma **nova geração de políticas de desenvolvimento rural** deve, por um lado, apostar na revitalização económica e social das zonas rurais (assente na diversificação de actividades), na criação de novas oportunidades de emprego e de apoio a actividades emergentes e nos novos clusters ambientais e de lazer.

No âmbito da **floresta**, a aposta deve incidir na prossecução do aumento da competitividade e do valor acrescentado, nomeadamente nas fileiras do sobreiro/cortiça, pinho/madeira, eucalipto/papel e folhosas, madeira nobre e no sector da biomassa florestal. Esta aposta deve pautar-se por uma lógica de abordagem territorializada e por um melhor ordenamento e da gestão florestal.

Portugal deve pautar-se pela preservação e protecção da biodiversidade e sistemas de alto valor natural e paisagístico, associados aos sistemas agrícolas e florestais. Deve também apoiar a prática de modos de produção sustentáveis, como a agricultura biológica e a produção integrada.

Algumas medidas de política a implementar:

- Alteração do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER), ajustando-o à realidade do sector, de forma a otimizar e potenciar os apoios ao investimento e garantir que parte das verbas disponíveis sejam devolvidas a Bruxelas;
- Generalização no estabelecimento de parcerias como instrumento estratégico de modernização competitiva;
- Criação de condições para assegurar a viabilidade dos agricultores que não conseguem ser competitivos, assegurando assim o mundo rural vivo;
- Combate ao abandono das terras agrícolas;
- Reforço de factores de competitividade do sector agro-industrial, em particular no que se refere à inovação, à multifuncionalidade e diversificação económica das explorações agrícolas e das zonas rurais.
- Rejuvenescimento o tecido social/empresarial no mundo rural – condições atractivas;
- Campanha continuada de sensibilização dos produtores para as práticas agrícolas correctas que assegurem a segurança dos alimentos.

Política para o Mar.

Portugal tem fortes razões históricas, ambientais e económicas para encontrar no Mar um dos mais importantes vectores da sua afirmação e do seu desenvolvimento. No entanto, não só o nosso potencial ligado ao Mar se encontra, ainda, subaproveitado, como a ligação dos portugueses ao Mar se caracteriza, hoje, por momentos de alheamento ou de nostalgia.

Portugal tem 17 vezes mais mar do que terra. É por isso legítimo afirmar que o mar não é só um legado histórico, que fez do país a nação que verdadeiramente iniciou o processo de globalização, mas é hoje e para o futuro o espaço e o recurso que nos pode conduzir à prosperidade e a uma nova afirmação no mundo.

O nosso Oceano encerra em si desafios e oportunidades que temos que encarar, com audácia. A consciência da nossa dimensão e da nossa geografia é um ponto prévio, para quem necessita, e todos os países necessitam, de saber o seu papel no mundo.

Colocar o oceano no centro da nossa estratégia como país é por isso rasgar fronteiras e relegar para um plano sem significado a periferia a que nos fomos deixando relegar.

Fazer do Oceano o centro da nossa estratégia é iniciar um caminho que permita a Portugal e à sua marca, construir um espaço de diferenciação, num mundo competitivo e inundado de mensagens e imagens.

Colocar o oceano do centro da nossa estratégia é construir uma nova identidade e contemporaneidade singular porque permite comunicar todas as vantagens daquele que tem que ser o novo pilar da geração de valor e de riqueza para a sociedade portuguesa.

Assumir o mar e os seus recursos é, para um país com poucas matérias-primas tradicionais, escolher o caminho da inovação e do conhecimento. É investir no desenvolvimento da sua capacidade científica e tecnológica. É fazer de tudo isso um caminho com futuro para os portugueses. Queremos ser os melhores entre os melhores dos que conhecem, exploram e protegem os oceanos.

Já se produziram, em Portugal inúmeras e valiosíssimas estratégias e relatórios sobre a aposta portuguesa no Mar. Identificaram-se, igualmente, as facetas e virtualidades daquilo a que muitos designam pelo cluster do Mar. Mas nem o mero sublinhar do nosso potencial nem a retórica das virtualidades da aposta no Mar são suficientes, por si só. É preciso passar à acção, tirando partido das oportunidades que podem ser geradas a partir da Economia do Mar.

Assim, defendemos as seguintes prioridades estratégicas, para cabal aproveitamento de um recurso — o Oceano — que é absolutamente central ao desenvolvimento de Portugal nas próximas décadas:

- **Assumir o Oceano como um factor de identidade nacional** e de afirmação internacional, promovendo a consciencialização da relação de Portugal com o Oceano, em particular, junto dos mais jovens;
- Concretizar a gestão do Mar numa perspectiva integrada, intersectorial e multidisciplinar e não fragmentada;
- **Internacionalizar e modernizar os nossos portos**, com vista a utilizar o território nacional como porta de acesso e placa giratória de mercadorias destinadas a outros mercados europeus;
- Tirar partido de uma melhor gestão dos recursos vivos do Mar através da pesca sustentável e do desenvolvimento da aquicultura, promovendo a qualidade dos seus produtos;
- Aproveitar as novas oportunidades económicas, como a aquicultura *off-shore*, a energia das ondas e das marés, a energia eólica *off-shore*, a biotecnologia e a robótica marinha;
- Valorizar o património marítimo material e imaterial através do desenvolvimento da náutica de recreio e do turismo marítimo sustentável, como os desportos radicais.

Um país sustentável

Alterações climáticas e valorização do território

A política de ambiente em Portugal está, hoje, fortemente condicionada por três factores.

Em primeiro lugar, o processo de *greening* da economia que, do ponto de vista legislativo e regulamentar, tem vindo a ser desenvolvido a nível internacional e, em especial, a nível europeu. Esta nova filosofia procura romper com a relação de dependência, ainda existente, entre o bem-estar social e o crescimento económico e a utilização intensiva de recursos, como nos casos em que tal tem gera importantes externalidades negativas sobre o meio ambiente.

Em segundo lugar, estamos condicionados pelo atraso estrutural de que ainda padecemos na área do ambiente, da energia e dos transportes (muitos portugueses ainda sem saneamento básico; níveis de emissões de precursores de ozono, por vezes em limiares nocivos para a saúde humana; dificuldades no cumprimento da meta nacional de emissões de gases com efeito de estufa prevista no Protocolo de Quioto; dependência energética do exterior; elevada intensidade de energia e dos transportes no PIB).

Em terceiro lugar, a eco-eficiência começa a assumir-se como uma verdadeira oportunidade económica, e não apenas como um custo ou um obstáculo ao desenvolvimento.

Estamos, assim, confrontados com a necessidade de – em simultâneo – resolver ainda alguns dos problemas ambientais de primeira geração

(água, saneamento e resíduos), implementar a nova geração de políticas ambientais europeias (assentes na internalização dos custos ambientais na economia) e desenvolver uma nova carteira de actividades económicas baseadas nas eco-inovações e nas tecnologias limpas.

Em matéria de política de águas, é fundamental reavaliar a estrutura empresarial que o Estado criou, na qual a generalidade dos sistemas multimunicipais no interior e parte dos que se encontram no litoral, apresentam resultados financeiros preocupantes, que não correspondem a investimentos realizados para assegurar uma economia das águas saudável em Portugal. Muito pelo contrário, foram realizados investimentos de capital intensivo que eram desnecessários e que comprometeram parte destas empresas.

Não podem continuar as manobras governativas no sentido de impedir o acesso a fundos comunitários por parte dos sistemas municipais que não se encontram sob o domínio da empresa Águas de Portugal.

Em matéria de conservação da natureza, impõe-se a revisão da estratégia de privatização quase total dos solos nacionais, mesmo daqueles que implicam, pela natureza e valor dos recursos naturais que contêm, restrições muito rigorosas, assim como da gestão das áreas territoriais mais importantes para o nosso património natural, criando sistemas que não passem sempre pela Administração e pelo Estado, desenvolvendo sistemas de parcerias público-privadas que atraiam as ONG e o mundo empresarial para a defesa dos nossos mais importantes recursos naturais. Defendemos as seguintes prioridades estratégicas:

- Combater as alterações climáticas e desenvolver uma economia de baixo carbono: Assim, assumimos uma aposta clara num processo de desenvolvimento sustentável e defendemos como prioridade o desenvolvimento de acções e de medidas, equitativas e custo-eficientes, de redução das emissões de gases com efeito de estufa em todos os sectores de actividade, de adaptação às alterações climáticas e de plena participação nos mecanismos internacionais que enformam a economia do carbono;
- Apostar na viabilização da bio-diversidade e da floresta. Portugal é um País rico em recursos florestais e paisagem, tendo por isso um património natural único que urge preservar e potenciar. Queremos proteger e preservar a biodiversidade mas não abdicamos de a valorizar, enquanto factor de atractividade para sectores como o do turismo e de melhoria da qualidade de vida das populações locais. Defendemos uma gestão sustentável da floresta, com recurso à aplicação das melhores práticas e tecnologias, à certificação e ao desenvolvimento de novos instrumentos financeiros;
- Concretizar uma política integrada e eficaz de protecção do litoral. O nosso litoral está sujeito a grandes pressões. A valorização do litoral passa por evitar parte substancial das sobreposições de competências a que se assiste em matéria de valorização e de defesa dos recursos do litoral, deixando claro quem administra o quê e, blindando melhor os processos de planeamento às influências dos promotores imobiliários, que têm sido depredadoras e empobrecedoras e estabelecendo um sistema de fiscalização territorial que funcione;
- Gerir os recursos hídricos. A gestão dos recursos hídricos deve ter por base uma visão integrada do ciclo da água, isto é, articulando a protecção dos recursos hídricos superficiais com o melhor conhecimento e a protecção dos recursos hídricos subterrâneos, assegurando que o ciclo da água, que pode demorar mais de uma década, se complete de modo sustentável;
- Enfrentar o sério problema dos solos contaminados, decorrente maioritariamente das actividades industrial, mineira e mais recentemente urbanas.

Urge realizar o respectivo mapeamento, aproveitando para o efeito a investigação científica no campo geológico que a Academia tem vindo a desenvolver e realizar um normativo que assegure procedimentos adequados relativamente ao uso e ao aproveitamento de terrenos potencialmente contaminados.

Papel das energias renováveis e da conservação energética

No contexto energético, a situação portuguesa é particularmente sensível. O preço do barril de petróleo tem estado sob elevada volatilidade, e a tendência estrutural é a de aumento dado o desfasamento entre a oferta e a procura a nível global, que se acentuará nas próximas décadas. Ora, Portugal é mais afectado que a média do que os restantes países europeus, dada a sua elevada dependência do exterior (cerca de 90%), em particular do petróleo (cerca de 60%), a sua elevada intensidade energética no PIB e a sua elevada intensidade dos transportes no PIB. A nossa factura



energética já é de 7000 mil milhões de euros, tendo triplicado entre 2006 e 2009. Se, a estes dados, associarmos o custo das emissões de gases com efeito de estufa (agora que a tonelada de carbono tem uma cotação no mercado e o seu valor será, através do Protocolo de Quioto, internalizado na economia) e o aumento do consumo da electricidade a um ritmo superior ao PIB, chegaremos facilmente à conclusão que o contexto energético é um forte obstáculo tanto à sustentabilidade financeira, como ambiental.

Precisamos de uma nova atitude em matéria de energia. Desperdiçamos demasiada energia e não tiramos plenamente partido dos nossos recursos naturais. Temos de apostar numa maior eficiência energética no consumo (realizado em nossas casas, nos escritórios, nas indústrias e nos transportes) e numa maior produção a partir de fontes renováveis.

É fundamental que a aposta do País em sede de política energética seja desenvolvida de um modo eficiente, coerente e competitivo. Ora, hoje, apesar da narrativa das energias renováveis, Portugal tem problemas sérios: insuficientes níveis de concorrência e de abertura do mercado; ineficiência do mercado ibérico de energia; atrasos burocráticos no licenciamento de novos equipamentos; degradação dos índices de segurança (redundâncias) do sistema electroprodutor; baixo investimento em I&D (continuamos a usar tecnologia proprietária); estrutura fiscal incongruente; défice tarifário galopante e politização das tarifas de energia.

Assim, defendemos as seguintes prioridades estratégicas:

A plena concretização e aprofundamento dos mercados de gás e de electricidade, fomentando a concorrência e a liberdade de escolha para os utilizadores da energia, a independência da entidade reguladora da energia e o reforço dos requisitos de transparência a observar pelas empresas de produção e distribuição de energia;

• Uma estratégia para o sector da energia que promova a redução da dependência de recursos de origem fóssil, o aumento da segurança de abastecimento e a redução das emissões de gases com efeito de estufa; O reforço da investigação científica e da inovação tecnológica capazes de criar condições para a aplicação de uma nova geração de energias renováveis, para a exploração mais eficiente dos reservatórios de combustíveis fósseis e para o armazenamento e sequestro de carbono; A continuação da aposta nas fontes renováveis, em especial nas tipologias para as quais apresentamos condições naturais privilegiadas, como é o caso da hidroelectricidade, da energia das ondas, da energia eólica, da energia solar, da geotermia e da biomassa;

O desenvolvimento da microgeração, das redes inteligentes de energia e da telecontagem;

Uma aposta na eficiência energética no consumo, em especial, nos edifícios. Os edifícios representam 40% da energia consumida e a redução do consumo de energia e o seu uso eficiente representam a mais poderosa, a mais fácil e a mais barata das energias verdes.

Política das cidades e o território.

No ordenamento do território metropolitano, encontra-se numa situação particularmente difícil, após 15 anos de governação socialista.

O povo português recusou em devido tempo, por referendo, a aplicação de uma receita de regionalização confusa e ultrapassada.

Entretanto, não se desenvolveram estudos acerca de alternativas económicas e úteis de regionalização, não se produziram experiências piloto nesta matéria, o que poderia ter sido iniciado com base nas associações de municípios para fins gerais, cuja liberdade de criação, pelo contrário, se limitou. Só aumenta sobre este assunto: a dialética discursiva do PS e o número incomensurável de organismos, empresas e outras instituições criadas pela Administração central para intervir regionalmente no território metropolitano, das quais as últimas foram as Administrações de Região Hídrica e as Sociedades Polis.

Cada Ministério criou os seus organismos periféricos, através dos quais pretende executar territorialmente as suas políticas sectoriais, sem cuidar das energias que para o mesmo efeito desenvolvem os restantes Ministérios.

O investimento, no momento em que tanto precisamos de empregos, é desencorajado pela teia de competências armada em redor das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, das Direcções Regionais de Economia, das Administrações de Região Hídrica e tantos outros organismos.

Precisamos de um sistema territorial diferente no País. Um sistema que assegure a simplicidade e a transparência nos processos de planeamento

e de licenciamento. Que determine uma grande vaga de fundo de descentralização da Administração central para os municípios, designadamente nas áreas da saúde, da educação e dos serviços sociais, garantindo que aqueles que mais precisam vejam devidamente articulados ao nível local os esforços públicos realizados, em prol do seu bem-estar.

Considera-se fundamental avançar com uma fase experimental, em que se testem as soluções de organização política, empresarial ou administrativa e financeira, de futuras regiões para o território metropolitano, e nesse sentido se procurarão obter consensus nacionais entre todos os partidos políticos, para realizar o que será apenas e só o culminar da transformação profunda do sistema territorial português, a que devemos dar início de imediato.

A importância e complexidade do processo de regionalização aconselha a que se tenha uma gestão prudente mas com objectivos traçados a serem cumpridos. Estamos em legislatura de revisão Constitucional pelo que deve ser defendida a retirada do travão da Lei Fundamental, que obriga à simultaneidade na criação das regiões. Uma vez concluído este processo, dever-se-á avançar para a criação de uma região piloto, onde se poderá estudar e avaliar modelos de competência e financiamento, bem como de transferência de pessoal técnico. Só então estaremos em condições de poder alargar a experiência piloto a outras regiões onde o referendo for positivo.

Se, à degradação do ambiente urbano, associarmos uma crescente suburbanização das grandes e médias cidades portuguesas e o surgimento de novos fenómenos de exclusão social, chegamos, facilmente à conclusão que estamos perante a necessidade de agir. É tempo de apostar na qualidade de vida nas cidades como um objectivo cimeiro da administração local e dos cidadãos. E essa mudança terá de ter em atenção que é nas cidades que se concentram problemas ambientais, mas também as principais capacidades e recursos da nossa economia.

A requalificação das cidades portuguesas terá de passar por melhorias no domínio da mobilidade, do urbanismo e do ordenamento do território. Nesse sentido, defendemos as seguintes prioridades estratégicas:

• Fomentar a mobilidade sustentável: É chegada a hora de, também em Portugal, assumirmos a mobilidade sustentável como um objectivo de todos os dias favorecendo a circulação dos transportes colectivos, dos veículos movidos com combustíveis mais limpos, assim como a construção de vias pedonais e de ciclovias;

• Apostar na requalificação urbana: Mais do que nova construção, defendemos uma aposta na requalificação urbana através de medidas de recuperação e de reconversão com especial enfoque em zonas históricas, antigas zonas industriais áreas suburbanas;

• Dinamizar o mercado ao arrendamento urbano, arrepiando caminho relativamente às políticas socialistas que estabeleceram níveis elevados de desconfiança entre inquilinos e senhorios, quando a confiança no funcionamento das regras e da relação contratual de arrendamento é essencial para o mercado poder funcionar. Herdados do passado, como seja o sub-sector das casas sumptuárias.

Portugal no Mundo.

Com o fim da Guerra Fria, a carta política mundial assumiu novos contornos: o aprofundamento da globalização, a emergência de novas potências que traduzem uma deslocação do poder económico e político para leste e sul, a consolidação dos grandes espaços de integração regional, a liberalização e interdependência da economia internacional, problemas de dimensão global imunes a soluções de natureza unilateral, a crescente concorrência em volta de recursos naturais escassos, a extensão das normas de protecção dos Direitos Humanos e o imperativo de travar a degradação ambiental.

Com efeito, a multiplicação e complexidade dos fluxos de capitais, as novas questões colocadas pelas migrações humanas, os perigos inerentes ao terrorismo e à proliferação de armas não-convencionais e a pressão exercida pela mundialização da comunicação tornaram as fronteiras mais porosas e criaram novos constrangimentos à soberania dos Estados. Todavia, os novos fenómenos gerados pela globalização também dotaram os Estados de novos instrumentos ao serviço dessa mesma soberania. Eis, pois, a dualidade da globalização.

Sem prejuízo do reconhecimento de um mundo onde o multilateralismo e a integração alastram, é redutor concluir que os interesses nacionais se confundem ou diluem em objectivos comuns, regionais e mundiais. Parte integrante da matriz identitária do Estado, a política externa visa conciliar as exigências impostas pelo sistema internacional, os interesses



Moção Global de Estratégia

nacionais e os nossos valores. É certo que este imperativo nem sempre é de fácil resolução. Mas a procura de soluções que permitam conciliar estes três vectores deve nortear a nossa actuação externa, em prol do bem-estar dos cidadãos e dos primados nacionais.

A política externa do Portugal democrático tem assentado em três pilares que permanecem actuais: o europeu, o euro-atlântico e o lusófono. Mas, doravante, num quando internacional crescentemente pautado por inúmeras incertezas e mutações vertiginosas, a salvaguarda do interesse nacional exige ajustamentos a cada um dos três pilares. Preservando as linhas mestras de política externa das últimas décadas, e os valores fundamentais que a orientam, Portugal terá de responder a uma série de fenómenos novos. A nova ordem emergente, cujos contornos são cada vez mais perceptíveis, configura uma mudança sistémica que nos obriga a reequacionar a forma mais adequada de afirmar as potencialidades de Portugal.

A adesão do país ao processo de integração europeia permitiu a consolidação da democracia e impulsionou o desenvolvimento económico. Nas últimas duas décadas e meia, Portugal procurou fazer frente aos desafios e às oportunidades resultantes dos sucessivos alargamentos e aprofundamentos que seguiram à reunificação alemã de 1990.

À medida que a Europa alterou a sua natureza no pós-guerra fria, o epicentro geográfico da Europa recentrou-se a leste, assim relegando Portugal para um posicionamento mais periférico. E porque os alargamentos futuros apontam para uma maior desvalorização da posição portuguesa no espaço europeu, torna-se, no plano institucional, imperativo agir no sentido de atenuar esta dinâmica centrífuga. Por isso, a nível institucional, a estratégia portuguesa invariavelmente continuará a passar por assegurar a presença do país na linha da frente da construção europeia.

Face às alterações político-institucionais que decorrem do Tratado de Lisboa, e assegurando que o processo de integração respeita tanto os interesses nacionais como as metas comunitárias, Portugal terá de assumir um papel mais robusto no sentido de evitar uma Europa de geometria variável, uma Europa a duas velocidades, uma Europa à la carte. A riqueza da União Europeia reside na sua diversidade, e na sua capacidade de sintetizar interesses nacionais diversos. Mas, para que os interesses de Portugal sejam plenamente assegurados, a nossa política externa terá de forjar alianças inovadoras num quadro crescentemente fluido, onde as clivagens que atravessam a União são cada vez mais marcantes.

Ao mesmo tempo que se assiste à metamorfose da natureza interna da União Europeia, o seu posicionamento mundial está em fase acelerada de mudança em consequência da emergência das novas potências asiáticas. Por isso, a Europa requer reorientação no que diz respeito à forma como se relacionada com as demais regiões do mundo. Virada para o leste durante os últimos vinte anos, a Europa necessita agora de se virar para o sul. Desde logo, para a vizinhança que é o Magrebe e o Médio Oriente. Mas também para a África e a América Latina. São estes espaços naturais de cooperação europeia que concedem a Portugal uma oportunidade para se assumir como Estado-pivot no desenvolvimento de alianças privilegiadas com regiões marcadas pela lusofonia. Eis o próximo desafio estratégico que se coloca ao nosso país no âmbito da União Europeia.

Se é verdade que a União Europeia proporciona grandes potencialidades, é igualmente verdade que Portugal nem sempre as soube maximizar. Esta realidade é por demais evidente no que concerne ao subaproveitamento do mercado único, dos fundos europeus e dos programas destinados fomentar a qualificação e a mobilidade dos cidadãos. Acrescenta-se que nem sempre a nossa diplomacia tem enfatizado adequadamente a dimensão não-institucional da construção europeia. Por isso, urge conceder às relações externas portuguesa os recursos e condições necessárias para executar uma actuação mais dinâmica e inovadora, particularmente no âmbito da diplomacia económica.

Não obstante, os interesses vitais do país não se esgotam no quadro europeu. O segundo pilar estruturante da política externa portuguesa – o espaço euro-atlântico – engloba três vectores: a relação bilateral com os Estados Unidos da América (EUA); a presença na Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO); e a relação entre os EUA e a UE.

Historicamente, a nossa diplomacia tem procurado manter uma relação privilegiada com a potência marítima dominante, pelo que a relação com os EUA continua a justificar-se. Para além de ser, no quadro da NATO, um aliado que contribui activamente para garantir a segurança dos Açores e da Madeira, e a nossa vasta Zona Económica Exclusiva, os Estados Unidos assumem uma importância vital porque acolhem uma

considerável comunidade lusa. A relação transatlântica permite a Portugal valorizar-se nos diversos tabuleiros em que está presente, ao mesmo tempo que lhe confere acrescida autonomia de decisão.

Acrescenta-se que o relacionamento com os EUA assume uma dimensão vital na medida em que a NATO se afigura como o segundo vector das relações transatlânticas.

Mais do que uma aliança política ou militar, a Aliança Atlântica congrega países comprometidos com a democracia liberal e com a segurança colectiva, a única eficaz no mundo contemporâneo, cuja existência reforça a estabilidade e a paz europeias.

Um compromisso contínuo com a Aliança Atlântica é do interesse de Portugal, pois permite-nos afirmar o papel do país como um Estado fornecedor de segurança e garantir a manutenção dos princípios e valores que estruturam o Estado português.

Duas décadas depois do fim da Guerra Fria, Portugal encara a evolução da NATO com renovada esperança.

O terceiro vector nas relações transatlânticas refere-se aos EUA e à UE. Embora os EUA e a UE tenham relações diplomáticas desde 1953, a cooperação bilateral apenas foi formalizada em Novembro de 1990, através da Declaração Transatlântica, posteriormente consolidada na Nova Agenda Transatlântica de 1995. É sabido que os anos mais recentes assistiram a tensões que ainda não foram inteiramente sanadas.

Urge, portanto, retomar o caminho de uma relação transatlântica robusta, assente em interesses mútuos e geradora de consensos quanto às questões fundamentais. A complementaridade euro-atlântica é uma fonte de força tanto para os Estados Unidos como para a União Europeia.

Dos três pilares estruturantes da política externa portuguesa, o lusófono oferece as maiores potencialidades, tanto a nível bilateral como multilateral, para aprofundar as relações entre os oito Estados lusófonos. A nível bilateral, Portugal tem vindo a aprofundar as suas relações com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), e a consolidar o relacionamento com o Brasil. Durante a presidência portuguesa da UE em 2007, Portugal instituiu as cimeiras bilaterais regulares entre o Brasil e a UE, conferindo-se assim a Brasília, no âmbito da UE, um estatuto igual ao da China, Índia e Rússia.

Durante muito tempo Portugal centrou excessivamente as suas relações com os países do espaço lusófono no plano bilateral. Esta tendência tem vindo a ser corrigida nos últimos anos, procurando a política externa portuguesa tirar partido e maximizar as potencialidades do espaço lusófono no plano multilateral, seja a nível internacional na ONU e no universo das instituições sob a sua tutela, seja a nível regional em instituições como a União Africana (UA), a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO/ECOWAS), ou a União de Nações Sul-Americanas (UNASUR).

Nos anos mais recentes, Portugal tem, e bem, vindo a reajustar a sua política externa no que se refere ao Atlântico Sul, construindo um triângulo estratégico cujos vértices são Brasília, Lisboa e Luanda. Em Julho de 1996 criou-se a CPLP para a defesa da língua portuguesa – cuja salvaguarda efectiva, aliás, tem sido pouco eficaz. A CPLP funda-se no património partilhado pelos países lusófonos, particularmente a afinidade linguística e cultural. Porque este legado comum, do qual a língua portuguesa é um pilar, dá forma a uma comunidade multifacetada com uma margem de desenvolvimento significativa, Portugal deve investir na consolidação e aprofundamento da CPLP, particularmente no aprofundamento e extensão de relações comerciais tendentes à construção de um grande mercado comum luso avançado nas potencialidades singulares da lusofonia.

As dinâmicas do mundo contemporâneo constituem oportunidades para definir uma política externa criativa, ambiciosa, pautada por objectivos claros e exequíveis. Nesse sentido, a política externa portuguesa tem um papel a desempenhar na criação de riqueza e, consequentemente, no aumento do emprego. A fim de melhor enfrentar os desafios colocados pela globalização, e a competitividade resultante, urge dinamizar a diplomacia económica, veículo para incentivar a internacionalização das empresas nacionais. Por outro lado, deverão ser criadas condições para que as comunidades lusas no exterior, que terão de passar a ser encaradas sem paternalismo e como possuidoras de experiências e mais-valias únicas, possam contribuir para desenvolver a economia nacional.

No quadro regional, a bacia do Mediterrâneo, em geral, e o Magrebe, em particular, serão destinatários privilegiados da acção externa de Portugal, um dos poucos, se não mesmo o único, Estado do sul europeu sem nenhum contencioso com os países do norte de África. É do interesse nacional de Portugal afirmar-se como interlocutor privilegiado entre o

Magrebe, a UE e os EUA, assumindo-se como eixo central de uma nova política de vizinhança para com esta região mediterrânica. Com efeito, este processo já decorre. Nos últimos anos, várias foram as empresas nacionais que adquiriram posições nas economias magrebínas. Por outro lado, o acesso às reservas energéticas do Magrebe, particularmente ao gás natural, afigura-se como de interesse vital para Portugal.

A globalização do último quartel do século XX ergueu os alicerces que irão moldar o sistema internacional do século XXI. Por isso, a globalização não pode ser entendida como um fenómeno passageiro que apenas marcou as décadas mais recentes. A globalização hoje vivida continuará a estruturar as relações entre povos e Estados, e a indiciar um mundo crescentemente aberto e integrado. Ao mesmo tempo, as décadas que se aproximam irão produzir desafios globais sem precedentes. Torna-se, por isso, imperativo configurar uma estratégia nacional que possa responder adequadamente ao novo quadro internacional que se vislumbra. A fim de proporcionar esta resposta, Portugal necessita de valorizar os três pilares da sua política externa, particularmente o lusófono. A encruzilhada internacional pauta-se pela complexidade, mas, caso saibamos enfrentá-la com ousadia e astúcia, também pela oportunidade.

Sistema Político.

É necessário que o Estado volte a desempenhar aquelas que são as suas funções nucleares com transparência e eficácia. Mas, é também preciso que o Estado evolua para um paradigma de regulação mais avançada.

O aspecto mais importante é o encontrar um meio de o Estado recuperar dignidade e cumprir com eficácia aquelas que são as suas funções nucleares: Justiça, Segurança, Defesa Nacional e demais funções de soberania. Isto porque um Estado que não cumpra estas tarefas básicas perde legitimidade aos olhos dos cidadãos e, em último recurso, não merece ser Estado.

Urge, ainda, rever quais as tarefas delegáveis por parte do Estado, isto é compreender qual a dimensão que este deve possuir e qual o papel a desempenhar.

Reforma da Administração Pública.

A par da redefinição das funções do Estado, impõe-se levar a cabo uma profunda reforma da Administração Pública.

Neste domínio, o PS tem demonstrado não ter estratégia ou fio condutor, e as medidas assumidas são erradas, gerando apenas novas injustiças. Continuaremos, por isso, a reclamar uma efectiva reforma da Administração Pública. O primeiro passo e o mais importante é de uma vez por todas pararmos com os exercícios de ligeireza e de falta de visão que têm caracterizado as reformas da administração pública anunciadas pelo Partido Socialista.

O que tem sido feito, para além de muitos anúncios, são reorganizações: Extinção de institutos, criação de outros, mudanças de nome, alteração e fusão de competências. Mas o mais extraordinário é que em nenhuma delas o cidadão está no centro da decisão. Ou seja altera-se o desenho organizativo e as atribuições dos agentes do estado e o que disso resulta é o que é colocado ao serviço do cidadão. Esta lógica de quase desprezo pelas funções vitais do estado tem que ser interrompida. O Estado e os seus agentes merecem-nos mais respeito, merecem ser de novo credibilizado. Temos que discutir e implementar o COMPROMISSO CIDADÃO, onde o Estado se compromete com os portugueses, com as suas empresa e instituições sobre o serviço e o apoio que lhes vai prestar. Sobre as responsabilidades que assume. Sobre os prazos que terá que respeitar. É esse o ponto de partida para uma reforma profunda da administração pública. Definido o compromisso do estado com sociedade, trabalharemos na organização do Estado aos seus diversos níveis, para concretizar o primado do cidadão e do bem comum.

Quanto à avaliação e classificação dos funcionários, impõe-se a aplicação efectiva, em todo o sistema, de uma classificação de mérito que responsabilize os dirigentes pela atribuição das classificações, bem como articulação destes resultados à progressão na carreira. Actualmente, os modelos de avaliação variam de sector para sector, dependendo – em grande medida - da vontade política dos detentores destas pastas governamentais, o que é, desde logo, uma garantia do seu falhanço.

É necessário redimensionar a Administração Pública. O peso dos salários é demasiado elevado, acrescido a uma má distribuição dos efectivos. Esta situação não é imputável aos funcionários, mas antes aos sucessivos Governos que fizeram a Administração Pública crescer sem que tal se mostrasse necessário.

Por isso é preciso agir em conformidade. Em primeira mão, o Governo deve definir objectivos concretos para redução de efectivos na Administração Pública. Para cumprir estes objectivos, deve-se começar por estabelecer a proibição de novas contratações.

O rácio de substituição que tem sido seguido e nem sempre cumprido, pelos socialistas de saem 2 entra 1||, é insuficiente, principalmente quando uma grande parte dos agentes da Administração Central se encontram afectos a funções de soberania ou áreas sociais (Educação e Saúde), onde a diminuição de funcionários sem critério não se pode efectivar. Logo, torna-se realista pretender a substituição de funcionários que abandonem os quadros da administração numa proporção de 5 por 1.

Reforma do Sistema Político.

Para além do que já se disse sobre a redefinição das funções do Estado e da reforma da Administração Pública, são necessárias reformas no sistema político que contrariem o alheamento dos cidadãos aos seus deveres cívicos e à realidade político-partidária.

Assembleia da República

É necessário desenvolver acções que valorizem e prestigiem o Parlamento. Mas esta tarefa não é possível sem que sejam alteradas as regras que definem a sua eleição, aproximando os eleitores dos eleitos.

Sem prejuízo de podermos vir a considerar outras alternativas existentes nos sistemas político-eleitorais, defendemos a introdução de mecanismos de personalização das escolhas pela via do voto preferencial opcional, mecanismo que requer a reconfiguração dos círculos eleitorais, de modo a combinar a existência de um círculo nacional com círculos locais menores, onde o eleitor poderá exercer um voto nominal escolhendo, assim, o seu candidato preferido, para além da escolha do partido da sua preferência.

A reforma manterá, essencialmente, o sistema de representação proporcional que vigora hoje, mas abre espaço à correcção de um dos aspectos em que o seu desempenho tem sido menos eficaz: aproximação de eleitores e eleitos.

O sistema de representação proporcional com voto preferencial que preconizamos deve também assegurar que dele não resultem desvios significativos que comprometam os actuais padrões de proporcionalidade e governabilidade. Do mesmo modo, importa discutir a dimensão do nosso Parlamento, considerando os requisitos do modelo reformista que defendemos.

O PSD tem ser cada vez mais exigente na escolha dos seus parlamentares. Tem de exigir que estes mantenham uma efectiva ligação aos círculos por onde se candidatam, acabando com os deputados-fantasma, ou seja, aqueles que aceitam ser candidatos e dão o rosto, assumem compromissos mas depois renunciam ao Parlamento.

Em política, o plano ético não pode ser esquecido. Há comportamentos que – não sendo ilegais - não podem escapar a uma censura ética. Defendemos que seja aprovado um código de ética e de conduta, aplicável a deputados, governantes e autarcas que seja uma referência de boas práticas e dignifique o exercício de funções políticas.

Autonomia Regional

Este é um conceito evolutivo, pelo que nos bateremos - na próxima revisão constitucional, e salvaguardadas as atribuições de soberania que competem à República - em propor as alterações necessárias à efectiva concretização do princípio da unidade diferenciada. Isto significa que as instituições do Estado e das Regiões ficam assim habilitadas a melhor assegurarem soluções adequadas às especificidades próprias dos Açores e da Madeira. Desde já nos batemos para que a Lei das Finanças Regionais, como lei de valor reforçado, veja alterada para 2/3 a maioria qualificada necessária à sua aprovação. Deste modo, evita-se que maiorias conjunturais possam produzir alterações ao sabor de conveniências partidárias e de ocasião. Contribui-se também para um quadro de maior estabilidade na relação entre a República e as Regiões Autónomas.

Poder Local

Existem grandes mudanças a fazer no poder local, fonte mais próxima da ligação dos cidadãos ao poder político. É o caso da revisão da Lei Eleitoral para as Autarquias Locais.

O PSD propõe aqui as seguintes alterações:

- Deverá haver uma só eleição para a Assembleia Municipal, tal como já sucede nas Assembleias de Freguesia;



Moção Global de Estratégia

- Os Presidentes da Câmara Municipal e o Presidente da Junta de Freguesia passarão a ser os primeiros candidatos das listas mais votadas;
 - O Presidente eleito passará a ter total liberdade de escolha dos Executivos autárquicos, de acordo com as maiorias existentes nas respectivas Assembleias, sujeitando a aprovação da sua lista executiva ao escrutínio do órgão fiscalizador;
 - A Assembleia Municipal deverá ver reforçados os seus poderes de fiscalização do executivo e de dissolução dos órgãos autárquicos, mediante a aprovação de moções de censura por maioria qualificada.
- Com estas mudanças pretende-se garantir a governabilidade e responsabilização dos vencedores das eleições autárquicas. As oposições continuam a participar, mas deixam de poder bloquear a acção dos executivos.

Equilíbrio dos poderes constitucionais

O PSD bate-se pela manutenção do actual equilíbrio constitucional entre os diversos órgãos de soberania.

Justiça.

A Justiça é um dos fins nucleares do Estado de direito, já que é através dela que os conflitos são solucionados com imparcialidade e os direitos dos cidadãos são garantidos, ao mesmo tempo que os que violam a lei são sancionados. Daqui decorre que, quando se instala na sociedade civil e nos operadores judiciários a ideia de que a Justiça não funciona, fica gravemente afectada a confiança dos cidadãos na autoridade pública. Outra consequência nefasta, é a descredibilização do Estado junto dos investidores nacionais e estrangeiros.

Por isso, nos preocupa tanto a actual situação da Justiça no País, e saberemos actuar em conformidade, propondo iniciativas neste sector.

De entre os principais factores de crise no sistema de Justiça, importa destacar três:

- a) Excessiva lentidão e falta de qualidade do sistema;
 - b) Falta de unidade, marcada pelo conflito público e descoordenação entre operadores;
 - c) Má qualidade das leis na aplicação do direito pelos tribunais.
- As linhas de força de uma reforma para a Justiça são:

Combate à lentidão da Justiça

As estatísticas do Conselho da Europa revelam que Portugal é um dos estados europeus que, proporcionalmente, mais gasta com o funcionamento dos tribunais. Sendo um dos 12 estados com maior número de tribunais por habitante (3.1 instituições judiciais por 100.000 habitantes), Portugal é um dos 10 países com mais funcionários de Justiça (68 por 100.000 habitantes). No índice de juizes, a media portuguesa é razoável (17.4 por 100.000 habitantes, cifrando-se a média europeia em 19.8). Neste contexto, há que questionar como é que se explica que Portugal seja um dos estados-membros da UE com uma das mais elevadas das taxas de morosidade, dada a tão grande afectação de recursos na Justiça. A solução não pode, pois, passar por mais do mesmo para combater a lentidão e a ineficiência. Mais dinheiro, mais funcionários, mais tribunais, mais juizes na complexa máquina da Justiça, não é solução. Antes de mais, o combate à lentidão e ao défice do sistema judiciário deve incidir em dois eixos: adopção de uma nova política de organização e gestão judiciária, acompanhada de uma revisão do direito processual, tanto civil como penal.

O elevadíssimo, ainda que decrescente, número de processos pendentes nos tribunais, bem como os atrasos processuais, reclamam medidas focadas em três alvos centrais: o regime de colocação de magistrados e funcionários judiciais; o modelo de distribuição processual; e o regime de direcção e gestão dos tribunais.

Neste capítulo, o novo mapa judiciário e a movimentação extraordinária de magistrados requerem uma particular atenção. No mapa judiciário, e sem prejuízo da experiência positiva que são as comarcas-piloto, há que abreviar o indesejável arrastamento do novo mapa dos tribunais até 2014, monitorizando o seu impacto e fixando um mapa definitivo, que responda eficazmente à sobrecarga processual dos tribunais de comarca do litoral.

A movimentação extraordinária é uma matéria delicada, na medida em que pode criar riscos ou suspeitas de afectação de certos processos a determinados magistrados na base de conveniências políticas. Contudo, existem congestionamentos de tribunais específicos a que se impõe dar resposta.

Desta forma, a par da avaliação do novo mapa judiciário, dever-se-á prever na Constituição e na lei (com rigorosa salvaguarda dos princípios da inamovibilidade e independência dos magistrados), critérios gerais que autorizem a movimentação extraordinária de juizes. Esta medida serviria para acorrer a situações de necessidade, de forma a que o Plenário do Conselho Superior da Magistratura - mediante decisão tomada por maioria qualificada e fora do ciclo próprio dos movimentos judiciais - possa reforçar os tribunais com elevada sobrecarga processual.

Os mesmos critérios de mobilidade deverão aplicar-se aos funcionários judiciais, após negociação com as estruturas sindicais.

Também a distribuição processual nos merece particular reflexão. De facto, salvaguardadas as garantias de imparcialidade e independência, impõe-se reforçar o protagonismo do juiz-presidente na distribuição de processos, evitando sobrecargas individuais, agilizando a tramitação de processos complexos e garantindo um maior equilíbrio entre juizes generalistas e especializados.

A fixação de um calendário realista para os actos processuais do juiz recomenda que processos com atrasos excessivos e injustificados possam ser redistribuídos pelo Plenário do Conselho Superior da Magistratura (CSM), mediante deliberação tomada por maioria qualificada, sob proposta do juiz-presidente.

Importa, por isso, ponderar um sistema em que os juizes sejam classificados em razão da sua produtividade, aferida em termos quantitativos e qualitativos, o que implica um novo paradigma das inspecções feitas pelo CSM.

Finalmente, deve investir-se num modelo de direcção efectiva e robusta da administração dos tribunais, com uma articulação coerente entre os três actores fundamentais da gestão processual: o juiz-presidente com um estatuto liderante, o secretário de justiça e os escrivães de direito. Tal implicaria uma definição mais transparente das respectivas competências e uma aposta na sua formação especializada em gestão. A dimensão burocrática na qual o juiz consome uma parte da sua actividade justifica a delegação de diversos desses actos no secretário e no escrivão.

Uma revisão cirúrgica do direito processual

O direito processual necessita de várias alterações urgentes para garantir uma maior celeridade processual.

Para além de várias medidas específicas, a melhoria do direito processual requer a adopção de princípios transversais, de onde destacamos:

Uniformização jurisprudencial, que garantam uma adequação do direito ao serviço da justiça;

Justificação mais curta de decisões jurisdicionais por razões de celeridade processual, sobretudo em processos simples;

Flexibilização dos critérios conducentes à litigância de má, com multas particularmente severas;

Criação de meios alternativos de resolução de litígios, com uma aposta forte nos sistemas de mediação, arbitragem e Julgados de Paz, bem como no alargamento dos meios alternativos de resolução de litígios à área fiscal, sob a égide do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais;

Reforço da componente prática na formação dos magistrado nas áreas do direito processual, civil e penal, criando disciplinas especializadas para a actividade judiciária, nomeadamente no domínio da regulação, gestão

processual e investigação criminal. A formação dos magistrados deve ter em conta o reforço de tribunais especializados.

No que respeita ao Processo Civil, deve-se estudar o caminho de uma tramitação diferenciada, o que poderá levar a que - nos tribunais de Comarca com elevado volume processual - se venha a propor a separação das acções declarativas das executivas, devendo o processo declarativo prever uma tramitação diferenciada para processos de tipo e de complexidade diferente.

No que se refere ao Direito Penal e Processo Penal, admite-se que sejam aligeirados os trâmites dos processos sumários, sumaríssimo e abreviado, assim como a remissão das bagatelas penais e pequenas fraudes para a pequena instância.

Na primeira instância e nas relações, o tempo da decisão deve aproximar-se do tempo legal, nomeadamente, mediante a racionalização rigorosa de requerimentos a solicitar a agilização das notificações às partes. É ainda fundamental reforçar os poderes do juiz na limitação efectiva do número de testemunhas arroladas.

Admitimos também que o processo sumário deva ser revalorizado, através da possibilidade de marcação da audiência de julgamento até 15



dias após o flagrante delito, sempre que o Ministério Público entenda necessário empreender diligências de prova essenciais para fundamentar a acusação.

Cumpra ainda acautelar o julgamento em processo sumário, por tribunal colectivo, de agentes criminosos detidos em flagrante delito pela prática de crime punível com pena de prisão igual ou superior a 5 anos, caso se faça prova fácil do ilícito cometido. Deve também ser aberta discussão à revisão do Código de Processo Penal, prevendo uma maior agilização da detenção fora de flagrante delito, alargada às forças de polícia criminal sempre que haja perigo de continuação da actividade criminosa.

Por fim, deve também ser reposto o antigo regime de prisão preventiva. Propomos, igualmente, a alteração das recentes modificações aprovadas pela maioria socialista em relação ao Direito Penitenciário, causadoras de alarme social, atribuindo ao juiz de execução das penas, e não à administração penitenciária, a competência para colocar o recluso em regime aberto ao exterior.

Boa qualidade das leis

No âmbito de uma política de Estado cujo objecto excede o sector da Justiça, defendese a aprovação de um Plano com as seguintes opções:

a) Criação de uma rede de unidades de concepção e gestão da qualidade normativa das Leis, coordenada por um órgão central;

58

b) Introdução da avaliação prévia de impacto das leis mais importantes, como as grandes reformas administrativas e laborais, normas para grandes investimentos públicos, leis com repercussão no meio empresarial e das IPSS antevedendo os seus custos, benefícios e riscos.

Segurança.

A segurança dos portugueses é um dos fins centrais do Estado, pelo que a simples percepção pública da sua falta afecta a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas. O Relatório da Segurança Interna relativo ao ano de 2008 revela um sério aumento em 10,8% da criminalidade violenta, enquanto que os crimes organizados em grupo cresceram 35%. Sintomaticamente, o acréscimo da delinquência foi acompanhado por uma redução significativa de agentes criminosos presos, tanto em razão da total desadequação da lei penal e processual penal à situação vivida em Portugal, como também da conduta indulgente de alguns magistrados na respectiva interpretação, desmoralizando-se as forças policiais e enfraquecendo-se a sua autoridade.

Três factores, de entre outros contribuíram para esta situação:

a) Falta de efectivos policiais e incapacidade organizativa do Governo para garantir um policiamento de proximidade;

b) Ineficiente modelo de direcção das forças de segurança e falta de coordenação entre forças policiais;

c) Falta de articulação estrita entre as políticas de segurança e Justiça e inadequação da moldura penal para uma repressão efectiva da pequena criminalidade de rua e da criminalidade violenta.

O Governo do PS cometeu erros gravíssimos na organização dos sistemas de segurança e de investigação criminal. Ao procurar articular polícias e magistraturas, conduziu ao estado a que hoje chegámos: nem articulação, nem segurança consistente, nem investigação capaz e eficiente.

Aquilo que o PS fez, foi contaminar sistemas que precisam de autonomia com a eficácia política do governo. Com a sua manobra táctica, atabalhoando o sistema judiciário, criando casos que dão notícias, este Governo estimula a insegurança, leva à descrença na justiça e à falta de autoridade das polícias e magistrados.

O PSD está em condições de promover a revisão das leis de Segurança Interna, Investigação Criminal e Sistema Integrado de Informação criminal. Como medidas de prevenção e repressão da criminalidade violenta defendemos a opção por um policiamento de proximidade.

Nos grandes centros urbanos, especialmente naqueles onde se verificou um aumento da criminalidade, cumpre reorganizar com urgência o sistema de policiamento de proximidade, mediante a reordenação geográfica das esquadras policiais e postos da GNR, o reforço da segurança das pequenas esquadra, a libertação de efectivos para o patrulhamento visível das ruas (especialmente no período nocturno) e uma ligação mais estreita entre as polícias, as autarquias, as escolas e as associações de comerciantes.

Nas zonas urbanas problemáticas, é necessário instalar postos da PSP de expressiva dimensão e dotados dos meios adequados, considerando-se

como política prioritária a desarticulação dos grupos organizados de delinquentes. Importa, igualmente, aprontar unidades de intervenção especial para o combate à criminalidade violenta nessas zonas urbanas, em reforço das forças policiais locais.

Urge afectar mais agentes policiais e meios de controlo electrónico aos programas escola segura, comércio seguro, abastecimento seguro e Verão seguro, os quais devem ser revistos no plano das suas prioridades e áreas de ineficiência. No contexto do programa escola segura, há que potenciar a colaboração com as direcções dos estabelecimentos de ensino, tendo em vista a prevenção eficaz da violência entrejovens (especialmente do fenómeno de bullying).

Desejamos, igualmente, uma maior exigência no controlo de fronteiras. Urge rever disposições legais que facilitam a entrada no País a pessoas que tenham praticado crimes com condenações transitadas em julgado. Importa, ainda, convencionar com os Estados não europeus com maiores fluxos imigratórios com Portugal, Acordos que permitam o acesso electrónico a registos criminais pelos agentes policiais nos postos fronteiriços.

Nova política de direcção e gestão das forças policiais

Deve ser feito um reforço dos efectivos operacionais nas forças policiais, já que o sistema se defronta com uma escassez de recursos humanos devidamente treinados em actividades de policiamento.

Advogamos, igualmente, uma revisão do sistema de segurança interno, que concentra demasiado poder na figura do primeiro-ministro, ainda que admitamos que os poderes do secretário-geral do Sistema de Segurança Interna devam ser reforçados no plano da sua autoridade hierárquica para assegurar uma coordenação operacional conjugada da actividade das forças policiais.

Quanto ao papel das diferentes forças policiais, queremos que a Polícia Judiciária - como órgão superior de polícia - seja dotada de maior capacidade operacional, coordenando a sua actividade com a das restantes forças policiais na investigação criminal.

Deve, ainda, ser potenciada a componente de manutenção da ordem pública pela GNR, que manterá o seu estatuto de força militar.

O estatuto dos agentes da Polícia de Segurança Pública deve ser dignificado e o estatuto dos agentes da Polícia Municipal deve ser revisto, de forma a que a sua actividade possa complementar com eficácia as restantes forças policiais no domínio de missões de segurança.

Deve ser reavaliada e executada uma política consistente de afectação de funcionários públicos ao serviço de atendimento nas esquadras e a serviços externos de notificação assegurados pela polícia, mediante a execução de um programa adequado de selecção e formação, como forma de libertação dos agentes policiais para o desempenho de actividades de segurança nas ruas.

Melhor coordenação entre as políticas de segurança pública e Justiça

Deve ser assegurada uma maior coordenação entre os Ministérios da Administração Interna e da Justiça no domínio da política criminal, que implique o reforço da autoridade dos agentes policiais, e uma articulação eficiente entre os magistrados do Ministério Público com as forças policiais na investigação criminal, com critérios claros sobre a liderança nesses processos de investigação.

Reforço das políticas de prevenção e repressão de certos tipos de criminalidade qualificada.

Os novos tipos de agressão que o terrorismo e a criminalidade internacional organizada podem desferir contra a segurança das populações exigem que, na revisão da legislação em vigor, o combate a essa ameaça envolva as Forças Armadas em missões internas de prevenção a ameaças transnacionais de risco, em colaboração com as forças policiais.

Importa, igualmente, garantir um melhor controlo policial de fronteira, evitando que as debilidades criadas pelo sistema do Espaço Schengen vulnerabilizem o território nacional à penetração da criminalidade internacional organizada.

Finalmente, cumpre executar com eficácia os mecanismos de cooperação internacional, com especial relevo para:

a) Reforço cooperação técnico-policial no âmbito das organizações de segurança de que Portugal é membro;

b) Maior envolvimento de Portugal no âmbito do espaço de segurança e justiça da União Europeia, no combate ao crime transnacional.

Uma via verde para o desenvolvimento sustentável

Castanheira Barros* e João Santos**

I - INTRODUÇÃO

O mundo desperta para a necessidade de se assegurarem condições de sustentabilidade no Planeta

O ar que respiramos e a água que bebemos são os bens materiais mais importantes para a Humanidade.

O acto de respirar é aliás o único que é permanente no Ser Humano, acompanhando-o do nascimento até à morte.

Temos pois que cuidar do ar que respiramos.

A água é essencial à vida. Mais de 70% do corpo humano é composto por água.

Temos pois que cuidar da água que bebemos.

Isto se queremos ter uma vida de qualidade e deixar o planeta habitável aos nossos filhos e netos e às gerações vindouras.

A libertação de clorofluorcarbonetos para a atmosfera é a principal causa da diminuição da camada de ozono.

O ozono existente na estratosfera constitui um factor de protecção dos seres vivos ao absorver os raios solares ultravioleta.

As radiações ultravioleta são responsáveis por queimaduras e cancro de pele, por graves afectações nos olhos e no sistema imunológico.

Cerca de 65% da radiação solar é retida por gases como o Dióxido de Carbono, o Metano, os Óxidos de Azoto e outros, que geram um efeito de estufa, provocando assim o aquecimento global do Planeta Terra.

É profundamente preocupante o aumento anual de concentração de dióxido de carbono, de metano e dos clorofluorcarbonetos na atmosfera.

A não ser invertido o ciclo actual, assistiremos neste século a um aumento da temperatura global de 2 a 6 graus, o que irá determinar o aumento do nível médio da água do mar, devido ao degelo nos pólos Norte e Sul, com a consequente afectação das condições de habitabilidade nas orlas marítimas.

As **chuvas ácidas** constituem outro dos efeitos nefastos da poluição atmosférica, ficando a dever-se principalmente à combinação do dióxido de enxofre (SO₂) e dos óxidos de azoto (NO_x) com o vapor de água da atmosfera.

A utilização dos combustíveis fósseis é o principal factor de emissão para a atmosfera de grandes quantidades de SO₂ e NO_x (dióxido de enxofre e óxidos de azoto).

A chuva ácida tem efeitos devastadores.

A Humanidade produz diariamente uma quantidade astronómica de lixo doméstico. É imperioso não apenas aumentar o índice de reciclagem, como caminhar no sentido da eliminação das embalagens supérfluas.

Como é imprescindível **reduzir a utilização do plástico** na nossa vida do dia a dia.

Da queima dos resíduos sólidos urbanos e dos industriais perigosos por via da incineração e co-incineração resulta a produção dos denominados POP's – Poluentes Orgânicos Persistentes, entre os quais se incluem as dioxinas e os furanos que são substâncias altamente cancerígenas, cujos efeitos subsistem durante mais de 30 anos.

Os ingleses chamam às dioxinas « **o veneno perfeito** », porque matam sem deixar rasto.

Por isso **incineração não, tratamento mecânico e biológico dos resíduos sólidos urbanos sim.**

Co-incineração de resíduos perigosos não, Pirólise sim.

A preservação do equilíbrio ambiental será o grande desafio da humanidade no Século XXI.

II - O RUMO A SEGUIR

a) O que é o desenvolvimento sustentável

Desenvolvimento Sustentável é, segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, um conjunto de processos e atitudes que atende às necessidades presentes sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras.

O relatório Brundtland, publicado pela Organização das Nações Unidas em 1987 postulava que o ambiente deve impor limites ao crescimento económico e social. Esta constatação impõe a necessidade de compatibilizar o crescimento económico com o ambiente e está na génese do conceito de **desenvolvimento sustentável**.

Na segunda metade do século XX foi criada no ocidente uma sociedade cuja abundância material se apoiou numa enorme disponibilidade energética. O petróleo barato que alimentou esta florescente economia provocou um aumento maciço de emissões de dióxido de carbono para a atmosfera, poluindo o planeta e causando alterações climáticas.

A sociedade consumidora de recursos em larga escala emite abundantemente CO₂, contribuindo para o aquecimento global. O modelo de desenvolvimento poluidor, liderado pelo ocidente provocou graves danos ao ambiente, revelando-se insustentável.

A era da prosperidade poluidora chegou ao fim, tornou-se imperioso tomar um outro caminho em direcção a um planeta sustentável.

A sustentabilidade adquiriu estatuto de política central a nível mundial. A tomada de consciência da gravidade da situação levou os políticos, os governos e as instituições a procurarem reformular o modelo seguido e à necessidade de se optar pelo caminho do desenvolvimento sustentável.

A aplicação do conceito de sustentabilidade depende da acção integrada em vários domínios, desde a energia à água, passando pela mobilidade e os transportes, os resíduos, e as técnicas e materiais de construção.

Para que isso aconteça é necessário recorrer a tecnologias de utilização de energia limpa e renovável, utilizar veículos não poluentes e reaproveitar os resíduos para caminhar no sentido da sustentabilidade urbana.

O governo deve ter um papel activo fomentando a sustentabilidade e consciencializando os cidadãos para a cidadania responsável e participativa levando-os a serem activos agindo em prol do meio ambiente.

A Constituição da República Portuguesa não se limita a consagrar no artigo 66º que «todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado», impondo também «o dever de o defender».

O surgimento do paradigma do desenvolvimento sustentável apresenta-se como a procura em primeira linha de soluções para o planeamento urbano, com vista a **reduzir os impactos ambientais** e criar sociedades mais ecológicas, mais saudáveis e mais justas a todos os níveis.

Algumas medidas são comuns a todas as cidades para que estas se tornem sustentáveis. Uma maior eficiência energética, menos desperdício, redução da produção de resíduos, tratamento adequado do lixo, redução da mobilidade automóvel, transferindo-a para o transporte colectivo e incentivando à escolha do local de residência o mais próximo possível do local de trabalho.

Os problemas da sustentabilidade são interdisciplinares e exigem uma visão global para se encontrarem as soluções ambientais, sociais, urbanas e de mobilidade mais adequadas.

A complexidade dos processos de impacto ambiental apresenta vários desafios.

O conceito de desenvolvimento sustentável traduz a necessidade de

conciliar o desenvolvimento económico e social com a natureza a preservação do meio ambiente. Qualquer proposta de desenvolvimento deverá levar em consideração a qualidade ambiental, rejeitando projectos de alto risco ambiental.

b) As soluções de sustentabilidade

b 1. Edificação de cidades mais densas, reduzindo a mobilidade

As cidades consomem 75% da energia mundial e contribuem com 75% para a emissão global de CO₂. Revela-se assim urgente actuar no campo da energia e agir sobre as emissões. Se reduzirmos o número de carros movidos a petróleo, a poluição baixa substancialmente.

Reduzir a dimensão das cidades é um outro caminho possível. Cidades mais verticais e menos espalhadas, exigem menor mobilidade, proporcionando uma mais fácil locomoção para a escola ou trabalho. Nas cidades extensas o consumo energético é muito mais elevado do que numa cidade densa.

Tipologia e dimensão das casas

É fundamental construir casas mais pequenas e com tipologias que se ajustem às necessidades familiares: uma casa com 200 m² é suficientemente ampla para uma família de cinco pessoas.

Aplicar as teorias do novo urbanismo

Como fundamental é aplicar as teorias do novo urbanismo – Nova carta de Atenas - que defende a mistura funcional, a mistura de uso, de habitação e serviços, numa melhor organização do espaço urbano para promover a sustentabilidade. Nesta leitura urbanística, as pessoas deslocam-se não por obrigação mas sim por opção, reduzindo a mobilidade.

Reduzir a mobilidade

Reduzir a mobilidade constitui um importante factor de melhoria das condições de sustentabilidade, pois reduz o consumo de energia e a poluição atmosférica. Realizam-se muitas viagens perfeitamente evitáveis por motivo de trabalho ou de lazer. É imprescindível fomentar uma nova cultura de mobilidade.

Transporte e tráfego

Há que desincentivar o transporte motorizado individual, privilegiando o transporte colectivo, criando mais e melhores corredores Bus, incentivando o uso dos automóveis eléctricos. A ferrovia é uma excelente solução a nível ambiental, sendo a melhor opção para o desenvolvimento sustentável.

Mudança nos padrões de produção e consumo

É necessário mudar nas cidades os hábitos de consumo, reduzindo os desperdícios. A aplicação da política dos 3Rs, reduzir, reciclar, reutilizar é um passo importante nesse sentido.

Cidades energeticamente auto-suficientes

É desejável alcançar a auto-suficiência energética nas urbes. As cidades *Biocidas* conduzem a um grande desperdício, consomem energia externa e não conseguem ser sustentáveis. As cidades ecológicas produzem toda a energia de que necessitam localmente através de fontes renováveis.

A política energética sustentável assenta na economia de baixo carbono com redução do consumo e uma maior eficiência na utilização da energia.

b) 2. A redução da dependência dos combustíveis fósseis

Em 2010, o país vai importar cerca de 100 milhões de barris de petróleo bruto, gastando cerca de sete mil milhões de euros para o comprar (tendo como referência o preço de 80 dólares o barril). O país está muito dependente da energia comprada ao estrangeiro: 85% da energia é importada, o que se traduz numa brutal dependência do exterior.

Cada família portuguesa gasta 15 barris de petróleo por ano, para satisfazer as suas necessidades de transporte, de energia eléctrica em casa e de consumo de embalagens.

A maior fatia do consumo está nos poluidores veículos automóveis com motores térmicos, que queimam combustíveis fósseis e lançam abundantemente CO₂ para a atmosférica contaminando o ar.

A segunda maior fatia de consumo está nas embalagens que requerem um elevado consumo de energia para o seu fabrico. Os resíduos de embalagens, resíduos urbanos, são em larga medida desperdiçados. O impacto do consumo de embalagens pode ser atenuado através da reutilização. A redução no consumo de energia podia atingir os 30 por cento, caso a reciclagem fosse de 100 por cento.

O terceiro e último grupo de consumo diz respeito á energia eléctrica utilizada em casa para a iluminação e para os electrodomésticos.

Em 2010, 30% da electricidade produzida saiu de centrais a carvão, 20% de centrais a gás natural, 15% de hídricas, 14% eólicas, 5% solar, biomassa e resíduos e 4% centrais a fuel e gásóleo.

É necessário eliminar gradualmente a produção de energia a partir de combustíveis fósseis e passar a produzir energia exclusivamente a partir de fontes renováveis. Devemos aumentar a quantidade de electricidade produzida através de fontes renováveis.

É necessário acelerar as medidas previstas no Plano Nacional de Eficiência Energética, sobretudo as ligadas à produção de energia e aos transportes. Acelerar a construção das dez novas barragens previstas no plano e construir mais parques eólicos e solares.

Devemos proceder a uma transformação da produção de energia e do sistema dos transportes. A produção de energia deve fazer-se através de fontes renováveis devendo-se abandonar totalmente a queima de combustíveis fósseis para produção de energia até 2030.

Os transportes devem tornar-se não poluentes, devendo-se apostar nos carros eléctricos.

O carro eléctrico está associado a uma poupança na factura energética de 2,3 mil milhões de euros anuais. Em Portugal circulam 4,5 milhões de automóveis. Em 2020 podemos ter 25% do mercado automóvel eléctrico, ou seja, mais de um milhão de carros. Em 2030 poderíamos ter quase 100% do parque automóvel eléctrico, veículos não poluentes (a autonomia dos carros eléctricos será por esta altura de 1500 km sem recarga).

b 3. APOSTA NAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

As energias renováveis têm um reduzido impacto ambiental, ao contrário dos hidrocarbonetos que são muito poluidores. Obtidas a partir de fontes naturais capazes de se regenerar e virtualmente inesgotáveis, são a melhor opção disponível para suprimir as necessidades energéticas. As fontes energéticas tradicionais como petróleo, o carvão e o gás natural são finitas e muito poluentes e a energia nuclear é demasiado perigosa. A utilização de energias renováveis é altamente vantajosa e é decididamente o caminho a seguir.

As energias renováveis são um sector muito importante para o país, pois representam um passo importante na diminuição da nossa dependência energética.

As energias renováveis representam já hoje para o país uma grande poupança energética : são menos 900 milhões de euros em importação de petróleo. Mas podem representar uma poupança muitíssimo maior, na ordem de grandeza dos 6000 milhões de euros se a produção energética nacional se basear exclusivamente em fontes renováveis e os veículos automóveis forem eléctricos.

Em Portugal as energias provenientes de fontes renováveis irão representar, em 2010, 45% do total de energia consumida. Podemos ter em 2020, 75% da energia consumida vinda de fontes renováveis e em 2030, 100%, acabando com a nossa dependência energética do exterior.

As energias renováveis não só nos permitem ganhar a batalha da independência energética, como criam emprego, poupam divisas na compra de petróleo e permitem diminuir a emissão de gases com efeito de estufa.

PORTUGAL, AMIGO DO AMBIENTE

O país deve ter uma postura proactiva para combater as alterações climáticas a nível local, estimulando uma economia de baixa emissão e esforçar-se para estar na vanguarda das energias renováveis. O governo deve estar particularmente empenhado no desenvolvimento sustentável devendo apostar forte no cluster das energias renováveis e incentivar as empresas do sector.

Aproveitar a água

As hídricas têm uma importância fundamental para Portugal. O aproveitamento de um recurso natural como a água é duradouro, fiável e de grande qualidade. É a maior fonte de energia renovável do país e devemos incrementá-la ainda mais.

Aproveitar o vento

Portugal tem em 2010, 190 parques eólicos e 1800 turbinas aerogeneradoras, representando uma potência eólica instalada de 3000 mega watts (MW) que produzem 10% do consumo final de electricidade.

A energia eólica pode abastecer 60% das habitações portuguesas em 2020. Nessa data dois milhões de lares portugueses vão poder utilizar a força do vento para fazer face às suas necessidades energéticas. Esta fonte energética pode substituir em grande parte os combustíveis fósseis.

Aproveitar o sol

Portugal é o país da Europa com a maior e melhor exposição solar. Nenhuma outra nação europeia tem tantos dias de sol. Assim sendo faz todo o sentido aproveitar esta inesgotável fonte de energia. Podemos construir no Alentejo, um gigantesco parque solar com capacidade para produzir 10000 mega watts por ano. Este empreendimento de trinta mil milhões de euros, serviria energeticamente o país.

b) 4. A REVOLUÇÃO NOS TRANSPORTES

O sector dos transportes é aquele que mais contribui para a emissão de GEE- Gases do Efeito Estufa .

É necessário intervir para reduzir os efeitos nocivos do transporte motorizado assegurando a acessibilidade e a mobilidade. Sendo difícil diminuir a percentagem dos veículos rodoviários nos transportes deve-se actuar no sentido de reduzir as suas emissões.

A diminuição do impacto ambiental associado aos transportes exige uma política integrada de ambiente e transportes. Deve-se promover um aumento da eficiência energética, a utilização de energias não poluentes e a redução das emissões dos veículos utilizando combustíveis fósseis, nomeadamente os veículos eléctricos.

É necessário compatibilizar os usos do solo e os fluxos originados por essas utilizações do território. Esta compatibilização deverá diminuir a necessidade de mobilidade e evitar os congestionamentos.

A ênfase do problema da mobilidade centra-se primeiro no uso do solo e só depois na produção de fluxos.

O urbanismo e o ordenamento do território definem a mobilidade. Muitos dos problemas actuais do funcionamento não sustentável do sistema de transportes resultam de deficiências e malformações do espaço urbano e do modo como é ocupado e utilizado o território.

A mobilidade sustentável exige soluções multimodais e integradas com o uso do solo, com o envolvimento das instituições políticas e sociais e uma nova consciência colectiva e individual.

O urbanismo deve evitar a expansão urbana descontínua, desordenada e de baixa densidade global. Deve-se repovoar os centros das cidades, evitando a sua terciarização mono funcional e localizando os grandes geradores de tráfego nos principais nós da rede de transportes colectivos.

As novas áreas urbanas devem assegurar um bom serviço de transporte colectivo .

A moderação de circulação nos bairros residenciais deve ser uma prioridade, devendo promover-se a utilização de modos de transportes suaves (andar a pé, de bicicleta e de segway) e de políticas de estacionamento que dissuadam o uso generalizado do automóvel. Deve-se também apostar decisivamente nas redes de transportes colectivos como um serviço de qualidade.

C) A afirmação do PSD como « uma via verde para o desenvolvimento sustentável ».

O PSD deve ser um Partido com preocupações ecológicas, afirmando-se, sem preconceito, como «uma via verde para o desenvolvimento sustentável», defendendo no plano político soluções que levem devidamente em conta o equilíbrio ecológico, como as supra-enunciadas.

Devemos enveredar por um desenvolvimento assente primordialmente na economia do conhecimento, no turismo e em indústrias não poluentes.

A economia do conhecimento traz mais valor acrescentado, é geradora de riqueza, aumenta a produtividade e cria emprego.

Somos um país com um excelente potencial turístico: temos bom clima, somos um povo hospitaleiro e temos uma vasta orla marítima. As nossas condições naturais permitem-nos explorar não apenas o turismo de sol e praia, mas também o turismo rural no interior do País .

Há que apostar no turismo de Inverno . 15 Graus positivos são uma temperatura fabulosa para quem vem de 15 graus negativos. São só 30 graus de diferença !

Temos que saber valorizar convenientemente aquilo que temos.

É imprescindível proceder a um controle rigoroso e permanente, por entidades públicas, das indústrias poluentes a operar em Portugal para que não prejudiquem o turismo e não afectem a saúde dos cidadãos portugueses e de quem nos visita.

Assim preconizamos a revogação do famigerado regime de auto-controle consagrado no Dec. Lei 78/2004 de 3.04 que é uma autêntica farsa, adoptando-se, em contrapartida, mecanismos legais de controlo permanente à distância por parte da Inspeção Geral do Ambiente ou de outra entidade pública para que se saiba em cada momento, a partir do posto central de controlo, que substâncias estão a ser emitidas para a atmosfera em cada momento e em cada ponto do País.

É esta a grande revolução que urge fazer em Portugal e sentir-nos-emos muito honrados que estas nossas ideias sejam levadas à prática por um Governo presidido pelo Dr. Pedro Passos Coelho.

É este o contributo que queremos deixar aqui e agora.

* Advogado de Coimbra

** Engenheiro Civil de Setúbal

1º SUBSCRITOR : Castanheira Barros

2º- SUBSCRITOR : João Santos

10 ideias dos anos 2000 para a década de 2010

Vasco Campilho

Os anos 2000 foram uma década difícil para o Partido Social Democrata. Após uma década de 70 que viu nascer o Partido, uma década de 80 quase totalmente laranja, e uma década de 90 em que ainda soubemos conquistar uma maioria absoluta, a década de 2000 foi a que mais viu os portugueses afastarem-se do PSD. Ganhámos as eleições em 2002 com o colapso do guterrismo, mas perdemos o poder de forma inglória três anos mais tarde, sem termos conseguido convencer os portugueses da necessidade de inverter o rumo das políticas socialistas. Hoje é patente que esse desencontro com o eleitorado teve graves consequências, ao permitir que o Partido Socialista prosseguisse na senda da irresponsabilidade até ao ponto de ruptura em que nos encontramos.

Este Congresso marca o início de uma nova etapa na vida do PSD. Soubemos, nas últimas directas, escolher com clareza um caminho de mudança, com uma liderança renovada. Soubemos rejeitar as divisões que nos enfraqueceram no passado. Soubemos, no fundo, colocar Portugal primeiro. Agora é o momento de nos unirmos no propósito de afirmar perante os portugueses que é possível fazer da década de 2010 uma década bem diferente dos anos 2000. Esta tem que ser a década em que Portugal reconstrua, pela via reformista, o pacto social que fundou o regime democrático.

Temos um modelo social que tem vindo a demonstrar a sua insustentabilidade financeira, que produz injustiças geracionais gritantes, que conduz o País ao empobrecimento e que empurra portugueses de todas as condições de novo para a emigração. A nossa missão, enquanto grande partido democrático, é provar que não são precisas revoluções nem rupturas para se fazerem as mudanças de que o País necessita. A nossa tarefa não é só dizer a verdade sobre a situação do País: é também apresentar soluções reais para os problemas concretos dos portugueses, e conseguir o apoio da maioria para as reformas que queremos empreender. A democracia que a geração que nos precedeu construiu foi uma dádiva imensa, mas está hoje perante um teste igualmente imenso, que é o de reformar os próprios pilares em que assenta. Só quando passarmos esse teste com sucesso estará o nosso regime democrático plenamente consolidado. A década de 2010 tem por isso que ser a década do PSD.

Ao longo de 15 anos, o PS demonstrou cabalmente a sua indisponibilidade para ser uma força de mudança e de reforma em Portugal. 6 anos de guterrismo e 5 anos de socratismo deixaram um País endividado, empobrecido, descrente, dependente, desanimado. Teremos que ser nós a devolver a esperança, o ânimo, a energia, a liberdade e a vontade de fazer aos portugueses. Não se acredite que a tarefa é fácil: como fazer acreditar de novo quem tanto já se desiluiu – inclusivé connosco? Teremos de dar o nosso melhor, e todos seremos poucos para o conseguir. Por isso é tão importante que nesta nova etapa saibamos trabalhar em conjunto, conjugando a diversidade das nossas ideias com a unidade dos nossos propósitos.

O contributo desta Proposta Temática para esse trabalho não é original no seu conteúdo, mas procura sê-lo na sua forma. Mais do que trazer aqui uma ideia nova, quisemos recuperar ideias que já foram apresentadas, defendidas e aprovadas em Congressos anteriores, mas não tiveram sequência nem consequência. Nos últimos dez anos decorreram 10 Congressos, de Viseu a Guimarães. Em todos eles foram apresentadas boas ideias, muitas das quais ainda mantêm actualidade. Dessas muitas boas ideias seleccionámos dez, que agrupamos em três temas: o Partido, as Instituições, as Políticas Públicas.

O critério é forçosamente subjectivo, e muitas outras ideias mereciam ser repescadas. Mas mais do que fazer um levantamento exaustivo, o que pretendemos é prestar homenagem a um PSD feito de homens e de

mulheres que trabalham, que pensam, que sonham, e sobretudo que não desistem. Foram elas e eles que em todas as circunstâncias mantiveram o nosso partido vivo, próximo dos portugueses e das suas preocupações. Mas queremos sobretudo realçar que o PSD tem um património de ideias e de causas que não pode desperdiçar: agora que se abre um novo ciclo, mais do que nunca devemos saber aproveitar o que de bom foi feito no passado.

Ideias para o Partido

Um Partido em Rede

Foram muitas as moções, antes e depois da revisão estatutária de 2006, que avançaram com contributos interessantes no domínio da reorganização partidária. A Moção de Estratégia Global apresentada pelo Presidente eleito anunciou já várias medidas neste domínio, bem como o lançamento de um processo participativo de revisão programática e estatutária. É também com os olhos postos neste processo que entendemos pertinente recuperar algumas propostas já feitas nesta matéria, todas em torno do conceito do Partido em rede.

Assim, a criação nos estatutos de estruturas temáticas que complementem a estrutura territorial e permitam enquadrar novas formas de colaborar entre os militantes é uma proposta que foi nomeadamente avançada pelo companheiro Virgílio Maltez em 2004 e que nos parece urgente realizar.

Também a necessidade de um melhor funcionamento da presença online do PSD deve ser uma prioridade. Várias moções ao longo dos anos abordaram esta matéria, nomeadamente a de Manuel Oliveira da Silva, no Congresso da Póvoa de Varzim em 2006. Naturalmente, muitas das soluções preconizadas já se encontram ultrapassadas pela rapidíssima evolução das tecnologias. Também as experiências recentes da utilização das redes sociais nas campanhas de 2009 e na comunicação do Grupo Parlamentar são bons exemplos de inovação em rede. Ainda assim, a necessidade de se utilizar a rede para potenciar o funcionamento interno do PSD permanece um potencial largamente por cumprir. Elementos como a possibilidade de dados pessoais como a situação de quotas, de fazer alterações ou mesmo filiações online deverão ser apenas os primeiros passos da transformação do portal do PSD em verdadeira rede social do Partido.

Mais Formação Política

Várias propostas ao longo dos últimos dez anos abordaram a necessidade de mais e melhor formação política no PSD. Nesta área, sobressai no entanto a proposta apresentada pelo companheiro Nelson Faria no Congresso de Torres Vedras (2007), da autoria de um conjunto alargado de ex-alunos da Universidade de Verão. Para dinamizar a formação política, é nomeadamente proposto:

1. A disponibilização de um kit do militante, incluindo um manual de formação inicial, como forma de assegurar uma integração de qualidade aos novos aderentes do Partido.
2. A criação do lugar de Director de Formação nas Comissões Políticas Nacional, Distritais e Concelhias;
3. A constituição de grupos de trabalho em formação que possam apoiar as estruturas locais nas suas necessidades formativas, nomeadamente através de módulos acessíveis e requisitáveis online;
4. A criação pós-graduações políticas sectoriais ou temáticas no modelo da Universidade de Verão, viradas tanto para áreas de

políticas públicas como para competências necessárias ao trabalho político;

5. A aposta na utilização do vídeo online, nomeadamente das transmissões em directo, para alargar a difusão e o impacto das acções de formação.

Uma Comunicação Profissional

A necessidade de uma comunicação política eficaz é uma preocupação constante num partido com as ambições do PSD, mas não tem sido com frequência objecto autónomo de reflexão nos nossos Congressos. A excepção é uma proposta da autoria do companheiro Frederico Carvalho, inteiramente dedicada a este tema. Este contributo, que permanece válido para o novo ciclo do PSD, propõe nomeadamente:

1. A constituição de um Gabinete Central de Comunicação, dirigido por um membro da Comissão Política Nacional;
2. Nomeação de Directores de Comunicação nas estruturas locais e distritais, responsáveis pela comunicação na sua área territorial em articulação com o Gabinete Central;
3. Monitorização constante do fluxo noticioso sobre o PSD através de um “Radar de Notícias”;
4. Encontrar modos alternativos de comunicação, como eventos ou materiais que marquem a diferença.

Ideias para as Instituições

Mandato Presidencial único de 7 anos

Foram várias as reflexões produzidas nas moções e propostas temáticas dos últimos dez anos sobre o papel e os poderes do Presidente da República. Trata-se de um tema complexo que merece a melhor atenção dos subscritores desta proposta, embora a poucos meses de eleições presidenciais tenhamos a noção que o momento não é o mais oportuno para esse debate. Por isso quisemos apenas seleccionar como contributo para a reflexão posterior uma proposta que, sem alterar os poderes nem o papel do Presidente, procura reforçar o prestígio e a independência do cargo de mais alto magistrado da Nação. Em causa está a proposta de limitação do exercício do cargo presidencial a um mandato de 7 anos sem possibilidade de reeleição consecutiva, visando prevenir “a possibilidade de mutação radical da magistratura dos presidentes eventualmente reeleitos do primeiro para o segundo mandato”. Esta ideia, apresentada em Pombal pelo companheiro Bruno Vitorino, parece-nos merecer acolhimento num futuro projecto de revisão constitucional, a aplicar a partir das presidenciais de 2016.

Modernização do Parlamento

Ao longo de dez anos, muitos dos nossos companheiros apresentaram propostas no domínio da reforma do sistema político. Estas propostas centram-se, em muitos casos, no Parlamento, nomeadamente na forma da sua eleição. Os proponentes desta moção congratulam-se com o facto de a Moção de Estratégia Global apresentada pelo Presidente eleito do PSD contemplar medidas de melhoria da representação política, nomeadamente o redimensionamento dos círculos eleitorais e o voto preferencial nas eleições à Assembleia da República. Pensamos, contudo, que há no acervo de propostas dos últimos 10 anos sugestões complementares para a modernização e o aperfeiçoamento da representação parlamentar que merecem atenção, nomeadamente:

1. A divisão do Parlamento em duas câmaras (criação de um Senado);
2. A revisão do sistema de voto, com a introdução do voto electrónico, como forma de combater a abstenção.

Estas duas ideias, avançadas pelo companheiro Márcio Vieira Lopes no âmbito de uma moção sobre a democracia no XXVII Congresso, parecem-nos de molde a melhorar o funcionamento do nosso sistema político tanto ao nível da participação dos cidadãos, reforçada por sistemas de voto mais adequados, como ao nível da qualidade do trabalho parlamentar, para a qual um bica-merismo moderno pode dar um inestimável contributo.

A Reforma do Poder Local

O poder autárquico foi, ao longo destes últimos dez anos, o domínio em que o PSD melhor soube afirmar a sua capacidade de interpretar as

necessidades e defender os interesses das populações. É por isso natural que as reflexões sobre o poder autárquico e a reforma das condições do seu exercício tenham sido numerosas e de elevada qualidade. Seleccionámos aqui algumas das propostas do companheiro Filipe Santos, apresentadas numa moção ao Congresso da Póvoa de Varzim, nomeadamente:

1. Constituição de executivos maioritários, aplicando aos órgãos municipais a lógica já prevalecente nos órgãos das freguesias;
2. Possibilidade de substituição dos membros do executivo por decisão do respectivo presidente e dentro do quadro da respectiva Assembleia;
3. Consagração do Estatuto do Líder de Grupo Municipal, o qual deve ser equiparado à função de vereador em permanência.
4. Revisão das atribuições e competências próprias das Freguesias, por forma a conferir às Freguesias dos grandes centros urbanos mais competências e meios financeiros.

Ideias para as Políticas Públicas

Políticas do Território

Nos últimos dez anos, a discussão do território tem estado muito marcada pelo efeito do referendo à regionalização em 1998. Não pretendemos, nesta proposta, retomar esse debate, mas sim chamar a atenção para outros olhares sobre o território, cuja pertinência não pode ser subalternizada. Um excelente exemplo disso mesmo foi a moção apresentada pelo companheiro Álvaro Santos no Congresso de Oliveira de Azeméis em 2004, no domínio da política de cidades. Muitos dos contributos então avançados permanecem actuais, nomeadamente o elencar de prioridades estratégicas para uma Política de Cidades ainda por cumprir:

1. Apostar no reforço da competitividade e inovação urbanas
2. Apostar na qualificação do ambiente urbano
3. Apostar na coesão social e na cidadania
4. Apostar nas cidades como motor do desenvolvimento do País

Das medidas concretas elencadas em cada uma destas prioridades, podem-se destacar as seguintes:

1. Desenvolver projectos de investigação e desenvolvimento tecnológico, e de fixação de recursos humanos qualificados, centrados nas cidades;
2. Qualificar urbanisticamente as periferias metropolitanas, nomeadamente melhorando os seus espaços públicos e criando equipamentos culturais e desportivos;
3. Desenvolver de programas de empregabilidade e de emprego, nomeadamente o mercado social do emprego, nos serviços e equipamentos urbanos.

Política Fiscal

A política fiscal é matéria habitualmente reservada a moções globais de estratégia, quicá por se considerar que se trata de um traço particularmente marcante das políticas governativas. O facto, todavia, é que o défice de reflexão sobre esta matéria deu no passado margem às lideranças partidárias, tanto do PS como do PSD, para incumprir promessas feitas no domínio fiscal. Consideramos por isso que o Partido como um todo não se pode eximir a uma reflexão aprofundada sobre os objectivos que pretende atingir com a política fiscal que vier a aplicar quando regressar ao poder. Como contributo para essa reflexão, recordamos a proposta temática “Uma política fiscal para Portugal” apresentada no Congresso de Guimarães, da autoria do companheiro Miguel Frasquilho e subscrita pelo companheiro Daniel Rebelo.

Nessa moção apontam-se dois objectivos fundamentais para a política fiscal:

1. Contribuir para um processo de redução do défice público pelo lado da despesa, tendo como horizonte um peso da despesa pública de 35% do PIB;
2. Contribuir para uma maior competitividade da economia portuguesa, através da simplificação do sistema fiscal e da diminuição das taxas dos principais impostos.

Como medidas-chave para atingir estes objectivos, contam-se as seguintes:

1. Simplificar a fiscalidade directa sobre as empresas e a diminuir a diferença entre a taxa nominal e a taxa efectiva, aumentando a transparência;
2. Aproximar a tributação em sede de IVA e de ISP para os valores praticados em Espanha, com o intuito de trazer de volta o consumo perdido nos últimos anos, beneficiar a receita cobrada e, mais importante, tornar Portugal um país menos desequilibrado;
3. Reduzir progressivamente o número de escalões em sede de IRS até serem atingidos apenas 3; a taxa marginal máxima devendo situar-se entre 35% e 40;
4. Simplificar o IRS, diminuindo deduções, isenções, excepções e benefícios e complementando estas alterações com uma alteração na filosofia de redistribuição do rendimento, que deve passar a ser feita sectorialmente do lado da despesa.

Política Social

No domínio das políticas sociais, seleccionámos uma reflexão sobre as políticas para a terceira idade, que mereceu a nossa melhor atenção tanto pela sua pertinência numa sociedade em que a população idosa está em acelerado crescimento, como pela sua intrínseca qualidade. Trata-se do capítulo sobre o envelhecimento da moção “Uma Estratégia de Rosto Humano”, apresentada em 2004 pelo companheiro Nuno Freitas em nome de um alargado grupo de militantes.

Nesta moção, sublinha-se a importância de promover “o envelhecimento saudável, a manutenção e reabilitação da capacidade funcional do cidadão idoso, o direito à liberdade e autonomia, à segurança, à habitação condigna, [bem como] o fim do preconceito da adesão dos idosos ao mercado de trabalho.”

Como forma de atingir estes objectivos, foram nomeadamente propostas as seguintes medidas:

1. valorização da rede social de apoio e a contratualização de uma rede nacional de instituições para a terceira idade;
2. aposta na formação especializada permitindo a qualificação de recursos humanos devidamente habilitados na interacção com o cidadão idoso;
3. concepção e actualização de projectos que promovam a diminuição das barreiras arquitectónicas e urbanas;
4. promoção de equipamentos urbanos que facilitem a autonomia da pessoa idosa, portadora de limitações físicas, de forma a manter a sua capacidade funcional;
5. incentivo à criação de programas de acompanhamento e fornecimento de serviços de assistência a idosos isolados.
6. criação de quadro penal que contemple actos de negligência, desrespeito, violência, agressões verbais, apropriação de bens e rendimentos, “prisão doméstica” e outros actos atentatórios da dignidade da pessoa velha.

Combate à Corrupção

O combate à corrupção foi de há muito identificado como uma prioridade fundamental para a reconquista da confiança da população nos políticos, na Administração Pública e na própria democracia. Congratulamo-nos, assim com a importância que foi dada ao reforço da transparência e ao combate à promiscuidade público-privada durante o debate das directas. Revemo-nos na orientação de retirar o Estado dos sectores da economia em que a sua presença não é indispensável, evitando assim as situações em que os poderes públicos são árbitro e jogador e reforçando a autoridade da missão reguladora do Estado.

Nesta matéria, não poderíamos deixar de citar a moção apresentada em 2005 pelos companheiros Joaquim Biancard Cruz e Rui Trindade no Congresso de Pombal. Nela foram apresentadas uma série de propostas para o combate à corrupção que julgamos permanecerem válidas. Dentre essas destacamos:

1. colocar o combate à corrupção na agenda política, mobilizando administração e sociedade civil para o objectivo de um País mais transparente;
2. introduzir procedimentos públicos e claros que facilitem a exposição de comportamentos incorrectos e que garantam a protecção e o anonimato dos denunciadores, potenciando a detecção de casos individuais de comportamentos ilegítimos;
3. colocar a ênfase na prevenção, na medida em que esta constitui um investimento menos oneroso no longo prazo, possui um impacto mais positivo na cultura dos serviços públicos e na relação entre os serviços públicos e a sociedade civil.

“Mais Poder Local, Mais Portugal”

Autarcas Sociais Democratas

Índice

- Introdução
- Renovação Responsável
- Formação Autárquica
- Mais Poder Local
 - Transferência de competências
 - Transferência de competências na área da educação
 - Transferência de competências na área da saúde
- Descentralização, um desígnio nacional (Regionalização)
 - Pressupostos para a descentralização administrativa
- Poder Local: uma resposta para a crise
- Reforma da Administração Pública e Modernização Administrativa
 - Desconcentração
- QREN – Última oportunidade para a coesão territorial
- Aposta na Acção Social Local
- Estratégia política para combater as assimetrias regionais
 - Recomendações Estratégicas
 - Elaboração de um Plano Estratégico
 - Incentivos fiscais e apoios sectoriais
 - Aposta em sectores de base tecnológica e de qualificação elevada
 - Aposta nos produtos tradicionais
 - Criação de marcas e notoriedade
 - Estabelecer ligações dos grandes distribuidores e produtores nacionais aos seus fornecedores do sector primário
 - Implementação de unidades de produção de energias renováveis
 - Valorização da floresta
 - Plano Nacional para o desenvolvimento do Sector Florestal
 - Construção de infra-estruturas
 - A cooperação como missão
 - Cooperação inter-regional – coesão
 - Cooperação destinada a apoiar a inovação sustentabilidade empresarial

Introdução

Vivemos actualmente o maior ciclo de vitórias autárquicas desde o 25 de Abril, o que constitui um claro e inequívoco reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos Autarcas Sociais Democratas no poder local.

Conquistámos o maior número de presidências de Câmara e de Juntas de Freguesia. Por força disso, assegurámos novamente as presidências da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Associação Nacional de Freguesias.

O PSD continua a ser o maior partido do Poder Local em Portugal.

Ao olharmos para a história do desenvolvimento do país, verificamos que as autarquias continuam a ser o grande motor da modernização. Os projectos autárquicos dos Autarcas Sociais Democratas são hoje um exemplo da boa gestão de recursos.

Neste contexto, qualquer solução para vencer a grave crise económica e social que o país atravessa, deverá passar necessariamente pelas autarquias e pelo Poder Local.

Para vencer a crise, para retomar o caminho do desenvolvimento e da sustentabilidade, Portugal necessita de se orientar para uma nova filosofia de

autonomia e de reconhecimento do papel das autarquias. Portugal precisa de mais e melhor Poder Local.

A novos desafios, teremos que responder com novas políticas:

- O reforço da Autonomia Local, bem como o respeito pelos princípios da autonomia e da cooperação;
- Proceder a uma revisão urgente da Lei das Finanças Locais;
- Desenvolver e aprofundar a reforma da Administração Pública e a Modernização Administrativa;
- Aprofundar a transferência de competências para as autarquias e implementar um novo modelo descentralização administrativa;
- Desbloquear e operacionalizar o QREN, no sentido de fazer chegar o investimento às comunidades locais.

Renovação Responsável

Em 2013, independentemente da vontade popular, 86 dos 139 Presidentes de Câmara eleitos pelo PSD serão forçados a abandonar as suas missões, o mesmo sucedendo com cerca de 1500 Presidentes de Junta de Freguesia.

Os próximos anos constituem a etapa final do processo de renovação que o Partido Social Democrata, responsabilmente, chamou a si nos últimos tempos e do qual já houve manifestações concretas nas últimas eleições autárquicas e legislativas com a inclusão de diversos jovens nas listas.

Sem nunca desprezar a experiência e o capital político acumulado pelos autarcas do PSD ao longo dos 30 anos de Poder Local, nas eleições autárquicas do passado 11 de Outubro os ASD cumpriram o compromisso de preparar novos quadros, capazes de assegurar a continuidade e estabilidade dos projectos do PSD a nível local.

O PSD deverá manter a excelência dos seus quadros e garantir a renovação ao melhor nível.

É fundamental aproveitar o vasto capital de experiência e saber acumulado pelos autarcas e criar condições para que esse valioso conhecimento possa ser transmitido àqueles que assumem agora novas responsabilidades no Poder Local.

Formação Autárquica

Mais do que nunca, e atendendo às alterações legislativas que prevêm a limitação dos mandatos autárquicos, torna-se imperioso e absolutamente vital para o Partido Social Democrata apostar na formação e qualificação de novos quadros autárquicos.

Para tal, o Instituto Sá Carneiro, em sintonia com os Autarcas Sociais Democratas e o Partido Social Democrata, deverá criar um plano anual de formação orientado não apenas para os autarcas do PSD em exercício de funções mas também para preparar aqueles que serão chamados à responsabilidade autárquica já nas próximas eleições.

Esta formação deverá ser orientada não apenas para Presidentes de Câmara e Vereadores mas para todos os órgãos e funções autárquicas, designadamente Assembleias Municipais e de Freguesia.

Mais Poder Local

Transferência de competências

1. O PSD deve considerar a Transferência de Competências um bom princípio, desde que pressuponha melhorar as condições de vida dos cidadãos, maximizando os recursos financeiros, humanos e técnicos existentes.
2. O PSD deve defender o princípio da subsidiariedade que é preconizado pela Europa, que sugere que as atribuições e competências devem ser exercidas pelo nível territorial que melhor colocado estiver para as prosseguir com racionalidade, eficácia e proximidade dos cidadãos. Hoje em discussão por toda a Europa, este pressuposto constitui um instrumento indispensável para o desenvolvimento e a harmonização dos territórios. Deste modo, a transferência de competências para as autarquias tem de representar uma melhoria do serviço prestado.
3. Devem ser definidas claramente as competências e responsabilidades da Administração Central sob pena de se verificarem duplicação de competências na mesma área.
4. Sempre que se verificar uma transferência de competências que envolva meios humanos deverá ser sempre antecedida de uma integral avaliação e ponderação dos direitos individuais dos trabalhadores.
5. A transferência de competências deverá respeitar e ser extensível ao processo de descentralização administrativo iniciado com a livre Associação de Municípios através da criação das Comunidades Intermunicipais, as Comunidades Urbanas e as Grandes Áreas Metropolitanas.
6. As autarquias têm a sua própria autonomia e, portanto, é absolutamente necessário que as novas competências a serem transferidas sejam acompanhadas dos respectivos meios financeiros.
7. Os Municípios não deverão transformar-se em meros executores das políticas que outros decidem. É preciso, neste dossier, descentralizar também a capacidade de decidir.
8. O PSD entende o processo de descentralização de competências para os poderes locais como condição absolutamente essencial para prestar serviços com melhor qualidade, eficiência e racionalização de recursos.
9. Consideramos que o desafio do exercício de novas competências – muitas delas há muito exercidas já pelo Poder Local, ainda que de modo não formalizado – deve ser assumido como uma prioridade e urgência.
10. Cerca de 30% das despesas dos Governos Locais são realizadas em tarefas cujas competências não são suas e para as quais não lhes é transferido qualquer reforço de financiamento. A capacidade de investimento e de multiplicação de cada euro utilizado pelos Municípios tem-se revelado muito superior ao da Administração Central. Com apenas 10% dos recursos do Estado as autarquias são responsáveis por cerca de 50% do investimento público, contribuindo em apenas 0,1% para o défice público.
11. O processo de transferência de competências proposto pelo Governo prevê a extinção das Associações de Municípios tal como elas foram previstas, o que significa um recuo, um desperdício e um desaproveitamento inadmissível dos recursos do Estado.
12. Os pressupostos da descentralização de competências da Administração Central para a Administração Local configuram uma tentativa de emagrecimento das obrigações do Estado a nível central e uma forma de condicionamento e diminuição da autonomia e liberdade de acção dos Municípios. É hoje notório que o Partido Socialista preconiza um projecto de poder para o país, desde logo pela tentativa de apropriação total dos grandes centros de decisão do país. Ora na comunicação social, ora nas forças de segurança, na justiça, na investigação criminal ou no poder económico. O Poder Local ainda era das poucas áreas que resistia a esta investida. Após o sucedido com a Lei das Finanças Locais e as limitações impostas aos Municípios no QREN, as competências e a forma como o Governo pretende transferir as atribuições para o Poder Local constituem mais uma séria ameaça à sua autonomia.

Transferência de competências na área da educação

Um primeiro objecto de preocupações é a necessidade de arrumar e consolidar o que no passado constituíram competências transferidas de forma avulsa e descoordenada, designadamente no que sucedeu com a construção e com o património das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, cuja responsabilidade foi passada para o Poder Local sem quaisquer contrapartidas financeiras.

Entretanto, haverá que identificar e avaliar as consequências, em termos financeiros, que decorrerão para os Municípios, das transferências destas competências.

É da competência dos órgãos municipais participar no planeamento e na gestão dos equipamentos educativos e realizar investimentos nos domínios da construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de ensino do 1.º, 2.º e 3.º Ciclo.

As despesas com o pessoal não docente, a competência mais relevante apresentada pelo Governo a transferir para as autarquias na área da educação, apenas contempla recrutar o pessoal, pagar o vencimento, afectar à respectiva escola e proceder à necessária gestão de carreiras.

Deste modo, e atendendo a que, para alguns municípios, este pessoal representa um acréscimo em mais de 50% em relação ao pessoal existente nos quadros orgânicos municipais, e visto que as autarquias desempenham meras competências de tesouraria e pouco mais, sem capacidade de gestão e poder efectivos, esta atribuição poderá não ser benéfica para algumas autarquias.

Tendo ainda em atenção o facto de, para outros Municípios, o pessoal a transferir ser inferior às necessidades, indo ficar à responsabilidade daquelas a contratação, sem contrapartidas, do pessoal em falta.

Este modelo poderia inclusive ser gerador de conflitualidades nas escolas, não se vislumbrando qualquer vantagem prática para os alunos ou para o pessoal.

Foram estabelecidos determinados acordos com os Municípios algumas competências no âmbito da pré-escolar, do desenvolvimento das actividades extra curriculares do 1º ciclo, do fornecimento de refeições ao 1º ciclo e dos transportes escolares que deverão agora ser alvo de um processo clarificador.

Relativamente ao transporte de alunos do pré-escolar, este deverá ser garantido pelos pais e não pelas autarquias.

Transferência de competências na área da saúde

Deverá promover-se a equidade e solidariedade no acesso aos cuidados de saúde, promovendo ao mesmo tempo um modelo assente na descentralização de responsabilidades e que flexibilize procedimentos e oriente as decisões para os utentes dos serviços de saúde.

O princípio básico da transferência de competências nesta área deve ser o da universalidade.

Deverá caminhar-se para uma cooperação efectiva e institucional entre a Administração Central e Local na área da saúde, permitindo desenvolver um papel correcto de coordenação da parceria num contexto de co-responsabilização. É desejável que, neste domínio, se verifique um integral aproveitamento das sinergias decorrentes de uma correcta articulação entre o Poder Central e o Local no sentido de potenciar e otimizar com eficiência os recursos do Estado.

As autarquias não devem assumir funções e obrigações dentro dos serviços prestados pelo Serviço Nacional de Saúde, mas deverão participar nos processos de planeamento de criação ou encerramento de equipamentos médicos e na sua gestão e conservação.

Transferência de competências na área social

Relativamente à gestão de equipamentos – onde o Estado aparece em parceria com IPSS –, poderão existir algumas situações em que os Municípios poderão também assumir uma mais-valia. Com efeito, ao contrário do que acontece nas áreas da saúde e educação, em que há prestações directas, a área social é primordialmente exercida em parceria.

No que toca à pobreza e exclusão social poderá ser transferível para as Câmaras Municipais o atendimento para apoios pecuniários e o acompanhamento do rendimento social de inserção, substituindo o «assistencialismo múltiplo» prestado por várias entidades, por apoios integrados na rede municipal de acção social. De facto, há que atribuir a uma só entidade a responsabilidade na atribuição de apoios sociais, sendo igualmente relevante que essa mesma entidade possa acompanhar o apoio social nas suas várias vertentes.

Descentralização, um desígnio nacional (Regionalização)

Uma centralização excessiva não responde às necessidades locais.

É por isso vital dar dimensão ao Poder Local. É nosso dever, enquanto Partido com forte tradição autárquica, empreender esforços no sentido de combater o fosso entre o Litoral e o Interior.

Os Governos de Durão Barroso e Pedro Santana Lopes atribuíram à descentralização administrativa uma prioridade absoluta para vencer essa velha aspiração de corrigir as assimetrias regionais. O modelo consiste em transferir competências e meios financeiros para as entidades mais próximas dos cidadãos, designadamente comunidades intermunicipais, urbanas e áreas metropolitanas. Aliás, a própria Lei 159/99 elege como crucial o princípio da subsidiariedade, defendendo que devem ser exercidas as atribuições e competências pelo nível de administração melhor colocado para as prosseguir com racionalidade, eficácia e proximidade dos cidadãos.

Contudo, os serviços desconcentrados deverão estar uniformizados numa área territorial única devendo, para isso, existir apenas um interlocutor com os Municípios e com as associações de municípios, responsável pelas áreas do ambiente, ordenamento, agricultura, património, acessibilidades, ou seja, as CCDR. A criação de 5 Regiões-Plano, assentes no raio de acção das CCDR constituem um modelo de organização do território que deverá representar o arranque da reforma da regionalização que os Autarcas Sociais Democratas preconizam.

Assim, no entendimento dos ASD o programa do Partido deve consagrar a regionalização como tarefa prioritária na Organização Político-Administrativa do país.

A revisão deve dar ênfase à necessidade urgente de inverter a tendência macrocéfala de desenvolvimento do país, de modo a que, sem pôr em causa a unidade nacional, sejam criados centros administrativos com poderes de decisão, próximos dos reais problemas das populações, permitindo alcançar eficiência nos resultados e rapidez na decisão.

Como tal, as representações distritais do Governo deverão ser extintas.

Os Governos Cívicos são praticamente inúteis na gestão desconcentrada da Administração Central. Não têm programas próprios, pelouros ou competências. Não têm orçamentos verificáveis ou prestação regular de contas. Os Governos Cívicos não governam nem têm capacidade para tal.

Não há, por conseguinte, razões para manter os 18 comissários do Governo espalhados pelo País.

A Regionalização constitui deste modo uma inevitabilidade histórica cujos benefícios os Autarcas Sociais Democratas e o PSD não podem rejeitar ou ignorar. A Regionalização, sob múltiplas formas e modelos, já existe em praticamente todos os países da Europa sendo hoje bem evidentes os efeitos positivos que constitui para o desenvolvimento e progresso de diversas nações.

Pressupostos para a descentralização administrativa

Assim, considerando que:

- A regionalização é reconhecida pela União Europeia como pilar fundamental da construção da Paz e da Prosperidade Europeia;
- Portugal é um país regionalmente desequilibrado, onde apenas 22 municípios, detêm 60% da população, 75% do poder de compra e 60% da riqueza nacional;
- Em cerca de 80% do território habitam apenas 20% da população e em somente 20% do território nacional estão concentrados 80% da população nacional;
- É urgente proceder a uma verdadeira reforma de descentralização;
- Porque urge contrariar o processo de desertificação acelerada que já afecta 80% do território de Portugal, antes que seja tarde demais para inverter esta tendência;
- Que a regionalização está prevista na Constituição da República Portuguesa;
- Que a regionalização assenta no princípio da subsidiariedade e da responsabilização e este constitui um modelo que já deu amplas provas de sucesso na gestão do território;
- As relações com os parceiros europeus, designadamente com Espanha exigem interlocutores com escala e com abrangência regional;
- É urgente contrariar o êxodo rural e a dramática desertificação que se acentua de ano para ano nas regiões do Interior;

Os Autarcas Sociais Democratas propõem a criação de 5 Regiões-Plano com a circunscrição das 5 NUT II existentes no território nacional continental.

Poder Local: uma resposta para a crise

O Orçamento do Estado para 2010 apresentado pelo Governo insiste na continuação da política de mega-investimentos públicos que irão esgotar grande parte dos recursos do país e agravar, ainda mais, as contas públicas.

Os ASD consideram que concentrar o esforço de investimento do Estado em intervenções faraónicas não é uma solução para os graves problemas económicos e sociais que o país atravessa.

Com apenas 10% dos recursos, as autarquias locais são responsáveis por 50% do investimento realizado no nosso país.

Face à situação que vivemos, importa encontrar respostas urgentes para as situações de emergência social e desemprego que assustadoramente atingem o país.

Nesse sentido, os ASD propõem a criação de um Fundo de Investimento Local, com dotação proveniente do Plano de Investimentos e Desenvolvimento da Administração Central, destinado a todos os 308 municípios do país.

Este Fundo irá fomentar a criação de emprego de proximidade em pequenas e médias empresas, dinamizando as economias locais e dando apoio a projectos de cariz marcadamente inovador, nomeadamente, a recuperação urbana, a implementação de novas tecnologias de informação, a criação de novas auto-estradas da informação, a instalação de energias renováveis e a modernização dos edifícios com vista à melhoria da sua eficiência energética.

Reforma da Administração Pública e Modernização Administrativa

É urgente remover os obstáculos presentes no actual quadro legislativo. Temos que acabar, urgentemente, e de uma vez por todas, com a burocracia em Portugal.

Há que encurtar os longos circuitos burocráticos existentes na “máquina” do Estado e que causam problemas aos Municípios e aos agentes económicos. Há que, por outro lado, racionalizar a actividade desses serviços, evitando duplicações e potenciando uma maior eficácia e rapidez nas decisões.

O fim da burocracia e a reforma da Administração Pública são aspectos transversais e decisivos para um país com ambições europeístas. E neste processo os funcionários públicos desempenham um papel primordial na obtenção de resultados, dado que são os protagonistas dessa reforma.

É absolutamente vital aumentar a qualidade e a eficácia da Administração Pública, adquirindo capacidade competitiva e ao mesmo tempo racionalizando processos e otimizando o consumo dos recursos financeiros, humanos, tecnológicos e infra-estruturais, associados à prestação dos serviços.

Importa também aumentar os níveis de eficiência da Administração Pública, evoluindo para uma cultura com objectivos definidos nos serviços a prestar, reforçando e melhorando os seus mecanismos de avaliação.

A aposta no desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento irá contribuir decisivamente para superar os grandes desafios que se colocam à sociedade em geral e às autarquias portuguesas.

A primeira grande medida a tomar passa pela aposta na generalização do acesso às tecnologias de informação a todos os portugueses. Neste contexto, um factor determinante na construção de uma verdadeira Sociedade de Informação deverá passar pela garantia de acesso, a todos, às novas tecnologias de informação, em banda larga e a preços mais acessíveis.

Deverá também ser implementado um conjunto de acções:

- Completar a rede de Banda Larga na Administração Pública e em particular nas Autarquias Locais;
- Desenvolver redes de Banda Larga em regiões desfavorecidas – Redes Comunitárias;
- Promover a utilização de pontos públicos de acesso, próximos dos cidadãos, que as Câmaras Municipais e as Freguesias podem e devem corporizar, na linha de alguns bons exemplos já existentes no País;
- Ligar em banda larga todas as escolas públicas do ensino básico e secundário;
- Promover, com o envolvimento da sociedade civil, a info-inclusão;
- Promover a acessibilidade digital para os Cidadãos com Necessidades Especiais;
- Disponibilizar uma infra-estrutura de fibra óptica própria para o ensino superior e investigação;
- Promover a Investigação & Desenvolvimento e a formação avançada em tecnologias de informação e da comunicação, por forma a reforçar a capacidade de inovação neste domínio;
- Adaptar o actual quadro legislativo ao avanço das tecnologias de informação contribuindo para uma redução dos custos de acesso, uma mais eficaz protecção de dados e ao mesmo tempo assegurando a modernização da Administração Pública;
- É imprescindível reforçar as redes de cooperação entre autarquias, universidades, empresas e outros pólos de desenvolvimento local, capazes de assegurar uma melhoria dos serviços prestados pelas autarquias e empresas, concorrendo, ao mesmo tempo, para a qualificação das pessoas e o reforço da competitividade;
- Acompanhar e aplicar as políticas europeias referentes ao desenvolvimento da Sociedade da Informação, designadamente no que diz respeito ao definido na Estratégia de Lisboa e aos Planos de Acção eEurope 2002 e 2005, bem como a outras grandes iniciativas internacionais;
- Modernizar os sistemas de apoio à gestão urbana, promovendo uma base de dados única entre registos das conservatórias, das finanças e das Autarquias Locais.

Desconcentração

Ao invés da política que tem sido seguida por este Governo, em que gradualmente tem vindo a deslocalizar ou a ameaçar retirar um conjunto de serviços vitais para o Interior – designadamente as maternidades, Serviços de Atendimento Permanente, Comarcas, escolas, jardins-de-infância, GNR, balcões da CP, transportes públicos – Portugal deveria estar a caminhar para a criação de um espaço que garantisse uma verdadeira igualdade de

Oportunidades entre todos os cidadãos.

Portugal só será um território coeso se for capaz de olhar para estes serviços como uma vantagem competitiva para estas regiões e se considerar que esta é uma questão de sobrevivência para elas. Pois sem serviços públicos de proximidade não haverá nunca iniciativa privada, criação de emprego nem fixação de pessoas.

QREN – Última oportunidade para a coesão territorial

O Quadro de Referência Estratégico Nacional é um instrumento fundamental para o reforço da coesão territorial e o combate das assimetrias regionais.

É inaceitável que, passados quatro anos, a taxa de execução do QREN se encontre na ordem dos 10%. O QREN deve ser desbloqueado e operacionalizado, no sentido de direccionar o seu investimento às comunidades locais.

O QREN constitui uma última oportunidade que o país não pode desperdiçar para acompanhar o desenvolvimento dos países da União Europeia e atingir níveis de qualidade de vida comparáveis aos nossos vizinhos na Europa.

É fundamental criar procedimentos que permitam aumentar a execução, dentro dos prazos previstos, das verbas que foram atribuídas ao nosso país. Exige-se hoje, uma simplificação e aceleração dos procedimentos que desbloqueie a execução dos projectos, bem como uma revisão em alta da taxa de comparticipação nacional.

O QREN deverá contemplar medidas que permitam reforçar a coesão territorial, combatendo as assimetrias regionais que ao longo dos últimos anos se vieram a acentuar, apesar dos apoios dos QCA I, II e III. Para tal, entendemos que os apoios comunitários que vierem a ser canalizados para o Interior, deverão ser acompanhados de um pacote de medidas e de um programa de investimento público direccionado exclusivamente para estes territórios, sob pena de este se transformar num território cada vez mais desertificado e cada vez menos atractivo à fixação de empresas e pessoas, correndo o risco de se orientarem os recursos para dois ou três grandes investimentos nacionais, concentrados no Litoral.

Ambiente

As autarquias são o nível da administração pública que melhor colocado está para implementar medidas de combate às alterações climáticas. A responsabilidade das autarquias deve traduzir-se na redução, sempre que possível, do consumo de energia, evitando desperdícios, promovendo a eficiência energética, bem como proporcionando o aumento do recurso a energias renováveis.

As autarquias têm ainda a capacidade de reduzir a necessidade de utilização do transporte individual, promovendo políticas de mobilidade.

O poder local tem também o dever de promover e aumentar a biodiversidade, de alargar e conservar áreas naturais e espaços verdes, melhorar a qualidade da água, reduzir a produção de resíduos, aumentar a reutilização e a reciclagem e promover a construção sustentável.

No que diz respeito à gestão dos recursos hídricos, os Municípios devem ser os agentes nos domínios do licenciamento, da fiscalização, gestão e planeamento dos recursos hídricos, e não o papel de meros receptores das decisões das Administrações de Regiões Hidrográficas. Os serviços de abastecimento e de saneamento de água devem manter a sua raiz de serviço público essencial, independentemente do modelo de gestão que o Município escolha, no exercício do princípio da autonomia do Poder Local.

Introdução de um sistema de perequação a nível nacional

Ainda assim, é hoje necessário um quadro de solidariedade nacional que permita manter os preços dos serviços de abastecimento de água e saneamento em níveis socialmente sustentáveis, através de um modelo de perequação que garanta que as áreas de maior densidade suportem o custo do investimento nas áreas de menor densidade populacional.

Deverá, no futuro, ser encontrado um modelo de equilíbrio tarifário que permita a recuperação dos custos, promova a utilização eficiente dos recursos hídricos e atenda as condições sociais e económicas da população.

Aposta na Acção Social Local

Apesar do esforço evidente de grande parte dos Municípios portugueses em darem resposta às preocupações sociais no domínio do seu território – nomeadamente nas comparticipações à construção de sedes sociais, de lares da terceira idade, de creches, de apoios ao movimento associativo, na participação e divulgação de actividades culturais, desportivas e recreativas, entre outros – verifica-se ainda uma incapacidade em responderem a todos os problemas sociais o que leva a que se verifiquem, em determinadas zonas rurais e urbanas, indicadores de desenvolvimento socioeconómico abaixo da média.

É por isso essencial que sejam os Municípios, independentemente da colaboração com os Centros Regionais de Segurança Social, a articularem os meios com as instituições que intervêm neste conjunto de problemas.

Para tal, os Conselhos Locais de Acção Social – presididos pelo Presidente da Câmara Municipal, tendo neles assento os diversos órgãos autárquicos da área do Município, as Misericórdias, as IPSS e representantes dos organismos da Administração Central ligados à Segurança Social, à Saúde, ao Emprego e Formação Profissional e à Justiça – deverão usufruir de poderes claros para participarem na definição de novos investimentos e intervenções levando assim a um reforço da autonomia dos serviços locais de acção social no quadro da Rede Social.

Os Municípios são chamados por força legal a integrar e a mobilizar várias comissões de trabalho nos domínios sociais, cujo desempenho técnico é normalmente suportado com recursos humanos das autarquias. É por isso indispensável que a Administração Central ao transferir novas competências para os Municípios as faça acompanhar do respectivo recurso financeiro.

A proximidade das populações ao Poder Local é uma realidade inegável, que coloca os Municípios numa situação, por um lado privilegiada na que respeita ao diagnóstico dos problemas de índole social dos cidadãos, e por outro, num grau de exigibilidade superior e crescente face à procura de soluções eficazes que os minorem.

Esta proximidade com os problemas sociais permitiu a grande parte dos municípios fazer um diagnóstico preciso da realidade social, no âmbito das Redes Sociais, o que contribuiu para identificar com algum rigor os problemas sociais de cada Concelho.

As redes sociais locais – e de todos os parceiros que as integram – são canais e estruturas privilegiadas de informação e operacionalização de qualquer intervenção nesta área.

Os Conselhos Locais de Acção Social deverão também participar objectivamente no planeamento de toda a intervenção e acção social que se desenvolver no seu Concelho. A organização e planeamento potenciam e optimizam meios humanos, meios técnicos e meios financeiros e evitam a sobreposição de intervenções num território, num grupo social, num agregado familiar, num indivíduo.

A aplicação dos programas de combate à pobreza e exclusão social a sua aplicação poderá revelar-se de grande complexidade.

Estratégia política para combater as assimetrias regionais

Ao longo destes mais de 20 anos de integração europeia, Portugal não foi capaz de acompanhar o pelotão da frente de uma Europa em franco crescimento, como também, no plano interno, não alcançou a coesão necessária para responder a uma Europa cada vez mais competitiva e alargada. Ou seja, Portugal divergiu quer internamente, quer em relação à União Europeia.

Actualmente, deveríamos estar a abandonar o objectivo de convergência e da política de coesão como outros Estados fizeram. Porém, a maioria do território nacional está ainda abrangido pelo chamado objectivo de desenvolvimento 1.

Resta-nos, portanto, aprender com os erros do passado e construir novos modelos de organização do território que permitam competir com as regiões mais ricas da Europa. Para tal, precisamos de procurar novas formas de descentralização. Portugal jamais será um país verdadeiramente europeísta se tiver duas realidades distintas de desenvolvimento – entre o Litoral e o Interior.

Procuramos apresentar um conjunto de medidas capazes de atenuar o fosso existente entre o Litoral e o Interior. Para tal, definimos um conjunto de prioridades que deverão obedecer à necessária implementação de um plano estratégico integrado para o desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas do interior do país.

Esses objectivos deverão traduzir-se na aplicação de um conjunto de iniciativas que deverão abranger áreas como a fiscalidade, o turismo, a saúde, a agricultura, a economia, o emprego, a desconcentração, o acesso às novas tecnologias, a cultura, entre outros.

O Interior do País dispõe de recursos e potencialidades absolutamente vitais que deverão fazer parte de uma estratégia da Administração Central que procure reforçar o investimento público em áreas do território nacional particularmente necessitadas, com défices estruturais de desenvolvimento.

Recomendações Estratégicas

Elaboração de um Plano Estratégico

Elaboração de um plano estratégico de intervenção no qual seja feito um diagnóstico profundo da realidade do país, onde se estabeleçam as prioridades da sua actuação. Deverá, portanto, ser definida a estratégia de desenvolvimento e o modelo territorial para as Regiões do Interior num quadro de grandes objectivos de desenvolvimento económico-sociais.

Um plano que seja capaz afirmar a diversidade regional, promovendo a coesão e equidade territorial internas. Promover a estruturação do território articulando as redes de infra-estruturas, equipamentos e serviços com as áreas prioritárias para localização de actividades económicas e de grandes investimentos públicos e com o desempenho de funções de apoio ao desenvolvimento do meio rural.

Deverão ainda ser traçadas orientações para o desenvolvimento de actividades no espaço rural, promovendo a afirmação das especificidades locais e a diversificação da base económica na óptica da valorização das actividades em meio rural.

Reforçar a coesão social e territorial regional, visando a redução das assimetrias intra-regionais e a definição de padrões mínimos de provimento de bens e serviços públicos fundamentais.

Estabelecer os mecanismos necessários para assegurar uma melhor integração e coordenação das intervenções públicas com incidência territorial, a partir de uma visão global dos problemas regionais.

Incentivos fiscais e apoios sectoriais

1. No plano das Finanças, deverá consagrar-se um desagravamento fiscal em matéria de taxas de IRC, estabelecendo, designadamente, uma redução da taxa tributável em 10% para as empresas que se fixem no Interior. Deverá, por conseguinte, esta medida prevalecer por um período de tempo mínimo, independentemente da recuperação da economia naquele território.

Deverá igualmente equacionar-se a redução de cerca de 10% da

taxa de IRS, podendo aqui limitar-se esta medida ao tempo de fixação e para as profissões de maior relevância estratégica.

2. No plano dos serviços da Administração Central o Estado deveria assumir como objectivo a transferência de 25% dos organismos públicos situados no litoral, especialmente em Lisboa, desde gabinetes especializados, passando pelo ensino superior público, institutos públicos, para as regiões mais desfavorecidas do Interior.
3. No Plano de Investimentos e Despesa da Administração Central (PIDDAC) estabelecer um acréscimo de 50% desse investimento nas regiões do Interior.
4. Como forma de incentivo à fixação de pessoas e empresas desagregar ou isentar impostos municipais, como o IMI ou a derrama, havendo para esse efeito uma compensação desses incentivos pela Administração Central.
5. No plano da Economia, deverá consagrar-se uma majoração dos estímulos concedidos em programas de apoio à iniciativa privada. Criar um Fundo destinado à implantação de infra-estruturas municipais, para que as autarquias garantam a fixação e atracção de empresas a espaços competitivos de qualidade. Ao mesmo tempo criar uma linha de micro crédito especial para a instalação de empresas.
6. No plano da Segurança Social e do Trabalho, deverá consagrar-se uma majoração dos apoios concedidos pelos vários programas de apoio ao emprego e à formação profissional nestas regiões.
7. No plano da qualificação e do ensino superior fixar as propinas menos elevadas em todos os estabelecimentos de ensino superior público do Interior, ou uma majoração do apoio social aos estudantes dessas unidades de ensino. A fixação de uma propina mais baixa seria compensada por uma majoração do financiamento público por aluno inscrito nesses estabelecimentos de ensino.

Aposta em sectores de base tecnológica e de qualificação elevada

1. Apostar, de forma selectiva, nas hipóteses de produção de qualidade, nomeadamente em sectores com maior intensidade tecnológica ou mais intensivos em recursos humanos qualificados. Medidas como o apoio à criação de empresas e micro-empresas, dirigidas nomeadamente a jovens de algum modo relacionados com o sistema de ensino superior, ou como o apoio à criação de zonas de acolhimento empresarial qualificadas, parecem revelar-se particularmente adequadas;
2. Prosseguir uma política de atracção de recursos humanos qualificados, portugueses e estrangeiros, tirando partido de modalidades de trabalho ainda emergentes mas que se afiguram de futuro (tele-trabalho, por exemplo), e aproveitando algumas vantagens em matéria de qualidade de vida que o Interior português ainda se mostra capaz de oferecer, nomeadamente no que respeita à função residencial;
3. Aproveitar a muito escassa iniciativa existente, em que se torna necessário não ignorar o papel de entidades públicas de diversa natureza (Universidades, Institutos Politécnicos, Câmaras Municipais) e dos recursos humanos qualificados que actuam na órbita destas entidades, com destaque para a população do sistema de ensino superior;
4. Intensificar o acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação, dotando os centros urbanos do interior de vantagem competitiva neste domínio, seja em matéria de infra-estruturas seja em matéria de formação da população mais jovem.

Incentivar a criação de empresas que concluem o processo produtivo

Uma das maiores fragilidades da economia das regiões menos desenvolvidas, nomeadamente daquelas que assentam o seu funcionamento na

exploração de recursos naturais, é a lógica predominantemente extractiva dos sectores e actividades que exploram esses recursos.

Torna-se necessário inverter esta lógica predominantemente extractiva, criando condições para maior apropriação de rendimento pelas regiões onde se encontram os recursos.

As medidas de apoio poderiam passar por maior selectividade dos sistemas de incentivos, premiando a incorporação de tecnologia e a criação ou a expansão de empresas dispostas a realizar na região as etapas subsequentes do processo produtivo, subindo na respectiva cadeia de valor.

Por outro lado, nos territórios onde existe uma relativa concentração de empresas associadas a um recurso ou a uma actividade específica com alguma relevância social e económica, poderia ser equacionada a possibilidade de apoiar o lançamento de programas dirigidos a esses sectores de actividade, tendo nomeadamente em vista o seu desenvolvimento tecnológico.

Aposta nos produtos tradicionais

O Interior revela insuficiências que podem chegar a ser críticas em tudo o que se prende com função comercial. Sem prejuízo das medidas que possam ser tomadas para dinamizar a produção, com a produção existente, seria possível fazer bastante melhor com uma função comercial mais qualificada e mais dinâmica. Uma função comercial mais qualificada constituirá, só por si, factor de qualificação da própria produção, a quem exigirá certificação de qualidade, denominação de origem controlada, melhor organização e porventura maior escala.

1. Deverá incentivar-se a criação de unidades de comercialização de produtos agrícolas e semi-transformados da agricultura, e de produtos artesanais. Preconiza-se, do mesmo modo, a criação de promotores turísticos regionais (a nível de NUT II, à semelhança do que ocorre em várias regiões do país vizinho), capazes de intervirem tanto na promoção turística como na estruturação da oferta de produto turístico regional.
2. Definir como primeira prioridade da AICEP a promoção e valorização dos produtos endógenos regionais e a sua internacionalização.
3. Apoiar a certificação de produtos tradicionais.

Criação de marcas e notoriedade

Admite-se que determinadas regiões do Interior do País possam ver os seus produtos regionais, ou pelo menos parte deles, comercializados sob marcas que os identifiquem com a região e, simultaneamente, valorizem esses produtos (tirando partido das imagens por vezes muito positivas associadas a essas regiões). Se os resultados fossem suficientemente promissores, justificar-se-ia a concessão de apoios públicos à construção da notoriedade destas marcas, e à sua gestão em benefício das áreas a que respeitam.

Estabelecer ligações dos grandes distribuidores e produtores nacionais aos seus fornecedores do sector primário

Existem vários exemplos deste tipo de relacionamento, alguns deles com sucesso assinalável. De referir o caso da Sonae (para aquisição de produtos destinados à venda na distribuição organizada), a Sogrape (para produção de vinho) e a Unicer (para produção de cevada). Estes exemplos deveriam ser divulgados (na perspectiva de que possam multiplicar-se) e estimulados, através de pequenos sistemas de incentivos – sendo que na maior parte dos casos, atentas as empresas em questão, poderá não ser necessário mais do que o reconhecimento do poder público, e do público em geral.

Implementação de unidades de produção de energias renováveis

Portugal assumiu compromissos de produção de montantes mínimos de energias renováveis. O Interior dispõe de condições por vezes privilegia-



das para a produção deste tipo de energias (eólica, solar, biomassa). Devem ser exploradas todas as oportunidades de instalação de unidades de produção deste tipo de energia no “interior” do País, procurando que este aproprie o máximo possível do correspondente valor acrescentado (caso das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia, sempre que a produção desses tipos de energia obriga à disponibilização de terrenos públicos ou baldios). A instalação destas unidades deve obedecer à preocupação de em caso algum conflitar com a utilização do território para fins turísticos, sempre que esta utilização surja como uma oportunidade real.

Valorização da floresta

1. Potencializar a floresta enquanto principal recurso e actividade económica e sector empregador por excelência na zona, que actualmente se encontra francamente sub-aproveitada;
2. Defender os interesses das Organizações de proprietários e produtores florestais, promovendo e qualificar, social, económica e tecnicamente, a função do produtor florestal;
3. Apostar na Contratualização público-privado, procurando com estas lançar as bases de uma gestão florestal sustentável na floresta privada portuguesa; formatando urgentemente o modelo das ZIF;
4. Proporcionar serviços em que prevaleçam os conceitos de utilidade pública, economia de recursos, e inovação;
5. Incentivos fiscais e emolumentares:
 - Alteração da lógica de atribuição de ajudas públicas à intervenção no espaço florestal premiando os proprietários que efectuem gestão florestal activa ou em áreas florestais enquadradas em planos de protecção e gestão;
 - Anular os custos notariais e de registo em acções de emparcelamento;
 - Criar moratória que o permita reduzir temporariamente e significativamente os custos de registo da propriedade rústica florestal;
 - Actualizar a tributação do prédio rústico florestal, penalizando as unidades sem viabilidade técnico-económicas (o que fomenta indirectamente o emparcelamento) e atribuição de benefícios fiscais aos contribuintes-proprietários que adiram e participam no modelo de ajudas à gestão florestal;
 - Isentar de IVA determinadas actividades florestais (nomeadamente as despesas elegíveis geralmente integradas em processos de candidatura para arborização, re-arborização, gestão, prevenção);

Plano Nacional para o desenvolvimento do Sector Florestal

O cenário de tragédia dos fogos repete-se de ano para ano, originando catástrofes humanas, ambientais, económicas e sociais. Trata-se de uma horrível delapidação do nosso património, com a destruição de vastas áreas florestais, atingindo parques naturais e áreas protegidas.

Deverá, por isso, ser implementado um plano nacional para o desenvolvimento do sector florestal cuja orientação deverá ter uma aceitação pública inequívoca que seja capaz de mobilizar o país. Para além disso terá que haver uma cooperação estreita entre os vários agentes que lidam com a floresta: responsáveis políticos e agentes económicos públicos e privados.

Um plano que:

1. Deverá passar pelo estabelecimento de uma base florestal que identifique e valorize os diferentes recursos da floresta;
2. Reoriente o produto da floresta para mercados mais competitivos;
3. Aplique medidas desenvolvimento sustentado da floresta com vista à fixação das populações nas zonas rurais, através, sobretudo, da criação de emprego de qualidade ligado à exploração florestal e seus usos múltiplos;
4. Crie um quadro de co-responsabilização efectiva da sociedade dada a transversalidade dos bens e valores que a floresta encerra.

Construção de infra-estruturas

Mobilização dos recursos financeiros e técnicos necessários à aplicação

de projectos decisivos para as regiões do Interior, apostando numa política de investimentos da administração central concertada e concentrada na faixa Interior do país, no que respeita a grandes obras, nomeadamente a:

- Redes Viárias
- Redes Ferroviárias
- Rede de Cidades Médias
- Redes Energéticas
- Redes de Comunicações
- Rede de Regadios
- Infra-estruturas Educativas e Desportivas
- Infra-estruturas Culturais, Sociais e de Saúde

A cooperação como missão

Reportando-nos ao modelo europeu, mais do que qualquer outra política comunitária, a política regional pressupõe, em complemento da política dos Estados-Membros, a plena participação das colectividades regionais e locais.

Devemos, internamente, apostar em projectos-piloto descentralizados que favoreçam a cooperação inter-regional e inovação económica e regional.

Cooperação inter-regional – coesão

No domínio da transferência de “saber fazer” entre regiões mais favorecidas e regiões menos favorecidas, as acções podem abranger a modernização da administração territorial e as técnicas de desenvolvimento local via parceria entre agentes públicos e privados.

No domínio da instauração de projectos de interesse comum, as acções podem abranger a valorização de um potencial endógeno específico, o acesso das PME ao mercado europeu, o desenvolvimento de uma parceria regional tendo em vista promover a inovação, o melhoramento da oferta de serviços comuns às PME e a sua internacionalização.

A cooperação inter-regional deverá colocar-se ao serviço da coesão económica e social.

As acções devem contribuir para a emergência de métodos de desenvolvimento económico regional que permita o “empowerment” pleno da parceria.

Cooperação destinada a apoiar a inovação sustentabilidade empresarial

1. Elaboração de estratégias de inovação regional através da parceria entre agentes regionais.
2. Lançamento de projectos-piloto de transferência de tecnologias que ilustrem as boas práticas através da cooperação inter-regional nas regiões menos favorecidas. O objectivo consiste em estimular a difusão da tecnologia e em valorizar os resultados da investigação no desenvolvimento, em empresas susceptíveis de produzirem um impacto nos sectores económicos chave para o desenvolvimento das regiões menos favorecidas.

São estas as propostas e compromissos reformistas que, no entender dos Autarcas Sociais Democratas, devem orientar a actuação do Partido nos próximos anos.

É esta a estratégia que nos permitirá enfrentar os desafios dos tempos difíceis que vivemos.

Reforçamos com esta Proposta o nosso total empenhamento nos projectos do Municipalismo e do Poder Local em Portugal.

Lisboa, 5 de Abril de 2010

A Comissão Política Nacional dos Autarcas Sociais Democratas

AO CAMINHO - Porque o futuro não espera por nós

Secretariado Nacional TSD

Devolver os valores à acção política

Nada mais actual que restaurar o pensamento político de Francisco Sá Carneiro, que apostava na via da social-democracia para Portugal. As suas ideias, devidamente actualizadas, podem transformar o País com o necessário equilíbrio para o seu desenvolvimento sustentável e sem ambiguidade de ideologias. O PSD deve seguir esse caminho.

O PSD representa um projecto político com carácter nacional, interclassista, reformista, modernizador e tolerante.

Os TSD são um típico pilar social-democrata e fazem parte do ADN político do PSD, são uma organização de trabalhadores por conta de outrem que, pela sua actuação no mundo do trabalho, visa: contribuir para a construção de uma sociedade orientada pelos princípios da social-democracia; difundir e defender o pensamento social-democrata no campo laboral; defender a democracia política, económica, social e cultural inspirada nos valores do Estado de Direito; lutar pela democracia, liberdade e independência sindicais.

O caminho do PSD tem de consistir na construção de uma verdadeira democracia.

Não bastam reformas de repartição ou redistribuição de riqueza, sobretudo pela utilização da carga fiscal. Há que introduzir reformas estruturais, que agilizem o Estado, alterem mecanismos do poder e substituam a procura egoísta e especulativa do lucro, por outras motivações que dinamizem a actividade económica e social.

A democracia política implica o reconhecimento da soberania popular na definição dos órgãos do poder político, na escolha dos seus titulares e na sua fiscalização e responsabilização; exige a garantia intransigente das liberdades individuais, o pluralismo efectivo a todos os níveis e o respeito das minorias; não existe se não houver alternância democrática dos partidos no poder, mediante eleições livres, com sufrágio universal, directo e secreto.

A democracia económica significa a intervenção de todos na determinação dos modos e dos objectivos da economia, o predomínio do interesse nacional sobre os interesses privados, a intervenção do Estado como regulador na vida económica e a sua intervenção em determinados sectores estratégicos produtivos, promovendo a sua competitividade, nomeadamente na agricultura e nas pescas, e corrigindo assimetrias regionais; pressupõe ainda a intervenção concertada dos trabalhadores na gestão das empresas.

A democracia social impõe que sejam assegurados efectivamente os direitos fundamentais dos cidadãos à educação, à saúde, à habitação e à segurança social; exige a abolição de distinções injustificadas entre classes sociais diversas e a justa redistribuição dos rendimentos, pela utilização de uma fiscalidade equitativa e progressiva, recriando a grande classe média suporte do desenvolvimento da sociedade.

Finalmente a democracia cultural consiste em garantir a todos a igualdade de oportunidades no acesso à educação e à cultura e no favorecimento da expressão e liberdade cultural.

Estes valores e objectivos devem estar plasmados na acção política do PSD.

Como sair da crise

Os TSD, atentos à realidade nacional, entendem que as propostas políticas desenvolvidas pelo PSD, devem ter as pessoas como seus destinatários.

As classes médias, vítimas da governação socialista, caminham para a proletarização, fragilizando o esteio central da sociedade portuguesa.

Os que vivem do seu trabalho, os trabalhadores (é bom que esta palavra – trabalhadores - ecoe num Congresso do Partido Social-Democrata) vivem cada vez com mais dificuldades.

Os reformados e aposentados – com uma larga maioria de pensões muito baixas – sobrevivem muito mal.

E os desempregados? Com cerca de 600 mil trabalhadores sem trabalho, com mais de 40% dentre eles sem qualquer apoio, com o actual Governo apostado em reduzir-lhes o subsídio, os desempregados vivem num mundo inimaginável para os portugueses até há alguns anos atrás.

Os jovens, os licenciados, os talentos, não encontram oportunidades em Portugal e emigram, deixando o País mais pobre.

É bom não esquecer que, se temos vindo a empobrecer com a governação socialista, o fenómeno da nova emigração portuguesa esconde a real dimensão do desemprego, porque, sem ela, o desemprego ainda seria um drama maior.

Deste modo, recomenda-se uma atenção especial às medidas que o PSD vai propor e que devem ter por objectivo devolver a esperança, melhorar as condições de vida dos cidadãos e transformar PORTUGAL.

É uma justiça a duas velocidades: os Portugueses querem que a democracia funcione, que a justiça seja rápida e igual para todos e que se ponha termo ao “salve-se quem puder” que se vive na justiça portuguesa.

É um poder político tentacular: o Partido Socialista não só assume a condução do Governo mas tem vindo a ocupar tentacularmente a sociedade civil, sufocando-a.

O Governo já não se contenta com os lugares de topo das Empresas Públicas e da Administração Pública. Tem vindo a ocupar todas as prateleiras daquelas e os cargos de dirigentes intermédios desta com os seus boys.

Isto tem como consequência que, de independente e profissionalizada, a Administração Pública passa a servir os interesses dos senhores da terra, procurando que eles sirvam os interesses do partido. O partido dá-lhes o que eles querem e eles só têm que... apoiar o partido!

É para mudar este estado de coisas que os portugueses colocam a sua esperança no Partido Social-Democrata, já que olham para o seu passado e vêem nele um partido de valores e de princípios.

- Um Partido que ajudou a construir a democracia, defensor da liberdade e da justiça social.
- Um Partido que, em momentos-chave da vida da nossa democracia, soube corporizar a sua esperança numa vida melhor.

E é por isso que, face à situação de crise económica e social em que vivemos, o Partido Social Democrata tem de novo de dizer presente:

- **O PSD tem de aceitar o desafio** que a sociedade portuguesa lhe coloca.
- **O PSD tem de responder** ao pedido que, a diversas vozes, passa pela sociedade portuguesa, apresentando-se **coeso e aberto ao País real.**
- **O PSD tem de libertar os Portugueses** de um Governo que os calca e vilipendia em termos éticos e morais.
- O PSD tem de libertar os Portugueses de um **Governo que lhes nega um Futuro melhor.**
- O PSD tem de construir um projecto, apontar um rumo, capaz de mobilizar os portugueses e, desde logo, os agentes empresa-



riais e do trabalho - que são os dois pilares vitais para o País relançar a economia - e negociar com os Parceiros Sociais um “Contrato Social para o Progresso”.

Um caminho a percorrer

- **O caminho da verdade:** é a verdade da situação económica, certeza, mas também é, com maior acuidade, o da situação social. Como é, ainda, a responsabilidade dos diversos agentes e dos seus contributos para se ultrapassar a situação criada e não de um Governo que aposta sempre no sacrifício dos mesmos.
- **O caminho da esperança:** porque é para isso que os Portugueses querem um Governo.
Os Portugueses não querem um Governo que lhes defraude sistematicamente as expectativas dizendo que os culpados são os outros:
 - Querem um Governo que **com eles** construa o Futuro.
 - Querem um Governo **que sirva** e que não se sirva.
 - Querem um Governo **Social-Democrata e Reformista**.
 - Querem um Governo que aposte no **combate às desigualdades e às injustiças**.

- Querem um Governo que **aposte no desenvolvimento económico e na coesão social**, e não no sistemático enriquecimento de alguns com empobrecimento da maioria e conseqüente agravamento das desigualdades sociais.
- Querem um Governo **que aposte num Estado Social**, construído com uma fiscalidade justa e universal.

Estamos seguros que este é o caminho que a maioria dos Portugueses deseja e espera do PSD, assim seja capaz de lhe dar vida com uma liderança forte, agregadora e em sintonia com trabalhadores, empreendedores e sectores mais dinâmicos da sociedade.

Portugal precisa de abrir caminhos novos à afirmação de uma democracia saudável e amplamente participada e os Portugueses depositam essa esperança no PSD.

O Secretariado Nacional TSD

Revolução de mentalidades

1º Subscritor- Nuno Matias

I. INTRODUÇÃO

Portugal vive tempos e momentos de profunda descrença, desânimo e falta de esperança.

O nosso país, aquele que sentimos e amamos, tem definhado na sua capacidade de sonhar, lutar e concretizar um caminho pensado, estruturado e conseguido de verdadeiro Desenvolvimento Económico, Social e Civilizacional.

A culpa deste triste fado? É certamente de todos, uns mais do que de outros.

É do Estado anafado, desorganizado e ineficaz, que é hoje mais um problema do que uma solução.

É do Governo actual que é mais uma Barca do Inferno, desgovernada, desorientada e desligada do país real.

É das instituições democráticas que hoje se perdem mais em «fait-divers» do que em debater a substância e com isso degradam a confiança dos cidadãos no sistema político democrático.

É das pessoas que se acomodam e não reagem, preferindo assistir impávidas ao definhar dos alicerces da nossa sociedade, limitando-se apenas a comentar em surdina, a lamuriar-se em círculos fechados, e não contribuindo de forma substantiva para a inversão desta situação.

Não vale a pena escamotear esta realidade – Portugal realmente precisa de mudar de Políticas, nalguns casos mudar de Políticos, precisa de mudar de Leis, mas, acima de tudo, precisa de uma profunda **Revolução de Mentalidades**.

Mas desenganem-se todos aqueles que pensam que o nosso partido tem estado preparado para inverter o actual estado de descrença que atravessa a nossa sociedade.

O PSD também tem que viver a sua Revolução de Mentalidades, tem que se apresentar com um **verdadeiro Projecto de Mudança- nos Valores, nas Causas, na forma como Ouvimos, Debatermos, Respeitamos e Representamos cada um dos nossos concidadãos**.

Esse é o nosso desafio para depois ajudarmos o nosso país a vencer o seu.

Portugal chama por nós e o PSD tem a Missão de lhe devolver o Futuro!

II. A Mentalidade Actual

Passaram-se mais de 35 anos desde a Revolução de Abril, mas em Portugal e na mente dos Portugueses ainda falta muito para concretizar os sonhos que naquela altura guiaram e motivaram os heróis de 74.

Depois de tantos anos, e apesar de termos registado um crescimento muito significativo da nossa qualidade de vida, não podemos deixar de analisar o percurso e sentir um amargo de boca pelas oportunidades perdidas, pelos erros cometidos e pela incapacidade de incutirmos na nossa sociedade um novo quadro de valores, causas, mas acima de tudo, uma nova forma de ver o país e de construir um novo conceito de sociedade.

De lá para cá, Portugal modernizou-se, mas menos do que devia; De então para cá, o Estado jogou mais do que regulou, e criou distorções que originaram a necessidade de uma carga fiscal inaceitável num país que necessita respirar mais por si mesmo; Desde então, temos que o assumir, há ainda muitos portugueses que têm preconceitos ideológicos que dificultam o abraçar de um novo modelo de desenvolvimento.

É por isso que antes de falarmos do que desejamos ser, não podemos escamotear o presente que temos.

E o presente da qual somos testemunhas é um tempo e um momento de profunda descrença, desconfiança e desmotivação. Descrença nas figuras que ainda nos governam; Desconfiança na nossa capacidade actual de darmos a volta à situação; Desmotivação por sentirmos que não temos no Estado um Farol que nos guie e nos ilumine num rumo diferente;

Desde que o PSD deixou o governo em 1995, o PS teve a responsabilidade de (des)governar durante mais de 12 anos, e nesses períodos assistimos a um descontrolo completo da situação económico-financeiro do Estado com reflexos na nossa economia e testemunhámos a incapacidade de gerar as reformas estruturais necessárias.

Desde 1995, cresceu o endividamento do Estado, das famílias, das empresas, sem que isso se tivesse traduzido num investimento reprodutor e multiplicador de oportunidades de criação de riqueza.

Desde então fizeram-se alterações de cosmética na nossa Fiscalidade (que continua a ser pensada meramente na óptica do financiamento do Estado, e não na capacidade de ser um instrumento de potencialização da actividade económica), promoveram-se alterações pontuais no sistema de Segurança Social (garantiu-se a reforma da geração do Engenheiro Sócrates sem que se tenha assegurado as reformas da geração dos seus filhos...), criou-se um sistema Educativo que está pensado para as estatísticas, para o facilitismo e completamente desligado do mercado de trabalho, e deixou-se a Justiça num estado de descrédito tal que aos olhos dos portugueses e de potenciais investidores estrangeiros o nosso país não assegura o cumprimento dos deveres pela incapacidade notória de uma decisão judicial célere, eficaz e assim dissuasora de quem tenha a tentação de prevaricar...

Em paralelo, e para complicar, temos um excessivo peso do Estado e um crescente descrédito das instituições democráticas e políticas aos olhos dos cidadãos que deviam respeitar e representar.

Temos hoje um Estado obeso, arcaico e desligado dos cidadãos.

Temos hoje uma Administração Pública que ainda não se adaptou às exigências dos novos tempos, continuando com estruturas organizativas demasiado hierarquizadas e com processos de análise e decisão muito burocráticos que não privilegiam o serviço que deviam prestar.

Temos hoje um conjunto de tarefas prestadas pelo Estado, que se desmultiplicam ainda por um sem número de institutos, comissões e grupos de trabalho, que em muitas ocasiões “atropelam-se” na jurisdição da sua acção e competências, e que originam mais confusões do que soluções.

Temos hoje um Sector Empresarial do Estado que tem verdadeiros sorvedouros de dinheiros públicos, assentes numa estrutura empresarial gasta, pesada, pouco flexível e que, sob a capa do pseudo serviço público, procura justificar ineficiência na organização de recursos e a ineficácia no alcançar de objectivos. São demasiados milhões que depois originam um acréscimo das necessidades de financiamento, ou seja, um aumento da carga fiscal.

A somar a este descontrolo, temos ainda as **famosas parcerias público-privadas que têm servido para que nasça obra** (que nalguns casos ainda está para provar a sua real necessidade...) **que é financiada com o sacrifício das gerações vindouras** que estarão muito mais diminuídas pois o Estado estará nessa altura profundamente manietado na sua capa-

cidade de gestão e acção orçamental.

Tudo isto já é um presente suficientemente pesado e envenenado, pelo que é fundamental que o Futuro comece a ser construído desde já com coragem de decidir e com a capacidade de pensar num novo quadro constitucional desempoeirado, com a aprovação de leis que pensem e façam um enquadramento legal mais moderno e adequado a este tempo novo.

Mas que fique claro que tão importante como mudar as leis é a necessidade premente de revolucionar as mentalidades como nós vemos, pensamos e vivemos o mundo que nos rodeia.

III. A Revolução de Mentalidades no País

A Revolução que falta fazer não é a mais difícil, não é a mais visível, não é a mais onerosa mas é certamente uma das mais necessárias.

Não é por falta de diagnósticos em relação aos problemas que vivemos ou por desconhecimento de qual o caminho que podemos trilhar que, actualmente, não vemos já a implementação de muitas das medidas necessárias para lançar as estruturas políticas, produtivas, sociais e cívicas de forma definitiva no século XXI e nos desafios que este tempo nos coloca.

Não é por falta de conhecimento, mas sim por existirem demasiadas barreiras nos costumes e interesses, demasiadas barreiras ideológicas e psicológicas que importa enfrentar e derrubar.

Todos percebemos que **temos hoje um Estado disforme que é mais jogador do que regulador**, mas temos tido dificuldade em mostrar que redimensionar o seu tamanho, as suas funções, o seu modelo de financiamento e gestão orçamental, é afinal ajudar a que cada um de nós respire melhor pois isso levará a uma nova fiscalidade mais leve, flexível e que permitirá a que consumidores, investidores, famílias e empresas possam dispor de mais meios para agir no âmbito da economia e sociedade real.

Mas fará sentido dizer que o Estado tem que sair de tudo? Ou será que não faria mais sentido dizer que o Estado terá sim que estar onde mais ninguém estaria no seu lugar ou naqueles sectores onde é o mais eficiente, sendo que no remanescente tem, sobretudo, que garantir que tudo funciona de forma harmoniosa e de acordo com o enquadramento legal estabelecido.

É por isso que o **PSD deve defender em futura sede de revisão constitucional que se estabeleça um novo princípio de igualdade**, onde se deixe de pensar no princípio em que a todos o Estado deve acudir e se passe a garantir, acima de tudo, um novo valor que é o de assegurar que se apoia quem precisa para que não seja por falta de meios que alguém não pode aceder a um processo sólido de crescimento individual, de formação académica, de acesso aos cuidados de saúde e protecção social.

O Estado não tem forma de assegurar um sistema de saúde, de educação e de protecção social tendencialmente gratuito para todos os cidadãos, pelo que mais do que garantir ideologicamente uma protecção, há que assegurar uma real capacidade de agir e apoiar quem de outra maneira ficará cada vez mais impedido de se sentir inserido na sociedade.

Aqui começa a reforma das funções do Estado. Onde há que assumir que funções são inalienáveis, quais os sectores que podem passar apenas a ser regulados de forma independente (assegurando neste caso um mecanismo de escolha e acompanhamento verdadeiramente independentes destas entidades) e concretizando uma real Reforma da Administração Central e Local do Estado.

É preciso também tornar mais transparente o Estado, desde o seu funcionamento, passando pela nomeação/contratação dos seus dirigentes, até ao seu modelo de financiamento.

Para que haja transparência no Estado **tem que ficar claro**, de uma vez por todas, **quais os cargos que são de nomeação/confiança política e os que são de pura progressão de carreira**, pelo que o PSD deve defender que seja feita essa clarificação para que não mais passe a ideia para a opinião pública que mudando o Governo existe um assalto imediato dos “boys” por toda a estrutura da Administração Pública.

Ao nível do seu funcionamento **importa racionalizar o número de estruturas, acabando com aquelas que são irmãs gémeas nas competências**, e assegurando que há maior responsabilização pois é claro quem tem que agir e como o pode, e deve, fazer.

Ao mesmo tempo, **há que promover um princípio de maior mobilidade nos funcionários públicos** para que não seja uma tarefa hercúlea a racionalização do funcionamento das estruturas do Estado. Não é o Estado que tem que se adaptar às necessidades dos seus funcionários, é sim a Administração Pública e todos os seus recursos humanos que devem reagir e interagir com as reais exigências da sociedade civil que têm a obrigação de servir.

Em simultâneo, **é fundamental assumir um novo modelo de financiamento do Estado**, pois o actual implica uma fiscalidade disparatada de tão elevada que asfixia a sociedade e não lhe dá margem para que respire, actue, invista, inove, ou seja, crie riqueza.

Até aqui temos tido um Estado que actua na Fiscalidade para financiar a máquina que existe, em vez de procurar assegurar um princípio inverso que é dimensionar a estrutura de forma adequada ao serviço que é necessário prestar e com base num princípio de financiamento menos oneroso para cada um dos cidadãos. **Não podemos continuar a gerir o Estado pelo lado das receitas, aumentando a carga fiscal para assegurar o financiamento**, pois assim é a economia real e cada cidadão que define na razão directa do acréscimo de impostos de que é alvo.

Importa **diminuir de forma objectiva e clara a despesa**, pois só assim deixaremos de exigir impostos tão elevados. **Até porque não é aceitável que tenhamos taxas de IVA superiores a Espanha quando hoje a continuidade territorial aconselha uma tendencial harmonização destas taxas (o PSD deve lutar para que, a curto/médio prazo, as nossas taxas não sejam nunca superiores a 1% em relação ao que existe em Espanha)** sob pena de estarmos a matar uma parte do tecido comercial do nosso país, na certeza de que Portugal não existe apenas na faixa litoral.

Ao mesmo tempo, **ao nível do IRC há que baixar a sua taxa e dimensionar este imposto não mais na óptica de arrecadação de parte da riqueza criada, mas acima de tudo, como um instrumento de captação de investimento directo estrangeiro e de forma a auxiliar a competitividade do nosso tecido empresarial. Há que criar condições para nivelar a taxa de IRC de forma competitiva com os países que concorrem connosco na captação de investimento. Ao mesmo tempo deverá ser pensado um novo escalão de IRC, mais baixo, para micro e pequenas empresas** (dentro de um volume de facturação a determinar), incentivando assim o empreendedorismo e a inovação.

Com uma nova filosofia na nossa fiscalidade, podemos deixar respirar a sociedade. Mas para que tal seja possível, o Estado tem que se reformar nos seus alicerces, pois para que a descida de impostos seja real, terá também que ser real a redução das despesas “gordas” que não são essenciais.

Com uma lógica objectiva - **É o Estado que existe ao Serviço das Pessoas e não as Pessoas que têm a obrigação de financiar e servir o Estado!**

Ao nível económico, é tempo de criarmos, com mais pujança e vigor, **um verdadeiro sistema de apoios às actividades que criem produtos inovadores**, de evidente valor acrescentado, e que possa potenciar o aparecimento de novos mercados e maiores fontes de rendimento. **O apoio logístico de internacionalização dessas Inovações, de acompanhamento e de apoio às suas patentes, de desenvolvimento de campanhas de marketing associadas, devem ser apoiadas pela Marca “Made In Portugal”, por forma a garantir que passemos a ser um país charneira no desenvolvimento;**

O futuro passa pelo **incentivo de uma cultura empresarial de menor aversão ao risco**, de maior apoio ao capital de risco, ao incentivo a um empreendedorismo mais forte (sobretudo jovem), mais apoiado por instituições governamentais (na **criação de uma marca, na criação de uma Linha de Imagem e Marketing, no apoio Jurídico e burocrático à Internacionalização**). Para que os nossos empresários se sintam motivados, acompanhados, e percebam que a sua rentabilidade e valor acrescentado são uma parte de uma imensa soma, que desejamos sejam alavancas de uma Economia Portuguesa menos dependente, mais criadora e mais rica.

Mas os nossos índices de competitividade também serão razão directa da nossa capacidade de **combater o défice do nosso balanço energético**. Para que isso seja possível há que relançar um verdadeiro **Plano Nacional para a Eficiência Energética**, através de mais incentivos às edificações energeticamente sustentáveis, e apoiando a criação de um Plano de Investimento de combate ao desperdício. Portugal, como aliás todas as

sociedades modernas, deve caminhar para uma crescente independência face aos combustíveis fósseis, pois para além de finitos, trazem constrangimentos ambientais, e no nosso caso importam graves desequilíbrios económicos. A continuidade na aposta nas energias renováveis deve ser um esforço que devemos potenciar ainda mais pois vale a pena apostar no sol, na água, no mar e no ar, uma vez que são recursos que dispomos em quantidade e que nos ajudam a combater um dos défices estruturais que servem de travão à nossa economia.

Ao mesmo tempo, ao nível da **Educação**, há que **tornar o Sistema de Ensino mais exigente mas menos exaustivo**, adequando os planos curriculares aos interesses futuro dos alunos, pois é impossível desejar que tenham que saber tudo sobre todos os assuntos, e depois não haja capacidade de **lhes dar as ferramentas básicas para eles “aprenderem a aprender”** e para se especializarem para, num primeiro momento, **estarem preparados para serem chamados pelo mercado de trabalho**; Em paralelo, não podemos deixar de **continuar a apostar na vertente técnico-profissional**, acabando com o estigma social do «dr. e engenheiro», valorizando as profissões que são uma mais-valia, fazem falta a uma sociedade moderna e têm garantia de sucesso profissional.

Há no entanto, algo que importa alterar: a ligação com o mercado de trabalho, que deve **obrigar a que existam estatísticas dos níveis de empregabilidade por sectores de actividade** (e projecção de saturação do mercado trabalho na década subsequente...), sendo que essa informação deve ser disponibilizada e explicada aos alunos no momento em que efectuarem as suas escolhas no processo de formação académico.

Nestes exemplos mais centrais, destacam-se valores que devem guiar este novo Modelo de Desenvolvimento civilizacional: A **Exigência** na forma como pensamos e executamos os novos alicerces do Portugal Moderno; A **Responsabilização** dos Agentes Políticos, Económicos e Sociais; A **Coragem** de assumir as reformas não cedendo aos interesses instalados ou às manifestações de quem se sinta acossado pela mudança; A **Excelência**, como valor último do processo de desenvolvimento, pois o país terá mais futuro quanto mais for capaz de tentar equiparar-se aos melhores.

O país precisa que este caminho de Mudança de Modelo de Desenvolvimento seja concretizado em nome de um futuro onde as novas gerações tenham orgulho da nossa capacidade de pensar, agir e construir. Com novas Ideias, novos Rumos, novas vontades, mas acima de tudo, com novas Mentalidades.

IV. A Revolução de Mentalidades no PSD

Para que seja possível revolucionar as mentalidades do país através de uma governação que pense primeiro nas pessoas, que reforme os alicerces da sociedade e que transforme a forma como se vê o Estado, há que ter um PSD que se reencontre com o seu código genético personalista, humanista e reformista.

Não vale a pena esconder. O PSD está há demasiado tempo de costas voltado para Portugal e não tem tido a capacidade de apresentar um verdadeiro Projecto pensado, estruturado e capaz de oferecer um novo modelo de governação que esteja assente em novos valores e em novas causas que sejam perceptíveis aos Portugueses.

Para que o PSD se reencontre com o país não pode deixar de se reencontrar em primeiro lugar consigo próprio. Um projecto de governação não emana do partido, mas tem que ter dentro dele a capacidade organizativa, criativa e de debate interno (seja entre os seus membros, seja com a sociedade civil) que forneça os mecanismos de auscultação de diferentes sectores, de forma descentralizada (através das estruturas locais) e com capacidade de ouvir e representar o sentir dos cidadãos.

A força do PSD brotou sempre de baixo para cima. Realçou-se sempre a partir do trabalho, da formação, da afirmação e da conquista de novos militantes e simpatizantes que traziam a sua experiência de vida, o seu conhecimento profissional, técnico e que ajudavam assim a enriquecer a nossa acção política.

Somos uma força da natureza, porque temos a força dos nossos militantes, da sua dedicação imensa, e bebemos muito do que somos da sua

capacidade e competência, pelo que o nosso Projecto Político deve resultar do que pensamos e somos.

Para que isso seja possível, o PSD tem que se reorganizar também em si mesmo, e mudar a forma como se relaciona com os militantes, como ajuda no crescimento individual de cada um, mas também como deve funcionar enquanto estrutura e na interligação desta com a sociedade.

O PSD não existe por si e para si. O nosso partido faz sentido na exacta medida como consegue interpretar a evolução do país e adaptar um modelo de governação que sirva o desenvolvimento que desejamos, com a exigência que é fundamental para a excelência que almejamos alcançar.

Como é que isso é possível?

- Descentralizando iniciativas que abram o PSD à sociedade civil, através de **Fóruns Estratégicos Temáticos** que tragam ao partido cidadãos que não sendo militantes nos ajudem a pensar o futuro.
- Voltando a institucionalizar o **Open Day do PSD**, onde (de 3 em 3 meses) as estruturas de secção devem organizar espaços onde se possam interligar os responsáveis políticos e autárquicos com a população em geral, assegurando uma maior proximidade com os cidadãos;
- Ao mesmo tempo temos que ajudar a crescer os nossos quadros militantes. Hoje em dia existe já um programa de formação de jovens militantes da qual a Universidade de Verão é o expoente máximo, mas importa organizar e executar um **Plano de Formação Contínuo para Quadros Dirigentes, para Autarcas e militantes**. A força do PSD será tanto maior quanto mais capazes forem os rostos que dão a cara junto das populações, aos mais diversos níveis.
- Temos também que **reformular os mecanismos de financiamento das estruturas locais**, pois com as novas regras de subvenção estatal e com a definição de um novo quadro de receitas das organizações políticas importa que o PSD seja capaz de assegurar a existência de estruturas locais capazes de viver não apenas de forma institucional, mas acima de tudo, de modo a potenciar a sua acção política; Ao mesmo tempo, o partido tem que assumir um novo Plano de Apoio à Implantação, pois por razões históricas, o PSD não tem uma implantação política homogénea e importa recuperar este atraso, através de **medidas de discriminação positiva ao nível financeiro, logístico e de acção nos distritos, sobretudo, de Beja, Évora e Setúbal**, onde tradicionalmente existem graves carências das nossas estruturas que apenas sobrevivem por manífera boa vontade e voluntarismo dos seus dirigentes.
- A abertura do partido à sociedade através de mecanismos de participação na Internet, mas também a **disponibilidade de dirigentes nacionais do partido de estarem em todos os distritos, uma vez por mês para um encontro com estruturas e personalidades representativas, e sempre a partir de uma temática que nesse mês seja definido como prioridade pela Comissão Política Nacional**;
- **A realização de Conselhos Nacionais ao longo de um dia inteiro ou mesmo 2 dias**, que englobe discussões temáticas e a apresentação de documentos por parte de especialistas ou de um porta-voz do partido para essa área;

Tudo isto permitirá ter um PSD mais vivo e mais crítico, porque estará sempre em permanente reflexão e debate programático, mas acima tudo, teremos um partido muito mais informado e os seus dirigentes mais responsabilizados de qual a posição do PSD sobre cada matéria, passando a ser um rosto mais eficaz na representação da nossa visão sobre o presente e futuro.



Um Partido mais organizado, mais motivado e mais capaz, significa um PSD mais presente na vida de cada freguesia, concelho, região, e de Portugal como um todo, ou seja, isso traduz-se numa maior aproximação às pessoas que são o fim último da nossa acção e a razão da nossa existência.

V. Conclusão

O que fica claro desta reflexão é que o actual Desgoverno Socialista tem que ter um ponto final, mas para que tal se justifique importa antes de mais demonstrar aos Portugueses que o PSD tem esse Projecto de Mudança de Rumo e de Revolução de Mentalidades.

Sabemos que a última década e meia tem o selo da irresponsabilida-

de socialista, mas também temos que ter a consciência que não podemos abraçar este desafio sem que estejamos prontos para fazer diferente e muito melhor.

O PSD tem que oferecer esse capital de competência e esperança aos portugueses, pelo que tem que aliar a ele um projecto audaz e estruturante, sendo que temos que a cada momento falar claro sobre o que pretendemos e qual o fim último. Não poderá haver ruídos de fundo que distraiam esta nobre missão que é construir um país diferente mas muito mais entusiasmante, uma nação menos estatizada e com isso mais liberta para romper as brumas da desconfiança.

O Amanhã está já aí, pelo que é preciso abraçar os novos tempos com a força de quem tem saudades do futuro.

Por uma Educação de excelência, pela excelência na Educação

1ª Subscritora - M.^a Fernanda P. Velez

“A educação é a melhor arma para MUDAR o mundo”.
Nelson Mandela

A Educação é um factor fundamental de desenvolvimento social, cultural e económico. No entanto, os sucessivos governos não têm elegido as políticas educativas como uma das primeiras prioridades e, pior do que isso, nos últimos anos, face à obsessão estatística de José Sócrates, a Escola e os seus profissionais têm vindo a ser menosprezados e atacados.

Em Portugal, apesar do investimento realizado na área da Educação, verifica-se que os resultados obtidos e a qualidade do sistema de ensino estão muito aquém do que seria desejável, particularmente quando comparados com o que se passa na União Europeia. Atravessamos um momento de crise económica e social em que a limitação de recursos se faz de forma acentuada e, por isso, temos que ser conscientes nas prioridades que estabelecemos no sistema de ensino, criteriosos na sua aplicação e exigentes na sua gestão.

Para que a Escola se torne uma referência na integração do indivíduo na sociedade, contribuindo para manter a identidade cultural a nível local e nacional, há que fortalecer, respeitar e cultivar os valores próprios desta instituição – exigência, rigor, disciplina e trabalho –, não esquecendo o papel determinante do professor na realização desses valores.

O PSD tem que defender um sistema de ensino centrado no ALUNO. Um sistema de ensino promotor de competências, assente numa cultura de excelência e de exigência, de forma a preparar os nossos jovens para os desafios da globalização. Um sistema de ensino que dignifique e valorize o papel do professor.

Revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo

Uma revisão que contemple a participação de toda a sociedade e que resulte num documento consensual que garanta uma formação de base a todos os jovens e que responda aos novos tempos e às novas exigências, com princípios promotores do sucesso educativo.

Estatutos dignificados dos trabalhadores docentes e não docentes

O estatuto e a carreira dos trabalhadores docentes e não docentes devem reconhecer não só a complexidade e relevância, como as peculiaridades ligadas à actividade destes profissionais.

Estabilidade de quadros dos trabalhadores docentes e não docentes

A valorização dos quadros de escola, dos trabalhadores docentes e não docentes, através do seu correcto dimensionamento, ajustando a sua dimensão às necessidades permanentes dos estabelecimentos de ensino é fundamental para que se possa atingir a tão desejada estabilidade.

Promover uma verdadeira justiça social

O Estado não pode limitar a sua acção à existência de um serviço público de educação e formação minimalista ou residual. A sociedade portuguesa tem que responder às necessidades de apoio de muitas famílias, de forma a que estas possam assegurar espaços e tempos educativos e de desenvolvimento harmonioso dos seus educandos.

Formação de docentes e não docentes elevada e exigente

A qualidade do sistema educativo requer formação inicial e formação contínua elevada e exigente para docentes e não docentes.

Educar para a participação e intervenção na vida da comunidade

A Escola deve ter também uma função social, de formação do espírito de cidadania. Neste contexto, há que fomentar actividades em áreas como a expressão físico-motora, as expressões artísticas, o conhecimento e defesa do património, a educação cívica e o exercício da cidadania.

Qualificação dos espaços e recursos das escolas

A população escolar tem direito a espaços educativos de qualidade para o desenvolvimento integral da actividade pedagógica.

Escolas com recursos humanos e materiais para apoio à diversidade

A optimização dos recursos humanos, respondendo às necessidades individuais dos alunos, passa muitas vezes por organizar turmas com um número de alunos que torne exequível o trabalho experimental e o cumprimento dos objectivos e metas, bem como o desenvolvimento de competências.

Temos hoje uma distribuição e organização de turmas que assenta no economicismo e contenção de despesas e que é agravada pela perversidade das políticas governativas (não de educação) de fazer baixar o nível de exigência na avaliação, com o intuito de manter uma percentagem de sucesso politicamente correcta.

A par da legislação que define e regula o conceito de escola inclusiva, cada escola, no quadro da sua autonomia, deve poder concretizar as soluções que melhor se adequem a cada aluno. Revela-se ainda fundamental reforçar a intervenção precoce.

Revisão dos programas e dos currículos escolares

Impõe-se uma revisão dos programas e dos currículos, ajustando-os ao conjunto de conhecimentos e de competências que razoavelmente devem ser adquiridos em cada ciclo de ensino, permitindo que as escolas complementem o currículo.

Para responder aos alunos que não podem ou não pretendem seguir a via académica tradicional é necessário apostar no ensino técnico-profissional. Porém, esta área de ensino, vocacionada para dotar os nossos jovens de ferramentas apropriadas para a inserção no mercado de trabalho, não deve implicar necessariamente uma renúncia definitiva à transição para o ensino superior.

Melhorar os resultados escolares, numa cultura de exigência e de prestação de contas, combatendo de forma ajustada o abandono, o insucesso e a exclusão, por uma escola de qualidade com equidade.

Apostar na obrigatoriedade de frequência da educação para a infância, na implementação de medidas adequadas para combater as diferentes situações de abandono escolar e na diferenciação e diversidade de respostas educativas são objectivos imperiosos.

As provas de aferição, no final do 1º Ciclo, os exames nacionais (no 6º ano, a Língua Portuguesa e Matemática; no 9º ano, a Língua Portuguesa, Matemática e Inglês; no Secundário, nos moldes em que já existem) são imprescindíveis para, de forma fiável e inquestionável, regular e aferir as aprendizagens, não fechando o PSD as portas a outras provas e outras formas de aferição dos conhecimentos apreendidos.

A requalificação da população activa deve ser feita através de um processo ambicioso e exigente que garanta fiabilidade, para que o reconhecimento de saberes profissionais seja acompanhado do necessário esforço para obter mais qualificação académica e melhores competências técnicas verdadeiramente qualificantes.

Reforço da autoridade do professor e desburocratização das funções docentes



O reforço da autoridade do professor e a desburocratização das funções docentes são as questões axiais da condição docente.

A autoridade do professor não pode continuar a ser posta em causa sob pena de se tornar inglório o esforço de elevação das qualificações das nossas crianças e jovens.

As tarefas burocrático-administrativas que hoje são solicitadas ao professor reduzem-lhe substancialmente o tempo para a realização do trabalho individual (e em equipa) de preparação de aulas, de apoio aos alunos e de articulação de metodologias e de estratégias. Ao professor, neste momento, resta-lhe pouco tempo para ser PROFESSOR!

Autonomia, gestão e financiamento dos estabelecimentos de ensino

Uma gestão das escolas que reforce a democraticidade na organização escolar e respeite os princípios de elegibilidade, colegialidade e participação, no respeito pela autonomia com a correlativa responsabilização, mas assegurando os meios para a consecução dos objectivos a atingir.

Ensino superior

Para o desenvolvimento do país precisamos de um ensino superior diversificado, exigente e que aposte na inovação, na investigação, na autonomia das instituições, no financiamento adequado e ajustado aos projectos e metas a atingir ao nível do ensino, e na interacção com o tecido económico.

Clarificar o âmbito de intervenção das autarquias na área da educação

É necessário clarificar a distribuição de competências e responsabilidades entre os diversos níveis da administração – central, regional, municipal e institucional.

A intervenção autárquica deve respeitar a autonomia das escolas e não pode desresponsabilizar a administração central no que respeita à regulação da oferta (rede) educativa e da gestão dos recursos humanos da educação.

Uma cultura de avaliação a todos os níveis.

Avaliação das políticas da administração central e regional da educação, das escolas de todos os níveis de ensino, das aprendizagens dos alunos, do trabalho dos docentes e dos trabalhadores não docentes. Esta cultura de avaliação (nas suas dimensões interna e externa) será um elemento referencial para a tomada de decisões conducentes ao aumento da qualidade do sistema educativo.

Relativamente à avaliação do desempenho dos docentes, pretende-se um processo sério, transparente, justo, simples na sua aplicação e exequível. Um modelo de avaliação que ajude a ultrapassar as dificuldades com que os professores se deparam diariamente nas escolas e que constitua um verdadeiro indicador para o aperfeiçoamento do seu desempenho.

A Escola que o PSD deve defender é uma Escola que:

- fomenta o aumento das reais qualificações de todos os portugueses;
- combate a exclusão, o abandono e insucesso escolares;
- melhora/rentabiliza os investimentos em educação e formação;
- consolida o acesso à educação e formação ao longo da vida;
- intensifica as relações entre o ensino e o sector empresarial;
- aposta na inovação e na criatividade;
- garante carreiras profissionais atractivas e dignificadas;
- promove a estabilidade e sustentabilidade de emprego para trabalhadores docentes e não docentes.

Estas são opções fundamentais para o desenvolvimento nacional, ou seja, são condições imprescindíveis para um sistema educativo capaz de proporcionar uma qualificação ao nível das habilitações médias que permita colocar os portugueses na linha da frente em matéria de produtividade e de competitividade.

Certamente que, com esta nova liderança, os portugueses voltarão a mandar o PSD para governar o nosso país. Por isso, temos que estar preparados para delinear uma política coerente e estável que seja um projecto credível e de futuro para o ensino em Portugal.

Todos somos poucos se pretendemos MUDAR, no sentido de construir uma escola que se afirme e que nos ajude a perspectivar cidadãos mais e melhor qualificados. Uma Escola com futuro!

Portugal Social: Novas Políticas para uma Nova Esperança

Proponentes: Filipe Eduardo Miranda Ferreira (20745), Gonçalo Oliveira Lage (59707) Pedro Miguel Ribeiro Duarte dos Reis (94848) e Rui Jorge Gama Cordeiro (74954)

1 Introdução

As últimas eleições directas para a liderança do PSD, surgiram num momento dramático, tanto para o PSD como para o país.

A crise económica e financeira internacional atingiu Portugal com uma severidade inaudita, mostrando assim aos portugueses e aos nossos parceiros internacionais um país impreparado, resultado de mais de uma década de governação sem nenhum sentido estratégico e sem nenhuma ideia clara de desenvolvimento.

Como militantes social-democratas, que nestas eleições directas apoiaram o mesmo candidato, Pedro Passos Coelho, tomámos em mãos esta tarefa de dar um contributo pela positiva.

Queremos chamar a atenção para aquilo que consideramos ser a defesa do **ADN social-democrata**. Não pode existir uma visão ou um projecto do país que não passe pela assunção de uma reforma das políticas sociais nacionais.

Ou Portugal tem coesão social ou então não será!

Desde o final da década de 80 que Portugal, e o Mundo, estão em permanente mutação, onde as respostas de hoje, já dificilmente serão as soluções de amanhã. O século XXI vai ser incomensuravelmente mais complexo, não só ao nível das relações internacionais, mas também ao nível do sistema social.

À complexidade crescente das relações internacionais, veio juntar-se um desenvolvimento tecnológico ímpar na história da Humanidade. Esta revolução tecnológica veio alterar, em primeiro lugar, a hierarquia das potências mundiais, mas também as próprias relações sociais.

É responsabilidade do PSD acompanhar o passo do mundo, acompanhar as suas tendências, acompanhar as suas mudanças.

É imperativo que seja o PSD a dar uma Nova Esperança a Portugal!

Devemos dizer claramente aos portugueses qual o Portugal que queremos, qual o Portugal que pode vingar num mundo cada vez mais complexo.

A adopção de uma Estratégia pressupõe uma certa perenidade, algo que não pode estar voltado para o curto-prazo.

Esta deve passar por uma correcta percepção das realidades envolventes, sem ter as ideias predefinidas.

O PSD nunca se guiou por determinismos ideológicos que toldam a realidade de acordo com os olhos de quem vê. Nós sempre nos baseamos numa correcta apreciação da realidade para a melhorar.

O Homem deve ser a medida de todas as políticas!

Temos de aproveitar as oportunidades que nos são concedidas pela globalização para nos tornarmos mais competitivos, mas também mais justos. Não podemos esperar mais para Reformar o tecido social e económico do nosso país. Temos de triunfar onde o PS fracassou.

Este é o contexto global que o PSD tem de perceber. Só tendo a noção daquilo que nos rodeia é que saberemos agir na defesa dos nossos interesses.

Enquanto, o PS anestesava o país, e nós nos preocupávamos em olhar para o nosso interior, nascia um país diferente, mais desigual e mais injusto. É esta a responsabilidade de todos os social-democratas: dar uma resposta nacional a esta realidade.

Não nos demitimos de Pensar Portugal!

2 Contexto Internacional

O Portugal de 2010 é substancialmente diferente do Portugal de 1995, último ano da governação do Professor Cavaco Silva, mas também já é diferente de 2005, aquando do Governo do Dr. Santana Lopes.

A velocidade dos acontecimentos internacionais tem como corolário um paradigma de transformação social, muito mais acelerado e complexo de que tudo aquilo de que se conhecia.

A força partidária que, na nossa era, alcançar a governação tem necessariamente de estar mais bem preparada do que as gerações anteriores.

Apesar da velocidade da mudança do mundo, no que concerne à envolvente externa, o Estado Português mantém a sua participação enquadrada em grandes organizações: União Europeia, NATO, Nações Unidas e CPLP.

Neste mundo cada vez mais complexo e contraditório, e numa Europa cada vez menos homogénea, temos claramente algumas vantagens comparativas.

As nossas fronteiras continentais são, grosso modo, as mesmas desde o século XIII. Podemos não nos aperceber no imediato, mas este facto marca pela positiva a nossa história e a nossa sociedade, ainda para mais numa Europa de fronteiras ora disputadas ora recém-formadas.

Assim, importa afirmar, cada vez mais, Portugal como uma centralidade europeia que faz a ligação com a América Latina e África.

A alternativa é a nossa subalternização estratégica, numa Europa em que o seu centro nevrálgico se desloca paulatinamente em direcção a Leste, tendo a Alemanha como seu centro político.

É indispensável aproveitar em pleno a nossa proximidade afectiva e cultural com os países de expressão oficial portuguesa, mas também valorizar a nossa diáspora.

Não nos podemos esquecer da dívida de gratidão que o país tem com os nossos emigrantes, que quando no período pós-revolucionário atravessávamos um momento de crise colectiva, foram as suas divisas que permitiram que aguentássemos até que o poder político se sedimentasse.

Ao nível da Defesa e Segurança muito mudou. Tanto a NATO como a UE viram o seu papel mudado nos últimos 15 anos.

A existência de forças nacionais destacadas no exterior são um testemunho da nossa integração estratégica em espaços de segurança cada vez mais amplos, onde em ultima ratio se defende a nossa soberania, conceito este cada vez mais amplo e fluído, já longe das ideias de Jean Bodin.

A nível económico, os critérios de convergência europeus marcaram a nossa vida enquanto povo nos últimos 15 anos.

Orgulhamo-nos de ter sido o PSD o primeiro impulsor do caminho que nos levou à zona Euro.

Mas a recente crise económica e financeira, rapidamente caminhou para uma verdadeira catástrofe social, com consequências imprevisíveis. A resposta à crise na maioria das democracias ocidentais fez-se através de pacotes públicos de estímulos ao sector financeiro e através do aumento da despesa e do investimento público.

Em pleno 2010, e apesar de nem tudo ser ainda claro, podemos veri-



ficar que embora não tivéssemos morrido da doença (colapso do sistema financeiro e segurador), quase morríamos da cura (aumento exponencial da despesa pública, controle directo e indirecto por parte do estado de significativos sectores da vida económica do país).

A juntar a esta situação ainda temos o nosso endividamento externo que cada dia é mais elevado (41% para 105% do PIB numa década).

Esta nova situação internacional provocou o fim de um período de endividamento fácil, tendo os mercados internacionais passado a estar mais atentos á capacidade dos diferentes países cumprirem com as obrigações.

Para ultrapassar este contexto precisamos de um PSD mais focado e mais sólido. Precisamos de dar respostas à situação económica do país, mas precisamos também de pensar que um país é feito de pessoas e que precisamos de ter um discurso que dê esperança.

O PSD não pode continuar a ser o partido que apenas diz que é mais importante criar riqueza do que distribuí-la. Essa afirmação é verdadeira, mas não é suficiente...

3 Contexto Nacional

Nos últimos 15 anos, o PS governou em mais de 10.

Este período de governação PS ficou marcada pelo desperdício de uma oportunidade única para reformar o Estado e assim relançar a economia, permitindo uma gestão fiscal mais competitiva, o que impulsiona-ria ainda mais a nossa economia, diminuindo assim as disparidades sociais, que hoje, em 2010 são uma realidade cada vez mais preocupante.

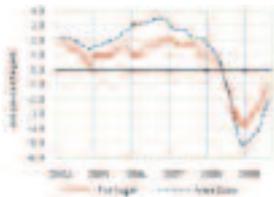
Até 2001, o país desperdiçou tempo, recursos e energia em políticas despesistas, que ainda hoje estão por provar a sua mais valia.

Se a Reforma do Estado fosse realizada nesse contexto altamente favorável, o país já não seria forçado a realiza-las numa situação muito mais gravosa e onde não existe qualquer folga orçamental para a aplicação de medidas paliativas.

Com a continuação da actual política económica e financeira, a OCDE prevê que o PIB em Portugal cresça cerca de 0.7% ao ano, registando o emprego um crescimento nulo. Esta evolução corresponderá a uma estagnação económica, e terá como consequência que continuaremos a divergir da Europa, uma vez que, em igual período, a zona Euro deverá crescer a um crescimento anual de 2%.

Se hoje muitos estão perplexos com a extensão da crise, em muito se deve às orientações políticas dos executivos PS. Os principais indicadores económicos demonstram a falência dum modelo económico socialista, que se preocupou mais com apostas questionáveis e insensatas do que com a criação de riqueza (ver quadro I)

Quadro I: PIB em volume (tvh %)



Em vez disso, estamos a viver um período extremamente difícil, onde as dificuldades de gestão do Estado têm uma grande repercussão na sociedade civil, fruto de uma forte interdependência, que de todo em todo é benéfica ao desenvolvimento do país.

A nossa sociedade, apesar de inúmeros casos de boas-práticas e de sucessos indimentáveis, ainda não se libertou do jugo castrador de um Estado que é árbitro e jogador em simultâneo.

Precisamos de voltar a ser encarados como o Partido das liberdades,

que defende a igualdade de oportunidades e não um igualitarismo artificial, que defende sem pudor a iniciativa privada como expressão justa e válida das capacidades individuais e que defenda com vigor mais justiça social.

Existirá sempre quem não seja abrangido pela prosperidade e pelo desenvolvimento.

É também imperativo que o PSD esteja na linha da frente neste combate.

O PSD necessita de voltar a compatibilizar estes valores, a harmoniza-los, a não se envergonhar de ter um programa social, de ter uma palavra sobre as temáticas que realmente afectam o quotidiano de todos nós.

4 Os nossos valores

O PSD acredita, desde a sua fundação num conjunto de princípios e de valores que nos distinguem dos nossos adversários à esquerda e à direita.

No entanto, no nosso ponto de vista importa renovar e reforçar o papel eminentemente social do PSD, papel esse que está inscrito na matriz genética que levou à própria fundação do nosso partido.

Desde a sua fundação que encontramos um partido que considera a pessoa humana, a sua vida, dignidade e consciência, como um valor anterior à sociedade e acima de tudo ao Estado.

O Partido Social democrata caracteriza-se pela valorização do humanismo, bem como os grandes princípios da justiça, da liberdade e da solidariedade. Como partido crescemos a defender a mobilidade social e a representação de diversas categorias da população portuguesa.

Sempre defendemos como valor fundamental a defesa da cooperação entre as classes sociais como a via mais adequada para a obtenção de um Portugal mais equitativo e consequentemente mais justo.

O PSD reconhecer o mérito e a capacidade de afirmação pessoal e social como instrumentos de justiça social, ao invés da visão clássica igualitarista que a esquerda sempre defendeu. Defendemos não a igualdade, pois todos somos diferentes e temos capacidades e potencial desigual, mas sim a igualdade de oportunidades.

Em linhas gerais são estes os vectores que consideramos fundamentais para que nos possamos recentrar no que foi e deve ser o actual PSD.

Por isso, “torna-se necessária uma revalorização da noção de solidariedade, a qual comporta deveres não apenas no espaço mas também no tempo, para com as gerações vindouras, as quais têm igual direito à fruição de recursos não renováveis”.

Advogamos, tal como os nossos fundadores, um PSD assente numa concepção moderna da política social. Entendemos a economia de mercado como uma ferramenta preponderante para o desenvolvimento económico que possa potenciar a qualidade de vida por todos almejada e não como um fim em si mesmo.

Entendemos também que a chamada economia social é uma realidade extremamente útil e que a cada ano que passa prova, cada vez mais, a sua importância.

O estado não pode continuar a ser o alfa e o ómega da vida nacional. Não podemos continuar a dar-nos ao luxo, como país, de sufocar os esforços e o trabalho realizado junto de quem precisa por centenas de instituições.

O estado deve caminhar, na área social, para uma retracção do seu papel, concentrando-se nas suas funções reguladoras, deixando assim trabalhar a sociedade. Esta é a nossa visão.

Devemos assumir um conjunto de propostas que juntando algumas ferramentas típicas de uma economia de mercado com o aumento da exigência de qualificação dos activos bem como um maior esforço de modernização das estruturas financeiras, possa modernizar ainda mais este sector.

Em diversas áreas sociais parece-nos claro que a capacidade do Estado não equivale a flexibilidade e proximidade dos problemas como nas instituições do terceiro sector.

Estaremos a defender o legado dos fundadores do nosso partido quando voltarmos a ter todo um conjunto de propostas integradas, que façam com que a justiça social seja uma realidade e não apenas uma miragem.

É do nosso interesse estratégico, como um grande partido disputar o centro eleitoral. Quem quiser disputar uma eleição legislativa sabe que este espectro do eleitorado é essencial para a construção de uma vitória.

Esta estratégia não é mais do que o continuar do sonho de Francisco Sá Carneiro da construção de uma democracia social. O reforço da coesão nacional é um imperativo, sendo por isso uma obrigação social-democrata que explicitemos aos portugueses qual o nosso modelo de sociedade.

5 Novas Políticas

Tal como transmitido anteriormente o PSD identifica-se historicamente como um partido de forte matriz social e humanista.

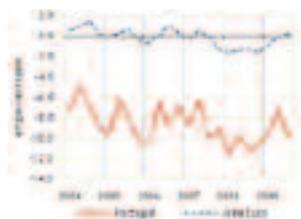
Por isso, tem também historicamente o dever de apresentar soluções para os problemas que infelizmente se têm vindo a avolumar.

Considerando o actual estado económico e social do nosso país, e o rumo para onde nos direcciona o actual governo do partido socialista, importa identificar alguns indicadores.

As previsões de crescimento do PIB demonstram que o Governo é francamente optimista em relação a estes resultados, como já foi demonstrado.

Mas também importa ter em consideração um indicador importantíssimo, como é a % das balanças correntes e de capital. A ausência de resposta do governo a este problema, o alargamento do fosso nacional em relação aos nossos parceiros da UE demonstram, sem dúvida a nossa rigidez económica. Facto esse que o PSD tem de dar uma resposta célere e eficaz.

Quadro II: Balanças corrente e de capital (em % do PIB)



Essencial para um Portugal mais coeso é o combate à pobreza. O PSD orgulha-se da sua herança de combate a este flagelo.

Importantes instrumentos foram criados por Governos PSD, desmentindo assim a imagem de insensibilidade social que os nossos adversários tentam fazer passar.

A população residente em situação de risco de pobreza era de 18% em 2006. À semelhança de 2005, o impacto das transferências sociais (excluindo pensões) na redução da taxa de risco de pobreza em 2006 foi de 7 pontos percentuais.

Numa análise por género, verifica-se que as taxas de risco de pobreza eram superiores para as mulheres nos três inquéritos realizados: 22% em 2004, 20% em 2005 e 19% em 2006 (para os homens, os valores foram respectivamente de 19%, 19% e 18%).

Tal como em 2004 e 2005, também em 2006 foram os idosos e as pessoas com menos de 18 anos que registaram as maiores taxas de risco de pobreza.

Os agregados constituídos por um adulto com crianças (41%), os idosos a viver sós (40%), e as famílias compostas por dois adultos e três ou mais crianças dependentes (38%), apresentavam em 2006 taxas de risco de pobreza que mais que duplicavam a taxa de risco para o total da população;

Estes são apenas alguns números que revelam um Governo socialista incapaz de inverter a situação. O investimento feito pelo estado para reverter o ciclo de pobreza não tem consequência nos resultados, que são aquém do esperado.

O nosso país tem recursos para atacar a pobreza, não tem sabido fazê-lo.

Este Governo, apesar das massivas operações de propaganda, é directamente responsável por este panorama de desperdício de recursos.

Urge por isso um PSD recentrado nestas questões.

Um PSD que faça um real diagnóstico do país e apresente medidas concretas para tentar inverter este rumo.

Ao nível do emprego também a actuação deste governo tem deixado muito a desejar.

Quadro III: Taxa de Desemprego



A luta contra o desemprego, e mais em particular, contra o desemprego jovem tem de passar pela reforma das actuais políticas de qualificação.

Embora esta seja uma área onde o PS investiu fortemente, não podemos ficar satisfeitos com as suas políticas, que embora tenham o mérito de conferir mais qualificações a mais pessoas, estas não correspondem às exigências de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, onde a exigência não se compadece com o facilitismo destas políticas.

Assim, parece-nos crucial a reestruturação da formação profissional e obviamente dos respectivos referenciais de formação, que devera ser direccionada maioritariamente para cursos que confirmam a dupla certificação e se encontrem orientados para o exercício de profissões em sectores que permitam dar resposta às inovações tecnológicas e aos sectores mais competitivos da nossa sociedade.

Importa igualmente promover medidas de sensibilização e promoção da formação profissional junto de todos os activos empregados sem qualificação profissional ou escolar, no sentido de promover a melhoria da sua qualificação, não só como forma de prevenção contra uma eventual situação de desemprego, como também de se ajustarem as exigências actuais do mercado de trabalho, garantindo assim o seu posto de trabalho; atacando assim decisivamente o desemprego de longa duração.

É impossível falar em qualificação, sem falarmos de educação. Os principais indicadores do nosso subdesenvolvimento nesta área são os indicadores de abandono escolar, saída antecipada, e saída precoce.

Quadro IV: Taxa de Abandono precoce em Portugal

	Total (%)	Homens (%)	Mulheres (%)
Portugal	26,9	23,1	29,8
Áustria	17,0	15,1	17,1
Bélgica	22,0	21,0	22,0
Países Baixos	20,9	17,2	24,6
Irlanda	25,2	23,5	27,5
Algarve	26,5	21,7	30,8
RA Açores	22,7	22,0	23,5
RA Madeira	27,5	27,0	28,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).
Nota: O valor de taxa de abandono escolar aplica-se à população residente no 30 de Setembro e apresenta um coeficiente de variação de cerca de 10% e apresenta um desvio de padrão de 10 pontos.

Estes são preocupantes e demonstram uma grave vulnerabilidade nacional, ainda para mais quando comparados com indicadores homólogos dos nossos parceiros da União Europeia.

É certo e sabido que um país que não qualifique os seus principais activos, que são os jovens, não tem horizonte nem esperança de um futuro melhor.

Num nível mais sistémico importa explicitar que a liberdade de aprender e de ensinar é um direito inquestionável dos pais dos alunos.

Antes de tudo, a educação é antes de mais um problema das famílias, e mais especificamente dos pais. Estes devem ter a última palavra acerca dos aspectos essenciais da educação dos seus filhos.

Propomos a liberdade de escolha do estabelecimento de ensino por parte dos pais dos alunos. Cada agregado familiar deve ser livre de escolher a escola onde os seus filhos devem receber a sua educação extra-familiar.

Mais liberdade dos pais corresponde a um melhor escrutínio da oferta educativa das escolas, levando a que estas elevem os seus padrões de qualidade. Mais liberdade é igual a mais responsabilidade.

Deve existir um ranking, perfeitamente transparente e com critérios claros, onde se possa aferir da qualidade dos estabelecimentos de ensino. O Ministério da Educação, em colaboração com os agentes locais como as autarquias devem disponibilizar apoio técnico especializado para que as escolas que apresentem os piores índices supram as suas deficiências.

É assim que se começa a lutar contra a exclusão social a longo prazo.

O PSD deve defender, sem tibiezas, uma gestão profissional das escolas, reforçando assim a sua autonomia e a autonomia dos seus projectos educativos. O modelo centralista do Ministério da Educação não é mais resposta a uma realidade que evolui a cada dia que passa.

Outro dos grandes desafios que Portugal enfrenta é a questão da natalidade. De acordo com dados do INE, estamos a ficar cada vez mais velhos, e cada vez mais dependentes da imigração para suprir as nossas necessidades de mão-de-obra num mercado laboral cada vez mais exigente e especializado.

Décadas de políticas anti-natalistas, de autismo em relação à sustentabilidade dos nossos sistemas de protecção social e de entorpecimento com as maravilhas de uma sociedade de consumo fizeram com que chegássemos a este ponto.

Este Orçamento do Estado, recentemente apresentado pelo Partido Socialista é um claro exemplo de como o Estado não tem uma política integrada de defesa da família e da natalidade, optando por medidas folclóricas, em vez de atacar com firmeza um problema estratégico para o país.

O diagnóstico está feito e não nos apresenta grandes alternativas. Uma vez mais o PS demonstrou não estar à altura das suas responsabilidades quando não viabilizou a propostas de reforma da segurança social que foi apresentada pelo PSD.

A um nível mais específico, são necessárias políticas conjugadas e integradas de apoio à vida profissional e familiar. Devemos procurar criar condições de justiça social e fiscal que permitam aos jovens casais terem mais do que um filho, mas é profundamente errado penalizar quem opta por não ter filhos ou de ter apenas um.

A discriminação deve ser positiva, não negativa.

Defendemos medidas que discriminem positivamente que tiver mais filhos. Pretendemos criar condições objectivas para facilitar o aumento da natalidade, mas esta, antes de tudo, é fruto de uma união de vontades entre o casal.

O PS apresentou e representou diversas vezes um programa de apoio à construção de equipamentos sociais.

Esta medida em si é positiva, mas de nada servirá se não existir uma preparação das instituições locais numa eficaz gestão e aproveitamento desses equipamentos. Devemos avançar para um **Programa Nacional de Certificação da Qualidade** destes equipamentos sociais, focando também a necessidade de mais e melhor formação dos recursos humanos destas instituições.

O país precisa de uma reforma urgente neste sector!

O PSD deve ter também uma palavra muito particular para os mais idosos. A fragilização das redes familiares e a quase inexistência de redes sociais e comunitárias de suporte fazem com que seja cada vez mais difícil envelhecer com dignidade. Estes problemas só podem ser resolvidos através de uma eficiente e cada vez maior interacção entre a sociedade civil e o Estado.

É importante que o PSD, também nesta matéria, ultrapasse o modelo assistencialista e assuma que a sociedade civil é melhor nestas respostas sociais.

Temos de desenvolver programas de âmbito social com o objectivo de responder aos grupos sociais identificados como de risco (crianças e jovens, idosos, pessoas com deficiência, comunidades imigrantes e minorias étnicas, entre outros), na perspectiva da sua inclusão na rede social em que estão inseridos

Temos de apoiar o desenvolvimento de ferramentas de apoio ao trabalho através de parcerias públicas e privadas, com entidades que tenham reconhecidas capacidades técnicas de suporte à intervenção e apostar na formação e qualificação dos agentes envolvidos, colocando um especial enfoque naqueles que se encontram em pior condição económica e social;

Devemos promover a inclusão no mercado de trabalho de pessoas ou grupos em situação de maior vulnerabilidade, através do desenvolvimento de percursos sócio-profissionais baseados em estratégias inovadoras que assegurem uma inserção sustentável. Acima de tudo um projecto que aposte num modelo de Empreendedorismo Solidário.

O empreendedorismo é um processo dinâmico a partir do qual os indivíduos identificam sistematicamente oportunidades económicas e respondem desenvolvendo, produzindo e vendendo bens e serviços. A este conceito deve ser acrescentado o factor inovação. Um empreendedor é antes de mais alguém que inova, que traz valor acrescentado a partir de uma ideia de base.

Portugal é, por tradição, um país extremamente avesso à inovação. Séculos de fraqueza empresarial e de dependência estatal não se podem remover em duas décadas.

Nos últimos anos, derivado da liberalização dos mercados, do aumento da concorrência aconteceu um fenómeno, que por ser cultural é muito importante. Começou a ser socialmente aceite, o papel do empresário e das empresas. A pouco e pouco começaram a aumentar o número de portugueses que arriscavam, que ousavam. Começou assim a ser gerado um ambiente propício à inovação e ao empreendedorismo.

Este ambiente não ficou limitado ao sector empresarial. O chamado terceiro sector percebeu que as metodologias utilizadas pelas empresas poderiam dar um contributo significativo na resposta à exclusão social.

O empreendedorismo social, como em tantas áreas da nossa sociedade, chega a Portugal com algum atraso relativamente aos nossos parceiros europeus.

Esta é uma área de enorme potencialidade na luta contra a exclusão social, substituindo-se ao Estado, por via da sua adaptabilidade, do seu cariz inovador e da sua leveza de processos.

A criação do auto-emprego deve ser destacada, bem como o recurso ao agora mediático micro-crédito.

A sua capacidade de criação de serviços para públicos excluídos ou auto-excluídos deriva de todo um novo conjunto de metodologias de intervenção que tem como objectivo, não o lucro financeiro, mas sim um resultado concreto que seja uma mais valia para a comunidade (criação de emprego, empowerment, inclusão social, etc).

Contudo, em Portugal, o empreendedorismo social ainda não chegou à sua idade maior.

Os maiores desafios estão na definição da sua área de actuação, na sua interligação com os sectores público e privado, a construção e adequação de novas ferramentas e metodologias que se adaptem às novas reali-

dades bem como a necessidade de utilização de instrumentos financeiros, cada vez mais sofisticados, que o potenciem mas não lhe alterem a sua natureza.

Existem exemplos de boas práticas (DNA Cascais), mas o PSD tem a obrigação de fazer uma aposta estratégica neste sector. O mérito e o esforço individuais, a vontade de criar riqueza para o país devem ser estimulados e não cerceados.

Também devemos ser o partido que apoia o voluntariado social, como uma das expressões mais puras e altruístas da sociedade civil.

Deve ser apoiado sem reservas todos aqueles que dão algo de si para ajudar quem precisa.

É um sinal da nossa maturidade enquanto sociedade a participação cívica.

Esta participação não tem de passar pelas formas já institucionalizadas e muito centralistas.

Em suma, cabe ao PSD a assunção de todo um novo paradigma de intervenção social, de todo um novo paradigma de um modelo de sociedade que devolva a esperança e a confiança aos portugueses.

6 Nova Esperança

Um Partido com a responsabilidade de apresentar uma verdadeira Alternativa de Governo necessita de oferecer aos portugueses muito mais do que diagnóstico, muito mais do que apontar os erros alheios e de dizer este não é o nosso caminho, este não é o nosso rumo.

Temos a responsabilidade de oferecer aos portugueses um projecto, uma visão de futuro.

Precisamos de dizer aos portugueses o que fazer nos próximos 10 meses, mas também onde vamos estar daqui a dez anos.

O nosso partido tem uma génese reformista e nasceu como a resposta da sociedade ao estatismo e às visões deterministas que pela esquerda dominavam o espectro político.

Contra todas as expectativas crescemos e afirmámos o nosso ideário junto dos portugueses.

Chegou a hora de voltarmos a assumir a nossa vocação.

VIVA O PSD!!!

VIVA PORTUGAL!!!

DESAFIOS: (PARA) UM NOVO PORTUGAL

PRIMEIRO SUBSCRITOR: COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL DA JSD

I. INTRODUÇÃO

Este é um momento de esperança.
Para o PSD e para Portugal.

Não que as coisas estejam a correr bem – o País tem tido um desempenho sofrível em quase todas as áreas nos últimos 15 anos. Os jovens, em particular, têm muitas razões para estarem angustiados: 21% deles estão desempregados (são 2 em cada 10), o endividamento do País e das suas famílias é asfixiante e compromete sonhos e investimentos e a educação prolonga-se sem assegurar formação de qualidade, sem resolver o seu desfasamento com o mercado de trabalho e sem conseguir ser o elevador social para quem, tendo nascido mais pobre, tem talento e/ou esforço para mais. Infelizmente há mais: os jovens portugueses são os que mais tarde saem de casa dos seus pais, muitos dos seus empregos são precários ou mal pagos (vendo nos mais velhos e nos funcionários públicos grupos cuja segurança laboral é mais do que comodidade), a obesidade, o alcoolismo, certas doenças sexualmente transmissíveis e as gravidezes precoces atingem níveis recordes de entre os países desenvolvidos.

Infelizmente haveria muito mais para ilustrar o quadro sombrio. O Governo Socialista e o seu Primeiro-Ministro Sócrates não só quebraram promessas e falharam o seu dever de fazer crescer e desenvolver o País, como já nem sequer merecem a confiança dos portugueses em geral e dos jovens, em particular.

Perante isto, são muitos – e cada vez mais – os jovens portugueses que decidem sair de Portugal, à procura do sonho, da esperança, das perspectivas e possibilidades que não encontram cá.

Mas a JSD não desiste. Embora as coisas não estejam a correr bem, há razões para hoje ter esperança.

Em primeiro lugar, porque o PSD e os Portugueses já perceberam que o caminho tem mesmo de ser alterado. O reconhecimento da necessidade de (se) mudar existe hoje no País e no PSD, e esse é o primeiro passo. Portugal já percebeu que não basta mudar de governo ou de partido, tem de mudar de rumo.

Em segundo lugar, há razões para ter esperança porque existe um caminho alternativo que se começa a conceber. Não é a “modernização socratista”, que se resume a uma ilusão superficial. É um novo caminho, com uma nova narrativa para a sociedade portuguesa que passe pela: Libertação da sociedade e da iniciativa das pessoas e das instituições sociais; Aposta na exigência, excelência e mérito desde logo na educação e inovação; Redução do peso e dependência da burocracia, dos partidos, e do Estado e algum aparelho económico privilegiado; Responsabilização das pessoas e organizações; e, entre outras, pela Credibilização e transparência da actuação política.

As áreas essenciais e prioritárias de intervenção reformadora da sociedade portuguesa são: a Educação e Inovação, a Regulação das Relações Laborais, o Papel do Estado e da Administração Pública, e a Justiça. Mas essa nova narrativa social envolve também outros desafios essenciais que não podem ser esquecidos, como o Desenvolvimento Sustentável, a Emancipação Jovem, a Igualdade de Oportunidades e a Solidariedade para com quem cai em situações urgência social e económica.

Em terceiro lugar, este é um momento de esperança porque o PSD pode ser o agente da mudança para esse caminho alternativo. Contudo, para o ser, o PSD terá não apenas que defender e lutar por essa Nova Narrativa Social, mas terá antes de mais que se reformar a si próprio.

O PSD deverá agora unir-se, à volta do seu novo líder e de todos os seus líderes: autárquicos, parlamentares e partidários.

O PSD deverá ousar inovar, reestruturar-se, adoptar as melhores práticas organizacionais, incrementar a transparência e abertura à sociedade,

a produtividade interna e o funcionamento em rede, desenvolver mecanismos de inovação e apostar nas novas tecnologias e ferramentas de acção e comunicação, potenciar o papel dos seus eleitos, dirigentes, militantes e simpatizantes e basear-se mais no mérito e excelência.

O PSD terá que ser um partido novo para um tempo novo.

Esta Proposta Temática da JSD pretende ser um contributo para isso mesmo.

Sem pretender tocar todos os temas importantes para a Política e a Governação do País, nesta Proposta Temática a JSD avança com vários desafios que são particularmente importantes e/ou prioritários para os jovens portugueses.

Esta Proposta Temática não é, nem pretende ser, uma Moção de Estratégia Global para a Governação do País ou do Partido, mas o elenco de algumas questões e desafios que, segundo a JSD, o PSD deve enfrentar e resolver na construção do tal caminho alternativo, essa Nova Narrativa Social.

Assim, nesta Proposta Temática, a JSD apresenta vários desafios desde logo para a governação do País, mas também para o próprio Partido Social Democrata (não que o País ganhe e se mude com reformas internas; mas porque só é possível servir Portugal como este precisa se o Partido estiver no seu melhor).

Esta proposta temática divide-se, portanto, em duas partes: a primeira com os desafios para as políticas de governação de Portugal; a segunda com desafios para a refundação tão necessária do PSD.

Muitos dos desafios lançados nesta moção correspondem, aliás, a ideias que a JSD tem vindo a defender e que tiveram também voz nas questões colocadas pela JSD aos candidatos a Presidente do PSD durante a recente campanha eleitoral interna e cujas respostas dos candidatos a JSD divulgou publicamente.

II. (UM NOVO) FUTURO DE PORTUGAL

Portugal precisa de uma grande mudança de rumo; precisa de voltar a ser um País que ofereça uma possibilidade de futuro aos seus jovens.

Há tanto a fazer!

O objectivo da emancipação dos jovens (pela educação, emprego, habitação, competências tecnológicas ou linguísticas, entre outras) deve ser transversal às várias políticas públicas, e ser também o eixo central das políticas de juventude europeias, nacionais e autárquicas.

Nesse sentido, a JSD desafia aqui o PSD a defender e implementar para Portugal as seguintes ideias:

1. QUALIDADE DA EDUCAÇÃO - A EXIGÊNCIA E EXCELÊNCIA COMO PARÂMETROS DO SISTEMA EDUCATIVO

Nos primeiros 20 anos da nossa democracia, Portugal cumpriu relativamente bem o desígnio da massificação da Educação. Foi criada oferta que em quantidade poderia incluir todos os jovens.

A partir daí, o desígnio nacional deveria ter sido a qualidade da formação. Mas nesse campo o País falhou, com principal responsabilidade para os últimos 15 anos de governação predominantemente socialista.

O caminho para a qualidade não é o do “trabalho para as estatísticas” que tem sido típico do Socialismo. Sócrates quer ver os números aumentarem sem querer saber o que eles significam, que realidade transmitem. Não são a inscrição ou mesmo o diploma que demonstram a capacitação dos estudantes. De que vale ter muitos inscritos ou mesmo diplomados se

para isso se facilitou no acesso, na avaliação, nos métodos, na exigência...? De que valem diplomas se não correspondem a verdadeira progressão e incremento de conhecimentos e competências?

A JSD repudia a estratégia educativa seguida pelo Partido Socialista que criou um sistema que em vez de ensinar, formar e capacitar, existe simplesmente para certificar.

O que Portugal e os seus jovens precisam é de formação de qualidade!

A qualidade implica exigência e excelência! A formação de qualidade é a chave para o desenvolvimento do País e para a superação das desigualdades sociais.

A qualidade=exigência e excelência da Educação deve ser o principal desígnio do País!

O caminho pode passar pela a criação e implementação de uma “Estratégia Nacional para a Qualidade na Educação” (ENQE) que abranja vertical e integradamente todos os níveis de ensino (do pré-escolar ao superior) e envolva de forma horizontal os vários parceiros públicos (Governo, autarquias e instituições de ensino) e privados (instituições de ensino, associações de estudantes, sindicatos, empresas e outras instituições privadas não lucrativas).

De entre as variadas soluções podem ser destacar-se:

(i) Avaliação a todos os níveis e agentes: instituições educativas, docentes e estudantes devem – todos – ser sujeitos a avaliação periódica, transparente e exigente. Este deve ser um princípio presente e actuante desde o ensino básico até ao ensino superior.

Naturalmente que a avaliação é acessória e não pode ocupar excessivo tempo lectivo. E que deverão ser assegurados mecanismos de autenticidade (ou até independência) e transparência na avaliação.

A avaliação tem que ser substantiva e exigente. O essencial não são os resultados estatísticos, mas que estes sejam rigorosos e que vão servindo de incentivo à melhoria de cada agente, sejam a escola, o professor ou o estudante.

Importa valorizar não apenas a classificação comparativa entre agentes ou instituições, mas também a evolução da respectiva classificação ao longo do tempo.

(ii) A avaliação deve, também, ser consequente. Deverão existir mecanismos quer de Distinção da Excelência (bolsas de mérito, quadros de excelência, impacto na progressão na carreira,...), quer de Apoio Extraordinário aos agentes com prestações mais fracas.

No caso das instituições de ensino o resultado da avaliação deve não apenas ser amplamente divulgado aos estudantes e respectivas famílias, como deve ter consequência no financiamento das instituições. Esta relação entre avaliação e financiamento deve, contudo, ser concebida de forma a prevenir situações de insucesso induzido ou amplificado.

(iii) Deve ser reforçada a exigência sobre os estudantes;

A mentalidade e atitude do estudante deve reflectir o esforço que o Estado, ou seja os contribuintes, colocam na sua formação. O benefício desse esforço público tem de ser acompanhado pela acrescida responsabilidade dos estudantes, que têm de fazer por merecer esse apoio.

A avaliação, a assiduidade e o trabalho fora das aulas têm que ser intensificados e premiados.

Avaliação essa que poderá passar por mais exames supra-escola, em vários níveis de ensino, com implicações decisivas na progressão.

O insucesso escolar tem que ter consequências sob pena de inexistir incentivo a fazer melhor e de se atingirem certificados sem correspondência em competências adquiridas.

A assiduidade deve ser obrigação mínima e condição de progressão. As faltas injustificadas têm que ter consequências!

A disciplina deverá ser cultivada. O laxismo social, a violência e a delinquência entre os estudantes devem ser reprimidas veementemente e as famílias devem ser envolvidas neste processo.

É fundamental imprimir nos estudantes uma verdadeira cultura de responsabilidade e exigência. Os estudantes devem perceber desde cedo que o seu desempenho formativo é decisivo para a sua realização pessoal e profissional e que a oportunidade de estudarem é um empréstimo que estão a receber da comunidade mas que têm de merecer.

Naturalmente que não se trata de assoberbar os estudantes de trabalho; nem se trata de deixar para trás quem tenha piores desempenhos.

Com efeito, deverão existir soluções de apoio a estudantes com difi-

culdades especiais.

(iv) Deverão ser dadas condições mínimas aos docentes para serem Guardiões da Qualidade.

Vários estudos internacionais apontam que o principal factor para a qualidade na educação é a qualidade dos professores.

Por isso, a ENQE tem de incluir um Programa Especial para a Qualidade dos Docentes.

Eles são uma peça fundamental no processo educativo e também eles devem estar sujeitos a avaliação obrigatória com consequências.

Mas é preciso, também, assegurar-lhes as condições para serem os primeiros autores e promotores da qualidade no processo educativo.

Desde logo, tem de ser adoptado um sistema de acesso às posições docentes que seja transparente, racional e mérito-dependente.

Depois, e sem prejuízo de ser permitida e incentivada a mobilidade, tem de haver estabilidade (incluindo em duração) nas colocações.

A formação pedagógica séria e avaliada deve ser obrigatória em todos os níveis de ensino.

Os docentes colocados e remunerados deverão sê-lo efectivamente, pelo que importa rever as situações eventualmente exageradas de docentes que ocupam outras funções não lectivas ou de apoio extra-curricular (incluindo sindicais).

(v) Aumentar o envolvimento das Famílias no processo educativo.

A relação família-escola deve ser complementar e as sinergias aproveitadas.

No que respeita à escola isso implica alargar e intensificar os momentos de participação da família nas actividades e gestão da escola e do percurso do respectivo estudante.

No que respeita à família tal implica alargar a sua colaboração e acompanhamento activo das tarefas do estudante fora da escola, bem como co-responsabilizar a família pelo comportamento (incluindo assiduidade e disciplina) do aluno dentro da escola.

(vi) Diversificação e adequação da oferta aos diferentes projectos de vida e às necessidades da comunidade. A solução de uma oferta de ensino tipo “fato único pronto-a-vestir” não ajuda ao envolvimento e realização dos estudantes, e consequentemente à melhoria do seu esforço e desempenho.

O papel do Estado na superação das falhas na oferta educativa exige-lhe uma intervenção reguladora para que a oferta educativa se adeque às diferenciadas aspirações e características dos estudantes, por um lado, e às necessidades estratégicas do País, por outro.

Esta adequação é também factor decisivo para a Qualidade do Sistema de Ensino.

Poderão contribuir positivamente para este fim: (a) o reforço significativo do papel, prestígio e possibilidades do ensino profissional – sem que necessariamente se caia num sistema dual estanque que até no exemplo paradigmático (a Alemanha) tem sido colocado em causa e mesmo mitigado; (b) o envolvimento da sociedade civil no planeamento da oferta educativa, designadamente pela participação activa na gestão das instituições de ensino dos vários níveis; (c) a criação de mecanismos de monitorização transparente e informação eficaz aos estudantes das saídas profissionais da oferta quer de ensino superior, quer do ensino profissional.

(vii) A exigência e excelência na educação deve ser imposta em toda a experiência educativa e escolar. Assim, é importante elevar a qualidade não apenas da experiência lectiva dentro da sala de aula. Importa assegurar a existência e qualidade das demais experiências e dimensões não curriculares vividas pelos estudantes, designadamente nas actividades extra-curriculares, nas condições e oferta para a prática de desporto escolar e universitário, na alimentação no espaço escolar, ou mesmo nas condições de deslocação e transporte casa-escola.

(viii) Promover o prosseguimento da formação – Portugal continua a apresentar níveis preocupantes de abandono escolar e de não frequência quer do ensino superior quer mesmo do secundário!

A melhoria da qualidade da educação será incipiente se tantos continuarem a deixar de estudar (tão cedo).



Importa intensificar os esforços de promoção do prosseguimento da formação pelos jovens. Este esforço deverá incluir, também, a promoção da educação ao longo da vida, porque numa sociedade do conhecimento a formação é uma tarefa permanente e nunca terminada. É fundamental que os nossos jovens cresçam acreditando e praticando-o...

2. LIBERDADE DE APRENDER E ENSINAR

A tarefa educativa muito mais do que uma responsabilidade do Estado, é uma tarefa de toda a Sociedade.

A JSD não rejeita, bem pelo contrário, o papel regulador do Estado que deve desde logo intervir para suprir as falhas na oferta educativa.

A JSD também não propugna a extinção da Escola Pública.

Mas a JSD acredita na Educação como tarefa colectiva da Sociedade. Acredita também que a autonomia será o maior estímulo à elevação da qualidade do sistema, ao alargamento da oferta e da sua adequação às necessidades individuais e colectivas, e à plena realização dos agentes.

O que a JSD rejeita é um sistema educativo dependente do paternalismo estadual, que não será mais do que colocar o seu controlo e funcionamento nas mãos de alguns burocratas e políticos.

Como tal, a JSD acredita ser momento de apostar na liberdade de aprender e ensinar. Como tal, deve o PSD avançar com esta reforma fundamental com vista a acautelar as várias dimensões da autonomia educativa:

- a) Permitir que os alunos possam livremente escolher as escolas onde irão estudar. Tal opção significaria ao nível do ensino superior pôr em causa o sistema de *numerus clausus*, e no ensino não superior abandonar as restrições da alocação geográfica dos estudantes a certas escolas da área de residência;
- b) Para assegurar esta liberdade de escolha da escola é necessário instituir certos mecanismos acessórios, designadamente: um sistema transparente que disponibilize facilmente aos estudantes os resultados da avaliação às várias instituições de ensino que podem escolher e um sistema de financiamento das instituições que torna esta liberdade acessível a todos e não apenas aos jovens oriundos de famílias mais ricas;
- c) Alargar as possibilidades e liberdade dos alunos na escolha dos currículos e conteúdos que irão aprender. No ensino superior os sistemas de créditos e a abertura à inscrição em disciplinas por alunos de outras instituições ou cursos contribuem para esta liberdade;
- d) Assegurar a liberdade de iniciativa privada e cooperativa na criação de escolas e projectos educativos, mas sem que o Estado abandone o seu papel regulador na fiscalização das instituições e cursos e na divulgação transparente da avaliação. Este poder regulador deve incluir o poder de fechar instituições ou cursos que não cumpram os mínimos de qualidade exigidos - mas apenas por essa razão. O Estado não pode querer ser o educador-monopolista;
- e) Conceder às Escolas, incluindo as Públicas, a autonomia para definir pelo menos uma parte significativa dos conteúdos e métodos que ensinarão;
- f) Criar mecanismos para que, sobretudo dentro da Escola Pública, organizações da sociedade civil (designadamente grupos de professores ou instituições filantrópicas) possam desenvolver acções e projectos educativos nas escolas, criando assim oferta complementar que os estudantes poderão utilizar.

3. IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E SOLIDARIEDADE

A JSD recusa uma visão colectivista ou igualitária da sociedade. Os indivíduos são diferentes, devem ter papéis diferentes, e poderão alcançar resultados e situações diferentes conforme o seu esforço e mérito.

Mas, como sociais-democratas acreditamos na igualdade de oportunidades e na solidariedade.

A igualdade de oportunidades é condição essencial para uma sociedade livre, não igualitária e em que o mérito individual é distinguido.

A sociedade portuguesa deve ter mecanismos de elevação social. O Estado deve assegurar desde logo ao nível do sistema de educação, saúde e justiça, ou das políticas territoriais, que qualquer jovem possa cumprir

o seu projecto de vida independentemente da circunstância sócio-económica do agregado familiar em que nasceu ou cresceu.

O PSD deve afirmar o seu profundo compromisso com este ideal.

Ao lado de várias outras prestações públicas que importa defender e aperfeiçoar, a acção social educativa é uma das ferramentas essenciais que carecem de uma reforma em nome de maior justiça e sustentabilidade. São igualmente importantes a acção social directa e a indirecta.

Por outro lado, deverá ser incentivada a mobilidade e intercâmbio de jovens de várias condições económicas e sociais. A experiência do contacto e aprendizagem conjunta contribuirão para a tolerância, respeito mútuo, apelo à solidariedade e incentivo ao progresso social individual.

Os portugueses com os impostos que pagam, e o Estado pela gestão adequada daqueles recursos, devem cumprir este esforço solidário para que nenhum jovem fique excluído das oportunidades de integração, desenvolvimento e crescimento social, por razão da situação económica, social, cultural ou geográfica do agregado familiar ou instituição em que cresceu.

Mas, há um outro papel solidário que o Estado não deve abandonar: o do apoio solidário àqueles que caíram numa situação de urgência social ou económica.

Acreditamos na necessidade de prestações sociais, mas na lógica de seguros temporários para o infortúnio. O sistema de segurança e prestações sociais não pode tornar-se – como o é várias vezes – um incentivo à preguiça. Por outro lado, a intervenção do Estado neste domínio deve ser subsidiária e deverá ceder caminho à iniciativa social e solidária. Portugal pode, e deve, confiar e apostar mais nas suas IPSS, no empreendedorismo e no voluntariado social. O Estado deve devolver a estas muitas das tarefas e responsabilidades que tem assumido, sem nunca largar o papel regulador que garante a qualidade daqueles serviços.

4. COMBATE AO DESEMPREGO JOVEM E RESOLUÇÃO DO PARADOXO GERACIONAL DA (IN)SEGURANÇA LABORAL

Portugal vive num injusto, ineficiente e irracional paradoxo no emprego.

A taxa global de desemprego é de cerca de 10%; mas o desemprego jovem atingiu neste ano de 2010 os 21%.

Uma geração mais velha com elevados níveis de segurança laboral e superiores índices de emprego coexiste e contrasta com a geração mais jovem que está afectada por uma superior dificuldade de entrada no mercado de emprego e elevadíssimo nível de precariedade apesar de ser uma geração substancialmente mais (bem) formada.

Este paradoxo geracional tem também dimensão remuneratória, com a jovem geração “call center” a contrastar com níveis de remuneração e benefícios sociais mais elevados da de certos grupos como os gestores e os funcionários públicos.

É urgente encontrar uma solução de equilíbrio para esse paradoxo geracional que, sem ignorar a experiência, valorize a formação.

Reconhecemos que este é um combate difícil. O equilíbrio envolve cedências mútuas, e implicar retirar algo a quem mais tem. Mais difícil quando esse mais foi alcançado legitimamente.

Os estudos internacionais são praticamente unânimes em considerar indispensável a flexibilização da legislação laboral portuguesa.

Mas, importa clarificar que isto não significa que essa flexibilização seja a “cura milagrosa” para a situação do tecido económico português. O PSD não poderá deixar de reconhecer que há várias outras causas e responsáveis para a baixa produtividade nacional. Há muito a fazer na desburocratização da actividade económica ou na melhoria da gestão das organizações e empresas.

Este problema do paradoxo da segurança laboral é apenas uma das causas, mas uma muito importante.

E nesse domínio a situação actual simplesmente não é sustentável. É inaceitável vivermos numa sociedade com este injusto contraste, e com um tecido económico que está assim a desperdiçar tanto os seus recursos mais jovens, mais bem formados, mais inovadores.

Não subestimamos a importância da experiência, mas esta tem que ser valorizada e apoiada enquanto tal, e não quando confundida com a antiguidade.

O PSD tem de abraçar e cumprir este combate reformista pelo equilíbrio na segurança laboral, que implica necessariamente dolorosas reformas com a redução da rigidez laboral.



A solução europeia da flexisegurança é um caminho a estudar.

Mas tão importante como as soluções legislativas a adoptar é a forma e processo para lá chegar. Deverá ser um processo que envolva todos os parceiros sociais e implique esforços da parte de todos eles. As melhores experiências de concertação social envolveram da parte dos patrões e gestores das empresas compromissos e metas não menos exigentes que os assumidos pelos representantes dos trabalhadores. Assim deverá suceder também em Portugal.

O Estado e o sector público podem fazer ainda mais do que a flexibilização da legislação laboral.

A redução dos custos (não remuneratórios) com o trabalho que são suportados pelos empregadores são um caminho, que não implicam perda mas sim realocação do benefício público.

Ao nível do sector público, e para além da eliminação dos privilégios e benefícios que inexistem no sector privado e absorvem relevantes recursos públicos, há que rever as regras de planeamento e gestão dos recursos humanos. Desde as regras de contratação do funcionalismo público, ao aperfeiçoamento do regime da mobilidade, até à revisão da regra de limitação das entradas.

Importa repensar este mecanismo da limitação das entradas, não para permitir o aumento do número de funcionários públicos (o que se deve recusar em termos absolutos), mas para impedir que este mecanismo seja um catalisador do envelhecimento rápido do funcionalismo público.

Defendemos o fim do paradigma dos estágios como solução para o desemprego jovem. Sem prejuízo de darem experiência e assim reforçarem as competências dos jovens, não poderão ser a solução. Os estágios são importante política de formação, mas uma enganadora política de emprego!

Recusamos também o paradigma do emprego público como último recurso. Numa sociedade produtiva, competitiva e em crescimento a iniciativa económica deve ser – sobretudo – das pessoas e da sociedade, não do Estado.

Com certeza que não deixarão de existir recursos humanos afectos ao sector público, mas deverão ser muitos menos e vistos como servidores públicos em vez de funcionários.

A acção do Estado e poderes públicos deve ser, portanto, a de promover as condições para a iniciativa económica privada e social; quanto mais actividade económica mais emprego. O Estado deve ser um apoiante e não obstáculo às empresas, e em particular às pequenas e médias empresas que compõem o grosso do tecido económico nacional.

O Estado deve, também, dar o exemplo de cumprimento pontual das suas obrigações de pagamento (incluindo o reembolso expedito dos impostos a devolver) e reger-se pelas mesmas regras de mercado, incluindo designadamente o pagamento de juros em caso de demora no cumprimento de obrigações.

Destacamos o já acima referido esforço para adequar a formação dos jovens às necessidades da sociedade e das empresas. São acções fundamentais: o alargamento dos observatórios e gabinetes de saídas profissionais e das feiras de emprego nas instituições de ensino, o planeamento conjunto da oferta educativa com a sociedade civil, e a avaliação transparente das instituições e dos seus cursos também de acordo com o nível de saídas profissionais.

Por outro lado importa estimular o empreendedorismo jovem. Não só o hetero-emprego, mas também o auto-emprego é solução para o desemprego jovem.

5. PROMOÇÃO DO EMPREENDEDORISMO JOVEM

O fomento do empreendedorismo jovem é absolutamente essencial ao País, e não apenas como solução para o desemprego jovem.

O desafio é criar novas gerações, e mesmo um País, empreendedores quer na iniciativa económica, quer na iniciativa social e solidária.

Esse esforço deve começar logo ao nível da formação: o espírito, importância, práticas e ferramentas devem ser ensinadas e experimentadas logo na escola.

O ensino profissional e superior são espaços particularmente aptos, mas o empreendedorismo deve estar também presente desde o ensino básico por via de leccionação e experimentação específicas de conteúdos de empreendedorismo.

Nos Ensinos Secundário e Profissional poderia ser disponibilizado um Programa Especial para o Empreendedorismo que incluísse a leccionação, exercícios práticos e contactos com empreendedores estabelecidos, e tocasse em conteúdos como o perfil do Empreendedor, Criação de Empresas, Desenvolvimento da Ideia de Negócio, Plano de Negócios, Financiamento, ou a Gestão da Empresa.

O ensino superior deve ser já um momento e plataforma de lançamento de iniciativas empreendedoras pelos estudantes. As incubadoras de empresas (fornecendo instalações e serviços comuns como a contabilidade, marketing, assessoria jurídica, etc.), os gabinetes de transferência de tecnologia, e o apoio ao registo de patentes e ao acesso a capital de risco sem canibalização pelas instituições de ensino são passos fundamentais.

O Estado pode cumprir o seu papel promotor desde logo reduzindo os custos burocráticos e fiscais para iniciativas de jovens empreendedores. Mas, também, organizando mecanismos de divulgação e acreditação dos projectos empreendedores de qualidade superior.

Em momento de crise económica e particular dificuldade de acesso ao crédito o Estado pode desempenhar aqui papel especialmente relevante - desde a concessão de linhas de crédito realmente utilizáveis pelas PME, aos apoios à internacionalização e exportação.

Importa incentivar o sistema financeiro nacional a conceder capital de risco que seja mesmo de risco (hoje a oferta nacional parece ser ainda demasiado conservadora e pouco disponível para o mesmo nível de esforço ou risco que existe noutros países). Na mesma linha, o Estado e a sua diplomacia económica (incluindo o AEICEP) deverão ter um papel mais activo na abertura do acesso dos jovens empreendedores portugueses aos mercados de capitais e fundos de capital de risco estrangeiros.

As políticas de promoção da investigação científica e da inovação em Portugal devem também ser alinhadas com este desígnio empreendedor. Há três tarefas essenciais a cumprir neste domínio:

(i) reorganizar o sistema científico nacional e respectivas prioridades para que o investimento em investigação & desenvolvimento se oriente não apenas por critérios de interesse académico ou científico, mas também pelo valor económico e impacto social acrescentado;

(ii) acelerar a transferência de conhecimento das unidades de investigação para as empresas e tecido económico – para o que as incubadoras universitárias de empresas e os gabinetes de transferência de tecnologia são essenciais;

(iii) fomentar a mobilidade de recursos humanos entre instituições públicas de investigação e as empresas.

6. DESESTATIZAÇÃO DA SOCIEDADE

O PSD é o partido das pessoas, das empresas e da sociedade.

O PSD não é o partido do Estado. Mas também não é um partido contra o Estado.

Deve defender, isso sim, um ajustamento adequado do papel, peso e dimensão do Estado na Sociedade.

O Estado tem um papel muito relevante na sociedade, mas que não é o de prestador onnipresente nem o de controlador ou planificador paternalista da vida, opções, ideias e actividades das pessoas e suas organizações.

Em Portugal o discurso político tem vivido de alguns equívocos como sejam o do “dinheiro do Estado” ou da “vontade do Estado”. É tempo de reconhecer que o dinheiro é dos contribuintes e o mesmo é, quando muito, gerido pelo Estado; também assim a vontade do Estado não é mais do que o produto da decisão de um certo grupo político ou burocrático que impõe as opções substantivas para a comunidade.

Não é aqui lugar para um excuro sobre as opções estatizantes vs. as liberais. Um partido social democrata deve rejeitar ambas visões: não rejeitar qualquer existência e um papel ao Estado, mas também limitá-lo ao papel de regulador que supre as falhas inevitáveis do mercado e de prestador subsidiário das comodidades e apoio social que a sociedade por qualquer razão não presta com as mesmas condições de justiça.

Uma análise ao papel e dimensão do Estado em Portugal leva à conclusão de que o Estado é grande demais e controla demais.

É necessária uma Desestatização da sociedade, com a compressão não radical nem cega, mas racional e justa do papel, funções e actividade do Estado.

Em primeiro lugar, a JSD propõe ao PSD a defesa do Desafio dos Quatro Vintes: até ao ano de 2020 o Estado deve reduzir em 20% o número de funcionários públicos, em 20% a despesa pública corrente, e em 20% o peso da dívida pública face ao PIB.

São números absolutos e que se aplicarão diferenciadamente às diversas áreas, o que exclui obviamente a necessidade (ou desejo) de terminar com a Escola Pública ou o Serviço Nacional de Saúde.

O PSD deverá, naturalmente, apresentar aos portugueses um Programa a dez anos de concretização do Desafio dos Quatro Vintes, que seja construído em diálogo com os vários parceiros políticos e sociais e que preveja as medidas concretas a implementar até fim do período.

Em segundo lugar, a JSD defende uma alteração no método orçamental. Em linha com a ideia do Orçamento de Base Zero, a construção do Orçamento de Estado deve deixar de assumir certas despesas passadas como adquiridas e a discussão orçamental não pode ficar-se pela discussão das variações/aumentos orçamentais. Assim, toda e cada despesa deve ser revista e justificada para que possa então ser aprovada.

Em terceiro lugar, a JSD defende a transferência de tarefas e serviços para os sectores privado e social. A forma de transferência variará conforme o caso (desde a concessão, outsourcing, privatização, etc), mas sempre que se tratem de serviços públicos relevantes e de actividades com falhas de mercado identificadas, deverão ficar acautelados os poderes reguladores do Estado (seja enquanto concedente ou regulador independente).

Deverá ser organizada uma Auditoria Nacional aos Serviços Públicos de modo a avaliar a o potencial de transferibilidade de cada um para a titularidade ou simplesmente a gestão da iniciativa privada ou empresarial.

Naturalmente que a transferência tem de importar uma redução correspondente na alocação de receita ao aparelho administrativo antes responsável, sob pena de a redução de responsabilidades públicas não ser acompanhada pela devida redução da despesa pública.

Deverão ser estudadas formas de proteger a situação laboral dos funcionários adstritos aos serviços públicos transferidos, incluindo a transferência dos seus vínculos com os respectivos serviços.

Deve igualmente ficar claro que a concretização de eventuais transferências de serviços deve ser acompanhada das garantias de que nenhum português ficará privado ou diminuído no acesso aos serviços por força da sua situação económica e financeira. Este não é um processo de diminuição dos apoios sociais, mas de melhoria da eficiência na provisão dos serviços (que no limite até gerará maior riqueza disponível para os apoios sociais).

Qualquer processo de transferência de serviços deve ser feita de forma transparente, respeitando as regras dos procedimentos pré-contratuais (concursos públicos) e sem introduzir distorções na concorrência no respectivo mercado.

Finalmente, nos casos em que os serviços são mantidos na esfera do Estado deve ser incentivada a concorrência dos privados à oferta pública, assim como a liberdade de escolha dos utentes que promova a maior eficiência em ambos os sistemas de provisão.

7. DESPARTIDARIZAÇÃO DO ESTADO

Outro mal da democracia e do aparelho público político e administrativo é a sua excessiva dependência dos partidos políticos.

O PSD deve ser o primeiro dos partidos de poder a defender a despartidarização do Estado.

Tal significa, desde logo e em primeira linha, reduzir extraordinariamente o poder dos partidos na nomeação de pessoas para titulares de cargos públicos, seja na Administração Estadual, nas entidades reguladoras, e nos institutos e empresas públicas.

Mas, para além da despartidarização do poder de nomeação, importa ainda aumentar a transparência e escrutínio público dessas nomeações, assim como promover a centralidade de critérios curriculares e não partidários.

Finalmente, têm de ser aprofundadas as garantias de independência dos titulares dos cargos políticos e públicos, seja durante o exercício dos

mandatos, seja pela imposição de períodos subsequentes de proibição de trabalhar para empresas que se esteve a regular ou coordenar.

O combate geral pela transparência e contra a corrupção nas decisões públicas é também fundamental nesta matéria. O aumento das obrigações de divulgação de documentação e informação e a facilitação do acesso a documentos políticos e administrativos são muito relevantes.

Assim sendo, deverão ser adoptadas medidas radicais para aumento da transparência e publicidade de todos os procedimentos, processos e iniciativas que envolvem o exercício de poder, e em particular o poder público.

O princípio radical de publicidade deverá aplicar-se a todas as entidades e agentes públicos, desde o Governo e Parlamento, Deputados, entidades reguladoras independentes, autarquias e institutos públicos, e sobretudo quaisquer entidades decisoras de concursos públicos e outros procedimentos de adjudicação.

Os limites ao princípio da publicidade deverão ser muito restritos, e aplicados aos casos mais sensíveis de segredo de justiça, procedimentos criminais, intimidade pessoal, e segurança nacional.

O ónus deverá inverter-se em favor da publicação, e as entidades de controlo de acesso a documentos (administrativas ou judiciais) deverão dispor de um processo muito urgente, e com legitimidade processual alargadíssima, para intimação das entidades públicas a publicitar documentos e informações.

Os titulares dos cargos públicos deverão ser obrigados a publicitar as suas agendas, revelando designadamente com que pessoas ou entidades se reuniram a cada momento. As entidades privadas contratadas para assessorar as entidades públicas deverão estar sujeitas aos mesmos princípios.

As situações financeiras e patrimoniais de candidatos a, e titulares de, cargos públicos deverão ser publicadas também na Internet, de modo a que quaisquer cidadãos possam monitorizar.

Os titulares de cargos públicos deverão estar sujeitos a um período de pelo menos dois anos em que estarão proibidos de desenvolver qualquer actividade, ou ocupar funções em entidades desenvolvam actividades em áreas coincidentes ou próximas daquelas em que exerceram os cargos públicos.

8. PROMOÇÃO DA INICIATIVA SOCIAL E SOLIDÁRIA

Já se afirmou a defesa de um modelo de sociedade que é muito mais dos cidadãos, e muito menos ocupada, controlada e dependente do Estado.

É verdade que as tradicionais propostas de emagrecimento do Estado, com redução das respectivas responsabilidades e funções não têm conseguido merecer o apoio da maioria dos cidadãos, que receiam ver insatisfeitas várias das suas necessidades humanas mais básicas. Assim é porque a redução do papel do Estado, liberalização de funções, e a aposta nas soluções privadas pelo mercado são apenas metade da “história”.

É que a alternativa à posição paternalista não pode ser a pura orfanidade dos cidadãos completamente abandonados a um mercado com falhas reconhecidas, e com concorrência tantas vezes imperfeita.

O fim dessa posição paternalista do Estado, deve ser acompanhado não só por uma intervenção reguladora do Estado muito menos intrusiva e dependente, mas também por um incremento substancial do papel e relevo da iniciativa privada solidária.

Uma análise comparativa das várias sociedades ocidentais demonstra que a sociedade portuguesa está particularmente dependente do Estado, e consequentemente tem pouco entranhados hábitos de solidariedade.

Assim sendo, importa apostar no desenvolvimento de um sector solidário, em que a participação das pessoas se reja por um intuito altruístico e de cooperação na construção do bem comum, e não se deva a mera obediência à direcção do Estado, ou à egoística busca de lucro.

A vertente solidária poderá ser prosseguida pelo reforço da responsabilidade social das instituições, mecanismos e iniciativas privadas de mercado. Mas, importa também apostar seriamente no fortalecimento de um sector solidário com participação e contribuição alargada da grande maioria, ou totalidade dos cidadãos.

Embora a emergência plena de tal sector solidário requiera uma mudança de mentalidade colectiva e individual que demora tempo, cabe à política acelerar e promover essa emergência e respectiva mudança de

mentalidade. Deverão, em vários casos, ser feitas opções radicais para que tal mudança seja bem sucedida.

Várias possibilidades poderão ser equacionadas como formas de dar dimensão e sustentabilidade a esses novos sector, espírito e hábito solidários: proceder à transferência de funções, responsabilidades, serviços e mesmo funcionários do Estado para iniciativas privadas solidárias (IPSS, ONGs, associações voluntárias, etc.); aumento significativo da percentagem da contribuição de impostos e/ou tempo que pode ser atribuído pelos contribuintes a essas iniciativas privadas solidárias, em vez de ao Estado; criação de incentivos ao voluntariado, nomeadamente a iniciativas como o “Gap Year” (ano de transição entre Ensino Secundário e Superior em que os jovens passam ocupados com actividades de voluntariado), ou o Banco do Tempo; crédito laboral por tempo comprovadamente dispendido em actividades de solidariedade, ou alargamento das soluções de isenção tipo bombeiros voluntários; criação de mecanismos de certificação de qualidade e/ou de auto-regulação da iniciativa e instituições de solidariedade.

Um bom caminho seria começar por apostar particularmente e estreitar a colaboração com as muitas organizações sociais já existentes e em actividade, como sejam a rede de Misericórdias, as IPSS que amparam as franjas mais pobres da sociedade ou as instituições que albergam crianças em risco.

9. GARANTIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDARIEDADE INTER-GERACIONAL

O PSD deve definitivamente assumir a sua tradição histórica de Partido responsável, que aposta no desenvolvimento sustentável e não hipoteca, antes beneficia, o futuro das gerações futuras.

A Governação Socialista tem ficado marcada pelo hipotecar das futuras gerações em particular na dimensão financeira. O agigantamento da dívida pública e do endividamento externo do País, e a obsessão com os investimentos públicos mesmo que não sejam reprodutivos, tem comprometido a liberdade das futuras gerações para se auto-governarem e fazerem as suas escolhas. A democracia política está a ser hipotecada pela factura deixada por José Sócrates.

O PSD deve defender como princípio basilar da sua acção e de todas as suas políticas que o desenvolvimento seja sustentável e solidário para com as gerações futuras.

A primeira grande medida deverá ser exigir, de forma transversal, a sujeição prévia e obrigatória das decisões públicas e da concepção das políticas públicas e estratégias de desenvolvimento a um Teste de Sustentabilidade e Solidariedade inter-geracional. O País e os seus governantes não deverão poder embarcar em projectos que não passem esse Teste.

A realização deste Teste envolverá a avaliação da medida em que as decisões e acções públicas cumprem exigências de sustentabilidade e solidariedade inter-geracional em vários domínios, designadamente:

- (i) Protecção do Ambiente e combate às alterações climáticas;
- (ii) Produção, transporte e consumo eficiente e sustentável de Energia;
- (iii) Natalidade e evolução demográfica;
- (iv) Ordenamento do território e Política das Cidades;
- (v) Finanças públicas, incluindo contas públicas, sistema de segurança social e pagamento dos investimentos públicos.
- (vi) Agricultura, Pesca e património florestal.

Nesta oportunidade dedicaremos atenção particular às exigências de sustentabilidade nos três primeiros destes domínios, a saber, Ambiente, Energia e Natalidade.

Ao nível da Protecção do Ambiente há muito a fazer desde o Combate às Alterações Climáticas, à Protecção da Biodiversidade, aos Serviços e Qualidade da Água e à Gestão Sustentável dos Resíduos.

No que respeita às Alterações Climáticas há muito a fazer quer na vertente da mitigação (reduzir ou impedir a sua evolução), quer na de adaptação (acautelar ou corrigir os seus impactos no território nacional).

Na mitigação desde logo a redução por Portugal das nossas emissões de gases com efeito estufa. As medidas estratégicas para a produção renovável e consumo eficiente de energia são fundamentais.

No que toca à adaptação é sobretudo ao nível do litoral e da sua pre-

servação que mais Portugal tem a fazer.

A protecção da biodiversidade exige uma nova consideração para os Parques Naturais e áreas protegidas, para o aumento das parcerias com privados e ONGs para a vigilância e reparação das áreas e espécies sensíveis, um esforço para o aumento da eficácia e efectividade dos instrumentos jurídicos ambientais (desde logo as avaliações de impacto ambiental e a prevenção e controlo integrado da poluição).

No que toca ao sistema de abastecimento e saneamento da Água há que rever o modelo de organização do sector, o seu regime económico-financeiro, e o papel das Águas de Portugal (designadamente denunciando a acumulação do défice tarifário, a incapacidade das AdP para resolver o elevado nível de perdas de água e para cumprir as metas nacionais de atendimento do abastecimento e saneamento). Para o futuro importa valorizar a iniciativa municipal e a iniciativa privada na prestação destes serviços, e bem assim adoptar um regime económico-financeiro que assegure o controlo/disciplina das AdP e a coesão nacional e solidariedade social (devem ser adoptados critérios de racionalidade e necessidade do investimento, dada prioridade aos ganhos de eficiência e garantido que as alterações da tarifa assegurem tratamento adequado das zonas do interior e das pessoas mais carenciadas).

Ao nível da Gestão dos Resíduos o PSD tem de lutar pelo cumprimento efectivo da hierarquia ambientalmente eficiente do tratamento de resíduos, fiscalizando e promovendo a aplicação efectiva da política dos 3R (reduzir, reutilizar, reciclar). Deverá ser revisto o planeamento das soluções de tratamento perante o visível esgotamento de muitos aterros e o recurso relativamente baixo (quando comparado por exemplo com os outros países europeus) das soluções alternativas da reutilização ou valorização energética dos resíduos. O PSD deve também procurar uma solução satisfatória para os Resíduos Integrals Perigosos e eventualmente alargar a operação das fileiras de resíduos (ex.: plásticos; embalagens). Importa também avançar com uma estratégia séria de recuperação dos muitos passivos ambientais que mancham o País.

Finalmente, o PSD deve defender uma clara aposta e implementação efectiva da Educação Ambiental. Embora seja uma solução de médio ou longo prazo é a mais estrutural e que mais pode garantir a adequação dos comportamentos das pessoas e organizações.

Ao nível energético o PSD não se pode deixar enganar pela propaganda socialista. Primeiro com as Ventoinhas e agora com o Carro Eléctrico, José Sócrates tem tentado convencer os Portugueses da excelência do desempenho energético do nosso País. É verdade que ao nível da produção de energia por fonte renovável foi feito um progresso notável, sobretudo com base na energia eólica.

Mas está muito mais por fazer, desde a produção sustentável de energia eléctrica até à eficiência no consumo.

O PSD deverá desenvolver uma Estratégia Nacional para a Energia que seja diferente, mais completa e sobretudo muito mais e melhor implementada do que têm sido as promessas socialistas na área da Energia.

O PSD deverá apostar estrategicamente numa composição do mix da produção eléctrica que, baseando-se largamente em energia renovável, seja mais diversificado. A biomassa, a energia das ondas, o geotérmico, os biocombustíveis e mesmo o solar e o hídrico estão muito longe de serem fontes devidamente exploradas.

Por outro lado, a Estratégia Nacional do PSD deverá apostar na produção descentralizada e no envolvimento das PME portuguesas, já que o caminho socialista parece ser o de entregar tudo a alguns (poucos) grandes grupos económicos. Deve também apostar num aumento significativo da Investigação & Desenvolvimento no sector energético que se encontram em níveis muito baixos no contexto dos países desenvolvidos.

O PSD não pode deixar de tomar medidas para resolver o défice tarifário na electricidade que a cínica política socialista tem feito acumular.

Mas é sobretudo ao nível da eficiência energética que mais há a conquistar, visto que o desempenho socialista neste domínio tem sido, no mínimo, sofrível.

O PSD deverá desenvolver estratégias e implementar medidas que orientem decisões de consumo mais eficiente, desde logo por recurso a mecanismos de mercado e à educação energética da população.

No que respeita à mobilidade e à política de transportes também há muito a fazer. O Partido Socialista ficou-se pelos projectos do carro eléctrico, mas cuja natureza urbana, longos prazos de desenvolvimento e

massificação e dúvidas de concepção tornam claramente insuficientes.

A aposta nos transportes públicos, em particular o não-rodoviário, e a redução da utilização individual intensiva do automóvel são caminhos bastante mais prioritários... mas que estão por fazer.

Também a eficiência energética nos edifícios domésticos, escritórios, e nas indústrias é um desígnio que está essencialmente por cumprir e ao qual o PSD deve dedicar atenção e acção prioritária.

Finalmente, o exemplo deve começar pelo Estado e demais entidades públicas. As práticas, compras, investimentos, planeamento, edifícios e transportes das Entidades Públicas necessitam de obedecer a padrões de eficiência energética muito exigentes e desde... já!

Finalmente, a promoção da Natalidade é urgente, visto Portugal ter entrado numa situação de acelerado envelhecimento e declínio demográfico com todos os custos que a isso estão associados, com particular relevo para o disparo dos custos sociais (designadamente com cuidados de saúde e financiamento da segurança social).

As políticas de promoção da natalidade, incluídas numa estratégia mais alargada de Promoção da Família, devem ser bandeira essencial e distintiva do PSD. Tais políticas poderão ser de natureza fiscal, ao nível da legislação laboral designadamente no que toca às licenças de maternidade e paternidade e à flexibilidade nos horários de trabalho, com vista a facilitar e adequar a oferta educativa (incluindo no pré-escolar) às exigências da vida familiar, apoiar a habitação familiar, permitir condições facilitadas nas compras de bens e equipamentos para bebés e crianças, e promover ambientes empresariais favoráveis à existência de vida familiar.

10. APOIO À HABITAÇÃO JOVEM

A dificuldade de acesso dos jovens portugueses à habitação é uma preocupação muitas vezes desvalorizada pelos dirigentes políticos.

A sua consequência imediata é que os jovens portugueses são aqueles que ao nível europeu mais tarde saem de casa dos seus pais.

Mas esta situação gera também outros impactos negativos como sejam o atraso na emancipação dos jovens e no seu potencial produtivo e empreendedor.

Por outro lado, limita a mobilidade territorial dos jovens portugueses e tem impacto no ordenamento e ocupação do território, deixando despidos os centros históricos das cidades, contribuindo para a “desertificação” do interior, e dificultando o combate à concentração demográfica nas zonas suburbanas do litoral.

Acresce que a dificuldade de acesso à habitação pelos jovens reduz a sua qualidade de vida porque ou vêm demorada a realização do seu projecto de vida ao ficarem em casa dos pais, ou têm de suportar os custos de residir em subúrbios sobre-populosos quando decidem arriscar viver sozinhos nas únicas zonas que conseguem suportar.

Naturalmente que a situação laboral precária já acima identificada aumenta as dificuldades dos jovens no acesso à habitação. E as características particulares do nosso mercado imobiliário, em que as rendas têm valores exorbitantes, também não ajudam.

Assim sendo, é fundamental olhar e resolver este problema. Importa adoptar estratégias de apoio ao acesso dos jovens à habitação, seja própria, seja arrendada.

As soluções habituais em Portugal têm sido ou a promoção imobiliária por entidades públicas (ex. da EPUL em Lisboa), ou os subsídios ao arrendamento jovem.

Infelizmente, para além de serem soluções insuficientes, têm sido diminuídas (sem promoção de alternativa) pelos Governos de José Sócrates.

Enquanto não for possível aprovar uma alternativa ao modelo do subsídio terá necessariamente que se melhorar o programa Porta 65 de Apoio ao Arrendamento Jovem. Depois de dois anos de luta da JSD, em 2010 o Governo Socialista veio introduzir algumas alterações a este Programa para eliminar certos requisitos irrazoáveis e assim alargar a base de possíveis apoiados. Contudo o mais importante continuou por cumprir e que é o reforço significativo da respectiva dotação orçamental (que de 2007 para 2009 sofreu um corte para ¼).

Contudo o PSD deverá estudar e construir um modelo alternativo ao da subsidio-dependência, que por princípio não deverá ser a solução definitiva.

As medidas fiscais de promoção da habitação jovem podem ser um sucedâneo mais interessante e eficiente, podendo envolver, designadamente, crédito fiscal nos rendimentos prediais de habitações arrendadas a jovens, isenções de IMT na aquisição por jovens ou por senhorios que se vinculem a destinar os imóveis a arrendamento jovem, isenção de IMI não apenas sobre imóveis pertencentes a jovens mas também se e enquanto forem destinados a arrendamento por jovens; e finalmente, isenção em sede de IVA para os materiais e serviços prestados em obras de remodelação, beneficiação, renovação, restauro e conservação em imóveis de habitação permanente por jovens.

Ajudariam igualmente soluções de redução de custos aplicadas a imóveis destinados a habitação por jovens como sejam a redução de taxas de construção e licenciamento dos imóveis ou a redução nos custos das ligações de água, saneamento e luz.

Outra solução de regulação do mercado é a criação de um Programa Nacional de Coordenação de Habitação para Arrendamento ou Venda a Jovens, nomeadamente, nas zonas em reabilitação nos centros urbanos e nas zonas do interior.

Igualmente interessante seria a disponibilização de imóveis de propriedade pública para promoção imobiliária por privados mas realizada a custos controlados e destinada à aquisição ou arrendamento por jovens.

Finalmente, a recuperação e ocupação dos centros históricos urbanos deve ser também uma oportunidade de promoção da habitação jovem. A estratégia deve ser integrada e incluir não apenas a promoção imobiliária via reabilitação de prédios devolutos ou degradados, mas também políticas de promoção e modernização da actividade comercial e cultural, a garantia de condições de segurança, e o estímulo do turismo nesses centros históricos.

11. O MODELO DO “JOVEM SAUDÁVEL”

A degradação da qualidade de vida dos jovens portugueses por via de comportamentos perigosos tem sido uma preocupação crescente da nossa história democrática.

A vivência da liberdade do regime democrático, o acesso à comunicação global e a uma fase inicial de acelerado crescimento económico do País e do rendimento das famílias veio acompanhado de alguns perigos de sociabilidade que colocam em sério risco a vida e saúde dos jovens portugueses.

Estão aqui em causa as seguintes áreas sensíveis do comportamento jovem: (i) consumo de substâncias danosas, com destaque para o abuso no álcool e no tabaco e para o consumo de drogas ilícitas; (ii) má nutrição (que é geradora, designadamente, de obesidade); (iii) sexualidade e comportamentos sexuais de risco; e (iv) vida sedentária e prática de desporto.

A propagação destes comportamentos tem variadíssimas consequências negativas, como sejam: perturbação da saúde ou mesmo interrupção da vida dos jovens afectados (e tantas vezes de outras pessoas que se cruzam nos seus caminhos); o sofrimento emocional e perturbação do projecto de vida individual do jovem afectado; perturbação ou degradação do ambiente familiar e até social a que pertence o jovem afectado; aumento dos custos directos e indirectos (com saúde, segurança, etc.) gerados pelos comportamentos desviados dos jovens em resultado daquelas práticas; quebra da produtividade dos jovens afectados; aumento da insegurança colectiva; promoção de negócios e actividades ilícitas associadas (tráfico de drogas, prostituição e escravatura sexual); aumento da sinistralidade rodoviária; entre tantas outras.

As consequências são graves demais.

A promoção do Modelo do Jovem Saudável, que tem um estilo de vida saudável, deverá ser um desígnio nacional.

A estratégia para prevenção daqueles comportamentos de risco deve ser integrada.

Para isso o caminho principal é o da Prevenção, através da actuação no espaço escolar, na família, e da informação e sensibilização mediáticas.

Na escola a Educação para a Vida Saudável deverá ser obrigatória e englobar ensinamentos em todos aqueles domínios de risco, sem prejuízo de conteúdos transversais em várias outras disciplinas.

Mas a prática da vida escolar vai para além desses momentos lectivos e as actividades extra-curriculares (incluindo o Desporto Escolar), a ali-



mentação fornecida nas cantinas e bares da escola, ou os gabinetes de acompanhamento psicológico e à sexualidade, são oportunidades para aprendizagem teórica e prática para uma vida saudável.

Porque a aquisição de hábitos saudáveis é decisiva na idade de crescimento e desenvolvimento da personalidade o Estado deve ser particularmente exigente e fiscalizador na proibição de venda de álcool, tabaco e drogas ilícitas a menores de 18 anos.

A realização de campanhas mediáticas de sensibilização são especialmente importantes para a promoção dos estilos de vida saudável. Devem incluir não apenas acções de grande escala e através da comunicação social, mas também acções de terreno. Dever-se-á procurar a participação de figuras mediáticas que sejam exemplos admirados pelos jovens. Mas o papel da iniciativa social e das organizações não lucrativas e movimentos sociais deve ser também estimulado.

A prática do desporto tem um efeito indirecto muito relevante na prevenção e terapêutica dos comportamentos de risco, para além dos óbvios efeitos directos na melhoria da saúde e forma física e mental. Os apoios públicos devem concentrar-se no desporto amador e, em particular, no desporto jovem (escolar e universitário).

As autarquias têm um papel particularmente relevante no apoio à prática de desporto.

O desporto profissional deve ser visto como mais uma actividade económica auto-sustentada.

Finalmente, para além das estratégias de prevenção importa dedicar particular atenção ao tratamento e reabilitação de quem incorra naqueles comportamentos. O Estado, instituições escolares, e a família têm um papel fundamental no tratamento e reintegração daqueles que hajam caído em situações mais degradantes.

12. PORTUGUÊS, UM JOVEM GLOBAL

Um dos maiores desafios da globalização é do globalização das pessoas. Para que possam vencer esse desafio, os jovens deverão estar mais preparados, mais integrados, mais internacionalizados.

O jovem cidadão português, nascido em Portugal, deve começar por estar melhor equipado com ferramentas de internacionalização como o domínio de línguas estrangeiras, conhecimentos sobre história, geografia e culturas estrangeiras, e acesso a e domínio das ferramentas da internet. Mas, a disponibilidade dessas ferramentas não é suficiente e não garante mais do que uma globalização parcial. A vivência internacional é essencial! Por isso, deverá haver uma forte promoção da vivência pelos jovens portugueses de experiências no estrangeiro, sejam educativas, profissionais, de solidariedade ou mesmo de turísticas.

A presença e experimentação de culturas, pessoas e ambientes diferentes em países estrangeiros contribui extraordinariamente para a expansão dos horizontes pessoais dos jovens, aumento de conhecimentos e aptidões, incremento da tolerância, e desenvolvimento da autonomia individual e da capacidade de adaptação.

Os programas de intercâmbio estudantil Erasmus e Sócrates, e de intercâmbio profissional Contacto, são importantes mas insuficientes. Não só pela cobertura insuficiente, mas também porque tantas vezes não são mais do que aventuras lúdicas.

O fomento das experiências educativas no estrangeiro deve ser acompanhada pelo esforço de atracção desses jovens altamente qualificados que de outro modo optarão por carreiras profissionais no estrangeiro onde normalmente as condições laborais são mais vantajosas.

Mas, o jovem português global é também o jovem imigrante de primeira ou segunda geração, que tantas vezes é estigmatizado e não consegue integrar-se devidamente no tecido social português. A política de imigração é, por isso, essencial para que os jovens imigrantes em Portugal se sintam e sejam sentidos como verdadeiros portugueses; é uma questão de humanidade, mas também o interesse nacional na harmonia social, na diversidade cultural e no aproveitamento máximo dos recursos disponíveis.

O jovem português global é também o jovem de ascendência portuguesa que vive em países estrangeiros. Portugal dispõe de uma enorme comunidade emigrante em vários dos países mais desenvolvidos do mundo. A internacionalização do País, da sua economia, da sua sociedade e cultura beneficiará muito em aproveitar estes jovens emigrantes como representantes activos da identidade portuguesa. Várias medidas

poderão ser tomadas nesse sentido, como sejam iniciativas formativas e lúdicas de fortalecimento dos laços, criação de programas de visita e experiências a Portugal, e o apoio a associações portuguesas das comunidades emigrantes.

Aposta na língua e culturas portuguesas e na lusofonia, bem como na cooperação e assistência internacionais poderão contribuir também a globalização dos jovens portugueses. Tais esforços não só melhoram a imagem dos portugueses no mundo facilitando a sua internacionalização, como aumentam substancialmente as possibilidades de integração e envolvimento dos jovens portugueses em todos esses países, e com todas essas pessoas que conhecem a cultura e língua portuguesas ou beneficiam da cooperação de Portugal.

III. REFUNDAÇÃO DO PSD

Os estudos internacionais não são cabalmente esclarecedores relativamente à evolução da participação política nas últimas décadas.

No caso português, uma sociedade europeia pós-industrial, são apontadas duas tendências alternativas: ou (i) se atingiu um tecto, ou (ii) se iniciou um decréscimo. A evidência empírica não é clara relativamente ao nível agregado total de participação política.

A participação política agregada pode ser decomposta em três dimensões diferentes: (a) a do voto, (b) a da participação em organizações políticas, (c) e a de outras formas de participação política.

Vários estudos sugerem que a participação política geral e agregada não está em declínio (tão acentuado), porque os cidadãos têm vindo a substituir as formas clássicas de participação, como o voto e a militância em partidos políticos, por novas formas de participação política, como o protesto político, o activismo na internet, a participação em redes políticas transnacionais. Tal fenómeno de substituição é particularmente significativo nos jovens, que por um lado são a faixa etária que menos vota, mas por outro são aquela que mais cedo e mais fortemente se empenhou em outras formas de activismo cívico e de participação política.

i) Os partidos políticos em especial

Os partidos políticos de massa são organizações cuja estruturação e modelo teve origem no século XIX com a massificação da democracia, que foi contemporânea da industrialização.

Os partidos políticos desempenham, pelo menos, quatro funções essenciais: (i) na dimensão de produção de conteúdo, têm a responsabilidade de desenvolver políticas e programas políticos; (ii) na dimensão de agregação substantiva, têm a função de recolher as necessidades e aspirações da sociedade e agregá-las em pacotes; (iii) na dimensão eleitoral, têm a função de recrutar e seleccionar as pessoas que ocupam os cargos públicos; e, finalmente, (iv) têm uma função fiscalizadora do exercício dos mandatos públicos.

Os partidos são estruturas de massa, organizadas hierarquicamente e em que os militantes começaram por ser o elemento essencial da actualização e comunicação política do partido.

Contudo, desde pelo menos a década de 50 do século XX os partidos e os políticos têm estado debaixo de fogo, são acusados de serem o elo mais fraco da democracia, e de viverem uma crise de credibilidade, qualidade, força e importância.

Notem-se alguns dos sinais e/ou razões para tais críticas:

i) Declínio da quantidade da participação nos partidos. Mesmo nos casos em que a quantidade de militantes não decresceu, decresceu a quantidade de participação com que cada militante (e todos em conjunto) contribuiu;

ii) Declínio da importância e papel dos militantes dos partidos, que se tornaram praticamente simbólicos. Quando os partidos nasceram, os militantes eram peças essenciais, as ferramentas e canais de acção e comunicação de um acção política que se fazia sobretudo face-a-face (comícios, campanha porta-a-porta, caravanas...). Contudo, com o aparecimento da comunicação social de massas, a situação alterou-se: o partido tornou-se muito dependente da televisão para comunicar, e de estruturas profissionais para produzir.

iii) A hierarquia degenerou em elitismo. Os partidos têm vindo a fechar-se dentro de si, reduzindo o essencial das decisões, acções e até informações a um grupo cada vez mais restrito de membros leais – os diri-



gentes da estrutura. Ao mesmo tempo, reduzem-se as oportunidades dos que aderem (os militantes de base), ou simplesmente participam, para contribuírem para a definição das políticas do partido e para a escolha dos líderes. De novo, acentua-se o encerramento do partido dentro de si, e a redução de grande parte dos militantes a um papel simbólico.

iv) Transformação em simples máquinas eleitorais. O encerramento interno, a necessidade de alimentação da “elite” dirigente, e a falta de recursos humanos e produtivos levaram os partidos a reduzir as ocasiões de mobilização geral da organização às campanhas eleitorais, levando os partidos a transformarem-se em plataformas eleitorais.

v) Desalinhamento relativamente à sociedade pós-industrial. Os partidos têm tido grande dificuldade em acompanhar a evolução pós-industrial. O velho modelo de massas está desalinhado em várias dimensões: substantivamente as pessoas interessam-se por causas específicas e questões concretas, em vez de se mobilizarem por ideologias (pós-materialismo); em termos operativos (de comunicação e relacionamento), o modelo hierárquico centralizado e de massas está a ser ultrapassado pelas modalidades oferecidas pelas novas tecnologias, e em especial a internet, com intervenções, comunicações e relações mais flexíveis, rápidas, e descomprometidas;

vi) Descredibilização dos partidos e dos seus dirigentes devido a falta de transparência interna, a limitação da participação externa ou de base, falta de mecanismos sérios de avaliação dos desempenhos e de responsabilização pelos respectivos resultados de acordo com uma avaliação minimamente séria, tentativas (quasi-ilegais) de subversão da democracia interna, ausência de procedimentos e sistema de formação e preparação dos dirigentes e eleitos; em suma, os partidos não aparentam reger-se por uma cultura de mérito.

vii) Falta de qualidade na produção política, resultante de vários dos fenómenos acima descritos, bem como da ausência de esforço intenso e dedicado de produção política crítica, falta de esforço de inovação, baixa produtividade nos processos internos, e expulsão de recursos humanos não imediatamente disponíveis a submeterem-se à descredibilizada e auto-fágica hierarquia centralizada do partido.

O resultado deste percurso é um panorama preocupante em termos de evolução do nível de participação nos partidos políticos. A degradação dessa participação é resultado de transformações quer do lado da procura – os cidadãos, cujos interesses e estilos de vida nas sociedades pós-industriais se distanciam da forma tradicional e hierárquica dos partidos – quer do lado da oferta – os partidos, que se moldaram ao modo de produção e comunicação industrial de massas, e que não têm conseguido realizar as reformas necessárias para acompanhar a evolução pós-industrial.

Contudo, apesar das críticas e da situação crítica, na perspectiva do sistema político os partidos mantêm-se indispensáveis à democracia.

E, na perspectiva interna do partido, é essencial garantir a sua existência e perpetuação.

Como tal, há que apostar em inverter esta tendência decadente e transformar os respectivos desafios em oportunidades de reaparecimento e crescimento dos partidos políticos, e da participação política no quadro dos partidos.

A participação política dos jovens é particularmente exemplificativa. Estudos revelam que nas sociedades europeias pós-industriais, como Portugal, os jovens tendem a preferir a participação política partidária em favor de uma variedade de actividades ad hoc, contextualizadas, e específicas da sua escolha, crescentemente através de novos movimentos sociais, activismo na internet e redes políticas transnacionais. Por outro lado, os cidadãos críticos estão a tornar-se menos leais e respeitadores/seguidores na sua postura relativamente aos partidos de massa. Finalmente, após o modelo industrial da comunicação e campanha política de massas intermediada pela comunicação social de massas (em especial a televisão) parece estar a surgir uma nova (3a) fase, das campanhas pós-modernas caracterizadas pelo controlo centralizado, mas com focalização local (targeting), com mais fragmentados e complexos canais de comunicação, e persistente desalinhamento entre votantes – evolução esta que é uma reacção natural ao modelo de mínimo denominador comum produzido pela comunicação de massa da televisão, que fornece uma satisfação sub-óptima, e que a modernização/novas tecnologias/fragmentação/ especialização tendem a tentar corrigir.

Neste novo cenário os membros dos partidos voltam a ser úteis, especialmente na medida em que novas tecnologias permitam que os voluntá-

rios de base sejam distribuídos e mobilizados mais efectivamente em campanhas estratégicas pelo controlo central dos partidos – p.e., através de e-mail dirigidos, campanhas por telefone, mails directos, auto-iniciativas de mobilização pelos militantes hetero-dirigidas pelo controlo do partido.

Dito isto conclui-se que o esforço de modernização dos partidos políticos deve apostar simultaneamente em:

(1) Realinhar o partido com as características e métodos da sociedade portuguesa pós-industrial; e

(2) Antecipar as novas formas de participação política não partidárias e canalizá-las em benefício/apoio à acção do partido.

13. FORMAÇÃO POLÍTICA

A conquista da confiança dos portugueses passa muito por o PSD conseguir pautar a sua actividade nos mais diversos níveis com exigência, qualidade e inovação, por um lado, bem como instalar uma cultura de mérito, com avaliação e responsabilização pelo desempenho dos eleitos, por outro.

Assim, a aposta na formação política tem de ser afirmada como uma prioridade fundamental do PSD.

O Instituto Sá Carneiro (ISD) deve afirmar-se como uma âncora estratégica determinante nesse sentido, criando uma Academia Política, que de forma estruturada, permanente e com qualidade preste formação política.

A formação política ministrada deve observar, entre outras, as seguintes características:

- Oferta de diversos programas, cujo conteúdo, duração e profundidade sejam adequados ao respectivo público-alvo; por exemplo, a formação para autarcas deve ser diferente da formação para deputados, ou dirigentes de estruturas partidárias locais e regionais;
- O corpo docente deve ser de excelência, combinando personalidades consagradas com intervenções menos frequentes, com jovens promissores e de qualidade;
- O programa de formação deve incluir um sistema de incentivos à efectividade da formação (avaliação, rankings, reciclagem...), para evitar que as horas passadas em formação não sejam desaproveitadas, e os ensinamentos logo esquecidos;
- A existência de uma academia política não é incompatível com a existência da Universidade de Verão, da Universidade da Europa, e do Poder Local.

Deverá iniciar-se ao nível do PSD um debate decisivo sobre a implementação de mecanismos de promoção e incentivo à formação política universal adequada dos dirigentes sociais-democratas, bem como dos nomeados e eleitos pelo PSD para cargos públicos.

É incompreensível que o PSD defenda como prioridade nacional para Portugal a formação e qualificação de recursos humanos, sem que depois tenha qualquer preocupação com a qualificação dos seus recursos humanos que desempenham interna e externamente funções de responsabilidade que requerem conhecimentos e preparação substantiva e metodológica específica.

Pelo exposto somos do entendimento de que o PSD deve apostar na criação de unidades de investigação política do tipo think tank sob orientação do Gabinete de Estudos do PSD, e que, apoiando-se na participação de jovens voluntários devidamente qualificados, promoverão o estudo e desenvolvimento de propostas políticas de excelência.

Importa sublinhar que as próximas eleições autárquicas se realizarão num ambiente especial. Por força da nova lei que regula os órgãos autárquicos a maioria dos autarcas actualmente em funções não poderão recandidatar-se, pelo que se verificará uma profunda renovação nos nossos candidatos.

O PSD deve, assim, apostar de forma particular na formação autárquica nos próximos 3 anos, de forma a que em 2013 nos encontremos em condições de apresentar ao eleitorado candidatos com a formação adequada e em condições de renovarem a confiança dos portugueses no PSD.

14. PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS POLÍTICOS DE EXCELÊNCIA

Frequentemente se discute no PSD a necessidade de se proceder à revisão do programa do PSD.

Sem prejuízo da importância de tal tarefa, que julgamos essencial, parece-nos central que o PSD melhore significativamente o nível da sua produção política.

A capacidade de liderar, de marcar a agenda, e de cativar as populações depende decisivamente da qualidade, quantidade e temporaneidade da substância política oferecida pelo PSD.

O PSD tem de estar dotado de ferramentas, de processos, e práticas que lhe permitam atingir a excelência na produção política que implica capacidade para fazer e analisar propostas, bem como apresentar críticas, com a maior qualidade, em todos os assuntos considerados relevantes para o PSD, no momento certo. O PSD tem de liderar, e tem de ser excelente, na qualidade, quantidade e temporaneidade da produção política.

Para tal, importa, pelo menos, que o Gabinete de Estudos se assuma como um Think Tank dotado das capacidades, organização, e trabalho efectivo capaz de actuar ao nível de excelência acima enunciado; para tal, e sem prejuízo das possíveis colaborações com o ISD, o GE deve apostar na prática de benchmarking internacional, deve alargar ao máximo as fontes de input – abrindo-se à participação de interessados e experts, – para tal aproveitando as ferramentas de colaboração e comunicação pela Internet, a apostando na criação de uma larga rede de voluntariado que aumente significativamente a quantidade e especialização dos envolvidos no processo de produção política.

15. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS ELEITOS OU NOMEADOS DO PSD PARA CARGOS PÚBLICOS E CRITÉRIOS E MÉTODOS DE SELECÇÃO DOS CANDIDATOS E NOMEADOS DO PSD PARA CARGOS PÚBLICOS

O PSD tem de ser exigente com aqueles que são eleitos para cargos públicos em listas apoiadas pelo PSD.

Rigoroso e exigente na escolha e selecção das personalidades, mas também rigoroso e exigente na avaliação de desempenho dos mesmos.

Sem prejuízo do facto de os eleitos serem, evidentemente, avaliados pelos eleitores, consideramos que um partido como o PSD, que tem de estar apostado em diminuir a distância entre eleitos e eleitores e em potenciar os níveis de confiança e de credibilidade do nosso sistema político, deve encontrar mecanismos de avaliação do desempenho dos eleitos em listas do PSD e nomeados pelo PSD, bem como definir critérios de transparência e de rigor na selecção dos seus candidatos.

Uma das principais razões pelas quais os portugueses cada vez mais se afastam dos políticos e da política, tem justamente que ver com a circunstância de não se reverem na actuação dos titulares de cargos públicos e partidários.

Os mecanismos que potenciem a capacidade de o PSD promover a qualificação dos seus eleitos ou nomeados, bem como a introdução de mecanismos claros de avaliação e selecção dos seus candidatos parecem-nos ser uma ferramenta importante para a promoção da confiança, qualidade e credibilidade do sistema democrático.

16. REVISÃO ESTATUTÁRIA DO PSD

Os partidos políticos encontram-se hoje ainda organizados de acordo com uma estrutura que se encontra totalmente desajustada da realidade actual em que nos inserimos.

Assim, consideramos essencial que o partido proceda a uma profunda reorganização dos seus mecanismos de funcionamento e de organização, desenvolvendo-se para o efeito uma revisão estatutária que permita o partido adequar-se às novas exigências da sociedade em que vivemos.

Em complemento à actual estrutura hierárquica de base geográfica, o PSD deve, do nosso ponto de vista, criar uma estrutura horizontal cuja divisão corresponda a diferentes núcleos temáticos e causas.

Estas estruturas – ex. PSD Ambiente, PSD Comportamentos de Risco, PSD Educação, PSD Revisão das Funções do Estado, entre outras – devem funcionar numa lógica e com métodos bastante diferentes:

- “liderança” é apenas função organizadora da participação dos vários membros, sem consubstanciar estrutura hierárquica;
- a participação é aberta, não requer a qualidade de militante do partido, e deve procurar atrair especialistas na área;
- cada secção PSD Causas tem âmbito nacional, sem prejuízo de num futuro mais distante, e após a consolidação de cada uma, se poder equacionar a criação de circunscrições regionais, ou da abertura de delegações junto de estruturas hierárquicas sub-nacionais;
- estas estruturas têm diversas funções: aglutinar expertise da área; promover iniciativas de discussão; acompanhar e fiscalizar a acção governativa na respectiva área; produzir ideias, estudos e propostas em cooperação, sem porém que o resultado final seja vinculativo para o PSD enquanto proposta de governo.

Mas é também essencial que o partido se abra à sociedade civil e se criem mecanismos efectivos de promoção da participação de independentes e de atracção dos melhores quadros para o PSD.

Assim, somos do entendimento que o partido deve ponderar, na linha aliás do proposto pela JSD no último Congresso com poderes de Revisão Estatutária do PSD, a criação da figura do Simpatizante, permitindo assim que personalidades que não pretendem manter um vínculo mais intenso com o partido, possam ainda assim participar em actividades do partido e dar o seu contributo, designadamente em plenários, (excluindo os electivos).



Moção “Coesão Portugal”

1º subscritor: Paulo César Rios de Oliveira

A moção sectorial apresentada neste XXXIII Congresso Nacional do PSD por Delegados de todo o País, incorpora as preocupações e propostas de solução que decorrem de uma reflexão profunda sobre as graves assimetrias observadas em Portugal, e particularmente nos domínios territorial, económico e social.

Orientados pelo espírito reformista do PSD, e motivados pela missão de servir Portugal, pretendemos contribuir com estratégias e soluções que favoreçam um futuro com mais e melhor equilíbrio e coesão entre todos os Portugueses, minimizando as acentuadas assimetrias hoje existentes e que prejudicam o desenvolvimento económico e social equilibrado e sustentável de Portugal.

Partilhamos do entendimento que um Estado de Direito Democrático não assenta apenas no conceito de democracia política. A liberdade e o desenvolvimento económicos, bem como a equidade na geração de oportunidades às comunidades são, também, características essenciais da Democracia, e que têm por pilar essencial a igualdade de direitos e de oportunidades de todos os cidadãos.

Assim, entre os princípios estruturantes do governo democrático encontram-se, assim e desde logo, os da participação e da igualdade de oportunidade, que precisam de ter conteúdo para além da sua proclamação formal. A participação é efectiva quando esclarecida e informada, tal como a igualdade apenas é verdadeira quando inclusiva de todos. O crescimento apenas é desenvolvimento quando é social, territorial e economicamente equilibrado e sustentado.

Consideramos, conseqüentemente, que o exercício do poder político deve orientar-se quer pelo dever de respeito de tais princípios, quer pelo dever de concretização material dos mesmos.

Por outro lado, o desenvolvimento económico e social, estimulando a eficiência na utilização dos recursos da sociedade, tanto em termos estáticos como dinâmicos, deve servir e permitir o aumento do bem-estar social de todos os cidadãos e, logo, de todas as comunidades e regiões.

Todos nós concorremos. Desde logo em aspectos tão essenciais como na academia, na profissão ou no desporto. E muitas empresas estão em permanente tensão competitiva pela conquista de novos clientes, novos mercados, ou pelo provimento de mais e/ou melhores serviços ou produtos.

É fundamental que todos quantos queiram atingir os seus objectivos consigam aceder, desde logo, à oportunidade de o tentarem. E que, por outro, todos os que já estão a tentar atingir os seus objectivos sintam a pressão de que os têm que atingir com máxima eficiência.

E é igualmente fundamental que, uma vez empenhados nesses objectivos, estejam (apenas mas totalmente) confiantes que as suas capacidades e qualidades são aferidas num sistema que privilegia a meritocracia no esforço e na qualidade.

A democracia e a liberdade económica devem, assim, prover igualdade de oportunidades na prossecução de objectivos através de trabalho, empenho, assunção de risco e, acima de tudo, de reconhecimento do mérito.

Uma eficiente democracia pressupõe que ao Estado compete interpretar o interesse colectivo – distinto da mera soma dos diferentes interesses individuais –, e estabelecer as regras e o enquadramento em que as liberdades das pessoas e das empresas se exprimirão.

Qual o interesse colectivo que deve ser identificado pelo Estado? O bem-estar social, numa lógica de bem-estar social de todos os seus cidadãos, em todas as suas comunidades e em todas as suas regiões.

E como se avalia o mesmo? Pelo reconhecimento do mérito (pessoal e empresarial) e pela consagração da liberdade de escolha (designadamente dos consumidores) enquanto princípio fundamental a respeitar, enquanto pressupostos para o resultado final de criação de excedente do consumidor e do produtor.

Disto resulta que o Estado deve, sempre, visar um desenvolvimento económico e social sustentado e territorialmente equilibrado.

Constatamos que a tensão concorrencial de carácter geográfico é geral-

mente negligenciada ou prejudicada por uma abordagem negativa. Mas a realidade é que as regiões, as cidades e as localidades concorrem entre si por aquilo que constituem os instrumentos essenciais para os seus outputs fundamentais, ou seja, o desenvolvimento e o bem-estar das suas comunidades.

Se assim é, o Estado deve garantir que a concorrência geográfica não é deturpada, garantindo os alicerces de um desenvolvimento económico e social justo, equilibrado e equitativo.

O Estado deve, portanto, estabelecer um level playing field para o desenvolvimento regional e local. E deve permitir – quando não mesmo fomentar – a concorrência regional, porquanto da mesma resultará um aumento de competitividade do País como um todo.

O que se verifica, porém, é que tal tensão concorrencial geográfica tem vindo a ser, de forma permanente e gravemente ingerente, perturbada pelo próprio Estado, a ponto de se dever considerar que inexistente um tal quadro homogéneo para o desenvolvimento integral do território do País. E um tal quadro particularmente negativo tem sido, aliás, reconhecido e identificado por um largo espectro da sociedade académica, económica e política que, identificando-se com o futuro da Região Norte e do Porto e relativamente à utilização até ao presente momento dos fundos estruturais, sustenta que

“[...] na vertente da sustentabilidade, ou seja, na capacidade das regiões gerarem, em ambiente competitivo, a riqueza necessária para assegurar o seu processo de desenvolvimento, o balanço global é bem menos positivo, tendo-se verificado sobretudo duas tendências:

- Sem políticas activas de criação de oportunidades e de desenvolvimento equilibrado do território, as infraestruturas de transporte e as novas tecnologias de informação e comunicação, ao invés de promoverem a “deslocalização” de actividades e recursos das regiões mais desenvolvidas para as restantes, incentivaram uma concentração de actividades, quase sempre nos seus pólos mais desenvolvidos (nomeadamente por questões de eficiência operacional) e levaram a uma migração de recursos igualmente nesse sentido. Isso é notório no processo de migração do interior para as áreas litorais.

- Complementarmente, verificaram-se os fenómenos típicos da “proximidade ao poder”, da “concentração do poder” e da “atração do poder”. Mais uma vez, sem directivas políticas claras e sem medidas que contrariassem essa “tendência natural” dos sistemas, os pólos de poder político e de poder económico tenderam a chamar a si (e principalmente em seu benefício) as decisões sobre a aplicação e a gestão dos fundos estruturais, o que veio a agravar a situação já existente. Atendendo à dimensão e grau de centralização do SPA (Sector Público Administrativo) e ao peso/influência do Estado na economia portuguesa, inclusive em sectores empresariais estratégicos, cujos centros de decisão se localizam em Lisboa, o resultado foi uma significativa concentração de acções e fundos nessa região.¹⁷

Ou seja, o Estado tem sido, na realidade, um interventor majestático e nefasto na (falta de) equidade do desenvolvimento regional e local.

A política de localização das instituições e da realização de investimentos promovidos ou apoiados pelo Estado que tem sido seguida nos últimos 15 anos é totalmente alheia a uma justiça de equidade territorial e social. E o Estado tem sido, assim, ele próprio responsável por gerar o desequilíbrio grave e profundo nas condições de desenvolvimento económico entre regiões, cidades e localidades que hoje todos constatam.

E num País em que a sua essencial riqueza assenta no capital humano, um tal desequilíbrio tem impactos profundos na (re)localização desse mesmo capital humano, de competências, de conhecimentos, em suma, na geração de oportunidades e de esperança das comunidades.

A Região Norte, e o Porto cidade, têm sido particularmente afectados por essa política de absoluta ausência de equidade no desenvolvimento regional e local.

Ao longo dos anos, o Estado foi retirando instituições e “eliminando” os seus quadros que aí se encontravam. Redireccionou o investimento para a Região de Lisboa e Vale do Tejo e apostou quase exclusivamente no apoio de empresas em volta dessa Região², cometendo inclusivamente a afronta explícita de desviar fundos europeus destinados à Região Norte para o financiamento de projectos em outras Regiões, e em particular na Região de Lisboa e Vale do Tejo e áreas adjacentes.

Com isto, não se tem uma visão inter-regiões negativa. Nem tampouco se envereda pelo discurso pobre da vitimização da Região Norte.

Tem-se sim – o que é bem distinto – uma visão particularmente crítica e negativa de um Estado que, objectivamente, tem tratado a Região de Lisboa e Vale do Tejo permanentemente em desfavor da Região Norte. Ou seja, uma visão crítica e negativa de um Estado que tem criado, no que respeita ao investimento público, e fomentado, no que respeita ao apoio ao investimento privado, um desequilíbrio económico e social gravíssimo entre a Região de Lisboa e Vale do Tejo e as restantes Regiões, em particular a Região Norte.

Tem-se, sim, uma visão particularmente crítica e negativa de um Estado que, ao ignorar o seu dever de garantir o desenvolvimento territorial e economicamente equilibrado e sustentado, tem contribuído gravosamente para a perda de coesão social a nível nacional.

Consideramos, então, que um ponto liminar e essencial a assentar definitivamente é o de que todas as regiões e cidades devem ser efectiva e verdadeiramente consideradas pelo Estado como possuindo “igualdade de direitos”, que impõe que lhes sejam garantidas “igualdades de oportunidades”. Tal qual como quanto às pessoas e às empresas.

A Mudança urgente do actual status quo obriga a que se adopte uma política de discriminação positiva da Região Norte e do Porto cidade, como instrumento necessário a minorar o deficit de desenvolvimento que o Estado lhes impôs nos últimos 15 anos.

A Mudança em prol da coesão obriga a que se relocalizem instituições e investimentos, para que se inicie um processo tendente à reposição de uma redistribuição equitativa dos pressupostos do desenvolvimento regional e local, o que constitui condição sine qua non para uma sã e leal concorrência geográfica apta a fomentar o desenvolvimento económico e social participativo e inclusivo.

A este respeito, podem adoptar-se várias medidas com custos despendidos face aos ganhos esperados.

Desde logo, pode-se auxiliar a fixação (e relocalização) de quadros e de recursos humanos qualificados na Região Norte e no Porto cidade, e concomitantemente fomentando-se o desenvolvimento de serviços especializados e de alto valor acrescentado.

Deve-se ainda favorecer o estabelecimento de parcerias e contactos com as Universidades da Região Norte e do Porto, para que as mesmas logrem ter algum relacionamento com o Estado, seus investimentos, projectos ou apoios. Urge disseminar geograficamente o conhecimento, de modo a reerguerem-se os alicerces da concorrência geográfica.

Mas, e de superior importância, deve impreterivelmente alterar-se a actual prática de gestão e alocação dos fundos europeus, passando a utilizá-los rigorosamente em prol do desenvolvimento social, territorial e económico equilibrado e sustentado.

Assim, e considerando que:

- Os Fundos Estruturais e o Fundo de Coesão são os instrumentos financeiros da política regional da União Europeia (UE), que têm por objectivo reduzir as diferenças de desenvolvimento entre as regiões e os Estados-Membros, participando, assim, plenamente, no objectivo de coesão económica, social e territorial;
- Para o período de 2007-2013, a dotação financeira atribuída à política regional aproxima-se dos 348 mil milhões de euros³;
- Existem dois Fundos Estruturais, a saber, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), que apoia a realização de infra-estruturas e investimentos produtivos geradores de emprego, nomeadamente destinados às empresas, e o Fundo Social Europeu (FSE), que apoia a inserção profissional dos desempregados e das categorias da população desfavorecidas, financiando, nomeadamente, acções de formação;
- Para acelerar a convergência económica, social e territorial, a UE instituiu o Fundo de Coesão destinado aos países cujo PIB médio

por habitante é inferior a 90% da média comunitária e que tem por finalidade conceder financiamentos a favor de projectos de infra-estruturas nos domínios do ambiente e dos transportes;

- Estes fundos destinam-se a financiar a política regional entre 2007 e 2013 no âmbito de três novos objectivos⁴;

- A coesão económica e social exprime a solidariedade entre os Estados-Membros e as regiões da EU, favorecendo o desenvolvimento equilibrado do território comunitário, a redução das diferenças estruturais entre as regiões da União, bem como a promoção de uma verdadeira igualdade de oportunidades entre as pessoas e concretiza-se através de diversas intervenções financeiras, nomeadamente as dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão;

E considerando ainda que:

- Em Portugal, o actual Governo criou o QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional, cujo objectivo é estabelecer as regras de execução dos fundos comunitários, de acordo com as prioridades definidas nas orientações estratégicas da União Europeia;

- O QREN prevê mobilizar 21,5 mil milhões de euros de fundos comunitários, para um investimento total de cerca de 44 mil milhões de euros, a realizar no período 2007 – 2013, podendo esse valor assegurar um quadro de investimento decisivo para relançar de forma robusta o crescimento económico e a competitividade da economia portuguesa;

- O volume de médio anual de investimento programado ascende a 6,25 mil milhões de euros e é superior ao executado no QCA III correspondendo a um aumento real de 4,9% relativamente à média registada entre 2000 e 2005 (5,96 mil milhões de euros/ano);

- O QREN encontra-se estruturado em Programas Operacionais (PO) temáticos – PO Valorização do Território, PO Potencial Humano e PO Factores de competitividade – e em PO regionais, repartidos pelas seguintes prioridades:

i. Agenda da Valorização do Território – 22,9 mil milhões de euros (51,6% do total);

ii. Agenda da Competitividade – 11,9 milhões de euros (26,8%);

iii. Agenda da Qualificação – 9,3 milhões de euros (20,9%);

- A 31 de Dezembro de 2009, e apesar da taxa de comprometimento global atingir os 45%, a verdade é que 90,9% dos fundos comunitários do QREN se encontravam ainda por executar. No PO Norte, esse valor era inclusivamente superior e atingia os 97,2%;

- O actual modelo de gestão do QREN, centralista e excessivamente dependente do poder central têm-se revelado inadequado e contrário aos interesses que se propõe defender;

- As circunstâncias actuais do País, nomeadamente ao nível das restrições orçamentais impostas aos municípios, podem atrasar ou mesmo colocar em causa a execução de investimentos que estando aprovados e, como tal, considerados estruturantes e alinhados com a estratégia nacional e com as prioridades comunitárias;

- Os investimentos previstos no âmbito do QREN apresentam uma taxa de participação comunitária muito elevada. O País não pode estar a pagar subsídios de desemprego a todos os que não encontram trabalho na conjuntura actual, ao invés de aproveitar os recursos comunitários que estão à sua disposição para concretizar investimentos de proximidade, intensivos em mão-de-obra e capazes de mobilizar a população local e atrair investimento privado;

- O País não pode continuar a adiar investimentos prioritários e desperdiçar esta oportunidade, no preciso momento em que se sentem enormes dificuldades de financiamento. É fundamental acelerar os projectos e colocar no terreno o investimento tão necessário para relançar a recuperação económica e o emprego;

E tendo presente que a Região Norte:

- É uma das principais vítimas de 15 anos de governos socialistas em Portugal;

- Em 1996, registava um PIB per capita (medido em paridades de

poder de compra), equivalente a 63,8% da média comunitária em 1996 e que 10 anos depois esse valor desceu para 60,6%⁶;

- Em termos nacionais, apresentava, em 2008, um PIB per capita 20% abaixo da média nacional. Por seu turno, Lisboa, a região do País com o maior nível de riqueza, situa-se 38% acima da média nacional;
- Apresenta uma taxa de desemprego, actualmente, de 11,9%, ou seja, 1,8% acima da média nacional, o que representa o maior diferencial de que há registo;
- Concentra 35,7% da população residente;
- Apesar de atravessar a maior crise desde que a democracia foi instituída, mantém a sua capacidade produtiva, o seu potencial humano e empreendedor;
- Contribui decisiva e favoravelmente para desagravar o desequilíbrio das contas externas do País, exportando mais do que importa, e sendo responsável por 37,9% das exportações nacionais e 44% das empresas industriais. A taxa de cobertura das exportações, que se situa em apenas 62% a nível nacional, é de 109% no Norte;

Consideramos que o desenvolvimento económico e social da Região Norte e do Porto são essenciais à coesão nacional;

Consideramos que o desenvolvimento económico e social da Região Norte e do Porto são essenciais à resolução da grave situação económico-financeira que o País atravessa;

Consideramos que o desenvolvimento económico e social da Região Norte e do Porto são essenciais a um desenvolvimento futuro equilibrado e sustentável;

Consideramos que o desenvolvimento económico e social da Região Norte e do Porto são essenciais à Mudança que o País urgentemente necessita;

E Defendemos que o Presidente do PSD e a Comissão Política Nacional, na sua acção e objectivos políticos, adoptem:

- (i) O objectivo de garantir uma discriminação positiva da Região Norte e do Porto, como instrumento necessário a minorar o deficit de desenvolvimento que o Estado lhes impôs nos últimos 15 anos;
- (ii) O objectivo de realocização de instituições e investimentos, de forma a iniciar-se um processo de reposição de uma redistribuição equitativa dos pressupostos do desenvolvimento da Região Norte e do Porto e de garantir às pessoas e às empresas da Região Norte e do Porto as melhores condições de participação no desenvolvimento económico, social e cultural;
- (iii) O objectivo de garantir o efectivo acesso e utilização dos fundos europeus na Região Norte e no Porto, enquanto poderosos instrumentos para o desenvolvimento regional e local, bem como de impedir que os fundos (europeus e nacionais) destinados à Região Norte e ao Porto não sejam objecto, como não raras vezes tem sucedido, de estratégias que directa ou indirectamente visam o seu desvio e efectiva utilização em outras Regiões do País;
- (iv) O objectivo de impedir que as decisões sobre os fundos europeus aplicáveis na Região Norte e no Porto sejam de facto determinadas e controladas pela estrutura centralista e centralizadora que tem contribuído para prejudicar, ao longo destes últimos 15 anos, a Região Norte e o Porto e de paulatinamente dotar a

Região Norte e o Porto de instâncias públicas e políticas com capacidade decisória para prosseguirem activamente o desenvolvimento económico e social na Região Norte e no Porto, bem como o desiderato último do bem-estar social dos seus cidadãos.

¹ Cfr. o documento “O QREN Como Instrumento de Promoção de Desenvolvimento e Coesão - Desafios e Riscos do Modelo Actual”, Outubro de 2007, subscrito por Alberto João Coraceiro de Castro, Daniel Bessa Fernandes Coelho, José Carlos Caldeira Pinto de Sousa, José Carlos Diogo Marques dos Santos, José Manuel de Araújo Baptista Mendonça, José Pedro Aguiar Branco, Luís Francisco Valente de Oliveira, Manuel Alberto Coimbra Sobrinho Simões, Manuel Joaquim Pinho Moreira Azevedo, Miguel José Ribeiro Cadilhe, Rui de Carvalho de Araújo Moreira, e Rui Pedro de Araújo Sá.

² Cfr. Veja-se, novamente e a título de exemplo, o documento citado na nota supra e que refere, inclusivamente, que “[...] a regra para as medidas de apoio ao empreendedorismo (por exemplo, a criação de fundos de capital de risco) é a da localização da sede da entidade que gere o fundo e não o da efectiva localização das empresas ou dos promotores apoiados, o que, a estar bem interpretado, não deixa de ser flagrantemente surpreendente. Outro exemplo é o da afectação das despesas com a assistência técnica, que é largamente imputada às regiões de convergência (sempre mais de 94%), enquanto que os organismos e as equipas responsáveis por essa função se localizam tendencialmente em Lisboa.”

³ Dos quais 278 mil milhões para os Fundos Estruturais e 70 mil milhões para o Fundo de Coesão. Esta dotação representa 35% do orçamento comunitário, ou seja, constitui a segunda rubrica orçamental.

⁴ E, concretamente:

⁽ⁱ⁾ O objectivo «Convergência», que visa acelerar a convergência dos Estados-Membros e das regiões menos desenvolvidas da UE através de uma melhoria das condições de crescimento e de emprego. Trata-se de um objectivo financiado pelo FEDER, pelo FSE e pelo Fundo de Coesão, que representa 81,5% dos recursos afectados. Os limites máximos de co-financiamento das despesas públicas elevam-se a 75% no que diz respeito ao FEDER e ao FSE, e a 85 % no que diz respeito ao Fundo de Coesão;

⁽ⁱⁱ⁾ O objectivo «Competitividade Regional e Emprego», que pretende antecipar as alterações económicas e sociais, promover a inovação, o espírito empresarial, a protecção do ambiente e a criação de mercados de trabalho inclusivos nas regiões não abrangidas pelo objectivo «Convergência». É financiado pelo FEDER e pelo FSE, representando 16% do total dos recursos afectados. As acções decorrentes deste objectivo podem ser co-financiadas até 50% das despesas públicas; e

⁽ⁱⁱⁱ⁾ O objectivo «Cooperação Territorial Europeia», que se destina a reforçar a cooperação aos níveis transfronteiriço, transnacional e inter-regional nos domínios do desenvolvimento urbano, rural e costeiro, do desenvolvimento das relações económicas e da entrada em rede das pequenas e médias empresas (PME). É financiado pelo FEDER, representando 2,5% do total dos recursos afectados. As acções decorrentes deste objectivo podem ser co-financiadas até 75% das despesas públicas.

⁵ Nesse sentido, deve ser garantida às Autarquias a capacidade financeira necessária para concretizar estes investimentos, através de linhas de financiamento ou de exclusões aos limites de endividamento, que possam ser atribuídos com critérios claros e transparentes, e não discricionariamente decididos pelo Governo, como tem sido recorrente.

⁶ Em termos europeus é, aliás, uma das raras excepções à tendência generalizada de desenvolvimento: com efeito, das 67 regiões comunitárias em que, em 1996, se verificava um PIB per capita inferior ao do Norte, apenas outras 3 empobreceram relativamente à média europeia

“Agarrar a Nova Geração!”

Tiago Cartaxo

I. Enquadramento

O PSD atravessou, no último mês, um intenso processo eleitoral pelo qual os militantes escolheram, de forma directa, uma nova liderança, que conduzirá agora os destinos do Partido para os próximos desafios que se avizinham.

E embora existissem divergências programáticas entre as quatro candidaturas que se apresentaram, todo o processo decorreu num espírito de respeito mútuo e na estrita observância dos princípios e valores que sempre basearam a Social Democracia em Portugal.

A preocupação que todos demonstraram no último mês foi um objectivo comum: Mais e Melhor Futuro para Portugal e para os Portugueses!!!

Na verdade, assistiu-se a um País inteiro envolvido num intenso debate de ideias e de projectos para o futuro.

Envolveu-se como nunca toda a comunicação social (para o que contribuiu, em muito, o último congresso nacional, em Mafra). Envolveu-se a sociedade civil, que discutia nos locais públicos o futuro do PSD. Envolveu-se os jovens, que habitualmente não falam de política, mas desta vez voltaram a aperceber-se de que há um Partido em Portugal que quer realmente “dar nas vistas”, para voltar ao Governo, com espírito de responsabilidade e competência.

Em suma, este foi um momento em que se viu um País inteiro envolvido em redor de umas eleições primárias daquele que é o maior Partido português.

Estamos, por isso, todos – militantes de base ou não – de parabéns!!! Pelo esforço na discussão de ideias, pela dedicação ao PSD, mas essencialmente por nunca termos deixado de acreditar num futuro para Portugal!!!

Contudo, cumprida a primeira fase – e com uma demonstração inequívoca e expressiva da vontade dos militantes –, é agora fundamental arrumar a casa, agregar toda a Social Democracia, pacificar o PSD, preparar a receita que vai vencer o Partido Socialista nos próximos desafios que se avizinham.

E esta receita somente poderá passar pelo envolvimento de todo o País. Mas da Juventude em especial...

É impossível ganhar Portugal sem voltar a agarrar a Nova Geração!!!

Todos sabemos que é impossível ganhar eleições sem um forte apoio da juventude. Assim foi dentro do PSD. Assim tem sido, por muitas vezes, nas eleições autárquicas, regionais, legislativas, europeias e presidenciais.

Tivemos, aliás, um grande exemplo disso no último ano, em que atravessámos três importantes momentos eleitorais, pelos quais o PSD deve muito ao esforço, à dedicação e à abnegação dos jovens.

Só com a nova geração conseguiu o PSD atravessar os seus piores momentos, enfrentando os tempos de crise e semeando a prosperidade...

E todos dizemos que a política está hoje afastada dos jovens. É, por essa razão, urgente trazer de volta os jovens para o centro da participação política!!!

É esta também a razão pela qual se propõe Agarrar a Nova Geração!

II. Agarrar a Nova Geração

Vivemos tempos difíceis, em que José Sócrates – ao contrário do que ele próprio diz – foi o primeiro-ministro que menos fez para reduzir o défice!

Destruiu a economia nacional, é o grande responsável por uma das piores taxas de desemprego que o Portugal democrático já viveu e tem vindo, sorrateiramente, a deixar a tristeza acumular, continuando a tentar enganar os portugueses com a propaganda do “Magalhães” e do “PowerPoint”.

Ora, só mesmo com o apoio das novas gerações poderá a nossa Social Democracia enfrentar o verdadeiro “inimigo público número um” do país – José Sócrates!!! – e dar a volta às imensas contrariedades que o País tem, ultimamente, vivido e que poderão permanecer, se nos deixarmos ficar de braços cruzados.

É por isso premente, para agarrar as novas gerações, regressar a desígnios que sempre moveram o PSD e apostar em cinco vectores básicos:

- Emprego & Empreendedorismo;
- Turismo;
- Habitação;
- Ambiente & Desenvolvimento Regional;
- Educação & Família.

1) Emprego & Empreendedorismo

1.1. A taxa de mão-de-obra qualificada jovem com menos de 30 anos tem, nos últimos anos, crescido de forma visivelmente rápida. Contudo, os governantes têm descurado numa matéria essencial: dar resposta à produção intelectual das nossas Universidades.

A entrada dos jovens no Ensino Superior tem vindo a ser facilitada (e bem), mas a procura de licenciados para o mercado de trabalho não aumentou. O que resultou em mais mão-de-obra qualificada jovem do que postos de trabalhos que dessem vazão a este “boom” de produção de cérebros das nossas Universidades e Politécnicos.

Passámos a viver num país em que o desemprego aumenta de forma galopante e onde os licenciados têm dificuldade em encontrar sequer um estágio.

Para os não licenciados, o futuro é ainda mais difícil, com saídas profissionais cada vez mais precárias.

No que toca às remunerações, essas são quase tão deprimentes como o próprio desemprego, regendo-se pelo índice dos € 500 (quinhentos euros), sendo poucos os jovens que, nos seus primeiros empregos, auferem acima desse valor.

Caímos no mundo dos jovens “quinhentistas”, vinculados por um recibo que permite aos empregadores, por vezes, pagar menos que o próprio ordenado mínimo.

Assim se contorna o Código do Trabalho!



E o Governo, que prometeu na sua primeira campanha criar 150.000 postos de trabalho, continua hoje sem surpreender ninguém, ao dar emprego aos seus “boys jotaesses” em tudo quanto é lugar público, dispensando os jovens que foram contratados anteriormente, com a desculpa da contenção orçamental...

Não nos podemos, por isso, ficar pelas críticas. Há que apresentar soluções para aquele que é um dos maiores flagelos desta Governação Sócrates, pugnando pela prossecução das seguintes propostas:

- a) criação de uma verdadeira bolsa de emprego jovem, que promova com seriedade uma política de emprego, investigando e anunciando publicamente, na imprensa e na internet, as ofertas de emprego, público ou privado, para que os menores de 30 anos sejam informados de tais oportunidades;
- b) realização de inquéritos junto das entidades empregadoras para aferição das qualificações e competências mais necessárias, de forma a rever os números de vagas disponíveis para determinados cursos não prioritários ao mercado de trabalho, incluindo os que revelem uma visível saturação;
- c) criação de currículos alternativos que possam proporcionar aos jovens saídas profissionais de qualidade;
- d) propor às instituições de ensino uma reformulação dos currículos escolares e académicos, que permita a inserção de estágios de curta duração nos seus horários;
- e) exigir às Universidades e demais instituições de Ensino Superior, tanto nos actuais cursos prestados como para os cursos a instituir, a garantia de 25% de estágios aos recém-licenciados melhor classificados, através da celebração de protocolos com entidades públicas e privadas;
- f) exigir, aquando da instituição de cursos técnico-profissionais, a mesma garantia de 25% de estágios, por meio de acordos com instituições que procurem jovens com as correspondentes habilitações;
- g) concessão de benefícios fiscais às entidades empregadoras que garantam o primeiro emprego aos jovens, durante 2 anos;
- h) maior controlo da parte da ACT – Autoridade para as Condições do trabalho, sobre os casos de contratos de prestação de serviços que configurem verdadeiros contratos de trabalho, de acordo com os requisitos do artigo 12.º do Código do Trabalho;
- i) incentivo à formação contínua e tendencialmente gratuita dos trabalhadores jovens na área das novas tecnologias;
- j) encorajamento à mobilidade geográfica, dentro do país.

1.2. O desemprego está, ademais, extremamente interligado à falta de apoio ao empreendedorismo. Cada vez mais se torna essencial motivar os portugueses (e em especial os jovens) a investir, a inovar, a potencializar as suas competências de visão, de liderar e de mobilizar recursos e, a partir daí, serem audazes.

Só com um país de gente inovadora e audaz poderemos aspirar a estar ao lado dos melhores da Europa. No entanto, e pelo contrário, o Governo prefere deixar sair do país aqueles que poderiam fomentar mais riqueza e mais progresso.

Na verdade, a aposta no empreendedorismo não é uma ideia recente. Foi assim que cresceram as maiores nações do mundo, ao longo dos séculos, criando emprego e prosperidade.

Assim, para que, tal como os outros, também Portugal cresça, será fundamental:

- a) flexibilizar as leis laborais e reformular o sistema de segurança social e de protecção no desemprego, o que estimulará uma maior oferta da possibilidade de criação de emprego;
- b) criar fontes de financiamento em condições suportáveis para a liberdade de iniciativa de quem decide aventurar-se numa carreira empresarial, de modo a abrir horizontes aos jovens empreendedores;
- c) oferecer benefícios tributários para os jovens que apresentem ideias inovadoras e projectos viáveis;
- d) desburocratizar, cada vez mais, o procedimento de constituição de empresas e os próprios pedidos de admissibilidade de denominação social, através de uma efectiva diminuição do papel e da documentação que tem sido necessária até hoje, além de uma redução do valor mínimo de capital social exigido;
- e) apostar no ensino de disciplinas relacionadas com a iniciativa e o empreendedorismo a todos os níveis académicos, acreditando nas características de criatividade e inovação;
- f) promover uma efectiva interligação entre o ensino e a sociedade, com programas de intercâmbio entre estabelecimentos de ensino e empresas;
- g) evitar que o Estado seja um entrave ao investimento e à liberdade de iniciativa, devendo afirmar-se, pelo contrário, como mais um apoiante do empreendedorismo.

2) Turismo

A aposta estrutural mais óbvia para os nossos jovens empreendedores só poderá mesmo ser na área do Turismo. É este o sector que mais riqueza poderá criar num país com as nossas condições climáticas e histórico-culturais.

Eis a “indústria do futuro”!!! E as Novas Gerações sabem-no como ninguém!

Só um país que se promova internacionalmente e invista no sector turístico terá um futuro próspero. E Portugal tem história, tem património, tem mar, tem clima, tem gastronomia... Falta-nos vontade, abnegação, tenacidade, inovação.

É pois aqui que entram as Novas Gerações, com seu espírito empreendedor, com os conhecimentos adquiridos e com a vontade e irreverência para fazer mais. Portugal pode sim estar na frente dos destinos turístico mundiais. Basta que o queiramos.

E é aos partidos políticos como o PSD – com sede vitórias e de futuro –, bem como aos jovens, que cabe não desistir, não desiludir aqueles que acreditam em nós e que esperam de nós aquilo que eles não são capazes de fazer: agir, acreditar que é possível fazer mais e... MUDAR!!!

3) Habitação

Outra matéria capital para conseguir o apoio das Novas Gerações é a aposta na habitação. No período entre a formação profissional e a integração no mercado de trabalho, os jovens deparam-se, nos dias de hoje, com gravíssimas dificuldades para gozar de condições especiais de crédito à habitação.

As taxas de juro não têm parado de aumentar e, cada vez mais, o mercado se apresenta com valores excessivos, tanto nas transmissões onerosas como no arrendamento.

Tem sido, pois, o arrendamento que a ser, habitualmente, a primeira



Propostas Temáticas

experiência dos jovens que procuram viver longe da morada de família a que, desde sempre, se habituaram. Ou deixam a casa dos pais para frequentar um curso superior ou para iniciar uma carreira profissional.

Ora, a habitação é um direito consagrado no artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa, que chega mesmo a especificar, no seu n.º 1, que a mesma deve configurar-se “de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”.

Mas o Governo PS continua a cruzar os braços!!!

Aliás, fez pior: reduziu o apoio de modo forma desproporcionada, não só no que respeita aos valores dos subsídios, mas também quanto à duração do amparo financeiro.

Deste modo, assume-se como essencial premente lutar pela execução das seguintes propostas:

- a) criação de uma entidades especializadas nos temas relacionados com a habitação para jovens, que promovam com seriedade, dinamismo e competência o arrendamento e a aquisição de imóveis por jovens, investigando e anunciando publicamente as ofertas mais económicas para os menores de 30 anos que se inscrevam de modo a ser informados de tais oportunidades de negócio;
- b) acabar de vez com o IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões), para as aquisições de imóveis por parte de cidadãos até aos 30 anos;
- c) ainda no campo fiscal, aumentar o nível de deduções à colecta em sede de IRS, em todas as despesas para o acesso à primeira habitação, sendo que as deduções deverão ser mais elevadas para os jovens que pretendam fixar-se nas regiões mais desertificadas do país;
- d) promoção de uma política concertada com as autarquias locais, Regiões Autónomas, bancos e sociedades de construção civil, para o acesso a um crédito especial de forma a facilitar o reboamento dos centros urbanos das sedes de concelho, bem como a reabilitação de edifícios mais antigos, por jovens;
- e) regressar aos 5 anos de duração do apoio financeiro ao arrendamento.

4. Ambiente & Desenvolvimento Regional

4.1. Uma preocupação muito cara às Novas Gerações portuguesas é ainda o Ambiente, que para muitos é um tema de esquerda, mas não devemos esquecer que, em Portugal, tem sido o centro-direita, a nível nacional, regional e local, a fazer mais por uma administração do ambiente responsável e pela procura da implementação de uma verdadeira educação ambiental.

Portugal vive com um Primeiro-ministro que, apesar de já ter estado à frente da pasta do Ambiente, pouco tem até agora demonstrado preocupar-se com aquele tema, que é um dos mais prementes para o futuro das nossas famílias.

É, por isso, urgente que, antes de mais, se cumpra e se faça cumprir a actual legislação ambiental, que se reforcem os mecanismos de fiscalização e que se aposte numa formação ambiental, desde a escola até à própria comunicação social.

Fala-se, nos dias de hoje, em conservação da natureza, em novas energias, em Quioto, na “Verdade Inconveniente” de Al Gore e nas alterações climáticas, na gestão dos recursos hídricos, na protecção da fauna e flora em vias de extinção, em poluição sonora, em reciclagem... mas

ainda há milhares de portugueses que têm dificuldade em fazer o simples gesto de colocar o lixo num caixote.

Assim, de forma a rentabilizar, potencializar e maximizar os recursos existentes no país, propõe-se as seguintes medidas:

Na educação:

- a) introduzir uma vertente ambiental nos programas escolares de todas as disciplinas do ensino básico e secundário;
- b) promover prémios ambientais nos estabelecimentos de ensino para os alunos e professores mais criativos, que se distingam pela sua consciência ecológica;
- c) fomentar a utilização de material escolar reciclado (livros, cadernos, lápis, etc.);
- d) fixar mini-ecopontos em todas as salas de aula do país.

Em sede de conservação da natureza:

- a) criar uma política, com objectivos nacionais, para a conservação das espécies em vias de extinção – animais e vegetais –, com estudos regulares que incidam sobre a biodiversidade;
- b) reformular e dinamizar o funcionamento dos parques naturais, promovendo as visitas, passeios e caminhadas, desde que respeitem itinerários fornecidos por aquelas entidades, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de uma maior consciência ambiental;
- c) fomentar o eco-turismo;
- d) combater os incêndios florestais que todos os anos assolam o país, com mais meios aéreos e mais fiscalização.

Na gestão dos recursos hídricos:

- a) racionalizar a procura de recursos, modernizando e impulsionando a produtividade das unidades económicas que a utilizam, em especial as indústrias, premiando com benefícios a nível tributário, quem poupar mais água;
- b) repensar os modelos de gestão dos recursos hídricos em vigor e procurar adaptá-los às novas necessidades do país, ouvindo a opinião de especialistas na matéria;
- c) promover a instalação de mais centrais mini-hídricas nos rios portugueses.

Na gestão de resíduos:

- a) criação de “micro-aterros”, que possam de forma rápida e simples ser autorizados e fiscalizados;
- b) explicar aos cidadãos, de forma mais elucidativa, o que pode ser reciclado e de que forma, principalmente através dos meios de comunicação social;
- c) fiscalizar, avaliar e inventariar a origem e a natureza dos resíduos provenientes da indústria, hospitais e sector agro-pecuário;
- d) obrigar todos os edifícios de habitação e escritórios a instalar caixotes especiais para resíduos recicláveis, para que a distância ao ecoponto não seja uma desculpa.

Em termos de ordenamento do território, é fundamental não esquecer a necessidade de encerramento ao trânsito dos centros históricos das cidades, promovendo, em simultâneo, uma política de mobilidade mais



responsável, ao reactivar as autoridades metropolitanas para os transportes.

Também nas cidades se assume como indispensável um controlo mais rigoroso da poluição sonora, nomeadamente a provocada por máquinas e veículos a motor.

Na construção, propõe-se a promoção da microgeração, com a fixação de painéis solares, microturbinas, microeólicas ou outro tipo de tecnologia, com benefícios fiscais em termos de IMT e IMI, pugnando pela auto-suficiência energética dos edifícios.

Torna-se necessário, ademais, saber se o poder político quer ou não apostar na energia nuclear, para que se possa partir – ou não – para outros projectos energéticos, visto que Portugal continua a depender quase totalmente do estrangeiro.

As energias renováveis são a opção menos poluente, mas nem todos os tipos de energia alternativa resultam num país com os nossos recursos. Vale a pena apostar no potencial energético da ondulação e do mar como uma das possibilidades alternativas não poluentes mais adequadas à nossa condição atlântica.

Não poderíamos ainda deixar de salientar a necessidade de uma maior exigência na certificação da qualidade ambiental e na insistência do princípio do poluidor-pagador. É importante que todas entidades, ao poluírem, saibam que o fazem e que, para tal, deverão pagar.

Por fim, é essencial não esquecer que o Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética proposto por este Governo, por indicação da Comissão Europeia, ficou muito aquém das expectativas no que respeita aos seus objectivos. É preciso torná-lo mais ambicioso e fazê-lo cumprir, rigorosamente.

4.2. E com o Ambiente está intrinsecamente relacionado o desenvolvimento regional. Em Portugal continua a verificar-se claras diferenças estruturais entre o oeste litoral e o leste interior.

Na verdade, as assimetrias regionais, entre litoral e interior, provocadas em grande parte pelo êxodo rural, e o consequente crescimento dos centros urbanos junto à costa nacional, contribuíram para uma séria crise do desenvolvimento regional e um exagerado diferencial de competitividade económica.

O Estado português tem, pois, duas alternativas: ou assiste passivamente ao actual estado das coisas e continua a fomentar um Portugal territorialmente mais injusto e menos solidário, ou opta por um sério e forte sentido de responsabilidade e dá início a um programa de criação de oportunidades e fomento de políticas de combate às assimetrias regionais.

A interioridade continua a ser ainda um problema por resolver. E o PSD, como partido com forte pendor autárquico, também no interior, tem obrigações acrescidas quanto a esta matéria.

Faz por isso sentido continuarmos a batermo-nos por esta bandeira, de molde a reformular a visão relativamente à descentralização e desconcentração dos serviços administrativos dos Estado, ao fomento do empreendedorismo nas áreas no interior e também ao nível da Educação, para que as Novas Gerações não se sintam compelidas a abandonar as suas cidades, vilas e aldeias, para rumar ao litoral por falta de oportunidades na sua terra. Porque o Governo se esqueceu que há mais Portugal para além das cidades do litoral...

5) Educação & Família

5.1. Ao desenvolver um trabalho eficaz na defesa do ambiente e no combate às assimetrias regionais, estamos sempre a pensar nas Novas Gerações que traremos ao mundo. E a juventude começa dos “zero”. É

por essa razão que não podemos continuar a descurar nas crianças.

A Educação continuará a ter de ser sempre uma prioridade para qualquer geração em qualquer sociedade. No entanto, Educação não poderá ser vista unicamente como aquela que é dada aos nossos jovens nas escolas, universidades ou politécnicos.

A expressão “Educação” deverá ser vista também como formação pessoal e cívica da juventude. Daí que o papel da família deva ser considerado de extrema relevância em quaisquer preocupações que o Estado possa vir a ter com as crianças.

É por tudo isto essencial que as famílias recebam da parte do Estado o apoio necessário, de molde a que todos os nossos jovens estejam em condições e atingir um patamar de igualdade de oportunidades.

Educação é pois Família e Escola. E nunca poderão ser dissociados estes dois meios em que as crianças impreterivelmente se inserem.

Alguém disse que, se não tratarmos hoje das crianças, um dia tratarem elas de nós...

Não podemos, por isso, deixar a esquerda ter o domínio das matérias fracturantes, temos de agarrar nos temas que importam aos portugueses, e em especial aos menores de 30 anos.

Por isso, o centro-direita e a direita devem dedicar-se mais à educação e à família. Porque a educação já não é dada pelos pais, mas sim pela escola, pela televisão, pela Internet, pela Playstation (seja ela a 1, 2 ou 3)...

O PSD tem de voltar defender um discurso a favor dos valores fundamentais da educação e da família!

5.2. Assim, insistimos em propor um horário reduzido para a mãe ou pai, até aos 6 anos de idade da criança (a “idade da razão” e de entrada na escola): num máximo de 5/6 horas de trabalho.

Quais são os benefícios?

- os pais terão menos “stress”, mais tempo e mais paciência para um acompanhamento educacional presencial;
- haverá menos gastos, a nível financeiro, das famílias com o acompanhamento em creches, infantários ou “babysitting”;
- o fundamento desta ideia baseia-se na questão afectiva, pois só desta forma se facilitará a transmissão de pais para filhos dos valores fundamentais do ser humano;
- além de tudo isto, esta política poderá criar mais emprego jovem – em “part-time” – para a substituição das mães ou pais em horário reduzido.

Porque a família é o pilar elementar para uma Sociedade com valores e com futuro!

III. Impulso para a Vitória

Entrámos pois numa nova era para a Social Democracia portuguesa.

Chegou uma Nova Geração à liderança do PSD, que conhece como ninguém as preocupações e os problemas que mais afectam os jovens portugueses.

Torna-se, assim, urgente começar, desde já, a trabalhar para recuperar os nossos valores e princípios. Valores esses que sempre distinguiram o PSD dos restantes partidos.

Porque este foi, desde a sua génese, um partido fundado por jovens e voltado para o futuro!

Porque é preciso mobilizar um País inteiro! Velhos e Jovens! Ricos e Pobres! Portugueses de Norte a Sul, do litoral, do interior, das Regiões Autónomas, do resto do mundo...

É preciso fomentar um impulso para a Vitória!

Há que atingir o Governo onde sabemos que ele mais falha: nas propostas reformistas para o país.

O Partido Socialista entende de propaganda, entende de “show-off”, entende de apresentações em “Power Point”, mas continua, desde 1974, sem saber o que é melhor para o país.

Enquanto isso, nós no PSD sabemos qual é o rumo certo!

Somos o único Partido que foi criado à imagem do povo português: Personalista, Humanista, Reformista e Democrático, que acredita e investe na sociedade civil e no património histórico e cultural nacional.

Portugal inteiro sabe disso, mas é preciso, cada vez mais, elucidar as Novas Gerações acerca da nossa história e dos valores que sempre defendemos.

Estamos certos que, com este novo congresso, com esta nova liderança e com este novo PSD, voltaremos a “agarrar a Nova Geração” e, com ela, voltaremos a ganhar Portugal!

Já deu para ver que ao Partido Socialista não interessa que os jovens regressem à participação política. Por isso, tudo tem feito o Governo para afastar a política dos jovens. Com escândalos e mais escândalos que descredita os agentes governativos e políticos e que fazem com que as Novas Gerações não queiram sequer ouvir falar nestes temas...

É, por essa razão, urgente para o PSD trazer de volta os jovens para o centro da participação política!!!

E o PSD tem na Juventude Social Democrata um meio privilegiado para concretizar este objectivo. Jovens responsáveis, com as qualidades e as competências que o futuro exige.

Vale sempre a pena ouvir a voz das Novas Gerações! Elas estão mais perto do futuro!

É este o impulso para a vitória que queremos ver no nosso Partido. Para ganhar o coração de Todos os Portugueses!

Com a energia de todas as gerações, vamos voltar a acreditar no PSD!

Com a energia de todas as gerações, vamos voltar a acreditar em Portugal!

Força JSD!!! Força PSD!!! Força Portugal!!!

Carcavelos, Abril de 2010



PSD – Açores e Portugal – O mesmo partido, realidades diferentes. Por um PSD por todos e para todos.

1º Subscritor: Sabrina Coutinho Furtado – militante nº 128187

Os Açores e a Madeira são regiões com reconhecida autonomia a vários níveis. O político-administrativo é o mais reconhecido e abrangente, justamente por ser onde assentam os princípios, direitos e deveres desta autonomia.

São vários os sectores, vertentes e estruturas em que são conferidos estatutos especiais às Regiões Autónomas e o PSD não é excepção.

O PSD Açores é uma estrutura autónoma do PSD Nacional. Um militante dos Açores recebe um cartão do PSD Açores, da JSD Açores e um cartão do PSD Nacional. Os direitos e deveres dos militantes são os mesmos, a única diferença é que pertencem a mais que uma estrutura, que por bem, foi dividida desta forma e a nosso ver não faria muito sentido se fosse diferente,

Como é de senso comum, são centenas os Açorianos que por várias razões vivem fora da Região. São dezenas as militantes do PSD Açores, que estando fora da Região, estão impedidos de participar activamente no partido.

Que por vezes, não possam integrar estruturas, desempenhar funções e dar o melhor de si ao nosso partido e à causa social-democrata, presencialmente, dadas as limitações geográficas, até se entende mas na era das tecnologias de informação e com tantos recursos à nossa disposição, há questões que se tornam sem sentido.

Quando há eleições internas no nosso partido, um militante das Regiões Autónomas que se encontre no Continente, está obviamente impedido de votar, a não ser que pague uma passagem aérea, que para os Açores e Madeira são cada vez mais dispendiosas, e vote na sua área de residência.

Em eleições nacionais, há o voto antecipado. Porque não pode haver voto antecipado em directas no nosso partido? Ou, porque não pode um militante das Regiões Autónomas, em vez de pagar cerca de 300 euros,

para ir a casa votar, exercer o seu direito numa sede nacional do PSD?

Acham justo que um militante pague a sua quota, faça a sua parte, cumpra o seu dever para com o partido, dê o melhor de si, faça o que de melhor pode fazer em determinada altura da sua vida para contribuir para o nosso partido, mas esteja impedido de exercer o direito primordial democrático, que é votar?

Pior que não ter ou não poder pagar a quota é ter a quota paga e não poder votar!

Os militantes deslocados das Regiões Autónomas também querem e devem votar!

Esta moção fundamenta-se em propor, que os militantes das Regiões Autónomas deslocados por qualquer motivo no Continente, possam exercer o seu direito de voto na sede Nacional do PSD, tanto em Lisboa, como nos diferentes distritos.

Para não haver confusão com os cadernos eleitorais a cada eleição, propõe-se que o militante contacte previamente a sede a declarar a sua intenção de voto, para que, tanto os serviços possam estar preparados, como para facilitar o procedimento em concordância entre as sedes nacionais e as regionais.

Assim, teríamos de facto, um PSD por todos e para todos.

Acredito no PSD!
Vivam os Açores!
Viva Portugal!

“Novas caras, novas ideias”

1º Subscritor: Armando Soares

Contribuir para uma nova Intervenção Política na sociedade portuguesa – começa pelo próprio PSD

Fazem precisamente 10 anos que apresentei uma moção com este título em Esposende. Também em Abril e por esta altura. Estávamos portanto, no ano 2000.

Nessa altura, pretendia trazer uma lufada de ar fresco. Agitar as águas e sem dúvida alertar consciências. Da camada mais jovem de então, do nosso partido.

Muitos desses participantes de há 10 anos atrás, estão hoje na linha da frente do Partido Social-Democrata um pouco por todo o país. São eles e elas: vereadores, deputados, alguns tendo mesmo protagonizado candidaturas a presidências de autarquias – com maior ou menor sucesso -, outros tendo chegado a fazer parte de governos PSD. Alguns ainda, abraçaram outros desafios.

Também os há bons médicos e arquitectos, economistas. E ainda professores, gestoras, engenheiros, enfermeiras.

Pais e mãe de família.

No fundo, uma, duas, três gerações de gente preocupada com o seu país. De gente que deu o que tinha de melhor ao serviço de uma causa em que acreditava!

E alguns continuaram ainda e bem, até aos dias de hoje: a ACREDITAR.

Assim:

Esta moção, apresentada ao XXXIII Congresso Nacional do PSD, pretende apenas constituir um humilde contributo para um PSD que se quer de todos os militantes, mas mais que tudo: para um PSD que continue a ser representativo de toda a sociedade portuguesa, transversal a raças, estratos etários e camadas sociais, a credos e demais opções individuais.

Esta é uma moção sem pretensões e sem outros objectivos que não o de cumprir o mais nobre direito e o mais elementar dever de um militante de base.

O de discutir e de transmitir, no órgão máximo do PSD, aquela que é a sua visão do seu partido de sempre e demonstrar aquela que a seu ver, deve ser a nossa estratégia de Intervenção Política, disponibilizando-me desde já a contribuir para o necessário e urgente, profundo debate interno.

Assim o deve ser, numa Organização Política assente na Democraticidade Interna e na diversidade das opiniões. Assim o devemos fazer no partido mais popular de Portugal, no único partido do povo: NO NOSSO PSD.

Com o contributo de todos, acredito que este Congresso marcará um PSD mais virado para a modernidade e aberto aos novos tempos, que sem apagar as referências da memória que forjou a nossa identidade, olha para o Futuro com mais ânimo e com mais confiança.

A nossa missão não é uma tarefa de grupo, o ritual de uma tribo, ou

a mera expressão de um sindicato interno. A nossa missão é uma missão de comunidade, que não olha para ninguém em especial, mas que visa todos os portugueses em particular.

Temos a obrigação de ser mais fortes e determinados no combate ao Governo do Partido Socialista!

Não podemos perder o nosso tempo em conflitos mesquinhos nem em disputas intermináveis na “procura do poder pelo poder”, na sede do “lugar pelo lugar”!

Chega de um D. Sebastianismo ultrapassado! Só faz falta quem nas alturas difíceis grita: presente!

Chega de destruímos líderes uns após os outros, apenas em nome de uma sucessão dinástica que em nada serve o país, desqualifica a qualidade da democracia

O PSD tem consigo muitos militantes de convicções, dispostos a lutar pelas causas em que acreditam, sem cedências a consensos fáceis e a desculpas paralisantes.

A nossa intervenção política não se pode basear na diluição de responsabilidades, mas sim, na maior responsabilização de todos, no respeito pelo espaço de acção de cada um.

Estratégia, ideias, projectos, acções concretas!

I - CONSOLIDAR

1.1 REESTRUTURAR DE IMEDIATO O PARTIDO PARA GANHAR O PAÍS.

Queremos um país rumo ao futuro mas não temos um partido de futuro!

Inúmeros imóveis que servem de sede para as Distritais e/ou para as diversas secções do PSD, não são sedes apelativas de um Partido digno do séc. XXI bem como do legado histórico que representamos.

Na maior parte delas, falta-lhes energia social-democrata, e não são um local de convívio apetecível sequer dos militantes, quanto mais para simpatizantes ou cidadãos que pretendam algum esclarecimento.

Assumimos o caminho da inovação, mas inúmeras secções do Partido não têm sequer um endereço de e-mail quanto mais uma página de Internet ou um fórum online!

E isso tem que “partir de cima” numa perspectiva organizada, com orientações claras emanadas da CPN, uma vez ouvidas as Distritais e naturalmente as Secções.

Queremos pois um país organizado, mas mesmo no domínio das novas tecnologias não temos uma estrutura definida e seguida por todos com um mínimo de coerência.

Vivemos na sociedade da informação, mas milhares de militantes não sabem as posições que o partido defende nas mais diversas matérias.

Será assim tão difícil inverter este estado de coisas? Não me parece.



E não podemos guiar-nos pelos maus exemplos dos nossos adversários.

Defendemos um país em que as regras sejam transparentes e conhecidas por todos, mas **um militante novo que entre para a nossa organização nem sequer tem direito a um exemplar dos nossos Estatutos... ou mesmo a uma breve história do nosso partido, com as causas pelas quais nos batemos.**

Queremos pois um país que aposte nos jovens, mas a história recente atesta que o partido não tem apostado nos jovens como deveria.

Queremos um país em que as mulheres não sejam alvo de discriminação, mas se existe já um imperativo legal no que concerne às listas candidatas às autarquias ou mesmo nas listas de deputados, urge aplicar também no partido e na constituição dos seus órgãos internos: a mesma medida!

A verdade, é que com ou sem quotas, inúmeras são as mulheres de qualidade intelectual e de forte formação ideológica no partido, sendo no entanto raras as que encontramos em lugares de destaque.

Há que agir a pensar no futuro.
Esta não pode ser mais uma oportunidade perdida.

1.2. PASSAR A MENSAGEM

Saberão todos os portugueses o que defendemos?

Os jovens e os idosos do campo e da cidade, do Norte e do Sul, do Minho ao Algarve, dos Açores e da Madeira, terão consciência do que o PSD faz por eles no dia a dia, em cada Núcleo, em cada Secção?

O PSD elegeu Deputados que dão a cara no Parlamento, que a todos defendem por um Portugal melhor. Estarão eles próximos dos distritos que os elegeram? Todos eles?

Tantas vezes que sendo eleitos, de imediato renunciam ao mandato, defraudando quem em neles confiou o mandato.

Irão pois com regularidade prestar contas a quem os elegeu? Escutarão a população do seu distrito numa verdadeira óptica de política de proximidade, culto de sempre dos autarcas PSD?

Temos autarcas espalhados por todo o país que se preocupam com o quotidiano das suas Freguesias, dos seus Concelhos, dos seus Distritos...

Temos obra feita! Temos orgulho em sermos social-democratas!

Isto não pode ser exclusivo do poder local. Quem é eleito para um cargo público tem que prestar contas. E isso só o engrandece aos olhos de quem o elege.

Há portanto que, arrojadamente, falarmos ao coração e à razão dos portugueses, transmitirmos o que pensamos, o que propomos e o que defendemos.

Há que explorar todas as possibilidades que se nos oferece uma relação de abertura, com todos os sectores da população que não se revêm no actual estado das coisas, relação essa baseada no respeito mútuo e na livre e mútua exposição das ideias e das diferenças.

Nunca a pensar só em nós, mas sempre a pensar no país.

O PSD terá de ousar!

O PSD terá de enfrentar!

O PSD terá de subverter!

O PSD terá de contestar esta cultura generalizada da submissão ao mais fácil, ao mais imediato, ao mais efémero, ao mais ilusório!

As nossas ideias, deverão ser verdadeiras palavras de ordem, isto é, na etimologia da expressão, mensagens para concretizar.

Ou seja, planos para cumprir!

Planos de mudança!

COM TUDO ISTO E COM AS IDEIAS PLASMADAS NA MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL APRESENTADAS PELO AGORA LÍDER ELEITO, DR. PEDRO PASSOS COELHO, IDEIAS ESSAS QUE NA MAIORIA ME REVEJO:

O PSD VOLTARÁ A MERECE SER GOVERNO.

Estratégia e Desenvolvimento

1º Subscritor: Cristóvão Simão Oliveira de Ribeiro

As concessões SCUT resultam de um conceito introduzido pelo XIII Governo Constitucional em 1997, consistindo em auto-estradas em que o Estado se substitui ao utilizador no pagamento da portagem, um regime denominado “Sem Custo para o Utilizador”.

O Estado entrega a construção, financiamento, exploração e manutenção da auto-estrada a um consórcio privado, pagando a este uma dada tarifa por cada veículo que circula nessa estrada, evitando, desta forma, o esforço inicial de construção. Por conseguinte, enquanto que no caso das auto-estradas com portagens é o utilizador da infra-estrutura que financia a construção, exploração e manutenção, no modelo SCUT, são todos os contribuintes que, através dos impostos, suportam o investimento, bem como as actividades de exploração e manutenção.

Cerca de 55% das auto-estradas situam-se no interior, atravessando concelhos cujo nível de desenvolvimento não justificaria

o seu pagamento pelos utilizadores. Com a introdução das portagens, apresenta-se desadequada e utópica a denominação “Sem Custo para o Utilizador”, derivando quase que numa dupla tributação. A sua taxaço resultara, assim, num desincentivo ao investimento, sobretudo nas cidades cujo único meio de ligação economicamente viável são essas SCUT’s.

As zonas industriais salubres dependem, entre outros, de ramos de ligação terrestre viáveis, rápidos e económicos, que permitam investimentos em cidades para as quais esses são, além de uma injeção de capital, uma injeção de crescimento social e industrial. Desta forma, mais do que uma auto-estrada, são uma ponte com oportunidades empresariais de avultada importância.

Tomar-se-á como exemplo o reconhecido grupo sueco IKEA. As fábricas do grupo IKEA, sob a denominação de Swedwood Portugal, foram construídas na freguesia da Seroa, Paços de Ferreira, muito perto da auto-estrada A42, que liga o Vale do Sousa à malha viária da Área Metropolitana do Porto. Estas três fábricas criaram mais de 700 postos de trabalho directos e cerca de um milhar indirectos, no âmbito de um contrato de investimento global de 135 milhões de euros assinado naquele município, um dos maiores investimentos privados no nosso País. Noventa por cento da produção da Swedwood é destinada à exportação.

Todo este investimento foi influenciado pelas capacidades da cidade, sobretudo as viárias atendendo aos objectivos de exportação supra mencionados. Inúmeros são os camiões que abandonam a cidade com destino à área Metropolitana do Porto. Esta realidade encontra-se ameaçada pela perspectiva de aplicação de portagens nas SCUTs, uma vez que não se existem alternativas viáveis à auto-estrada A42, quer em termos económicos, quer em tempo dispendido.

A inclusão de taxaço nestas vias, representa por si só, custos incomportáveis às empresas de camionagem e às unidades industriais sediadas nesta zona do distrito. Prova disso são as opiniões recentemente colhidas, onde os empresários locais e o próprio chairman da Swedwood, dada a possibilidade acima referida, estão já a repensar futuros investimentos outrora tidos como certos.

Tal ocorrência derivará num desincentivo a investimentos futuros no distrito, que no extremo poderá resultar numa deslocação destas empresas para zonas economicamente mais atractivas. Estar-se-á assim, perante um retrocesso em todo o processo de investimento pensado e posto em marcha. Com este retrocesso, vários investimentos feitos com influência das perspectivas futuras, congelar-se-ão na deriva de verem as suas oportunidades serem retiradas ou diminuídas. Porém, não se estanca nestes investimentos de renomado montante o cenário do desincentivo aos investimentos com a implementação das portagens nas principais SCUT’s.

Há que igualmente recordar todas as empresas a estes investimentos umbilicalmente ligadas, e deles dependentes e os postos de trabalhos por

elas assegurados. Seria negligente não referir as empresas transportadoras, os pequenos comerciantes, etc, que criam, em volta destes, um manto de relações comerciais.

As empresas constróiem em volta destes investimentos, novos investimentos, tentando adaptar-se às novas oportunidades de mercado criadas. Os postos de trabalho renovam-se, e as necessidades evoluem. Apostarão numa maior qualificação da formação e dos meios usados, justificando o investimento pessoal num melhoramento das infra-estruturas comerciais e pessoais. Tudo isto desemboca num sacrifício, que terá direito de regresso, mas apenas a médio-longo prazo, direito este que pode ver-se frustrado com o refrear dos grandes investimentos.

Os pequenos comerciantes são igualmente afectados, ainda que em menor escala, porque irão orientar a sua oferta para as novas necessidades que surgem, na expectativa de também eles serem beneficiados com os frutos das colheitas dos grandes investimentos.

Desta forma, já não se trata apenas de um investimento isolado que ocorre, apoiando-se nas condições que certa localidade apresenta. Brotam destes, possibilidades de crescimento e desenvolvimento únicos.

A aplicação de portagens nas SCUT’s, cuja sigla contraproducentemente está a ser contrariada, influenciará, assim, e aos mais variados níveis, a vida das cidades por elas abrangidas e dos seus habitantes, que verão desvanecer lentamente as oportunidades de obterem incentivos e formas de crescimento sustentado.

Um outro princípio na base da criação de portagens nas SCUT’S é o Princípio do Poluidor-Pagador.

De facto enquanto a protecção do ambiente é um interesse colectivo e absolutamente difuso e em que é necessário desincentivar comportamentos e práticas poluentes, será no mínimo, discutível se a existência de uma determinada ligação não é um bem de que todos tirem partido seja directa ou indirectamente, seja de forma mais permanente ou esporádica.

Querendo com isto dizer que o leque de interessados não se pode reduzir àqueles que são os utentes da via. É muito mais lato do que isso e abarca desde aqueles que beneficiam do desvio de tráfego, àqueles que tiram partido dos fluxos negociais e em bom rigor até todos aqueles que são beneficiários da taxaço de actividades económicas – isto já para não dizer que em potência mesmo não usando uma auto-estrada qualquer pessoa pode numa situação de urgência ou necessidade vir a usufruir e tal possibilidade nunca existiria caso a valência não existisse.

Em causa, está libertar os impostos de todos os cidadãos de fazer face aos custos de construção, manutenção, exploração e lucro das concessionárias de SCUT’s transferindo essa responsabilidade para os utilizadores e a pergunta que se pode colocar é se é de facto equitativo que o Estado não assuma este encargo.

Por outro lado, não nos esqueçamos que o programa de Governo apresentado pelo Partido Socialista e sufragado pelos Portugueses em Setembro passado, é contrário ao que agora vai efectivamente ser implementado – mais uma prova (se ainda fosse necessária mais alguma) que aquilo que prometem, dificilmente cumprem.

E mesmo que assim não fosse, sempre foi veiculada e assumido que colocar portagens nestas vias sempre estaria dependente da verificação cumulativa de três requisitos: a existência de uma alternativa (no mínimo adequada) e com um tempo de percurso da via alternativa/SCUT menor ou igual a 1,3 vezes e a condição sócio-económica das regiões afectadas, designadamente, PIB per capita regional igual ou superior a 80% da média nacional do PIB e índice de Poder de Compra Concelho igual ou superior a 90% da média nacional).

Ora, das 7 ex-SCUT’s as ligações A-29 – Costa de Prata (Gaia – Estarreja com 41 Km), A28 -Litoral Norte (Porto-Caminha ao longo de 92 Km) e A41/A42 – Interior Norte (Circular Regional Externa do Porto



e Ermida – Lousada numa extensão total de 49 Km) todas se incluem num distrito cujo PIB per capita e índice do Poder de Compra Concelhio, e demais índices de desenvolvimento, ficam bastante aquém dos valores pretendidos, já para não dizer que é onde o fenómeno do desemprego (só falando do conhecido e adulterado pelas estatísticas) mais se faz sentir – sendo de certeza superior aos dois dígitos.

E quanto à existência de alternativa é bem notório que a mesma não existe nem é viável, basta por exemplo pensar que o traçado da A29 se sobrepôs ao da anterior EN.109, basta pensar nos entroncamentos, nos semáforos, passadeiras, rotundas, etc (basta pensar que a EN.13 (alternativa à A28) alberga 16 rotundas, 69 cruzamentos – dos quais 20 com semáforos – mais de 200 entroncamentos e 150 passadeiras para peões.

A título exemplificativo foi realizado o trajecto entre o Freixieiro (Matosinhos) e Alfena (Valongo) pela antes designada EN 107 e um pequeno percurso na EN 105, demorando 38 minutos a percorrer 18km, uma experiência até optimista, tendo em conta o tempo que normalmente é necessário. Pela alternativa SCUT, a duração seria aproximadamente de 10 minutos, falhando cabalmente, na terceira razão de extinção das SCUT'S

E mais do que tudo isto, a verdade é que a construção destas vias não é recente em todos os casos e existem imperfeições nas saídas, na sinalização, no pavimento (que não cabem aqui elencar) quer originários, quer decorrentes do desgaste.

E aqui chegados, temos de pensar que de todas as SCUT's existentes as únicas três que são alvo desta alteração situam-se sem excepção no distrito do Porto e fazem ligações à capital do distrito e segunda cidade mais importante do País, numa clamorosa discriminação que visa sempre os mesmos.

E sendo verdade que é necessário apertar o cinto, é igualmente verdade que o Distrito do Porto tem sido forçado a uma dieta bem mais rigorosa.

Será desta forma que se promove a coesão territorial? Só se a mesma que observamos na diferença de tratamento conferida à frente ribeirinha do Tejo quando comparada com a do Douro, a mesma que canaliza para Lisboa e Vale do Tejo fundos que se destinariam a todos os locais menos a esse!?

O Porto tem sedes de empresas e não tem espaço nem tecido urbano para receber os centros industriais e produtivos dessas empresas. O Porto é prestador de serviços a entidades e pessoas muito para além das fronteiras da cidade. O Porto é “senhorio” da maior Universidade Pública, bem como de diversas Instituições de Ensino Superior Privadas. Será justo de um momento para o outro onerar todos os envolvidos que hoje necessitam de se deslocar de e para o Porto? Queremos assumir mais um custo para os Jovens, maioritariamente estudantes (logo e por definição, sem rendimentos) e profissionais em início de carreira? Fingindo que o Interior do Distrito tem as mesmas condições que o Litoral?

Não tem e não terá num futuro próximo.

Basta pensar que não existe outro aeroporto a servir o Norte do País, não existe outro Porto de Mar como o de Leixões.

Basta ter presente que a tendência de crescimento demográfico é que o mesmo se faça sentir nos concelhos periféricos, que já de si concentram aglomerados populacionais consideráveis em virtude do funcionamento do mercado imobiliário – quer no que respeita à aquisição, quer no que respeita ao arrendamento – sendo que essas expectativas virão a ser goradas pois a poupança neste âmbito irá agora ser canalizada para gastos de transporte

Pensemos que nos concelhos do distrito só o Porto tem um crescimento demográfico negativo e que também é o único com um índice de atracção (viagens geradas/viagens atraídas) positivo.

A introdução de portagem na A28, que une dois distritos, vai funcionar como uma barreira à livre competitividade, pois todos aqueles que

atrassem a fronteira de Portugal, vindos da Galiza, e desloquem até ao Porto vão suportar gastos adicionais. A colocação de portagens vai aumentar os custos de transporte de todas as empresas que mantêm relações com a Galiza e que transportam as suas mercadorias por via terrestre, visto que, até chegar o TGV, obra que não vai ser realizada ao contrário, do troço Lisboa-Madrid, esta é a única solução. Parece-nos que já sendo prejudicados pela falta de investimento público na zona norte, a introdução de portagem, é uma duplicação dos entraves ao investimento privado e competitividade nesta zona.

E não esqueçamos que esta região, bem como os distritos mais a Norte, concorrem directamente com a Galiza – onde e só a título emblemático o IVA é taxado a 16%.

Como decorrência de tudo isto teremos maiores custos de transporte, maiores tempos de viagem, degradação da capacidade competitiva do transporte público (menores densidades, menor oferta e infra-estrutura, maiores custos de operação), agravando-se os tais índices que já de si serviriam de requisito (não cumprido) bem como potenciando-se ainda mais falências e insolvências, que geram desemprego, que reduzem o consumo e tudo o que daí decorre.

Entende-se portanto reclamar uma reapreciação da decisão de instalação de portagens nestas vias bem como exigir um tratamento idêntico àquele que é dispensado a outras regiões do território.

Veja-se a realidade económica da Região Norte, beneficiária das SCUT'S do Grande Porto e do Litoral Norte,

- É hoje uma região em profundo declínio económico, não se vislumbrando, a curto prazo, inversão dessa tendência. É a região mais pobre da U.E. a 15 e uma das mais pobres da U. E. 27. Está hoje, inquestionavelmente mais pobre do que aquando da criação das SCUT. É a única região nacional a divergir em relação aos indicadores económicos nacionais.
- A criação de riqueza regional sempre dependeu muito mais (esmagadoramente mais), do empreendedorismo e do investimento privado em sectores económicos tradicionais, do que dos investimentos públicos ou da oferta de serviços. E, por isso, a circulação rápida e segura de pessoas e bens em boas condições constitui um factor crítico de competitividade da economia regional.

Note-se que a JSD tem de se aliar não só às empresas, mas também às populações, em especial aos jovens, que, no ritmo de vida actual, têm a crescente necessidade de quebrar barreiras e se deslocar, facto que as portagens contrariam manifestamente.

Os avanços conseguidos com a implementação das SCUT's, não terão sequer tempo para que o tecido empresarial e a população em geral tirem real proveito das mesmas.

A necessidade de investimentos, privados como no caso referenciado do grupo IKEA, ou públicos, tem que ser apoiados, na prática, com a disponibilidade de meios reais e concretos. Não se pode resolver uma crise, com a instauração de uma nova, nem caminhar em frente com dois passos para trás.

Quando devidamente alicerçados, os investimentos auto-reproduzem-se. Todavia, se não são criadas as condições necessárias, ou depois de criadas, forem enfraquecidas, todo este ciclo funcionará como uma construção de dómio, cuja primeira peça a cair, sentença a queda da última.

Parece-nos que já sendo prejudicados pela falta de investimento público na zona norte, a introdução de portagem, é uma duplicação dos entraves ao investimento privado e competitividade nesta zona.

Pensamos portanto que o tema SCUT's deve vir para cima da mesa e ser novamente reequacionado, avaliando o real interesse do país a das populações locais.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça - feira até 12h00

Para: Fax: 21-3973168

Email: convocatorias@psd.pt



AGUALVA - CACEM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Agualva-Cacém, para reunir no próximo dia 17 de Maio de 2010 (segunda-feira), pelas 19h00, na sede da secção, sita na Avenida dos Bons Amigos n.º 37 - 1 C, com a seguinte

Ordem de trabalhos;

Ponto Único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas das 19h00 às 22h00

OVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Ovar, para reunir no próximo dia 07 de Maio de 2010, (sexta-feira) pelas 21h30, na sede concelhia, sita na Rua Ferreira de Castro, 84-1.º Esq., com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Órgãos Concelhios

Mesa da Assembleia

Comissão Política de Secção

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral;

As urnas estão abertas entre as 21h30 e as 23h30

SÃO DOMINGOS DE RANA / NÚCLEO

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Residencial de São Domingos de Rana, para reunir, no próximo dia 06 de Maio de 2010 (quinta-feira), pelas 21h00 na sede, sita na Rua Jogo da Bola, Lote 1-A cave, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo Residencial

Nota

As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas das 21h00 às 23h30



CONSELHO DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital da JSD/Alto Minho, para o dia 19 de Abril de 2010, pelas 19 horas, na Sede Distrital da JSD, sita na Praça da Galiza, em Viana do Castelo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Aprovação de Alteração ao Calendário Eleitoral para os Órgãos Distritais da JSD.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD/Alto Minho (Carlos Arieiro)

CONSELHO DISTRITAL DA JSD/ALGARVE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD/Algarve, para reunir no dia 22 de Maio pelas 16h, na Sede do PSD de Vila Real de Santo António, sita na Rua Cândido dos Reis n.º 48, em Vila Real de Santo António, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise da situação Política;

2. Eleição da Comissão Política de Secção da JSD de Vila Real de Santo António;

3. Eleição da Mesa de Plenário de Secção da JSD de Vila Real de Santo António;

4. Outros.

Nota: O acto eleitoral decorrerá entre as 16h e as 20h.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Distrital do PSD/Algarve, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD/Algarve

(Miguel da Silva Guerreiro)

967048824

NÚCLEO DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se Plenário de Núcleo Residencial de Oliveira do Bairro da JSD, da secção de Oliveira do Bairro, para reunir no dia 08 de Maio de 2010, pelas 20h00, na Sede Concelhia do PSD de Oliveira do Bairro, sita na Rua do Floral, n.º 168-1.ª em Oliveira do Bairro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política do Núcleo

Residencial de Oliveira do Bairro da JSD.

Notas:

As listas devem ser entregues, em duplicado, ao Presidente da Mesa do Plenário do Núcleo Residencial de Oliveira do Bairro ou a quem estatutariamente a substitua, na Sede Concelhia do PSD, sita na Rua do Floral, n.º 168-1.ª, Oliveira do Bairro, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral. As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e das respectivas subscrições, nos termos estatutários.

O acto eleitoral decorrerá entre as 20h00 e as 21h00.

O Presidente da Mesa do Plenário do Núcleo Resid. de Oliveira do Bairro da JSD

(Fábio Miguel Neves de Almeida)

NÚCLEO DA PALHAÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se Plenário de Núcleo Residencial da Palhaça da JSD, da secção de



Convocatórias

Oliveira do Bairro, para reunir no dia 08 de Maio de 2010, pelas 20h00, na Junta de Freguesia da Palhaça, sita na Rua Padre Manuel Oliveira, n.º 9, Palhaça, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política do Núcleo

Residencial da Palhaça da JSD.

Notas:

As listas devem ser entregues, em duplicado, ao Presidente da Mesa do Plenário do Núcleo Residencial da Palhaça ou a quem estatutariamente a substitua, na Junta de freguesia da Palhaça, sita na Rua Padre Manuel Oliveira, n.º9, Palhaça, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral. As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e das respectivas subscrições, nos termos estatutários.

O acto eleitoral decorrerá entre as 20h00 e as 21h00.

O Presidente da Mesa do Plenário do Núcleo Residencial da Palhaça da JSD

(Vítor Hernâni Ferraz dos Santos)

NÚCLEO DE BUSTOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se Plenário de Núcleo Residencial de Bustos da JSD, da secção de Oliveira do Bairro, para reunir no dia 08 de Maio de 2010, pelas 20h00, na Sede do PSD de Bustos, sita na Av. S. Lourenço, n.º 28, Bustos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política do Núcleo

Residencial de Bustos da JSD.

Notas:

As listas devem ser entregues, em duplicado, ao Presidente da Mesa do Plenário do Núcleo Residencial de Bustos ou a quem estatutariamente a substitua, na Sede do PSD de Bustos, sita na Av. S. Lourenço, n.º 28, Bustos, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral. As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e das respectivas subscrições, nos termos estatutários.

O acto eleitoral decorrerá entre as 20h00 e as 21h00.

O Presidente da Mesa do Plenário do Núcleo Residencial de Bustos da JSD

(Álvaro Miguel Ferreira)

NÚCLEO DE OIÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se Plenário de Núcleo Residencial de Oiã da JSD, da secção de Oliveira do Bairro, para reunir no dia 08 de Maio de 2010, pelas 20h00, na Junta de Freguesia de Oiã, sita na Rua 30 de Junho, n.º 4, Oiã, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política do Núcleo

Residencial de Oiã da JSD.

Notas:

As listas devem ser entregues, em duplicado, ao Vice-Presidente da Mesa do Plenário do Núcleo Residencial de Oiã ou a quem estatutariamente a substitua, na Junta de Freguesia de Oiã, sita na Rua 30 de Junho, n.º 4, Oiã, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral. As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e das respectivas subscrições, nos termos estatutários.

O acto eleitoral decorrerá entre as 20h00 e as 21h00.

O Vice-Presidente da Mesa do Plenário do Núcleo Residencial de Oiã da JSD

(Patrícia Alexandra Oliveira Nunes)

NÚCLEO DA MAMARROSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se Plenário de Núcleo Residencial da Mamarrosa da JSD, da secção

de Oliveira do Bairro, para reunir no dia 08 de Maio de 2010, pelas 20h00, na Sede da Banda Filarmónica da Mamarrosa, sita na Rua da Banda Filarmónica, s/nº, Mamarrosa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política do Núcleo

Residencial da Mamarrosa da JSD.

Notas:

As listas devem ser entregues, em duplicado, ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem estatutariamente a substitua, na Sede da Banda Filarmónica da Mamarrosa, sita na Rua da Banda Filarmónica, s/nº, Mamarrosa, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral. As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e das respectivas subscrições, nos termos estatutários.

O acto eleitoral decorrerá entre as 20h00 e as 21h00.

O Presidente da Mesa do Plenário do Núcleo Residencial da Mamarrosa da JSD

(Luís Carlos da Silva Tribuna)

NÚCLEO DE BARQUEIROS - BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social-democrata e dos demais regulamentos, convoco o Plenário do Núcleo de Barqueiros - Secção de Barcelos, para uma reunião dia 8 de Maio de 2010 (Sábado), pelas 21h, no Restaurante Barca, sita na Rua da estrada nacional, Telheiras 4740-680 Barqueiros BCL, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Núcleo e da Comissão Política de Núcleo

Nota:

1. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia de Barcelos, de acordo com os Estatutos e Regulamentos da JSD.

2. As urnas estarão abertas das 21h às 23h.

O Presidente da Mesa de Plenário da Secção de Barcelos

(Filipe Faria Figueiredo)

IV CONSELHO DISTRITAL ORDINÁRIO DA JSD LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD convoca-se o IV Conselho Distrital Ordinário da JSD Lisboa, para reunir no próximo dia 15 de Abril de 2010 (quinta-feira), pelas 21h00, no Auditório da Sede Nacional do Partido Social Democrata, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 – Informações;

Ponto 2 – Análise da Situação Política.

O Presidente de Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD

(Sérgio Freire de Azevedo)

ESPOSENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD/Esposende, a reunir no próximo dia 15 de Maio de 2010, pelas 17h30m, na Sede Concelhia do PSD/Esposende, sita no Largo Fonseca Lima, na Freguesia de Esposende, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Secção.

Notas:

As urnas estarão abertas das 18h00 às 19 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na morada supra citada, de acordo com os Estatutos e Regulamentos da JSD.

O Presidente da Mesa

(José António Lima)